

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

CELESTE ANUNCIATA BAPTISTA DIAS MOREIRA

AO ENCONTRO DOS MENINOS: A configuração da política social de atendimento a adolescentes em conflito com a lei no estado do Rio de Janeiro a partir do processo de Reforma do Estado (1994- 2002).



NITERÓI

2005

CELESTE ANUNCIATA BAPTISTA DIAS MOREIRA

AO ENCONTRO DOS MENINOS: A configuração da política social de atendimento a adolescentes em conflito com a lei no estado do Rio de Janeiro a partir do processo de Reforma do Estado (1994- 2002).

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos de Pós-Graduados da Escola de Serviço Social em Universidade Federal Fluminense, com requisito parcial para obtenção para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Política Social.

Orientador: Prof^a Dr^a Deise Gonçalves Nunes

NITERÓI

2005

* A ilustração da capa foi elaborada durante atividade em grupo com adolescentes no CRIAM – Niterói (sem data), coordenada pela assistente social Bernadete Barbosa Teixeira, que, na época, era técnica do DEGASE.

CELESTE ANUNCIATA BAPTISTA DIAS MOREIRA

AO ENCONTRO DOS MENINOS: A configuração da política social de atendimento a adolescentes em conflito com a lei no estado do Rio de Janeiro a partir do processo de Reforma do Estado (1994- 2002).

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos de Pós-Graduados da Escola de Serviço Social em Universidade Federal Fluminense, com requisito parcial para obtenção para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Política Social.

Niterói, de março de 2005.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Deise Gonçalves Nunes - Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Gizlene Neder
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Luiz Cavalieri Bazílio
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Niterói

2005

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, p.10

INTRODUÇÃO, p. 18

1 CAPÍTULO, p.39

- 1.1 OS INDICADORES SOCIAIS E A ADOLESCÊNCIA, p. 39
- 1.2 VIOLÊNCIA: QUE ASPECTOS SERÃO ABORDADOS, p.44
- 1.3 O PERFIL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI NA ATUALIDADE BRASILEIRA, p.62
- 1.4 TRABALHANDO COM A DIFERENÇA, p. 63

2 CAPÍTULO, p.71

- 2.1 OS ANOS NOVENTA E AS POLÍTICAS SOCIAIS, p. 71
- 2.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS NO GOVERNO FHC, p. 79
- 2.3 A POLÍTICA DE ATENDIMENTO DA SITUAÇÃO DE INFRAÇÃO JUVENIL NO BRASIL, p.87

3 CAPÍTULO, p.104

- 3.1 INTRODUÇÃO: O COMEÇO DA HISTÓRIA, p. 104
 - 3.1.1 A apresentação dos dados, p.107
 - 3.1.2 O princípio do começo: antes de 1990, o que acontecia com os meninos?, p.110
 - 3.1.2.1 Contexto sócio institucional, p.110
 - 3.1.2.2 Os gestores e os técnicos: as falas e as contradições, p. 111
 - 3.1.2.3 Código de Menores: práticas antigas... Mudanças difíceis, p. 115
 - 3.1.2.4 A Descentralização: o Governo Federal e as instâncias locais, p. 120
 - 3.2 O SURGIMENTO DO DEGASE, p.136
 - 3.2.1 O contexto sócio institucional, p. 136
 - 3.2.2 O DEGASE e a estadualização do sistema, p. 140
 - 3.2.3 As primeiras estratégias de gestão do DEGASE, p. 145
 - 3.2.4 O DEGASE e a perda da inocência: os técnicos e agentes – a eterna disputa, p. 152
 - 3.2.5 As possibilidades de novos rumos, p. 167
 - 3.3 O DEGASE E O PROJETO EXCELENCIA, p.174
 - 3.3.1 O contexto sócio institucional, p. 174
 - 3.3.2 Prisão ou escola? Bem vindos ao Muniz Sodré, p. 178
 - 3.4 O DEGASE E AS ALTERAÇÕES NA LÓGICA DO PODER, p.184
 - 3.4.1 O contexto sócio institucional, p. 184
 - 3.4.2 Mudança de cena: os funcionários no poder, p. 190

3.5 Perdas e ganhos, p. 202

3.5.1 As pessoas, p. 202

3.5.2 Os orçamentos, p. 206

4 CAPÍTULO, p.209

4.1 DEGASE E OS INDICADORES DA VULNERABILIDADE, p. 209

4.2 A ENTRADA NA ESCOLA JOÃO LUÍS ALVES: O CONTEXTO ENUNCIATIVO, p.218

4.3 OS QUESTIONÁRIOS E AS VULNERABILIDADES, p. 222

4.4 AS ENTREVISTAS: AO ENCONTRO DOS MENINOS, p. 230

4.4.1 Os caminhos que levam à instituição, p. 232

4.4.2 Os caminhos dentro da instituição , p. 233

4.4.3 Vida na instituição: cotidiano, p. 236

4.4.4 De volta a instituição, p. 241

4.4.5 Situações positivas da internação, p. 243

4.4.6 Momentos negativos na instituição, p. 244

4.4.7 O sentido do sistema, p. 245

5 CONCLUSÃO, p. 248

6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA, p. 258

7 APÊNDICE, p. 266

7.1 O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO, p. 266

7.2 AS ENTREVISTAS COM OS MENINOS, p. 267

8 ANEXOS, p.281

8.1 ESCOLA SANTOS DUMONT, p.281

8.2 INSTITUTO PADRE SEVERINO, p.282

8.3 ESCOLA JOÃO LUÍS ALVES, p. 283

8.4 CENTRO DE TRIAGEM E RECEPÇÃO, p. 284

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento precisa ser a DEUS, sempre, pois me proporcionou a saúde necessária, a família acolhedora, os amigos incansáveis, os professores queridos, enfim, até os que teimavam em não acreditar que eu conseguiria. Tudo o que uma criatura como eu precisava para poder levar adiante seu plano de estudar.

A vó Leonor acertou novamente - suas filhas não nasceram para ser lavadeiras como ela, precisavam estudar e foi graças a ela que eu pude sonhar com algo mais. Não me entendo bem com ofício das roupas, prefiro as letras...

À minha mãe, meu modelo, à minha tia, meu aconchego, ao marido, Gustavo, meu porto seguro, que sempre esteve ao meu lado, mesmo que tivesse que me partilhar com os livros. Aos filhos, que torciam pelo que não entendiam muito bem. Ao pai, que em meio às suas divagações fazia sua torcida silenciosa. Nada pode ser esquecido...

À minha orientadora, Prof.^a Deise, pois, nessa longa trajetória, suas contribuições enriquecedoras foram muito importantes e posso dizer, desafiantes, pois, por vezes, me fizeram romper com uma série de conceitos... Nem eu acreditava que o trabalho pudesse ficar assim.

Aos meus professores, todos, sem exceção, agradeço a contribuição pela minha formação. Contudo, não posso deixar de agradecer a duas pessoas que são essenciais a essa conquista: o Prof.^o André, que acreditou e me auxiliou desde a concepção do projeto e o Prof.^o João Bosco, por ter me auxiliado nos momentos de crise comigo mesma, me dando afeto e acolhida. Nunca esquecerei os dois!!!

Dos amigos, agradeço aos antigos, Rossiana, Rossani, Ana Cláudia, Cláudia Regina, Elvira, Andréa Pequeno, Márcia Nogueira, Talita, Marise, Rosângela, Reny, Raquel, Maria Xavier, Vera, Fátima Regina, Helenita, Rosângela, Tânia, Aníria, Fernanda, Adirlene, Marina, Cássia, Wilma, Sheila, Ronaldo, Moraes, Adalberto da Associação, Alice, Nina, Nilzon, Helaine, Heloise, Sidney, Carlinhos Simpson, Dr. Judá Jessé, Lúcia. À equipe da EJLA, aos colegas do Núcleo Biopsicossocial, aos colegas da CAI/CRI, aos conselheiros do CEDCA, às colegas do CRESS, aos colegas da COAF e a todos os funcionários do CRIAM-Niterói: Rodrigo, Leandro Zuma, Aquimar, Rita, Rosângela, Nice, Elaine, Sayonara, André, André

Pedro, Maria Helena, João, Léo, Valério, Nelir, Celso e todos aqueles com quem troquei figurinhas durante esses últimos dois anos.

Minhas queridas companheiras assistentes sociais, que chegaram há tão pouco tempo em minha vida, mas já deixaram suas marcas: Cristiane, Cristina, Rosemary, Graça, Heliane, Simone, Luzia e minha querida e inesquecível Estela Maris, que saudade...

Agradeço aos meus meninos, com quem sempre aprendi muito, acho que não sei mais me desprender dessa história. E não poderia deixar de agradecer à Direção do DEGASE por ter permitido a realização da pesquisa, às comissárias do Centro de Estudos da 2^a. Vara que foram incansáveis na facilitação do meu acesso aos meninos. Agradeço também a Camila, com sua eficiente contribuição nas correções.

Por fim, gostaria de lembrar meus amigos queridos do curso, em particular àquelas que foram meus anjos da guarda durante esse curso: Melissa, Ana Paula, não esquecendo dos companheiros: Roseli, Tatiana, Zé, Raquel, Roberta, Angélica, Aparecida Nátia e de minha querida Lúcia Helena, funcionária do Curso, que estará sempre no meu coração por tudo o que me disse, me ouviu e me abraçou nos momentos que eu precisava.

Celeste Anunciata.

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa sobre o processo de estadualização do sistema de atendimento ao adolescente em conflito com a lei no estado do Rio de Janeiro, identificando os principais elementos constitutivos dessa política no estado e a configuração que a mesma assumiu entre os anos de 1994 e 2002. Nesse sentido, o estudo foi construído a partir de três eixos: a Reforma do Estado como elemento macroeconômico condutor dessa política social; a descentralização do atendimento, como marco político, referenciado pela Constituição de 1988 e o DEGASE, como a materialização da proposta construída pelo Poder Público no atendimento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. A metodologia utilizada foi composta de três etapas: o levantamento e estudo da documentação e de projetos existentes sobre o assunto, os depoimentos de oito profissionais que atuaram no DEGASE durante os referidos anos e de sete adolescentes reincidentes, que, à época, estavam cumprindo medida de internação no referido sistema. Quanto ao primeiro eixo, a análise evidenciou de que maneira a Reforma do Estado interferiu na organização do DEGASE; ao segundo eixo, ela foi conduzida de maneira a obter, a partir dos discursos construídos, a narrativa da formação do sistema, enquanto um espaço de embate de forças, de projetos de sociedade e principalmente da constituição da lógica de disciplinarização e da criminalização da pobreza. Ao terceiro eixo coube a análise do discurso dos adolescentes atendidos que, produziram suas falas, apontando as ambigüidades e contradições do sistema de proteção que, muitas vezes, atua a partir da violação de direitos. O estudo visa contribuir com a gestão dessa política no sentido de provocar a discussão dos formatos utilizados no disciplinamento de adolescentes e de funcionários que atuam no sistema socioeducativo.

ABSTRACT

This is a research on the process of statization of the system attending law-offending adolescents in Rio de Janeiro State (Brazil). The primary and most important elements constituting this conversion policy in the State are identified, as well as the form that this policy assumed between the years of 1994 and 2002. For such purpose, this study was designed on the basis of three axes: the Reformation of the State, as a guiding macro-economical factor of this social policy; service decentralization, as a political landmark supported by the 1988 Federal Constitution and the DEGASE (General Department for Social and Educational Actions), as a materialization of the Public Power proposal for assistance of adolescents, in fulfillment of a socio-educational measure. The employed methodology consisted of three stages: collection and review of the documentation and existing projects on this matter, the statements of eight professionals working at DEGASE within the above-mentioned period and the statements of seven relapsing adolescents, which were interned in the aforementioned system at that time. As regards the first axis, the analysis indicated the way the Reformation of the State interfered with DEGASE organization; as regards the second axis, the analysis was conducted to obtain, from the given testimonies, a description of system formation, as a space for confront of forces, development of social projects and, overall, constitution of the logics for disciplinarization and criminalization of poverty. The third axis focused on the statements given by the assisted adolescents, who pointed out the ambiguities and contradictions of a protective system that many times acts starting from the violation of individual rights. The conducted study aims to contribute to the management of such policy, in order to stimulate the discussion on the currently employed methods to discipline the assisted adolescents and the professionals working in the socio-educational system.

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo estudar a configuração da política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, o sistema socioeducativo,¹ no estado do Rio de Janeiro durante os anos de 1994 a 2002.

O presente trabalho tem como base meus estudos realizados no curso de especialização em Gestão de Políticas Sociais em Serviço Social na Escola de Serviço Social na Universidade Federal Fluminense² e está também estreitamente vinculado a minha vida profissional como assistente social. A justificativa desta afirmativa se dá pelo fato de toda a minha experiência de trabalho ter sido atrelada à área sócio-jurídica. Isto significa dizer que involuntariamente me especializei em atendimentos a adolescentes que foram apreendidos pela polícia e que através da Justiça foram encaminhados a instituições ditas “de ressocialização”. Esta ação profissional pôde me proporcionar uma instigante inquietação a respeito das possibilidades e limites desta política que acompanho desde o tempo em que era mantida exclusivamente pela FUNABEM³. Deste modo, há algum tempo persigo esta temática, talvez como forma de compreender melhor meu trabalho e as contradições decorrentes de um espaço que está baseado

¹ Sistema socioeducativo é o signo utilizado para expressar a organização das unidades que executam as ações relativas ao atendimento a adolescentes que cometem atos infracionais e são apreendidos pelo poder público. No Estado do Rio de Janeiro, o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) é responsável por tal tarefa. Estas unidades que compõem o sistema fazem o acompanhamento de medidas privativas e restritivas de liberdade.

² A produção da infração: uma análise do perfil de adolescentes infratores atendidos no estado do Rio de Janeiro apresentada no ano de 2002.

³ Fundação Nacional de Bem Estar ao Menor, extinta em 1990. Era responsável junto com as FEEMs por todo atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco social. Em virtude de sua extinção, foi criada a FCBIA que posteriormente tornou-se CBIA e ficou responsável pelo processo de estadualização dos atendimentos, conforme será explicado depois em maiores detalhes.

nos parâmetros da proteção integral apontada pelo ECA, mas que é marcado pela constante violação de direitos, própria de espaços de confinamento.

Durante meus estudos para o curso de especialização, foi realizada uma investigação a respeito do perfil do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa no ano de 2000, a partir do quantitativo de adolescentes encaminhados ao Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) e à 2^a Vara da Infância de Juventude da comarca da Capital. Em face das conclusões obtidas na realização do referido trabalho, identifiquei a necessidade de aprimorar meus conhecimentos na temática. Assim sendo, fiz a escolha de tentar compreender a configuração que o sistema socioeducativo obteve por força constitucional, em face do processo de descentralização do atendimento ocorrido na década de Noventa.

Outro elemento que determinou a escolha do tema foi a precariedade da documentação sistematizada sobre o processo de formação do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), que se dá no bojo da Reforma do Estado. Deste modo, esta argumentação, que para mim é fundamental, possibilita entender alguns dos elementos centrais da constituição desta política pública e serve de parâmetro para meu trabalho como assistente social.

Avalio que este trabalho pode contribuir junto aos gestores desta política social na busca de alternativas que rompam com a lógica vigente, que pouco se diferencia dos padrões menoristas⁴ utilizados na construção de ações.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a formulação adotada pela política de atendimento a partir da criação do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE). A lógica de investigação ocorreu em dois momentos concomitantes. Em um, procuro analisar a processualidade histórica da Reforma do Estado e o seu rebatimento na formulação política e na gestão do DEGASE. Em outro, procuro qualificar esta história com dados censitários sobre jovens em conflito com a lei e, ao mesmo tempo, busco dar voz a alguns dos protagonistas desta política: os usuários do sistema socioeducativo, os técnicos e os gestores que lá atuaram e ainda atuam. Deste modo pretendo contemplar as quatro questões básicas a serem analisadas: a lógica de formulação que esta ação pública obteve historicamente

⁴ Faço referência ao Código de Menores vigente até parte do início da década Noventa.

enquanto política de governo, que configuração ela assumiu como política social a partir da perspectiva de Reforma do Estado, quais são os rebatimentos que traz aos seus usuários e qual a percepção dos técnicos e gestores a seu respeito.

Assim, este trabalho está organizado em dois níveis de interpretação. O primeiro trata dos elementos constitutivos desta política, relacionando-a não só a componentes de ordem sócio-histórica; como também à produção da subjetividade dos sujeitos relativa a esta base material. O segundo nível de interpretação se dá a partir da observação e da análise dos dados coletados.

É fundamental, para mim, estabelecer uma conexão com a produção de conhecimento sobre o referido tema, que identifica o objeto de pesquisa como uma construção sócio-histórica, impregnada de vários olhares. Esta construção é carregada de signos que se refletem nas relações sociais estabelecidas pelos diversos sujeitos, que por sua vez constroem relações de poder, de disputa e de dominação. Neste sentido, gostaria de acrescentar que a pesquisa proposta busca ir além da quantificação de dados, estabelecendo o estudo de elementos ligados à subjetividade, através da análise de discurso dos diversos atores sociais presentes no contexto.

Antes de iniciar a descrição dos capítulos, gostaria de esclarecer que o referencial teórico que orienta este trabalho é a criminologia crítica, sendo o trabalho de ZAFFARONI (1991) o material adotado como base de estudo. Considerando as construções teóricas do autor sobre a criminalização da pobreza, utilizo as discussões de WACQUANT (2001) a respeito da formação de um Estado Penal como alternativa de intervenção de um determinado segmento da população. Tal análise será utilizada como leitura auxiliar que irá nortear a estruturação desta pesquisa.

No primeiro capítulo, trato da violência e suas aproximações com a delinqüência, observando duas questões elementares: a desigualdade e a pobreza. Utilizo as pesquisas de WIEVIORKA (1997), WACQUANT (1994) e MINAYO (2003) para tratar alguns aspectos importantes da concepção adotada sobre a violência. Assim, emprego a análise de COIMBRA (1998) sobre as relações estabelecidas entre a pobreza e delinqüência na realidade brasileira, sendo também utilizada a discussão teórica de ZAFFARONI (1990) a respeito da “criminalização da pobreza”.

É importante ressaltar a relevância da obra dos referidos autores a respeito das formas institucionais de atuação sobre a violência, apontando que este último traz uma análise contemporânea relativa à lógica das políticas de confinamento destinadas a jovens e a adultos na América Latina, sendo possível resgatar, a partir de sua produção teórica, fundamentação suficiente para embasar a discussão sobre a realidade brasileira. Também é oportuno trazer a contribuição de FOUCAULT (1979), que estuda o espaço da prisão desde seu processo de origem como um projeto de transformação de indivíduos. É nesta lógica que vai ser analisada a proposta de ressocialização de pessoas pelas instituições, que é trabalhada por diversos autores e que dá a base do atendimento a estabelecimentos de reclusão, sejam eles para adolescentes, sejam eles para adultos.

Neste sentido, os trabalhos de BATISTA (1998) e de CRUZ NETO (2001) fornecem uma contribuição considerável ao tema, haja vista que vão estabelecer um recorte específico com relação aos adolescentes em conflito com a lei na realidade do estado do Rio de Janeiro, no processo de criminalização da pobreza.

No segundo capítulo, faço algumas reflexões sobre a política nacional com base nos estudos de BAZÍLIO (2001), GOMES DA COSTA (1998), ASSIS (2002) e CRUZ NETO (2001). Estudo também a Contra Reforma do Estado Brasileiro e suas implicações na política de atendimento. Desta maneira, é imprescindível pesquisar a organização do Estado Brasileiro na contemporaneidade, identificando suas atribuições, atores existentes e as perspectivas de controle social. Para isto serão utilizadas as pesquisas de DINIZ (1997), ARRETCHE (2000) e BEHRING (2002), que tratam do processo de reforma do Estado. Em face da necessidade de compreender os desdobramentos que este movimento acarretou às políticas sociais, utilizo LESBAUPIN (1999), que aponta as principais modificações no Estado Brasileiro na precarização das políticas sociais na segunda metade dos anos Noventa. No sentido de fundamentar como foram estabelecidas estas modificações nas políticas sociais e que implicações elas trouxeram para a estrutura de proteção social, me aproprio do trabalho de COHN (1999) e FIORI (1995).

O terceiro capítulo refere-se à constituição da política estadual de atendimento. Assim sendo, tratará do processo de gestão das políticas sociais através dos trabalhos

de FLEURY (1999) e VIANNA (1995). A partir das pesquisas de ARRETCHE (2000) é discutido o processo de descentralização das políticas sociais e que elementos são importantes para entender o processo de Reforma do Estado nos anos Noventa. Os autores mencionados darão subsídios à apresentação da organização da política de atendimento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no estado do Rio de Janeiro. Na avaliação da gestão da política formulada neste estado serão apontados os principais elementos do histórico do sistema a partir de 1990, passando pela criação do DEGASE, sua relação com a instância federal, organização das verbas e principais programas desenvolvidos nestes anos. Esta etapa também constará de relatos de profissionais que participaram do processo e antigos gestores.

O capítulo quarto trata da apresentação dos dados relativos às histórias institucionais dos usuários da política, com base na análise de discurso que se dará a partir da perspectiva dialógica de BAKHTIN (1995) e AMORIM (2000), onde será possível identificar o sentido que a referida política tem para os adolescentes que reiteradamente voltam para o sistema socioeducativo.

Em face dos dois eixos de análise propostos, os níveis macroeconômico e subjetivo, entendo a importância de qualificá-los neste trabalho.

No que diz respeito aos componentes de natureza material, identifico aqueles que são constitutivos da produção e reprodução das relações sociais próprias da sociedade capitalista. Neste sentido, gostaria de utilizar a análise de IAMAMOTO (1985) quando trata desta temática na relação capital x trabalho. A autora esclarece com detalhes o processo de extração de mais valia na sociedade industrial. Muito embora a estrutura capitalista, na atualidade, vá estabelecer outros mecanismos mais sofisticados de produção de lucro⁵, a análise da autora reconstrói o processo de exploração em sua essência. Em outras palavras, trata da organização societária pautada na exploração de grupamentos de trabalhadores, em benefício de grupos hegemônicos que detêm os meios de produção e que, através deles, estabelecem mecanismos de manutenção do poder e da desigualdade.

⁵ No decorrer do trabalho, a discussão a respeito dos mecanismos de extração de mais valia por parte do capitalismo tardio será mencionada, observando suas conseqüências para a execução das políticas sociais.

No que se refere à subjetividade, entendo que esta categoria está relacionada a valores, a signos e a construções culturais que vão se dar a partir da inserção sócio-histórica do homem. Isto significa dizer que ela é produzida a partir da relação estabelecida coletivamente entre o homem e as condições materiais de existência. O que vai embasar a discussão a respeito da subjetividade é o entendimento que CASSAB (2001) traz da questão:

A subjetividade, portanto, está referida a um campo cultural e simbólico, aos outros sujeitos, aos conflitos sociais e às ações coletivas que os sujeitos empreendem frente a esses conflitos. Assim, a subjetividade é sempre plural, é individual e coletiva e, finalmente, é construída em uma relação com a objetividade. Isto não quer dizer que ela seja reflexo, em uma causalidade unívoca, mas, que nela existe a multiplicidade presente na cultura e também a dinâmica da própria subjetividade com as peculiaridades das vivências das histórias que cada sujeito carrega consigo. (CASSAB, 2001:32)

A autora elucida que tal processo de construção simbólica no capitalismo se dá no universo da cultura. Esclarece ainda que os domínios da cultura se expressam nos diversos níveis da vida social e, em função das modificações ocorridas na forma de produção do capital, outras alterações aconteceram na construção da subjetividade. A transformação de sujeitos em consumidores e o consumo integrado ao sistema de produção é que, juntos, passaram a impor novas demandas identitárias para os sujeitos. Neste sentido, o consumo passou a ser uma estratégia de obtenção de pertencimento, uma vez que consumir está associado a ter e ser.

Considerando o diálogo estabelecido com estes autores, penso que é fundamental esclarecer que esta proposta de estudo parte de uma lógica alteritária na concepção do objeto de pesquisa e da análise do mesmo no contexto social e histórico em que está inserido. Esta perspectiva traz à discussão o processo de investigação a partir de um referencial dialógico.

No processo de pesquisa nas ciências sociais, segundo AMORIM (2000), só é possível produzir saber a partir das relações alteritárias. Neste sentido, a mesma faz algumas considerações a respeito da relação entre o pesquisador e o objeto e assinala a necessidade de identificação do que é estranho com algo que é familiar. Desta forma, trago o trabalho de AMORIM (2000) como contribuição à discussão do dialogismo na pesquisa social. Ela discorre sobre a necessidade de que o objeto de pesquisa seja

retraduzido durante o percurso de produção da investigação, para que possa romper com a perplexidade da estranheza e estabelecer junto ao objeto um encontro onde se assume “a posição de anfitrião e de hóspede ao mesmo tempo” e “uma busca de abrigar e traduzir”, tal como a autora esclarece:

Tomamos como ponto de partida para nosso trabalho a seguinte proposição: a estranheza do objeto de pesquisa afirmada enquanto a própria condição de possibilidade desse objeto. Assim, atribuímos à alteridade uma dimensão de estranheza porque não se trata do simples reconhecimento de uma diferença, mas de um verdadeiro distanciamento: perplexidade, interrogação, em suma, suspensão da evidência. A atividade de pesquisa torna-se então uma espécie de exílio deliberado onde a tentativa é de ser hóspede e anfitrião ao mesmo tempo⁶. Num primeiro momento, poderíamos dizer que o pesquisador é aquele que é recebido e acolhido pelo outro. Mas, nesse caso, qual a diferença entre pesquisa e viagem? Na verdade o que queremos propor é a idéia de que o pesquisador pretende ser aquele que recebe e acolhe o estranho. Abandona seu território, desloca-se em direção ao país do outro, para construir uma determinada escuta da alteridade, e poder traduzi-la e transmiti-la (AMORIM, 2001: 26)

É importante chamar atenção para dois elementos que são fundamentais na compreensão da alteridade na produção de pesquisa: o primeiro é a identificação das fronteiras entre o pesquisador e o pesquisado. Observa-se que estas são um lugar de contato com o outro que podem ser utilizadas como espaço de emancipação ou de opressão cultural. O segundo elemento que chama atenção na referida discussão é a tradução. Neste sentido deve ser considerado que existem enunciados que não têm “tradutibilidade”, que são construções culturais que não podem ser reduzidas a componentes que guardam a memória dos textos e contextos em que foram produzidos.

A relação estabelecida entre o pesquisador e seu objeto não é algo espontâneo, provocado pelo encontro que se dá com algo que é desconhecido e que se quer conhecer, que é estranho. Esta relação de identificação do outro como estranho é fundamental para o reconhecimento da alteridade, haja vista que tal lógica é propiciada a partir da percepção da inexistência do diálogo e da perda do sentido da comunicação. Todavia, a compreensão da alteridade por si só não implica na construção de uma

⁶ A autora traz a seguinte nota: “Em francês, o equivalente é a palavra *hôte*, termo que significa tanto hóspede como anfitrião. A ambigüidade aqui é bastante útil para a fórmula que propomos: ‘Être hôte dans le pays de l’autre.’”

relação de igualdade. A identificação da diferença entre o lugar daquele que se quer conhecer e o lugar daquele sujeito a ser conhecido vai atravessar o processo dialógico e configurar os níveis de alteridade possíveis. Muito embora, em face do contexto, possa existir o fascínio em relação ao outro, isto não impede que as representações sociais do pesquisador em relação ao pesquisado sejam de desvalorização daquele sujeito ou daquele espaço que ele ocupa. O não reconhecimento do lugar enunciativo do outro (em face da diferença) pode levar a uma relação de desigualdade.

Novamente utilizando o pensamento de AMORIM (2000), gostaria de recorrer às três figuras mitológicas na questão da compreensão da alteridade: Górgona, Dionísio e Ártemis.

A perspectiva alteritária a partir de Górgona expressa uma alteridade radical, que inspira horror porque é a oposição absoluta, é um outro totalmente estranho com o qual não se tem parâmetro de semelhança. O vulto do monstro que fica escondido na gruta e que tem o poder de petrificar aqueles que ousam lhe encarar pode ser utilizado como forma de expressão do pavor da ausência da compreensão do outro. Diferença é sinônimo de rompimento com a possibilidade da semelhança.

Em Dionísio, a imagem de alteridade é próxima, haja vista que é possível tornar-se provisoriamente o outro durante um breve momento, que é efêmero, mas que traz como retorno a internalização posterior da alteridade a partir do contato com o lugar do outro. É o encontro que possibilita a troca com o outro e a modificação de si mesmo em razão disso.

Em Ártemis, a alteridade é integradora ao estrangeiro. É o poder civilizatório com que se almeja traduzir as significações a partir da sua lógica, deixando o lugar da diferença para o da semelhança. É a dominação, é o conhecer para depois subordinar o outro.

Assim, em face destas três figuras e dos três níveis de alteridade que expressam, gostaria de relacionar o objeto de estudo definido e pensar que tipo de relação eu almejo. Em que medida busco a alteridade de Dionísio e acabo me deparando com a de Górgona? Como é possível romper com a lógica civilizatória de Ártemis na produção de saber?

INTRODUÇÃO:

Após esta breve apresentação, gostaria de trazer algumas reflexões a respeito da minha aproximação com o objeto de pesquisa: o adolescente em conflito com a lei e a política de atendimento proposta para ele no estado do Rio de Janeiro.

Um dos meus objetivos de investigação seria comparar a forma como eles entendem o processo de institucionalização com a proposta da política de atendimento. Posteriormente, modifiquei esta lógica para melhor compreender o sentido atribuído pelo menino à proteção social no interior do sistema socioeducativo, posto que entendo que a linguagem reflete e refrata a realidade e que esta é percebida pelos signos e por eles falada, a partir das interações verbais socialmente organizadas.

Meu propósito seria então trabalhar com aqueles adolescentes que retornavam ao sistema por diversas vezes. Fazer uma avaliação do impacto da política de atendimento e principalmente perceber o sentido que o sistema tinha em suas vidas.

Pensava em entender o significado da instituição para eles, mas à medida que refletia o que era o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) para os adolescentes, acabei por começar a compreender o que era o DEGASE para mim.

Em face das dificuldades em realizar as entrevistas, conforme pontuarei posteriormente, tive que inverter o processo, optar por trabalhar, inicialmente, apenas com a segunda perspectiva: o significado do DEGASE e do sistema socioeducativo para os meninos no processo de elaboração desta pesquisa. Espero que esta experiência possa ser útil como forma de registro da construção deste trabalho.

Fazer mestrado é mais difícil do que eu pensava. Não me refiro a participar das atividades acadêmicas, mas ao processo que se desencadeia na vida dos mestrandos, à medida que são elaborados novos conceitos e idéias em suas mentes. É quando a

realidade passa a ser pensada a partir de outros elementos que não apenas aqueles vinculados ao senso comum.

As modificações não se dão apenas na sua vida profissional, de forma individualizada e centrada em si mesma, mas na maneira em que se percebe o outro. A relação alteritária se dá também no espaço da academia, à medida que há troca com outros que são estranhos, seja nas suas concepções de mundo, seja nas outras questões que atravessam o espaço universitário. O espaço acadêmico é polifônico, atravessado por várias vozes que são contextualizadas de diferentes maneiras. São discursos que se confrontam e se agregam ao longo do tempo. Esse caldo de diferentes concepções, que são alteradas e reorganizadas na proporção vão se estabelecendo encontros e trocas com outros olhares e práticas, vai modificando sua forma de compreender o objeto e sua forma de se relacionar com ele.

EU E MEU PRÓPRIO UMBIGO:

A perspectiva de estudar o espaço em que eu trabalhava parecia para mim perfeita: não precisava recorrer a outro lugar, mas àquilo que, pensava eu, era conhecido. Errado! Como eu estava enganada, pensando que poderia continuar a estabelecer os mesmos vínculos de antes no meu espaço de trabalho.

As mudanças não se deram pelo fato de eu fazer mestrado, mas pela forma diferente com que passei a ser tratada por alguns dos meus colegas de trabalho. Eu era “diferente”. Era uma mestranda, e não mais a colega de antes. Por isso, minhas interferências eram vistas de outra forma por alguns, o que se falava era cuidadosamente pensado para que fosse digno da mestranda que ali estava ouvindo. Se por um lado ocorria uma modificação da minha relação com o outro por conta do lugar que agora eu ocupava, por outro, não compreendia meu trabalho e os meninos da mesma forma que antes. Talvez eu tivesse me tornado um pouco Górgona para os meus colegas do DEGASE que, tomados de horror diante do total estranhamento, não conseguiam me compreender. Realmente, o meu discurso não era mais o mesmo! O texto já havia se modificado. Ocorria uma nova intercontextualidade: novas vozes que traziam para mim contradição, ambigüidade. Assim, os colegas tinham razão em

modificar suas falas, pois eu já havia sido contaminada pela “vida acadêmica” e fazia elaborações que eram diferentes das de antes. Falava de outro lugar e não falava mais para iguais, até porque eles já eram diferentes para mim. A minha escuta também já não era a mesma e acredito que, mesmo que eu não falasse, meus gestos, olhares expressariam minhas opiniões. Passei por diversas fases neste processo: primeiro acreditava que os livros me dariam todas as respostas, depois percebi que não. Tive a fase de acreditar que as pessoas estavam divididas entre as boas e as más. Aquelas que eram politicamente corretas, que trabalhavam atreladas a um compromisso profissional e lutavam arduamente pelos seus princípios e as outras. Maniqueísta, eu pensava que existiam as outras que, por não acreditarem em compromisso profissional, talvez por não acreditar que aqueles meninos tivessem alguma possibilidade de interação social, não conseguiam elaborar ações que ultrapassassem a guarda e a contenção. Felizmente eu estava errada nas avaliações que fiz. A universidade não me daria tudo e não existiam seres bons ou maus no sistema socioeducativo; existem pessoas diferentes que possuem subjetividades diferentes, que estão relacionadas aos contextos sócio-históricos. E com BAKHTIN (1995), começo a dialogar sobre a polifonia.

Penso que posso utilizar BOURDIEU (1996) para entender em que proporção as disposições para alguma atividade, interesse e profissão estão relacionadas às relações sociais estabelecidas. As possibilidades materiais, as relações comunitárias, as informações culturais recebidas. Todos, eu e os outros, buscamos sobreviver, e muitas vezes alguns naturalizam a miséria, o sofrimento do outro, pela impossibilidade de conseguir identificar outras alternativas de ação para suas próprias existências. No meu caso, a universidade pôde interferir nesta lógica, porque eu queria que o conhecimento modificasse a minha forma de compreender a realidade e de lidar com ela. Consegui ter acesso àquele espaço e pude usufruir intelectualmente dele. Provoquei um encontro com outros diferentes de mim, que ocupavam o lugar da Universidade na busca de respostas. Queria superar o estranhamento inicial com a dúvida, o medo de me confrontar com outras verdades. Mas será que eu queria ser civilizada por ela? Mudar à sua moda ou sair outra e internalizar uma experiência alteritária que pudesse modificar alguns de meus conceitos? E os outros, os que

continuavam no espaço institucional? Cada um a seu modo, naquele lugar de encarceramento, vinha buscando alternativas de encontrar a solução ideal para resolver a velha questão: o que fazer com os meninos que ninguém quer? O que esperar de um lugar em que ninguém quer ficar? Eu continuava a tentar dar familiaridade ao estranho.

DAS TENTATIVAS ATÉ A DECISÃO:

A história do significado do meu objeto de pesquisa confunde-se com minha vida profissional e, para que isso fique mais claro, farei algumas observações sobre a minha aproximação com o tema, no decorrer de minha trajetória de trabalho.

Quando comecei a pensar na forma de execução do que eu havia programado metodologicamente para a pesquisa, refletia sobre o estudo da configuração do sistema a partir de planilhas, documentos, projetos elaborados. Compreendo agora que naquele momento não havia a pergunta principal: para quem serve o DEGASE? A quem era destinada aquela política e quem era o destinador naquela instituição? Responder a esta pergunta demandava um esforço que necessitava da adoção de outras estratégias vinculadas a um outro esforço, que há tempos eu não conseguia enxergar porque me era invisível: ouvir o outro, o destinatário, aquele que dava o sentido àquelas práticas institucionais que eu e outros profissionais tanto buscávamos compreender e que há anos continuavam montadas da mesma forma. Assim, depois de muito ser instigada por minha orientadora⁷, pude identificar que precisava ouvir e saber deles (os meninos) suas percepções sobre os espaços institucionais e em que medida aquele lugar significava para eles confinamento, proteção social ou qualquer outra coisa que eu não tivesse pré-definido no projeto. Se eu já soubesse, não haveria o encontro, pois já seria conhecido, e a riqueza estava na compreensão de que esta verdade não era conhecida. O outro, a quem eu me dirigia, tinha também que ser aquele para o qual toda aquela estrutura tinha sido criada. Não bastava trabalhar com alguém que, tal como eu mesma, estava naquele espaço por causa dos meninos. Antes de tratar da lógica “ilógica” que foi iniciada após a decisão deste recorte metodológico, gostaria de expressar como foi a construção do adolescente infrator na minha subjetividade. Ela foi

⁷ Foi fundamental neste processo angustiante de indefinição metodológica.

tecida a partir do contexto material em que me encontrava e se modificou à medida que me questioneei sobre o que sou e quem sou naquele lugar. A minha indagação naquele contexto produziu novos estranhamentos e novos interesses que vêm ampliando fronteiras, esbarrando em outras.

DA INSTITUIÇÃO:

Antes de serem “adolescentes infratores”, os jovens que percorrem o sistema já tinham sido “menores infratores” para esta sociedade, pois me deparei com esta questão em 1989, na época do Código de Menores. A discussão a respeito de direitos da infância estava em pleno andamento, e os movimentos populares estavam engajados na luta pela garantia de uma legislação que rompesse com os parâmetros em vigência. Na ocasião, eu era uma recém-formada assistente social, saída de uma Universidade em efervescência - a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O Serviço Social encontrava-se em guerra, dentro e fora do ambiente universitário, disputando espaços e rompendo com o ensino da profissão em uma perspectiva conservadora. É importante lembrar que, naquela época, a profissão buscava encontrar muitas respostas a respeito de si mesma. Neste contexto estava eu, mergulhada, na primeira turma do novo currículo: não conseguia aprender o clássico e tinha um discurso político pronto para lutar contra as desigualdades e a favor da classe trabalhadora. É interessante colocar que a lógica de formação em que fui treinada fazia uma diferença gritante no processo de aprendizagem. Se por um lado eu já tinha acesso às produções do Serviço Social em uma perspectiva histórico-estrutural que discutia criticamente a questão social, por outro eu possuía também um treinamento por parte da ala conservadora da Escola que construía uma historicidade do Serviço Social, a partir de suas protoformas como um processo evolutivo, gerado a partir de si mesmo e desconectado do contexto das relações sociais. Era uma assistente social que tinha formação de militante (mesmo sem ser uma pessoa engajada no movimento estudantil). Isso faz sentido se for observado o contexto da época vivida, na qual as universidades pouco recebiam das produções de Marx e ainda estavam repletas de vozes que

interpretavam, de forma equivocada, o pensamento marxista.⁸ Além das muitas vozes que se configuravam em um caldo de estranhamento do pensamento marxista, os movimentos sociais e a alternativa da participação política traziam um mundo absolutamente novo, que era completamente estranho a muitos jovens. Ele trazia ambigüidade, contradição, disputa de poderes que queriam a abertura política, que queriam respostas às demandas represadas durante os anos ditatoriais. O Serviço Social e eu estávamos nos descobrindo. A profissão no processo de conhecimento sobre si mesma e eu me conhecendo através da profissão.

A temática “meninos de rua” era extremamente atraente, uma vez que havia grandes movimentos sociais discutindo e lutando pela ampliação dos seus direitos sociais. Fui “desafiada” a participar de tais momentos e consegui um emprego no CRIAM (Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor). O CRIAM,⁹ em 1989, era ainda administrado pela FUNABEM e articulado com as prefeituras do estado do Rio de Janeiro. Aquele era um projeto de vanguarda na época, haja vista que já tratava da descentralização do atendimento, que foi uma das diretrizes da política do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

Eu era só um pouco mais velha do que eles, os meninos. Não sabia nada sobre adolescentes infratores, nada sobre as comunidades onde moravam, nada sobre suas vidas. O que eu sabia era que deveria estar pronta à defesa da classe trabalhadora. E sabe como eu fiz?

Primeiramente me preocupei em ter uma linguagem, um falar próximo ao deles, dando acesso a minha intimidade; comer junto, entrar nos alojamentos, sentar nas camas e conversar, preocupava-me em jogar bola, enfim, tudo que pudesse me aproximar deles. Isto significava buscar, à minha moda, um tratamento igualitário, o que não deu certo em alguns aspectos. O mais interessante disso é que a leitura que eles faziam dessas minhas atitudes era de como se elas dessem sinais de meu interesse sexual por eles, o que, efetivamente, não estava nos meus planos. A possibilidade de ser assediada sexualmente por qualquer um deles não fazia sentido para mim. Da

⁸ Ver em QUIROGA, C. *A invasão positivista no Marxismo*: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

⁹ Projetado no início da década de Oitenta e implantado pelo Governo Federal no ano de 1988 em todo estado do Rio de Janeiro. A União repassava a verba federal para a instituição através de convênios com prefeituras, entidades públicas e filantrópicas que administravam as unidades de atendimento.

mesma maneira, eles não entendiam que eu queria apenas me aproximar. As mães, por sua vez, me achavam muito jovem para ser “a técnica”, e por diversas vezes vi a diretora da unidade dizer que eu era realmente a assistente social e que elas (as mães) poderiam ficar tranquilas que eu era competente para fazer meu trabalho. Pensava em romper o meu estranhamento inicial a partir da ilusão de me tornar um igual, como se eu não fosse formada em um contexto sócio-histórico diverso do deles, que me impedia de vê-los como adolescentes. No íntimo, muitas vezes o medo me abateu e, outras tantas, tive vontade de não voltar a passar na porta do CRIAM. Existiam frases, encaminhamentos lógicos que não faziam parte da minha coerência, pelo simples fato de não serem traduzíveis à minha concepção de mundo, por não estarem afinados com a minha compreensão de sociedade. Não ocorria a tradução porque aquelas eram construções culturais que tinham sentido a partir da memória e do contexto em que foram criados, tal como AMORIM (2000) aponta.

Apesar de acreditar que aquela estratégia era uma aproximação capaz de romper com fronteiras, eu praticava todas aquelas ações a partir do meu ponto de vista, das minhas vivências, do meu capital cultural, e eles o faziam a partir do referencial deles. Não havia encontro. O mais grave disto é que eu acreditava que aquela aproximação romperia nossas diferenças e conseguiria estabelecer o diálogo. Era um estranhamento de tal ordem que me levava ao horror, pois não se encaixava na minha lógica. Era como Górgona. Na época acho que era para mim o diferendo, ou seja, algo que não encontrava tradução nem sentido algum. Como jovens podiam ser tão diferentes do que eu fui? Por que nossas discussões sobre as questões de classe na maioria das vezes não possuíam sentido para eles? Por que voltavam para as instituições? Por que fugiam das instituições? Por que não havia a identificação com a proteção social? Por que se marcavam? Por que se cortavam? Por que tanto ódio? Minha vida no DEGASE sempre foi repleta de porquês sem respostas, de desencontros com o outro.

O meu estranhamento, em relação aos adolescentes, me levou a adoção de outro tipo de comportamento: radicalizei e caminhei em direção ao lado oposto. Seria o distanciamento do objeto que me daria a dose ideal de aproximação? Tinha dúvidas quanto ao que vestir, porque a roupa certa (acreditava eu) faria a mágica de me colocar

no lugar certo. Acreditava que a partir desses mecanismos eu poderia coletar os dados que achasse relevantes e fazer meu trabalho. Queria dominá-los, fazer do meu jeito. Eles que deveriam vir até a mim. Todavia, meu trabalho também era pautado na interação com eles. Havia me tornado Ártemis, o técnico e seu poder civilizatório. O controle institucional que deseja “deformar” o outro a partir do parâmetro burguês. Mas eu não sabia isso tudo, só queria sobreviver lá dentro e me enquadrar como os outros profissionais que ali estavam. Dar sentido a minha existência profissional.

A interação que eu sempre persegui dava-se a partir do meu ponto de vista; era a partir das minhas experiências cotidianas que eu buscava a aproximação. Posso arriscar dizer que não é possível engessar a experiência de um segmento a partir do olhar do técnico, tampouco acreditar que o técnico vai deixar seus conceitos, estabelecendo uma relação perfeita entre ele e o usuário. Empregando esse referencial, me atrevo ainda a dizer que cada um deles, o técnico e o usuário, é influenciado por toda esta carga simbólica decorrente de suas experiências cotidianas. A proposta do técnico deverá estar vinculada a uma relação onde sua percepção não esteja apenas atrelada a uma experiência próxima, ou seja, uma avaliação a partir de seus próprios conceitos. A percepção do adolescente a respeito do sistema socioeducativo e das implicações que esta inserção vai trazer à sua vida é primordial na construção de uma proposta de ação. Com base na leitura de BAKHTIN (1995), é possível entender que os signos estão relacionados à forma de percepção de pontos de vista na compreensão do eu.

Os signos são objetos naturais, específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade, ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc (BAKHTIN,1995:32)

Desta forma, a relação estabelecida entre o técnico e os meninos é permeada por signos ideológicos que são fragmentos de uma realidade vivenciada por cada um deles. Conforme esclarece BAKHTIN (1995), a compreensão de um signo se dá a partir de sua aproximação com outros signos. É uma cadeia onde um signo se desloca para outro novo a partir da criatividade e da compreensão ideológica. Observando este

contexto, identifica-se que a palavra é um mecanismo ideológico por onde os signos se manifestam. Ela só tem sentido ideológico a partir da relação com o outro, nos enfrentamentos, nas contradições e na formação de novos signos. Para o assistente social, a linguagem é um elemento essencial de trabalho, já que a partir dela busca-se “uma ação global de cunho socioeducativo, voltada para a mudança de se sentir, de ver e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos (IAMAMOTO,1994:101)”. Portanto, tal como é para Bakhtin, a linguagem no Serviço Social é um fenômeno de transformação social, e este é um processo de transformação marcado pela reflexão e refração de signos ideológicos, que são contraditórios no contexto das diferenças de classe

Assim, as classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Conseqüentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditório. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta plurivalência social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. (BAKHTIN,1995:46)

Os signos ideológicos são instrumentos de transformação por embates constantes das classes através da língua. No discurso, dependendo do referencial teórico que se adota, o uso de conceitos pode remeter a uma perspectiva moralizante do que é certo ou do que é errado.

A proposta do pesquisador deverá estar adjacente a uma relação onde sua percepção não seja apenas uma experiência próxima, uma avaliação a partir de seus próprios conceitos. É necessária a compreensão do outro e identificar que as pessoas envolvidas também são definidas a partir da sociedade em que vivem. Com base nisso, cabe ao pesquisador valorizar o entendimento das formas simbólicas que as pessoas utilizam para se representarem. Todavia, esta discussão ainda não é suficiente para o respeito à diferença. As verdades construídas para dar conta do diferente, ao longo da história, têm se voltado para explicações que reforçam a desigualdade, tal como esclarece PIERUCCI (1990):

Meu argumento é que a focalização da diferença acaba roubando perigosamente a cena da igualdade, posta sempre já como antítese daquela

no senso comum conservador, reativado nos tempos que correm por toda sorte de interpelações autopreferenciais e socialdarwinistas presentes nos discurso recentes das direitas “liberais” e “nacionais” . (PIERUCCI, 1990: 27)

Portanto, não existe uma verdade, mas várias interpretações da verdade que estão relacionadas ao contexto em que são construídas. A questão é que elas também são produzidas a partir das várias vozes, dos antagonismos e da formação de novos signos; por isso, nem sempre conseguem expressar os diversos sujeitos envolvidos. Nas interpretações dos signos ideológicos, os sujeitos tentam defender seus interesses e, assim, através da palavra, garantir a manutenção de suas verdades.

Quero pontuar minhas preocupações com a perspectiva da ética na relação com o outro. Gostaria de apontar a necessidade de me remeter à garantia de direitos e romper com a justificativa moral que legitima as arbitrariedades. Esta colocação reporta-se à dificuldade de estabelecer dentro dos espaços institucionais uma política de direitos humanos. Está entranhado dentro da cultura prisional que aquele que rompeu com a ordem não merece ser tratado com dignidade. Assim sendo, esta mesma cultura justifica toda série de situações contrárias à garantia do acesso a direitos.

Retomando o trabalho de AMORIM (2000), gostaria de pensar em que medida, nesta temática, o “nós” é considerado. Em outras palavras, na política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei não existe o espaço para a semelhança entre os sujeitos, existe o espaço do “eu”, do “tu” e do “eles”, mas não se trata do “nós”. Eles não têm o direito de escolha porque já estão marcados socialmente pela exclusão e pela violação de direitos. A diferença justifica o genocídio. O adolescente em questão não tem voz. São feitas análises, perfis a seu respeito. Todavia, o que ele pensa e decide não aparece porque já foram julgados, tal como os judeus em Auschwitz.

Retomando a discussão a respeito de lugares e de discursos, à medida que minha inserção profissional ocorria, identificava empiricamente que eu estava apenas no lugar do técnico e eles no lugar do outro. Se por vezes eu conseguia ir ao lugar deles e estabelecer o diálogo, isto não era uma situação definitiva, pois eu não deixaria de ser o que sou: uma assistente social que depois retomava o seu lugar renovada. Fui percebendo que, independente das roupas e do linguajar usados por mim, eles já

conheciam seus lugares: o espaço social já estava definido, e todos nós, intimamente, sabíamos que não éramos iguais. Onde estava o espaço da interação?

Eu tinha o poder da caneta e do papel, que traduziam-se na autoria de relatórios e eles precisavam prestar obediência e ter bom comportamento se quisessem voltar para as ruas pela “porta da frente”, conforme eles diziam.

O ser “técnico em alguma coisa” nos dá um poder fenomenal sobre a vida do outro. No meu caso, tendo o direito de se manifestar no processo, se tem tudo. Existe produção de texto nos pareceres: linguagem, valores, signos e ideologia. Se é Ártemis. O parecer técnico (o eu) é uma manifestação de saber materializada e cristalizada, destinada a alguém em especial [todo o discurso é dirigido a alguém (o tu)] que tem poder de interferir na vida pública e privada de um indivíduo (o ele) em nome do Estado. Esta atuação na maioria das vezes é de controle, é usada para a dominação do outro. Onde um outro, que está completamente desconectado historicamente da vida do adolescente, acaba por decidir a sua vida, tal como explica NUNES (2000):

(...) a palavra revela o que é dito, os interlocutores e sua vinculação com o reconhecimento social dos direitos de falar e ouvir, do lugar de onde se fala [o eu de Benveniste (1991)], de onde se ouve ou a quem se dirige o discurso (o tu), e de quem se fala (o ele). As pessoas do discurso são pessoas socialmente reconhecidas e definidas como cidadãos, a partir da complexa rede de relações sociais. O aparecimento destes sujeitos e os seus lugares sociais vão conferir diferentes significados à sua comunicação, às vezes desviando suas percepções e confundindo esses lugares, definindo-os como sendo os únicos possíveis de serem reconhecidos em suas existências. (NUNES, 2000:64)

A palavra, o discurso, é um instrumento de expressão de signos ideológicos. Mesmo que o parecer esteja vinculado à apreensão de algo relacionado às crenças, idéias e símbolos que aquele sujeito possui, o rompimento da privação de liberdade depende da interpretação que o poder judiciário (o tu) vai dar ao material construído. Isto pode significar que a permanência dos adolescentes no espaço institucional não está atrelada apenas às palavras, mas aos significados que elas têm para quem o discurso é dirigido. A avaliação daquele segmento com certeza poderá ser diferente daquela que o autor, o técnico, quis dar. Assim sendo, estas questões apontam para a fragilidade que a lei tem, haja vista que não é ela que garante direitos, mas a

interpretação que se faz dela a respeito de um outro é que define quem tem acesso aos direitos.

Alguns anos depois, já trabalhando com meninos de rua em uma ONG, precisei pensar novamente o que era o meu fazer profissional. Eu ia com uma equipe de agentes educacionais para as ruas, com o compromisso de assistir aqueles adolescentes que viviam no centro do Rio de Janeiro. Eles passavam o dia no projeto e à tarde eram dispensados para voltar às ruas; no dia seguinte começávamos tudo de novo, até que individualmente eles manifestassem o desejo de ir para alguma das casas-lares de que a instituição dispunha. Contudo, como este era um projeto voltado para os adolescentes que não haviam obtido êxito nas casas-lares e nas outras alternativas de atendimento da instituição, a equipe necessitava fazer um processo de convencimento frente à direção institucional, indicando que dessa vez a conduta daquele jovem seria diferente. E eu novamente estava trabalhando com aqueles que ninguém queria. Minha intervenção era pautada em um julgamento “moral”, construída a partir do lugar onde me encontrava. Os meninos, muito sábios, entendiam perfeitamente toda aquela história e, por diversas vezes, abortavam situações de retorno institucional, esclarecendo para nós que eles não tinham jeito e que não adiantava acreditar neles. Alguns morriam. Reproduziam a ordem das coisas (BOURDIEU, 1996). Alguns eram presos e a equipe, junto com a assessoria jurídica de centros de defesa dos direitos da criança e do adolescente, muitas vezes, fazia o papel da família, participava das audiências, das visitas e do acompanhamento do processo.

Em uma destas vezes, tive a oportunidade de conhecer o Instituto Padre Severino, porque um dos meninos que eu acompanhava tinha sido apreendido, sem que fosse possível fazer contato com sua família. Apesar de já ter trabalhado no sistema socioeducativo anteriormente, não era comum transitar pelas diversas unidades.

Até hoje esta prática é comum. Um técnico dá parecer ou sugere que um adolescente seja encaminhado para uma outra unidade do sistema¹⁰, na qual ele nunca entrou e da qual só conhece o funcionamento teoricamente, de fora. Esta prática, que é reforçada institucionalmente, causa alguns transtornos no que se refere a garantir

¹⁰ Onde cumprirá outra medida socioeducativa em face do acompanhamento do caso.

direitos, uma vez que, não raro, o que se encontra nos projetos e nos documentos explicativos, muitas vezes, não corresponde à realidade. Ou melhor, é apenas um recorte daquela realidade, em um dado momento, entendida pelo seu idealizador.

As pessoas não têm oportunidade de conhecer muito bem o sistema porque na maioria das vezes possuem uma atuação fragmentada, construída por anos em uma determinada unidade. A melhor maneira de se conhecer o sistema é passar por “castigo geográfico”¹¹, pois à medida que o funcionário é encaminhado para outras unidades vai construindo sua forma de entender o sistema, conhecendo novas pessoas e sendo conhecido por elas. Os mais antigos e os mais punidos acabam por ter maior respeitabilidade no DEGASE.

A permanência do técnico em uma única unidade faz com que ele se assemelhe a um naufrago em uma ilha cercada por diversas outras ilhotas cheias de meninos. Sobreviventes de um naufrágio, todos tentam expressar que suas ilhotas são as melhores ou as piores do DEGASE e, com esse clima de rivalidade, as direções durante os anos foram utilizando as brigas entre concursados e contratados, entre Instituto Padre Severino e Escola João Luís Alves, entre técnicos e agentes, enaltecendo as diferenças e dificultando o diálogo, sem que os funcionários do Departamento pudessem se dar conta minimamente de como funcionava o conjunto.

Conforme estava sendo colocado antes, o adolescente atendido na ONG não queria ser achado por sua família e sonegava informações sobre o seu paradeiro. Competia à equipe estar junto à instituição, buscando dar voz e garantir direitos àquele jovem. Assim, enquanto aguardava o contato com a colega do Setor Técnico, observei do meu lugar de “técnica estrangeira” a forma como os meninos eram tratados pela assistente social que estava na Unidade.

Descrever a instituição é fundamental, pois, até hoje, quando onze anos já se passaram deste momento narrado (depois disso, perdi a conta das vezes que entrei lá), o cheiro de “gente guardada” ainda me vem à lembrança. Na época, um lugar feio, escuro e muito triste, com gente muito triste.

¹¹ Castigo geográfico é uma estratégia bastante empregada no serviço público para penalizar o funcionário. À medida que as atitudes se configurem em uma ameaça àquela gestão, é comum que ele seja transferido para outro município distante daquele da sua moradia, obrigando o mesmo a modificar completamente sua vida privada em função da nova lotação.

Naquele período, o IPS ainda estava sob a responsabilidade dos funcionários da FUNABEM. Agora que estou escrevendo, tenho dúvidas se naquela época a situação institucional era tão ruim, ou, se depois de ter sido assumido pelo Governo do Estado, o IPS teve uma piora significativa. Entretanto, a memória que trouxe daquela unidade foi sendo formada por estas vivências que carreguei durante todos os anos em que entrei naquele espaço, atendendo adolescentes que me relataram as atrocidades lá sofridas e que têm um sentido específico para mim, completamente intraduzível, pois o que eu vivi se deu de maneira única, diferente do que ocorreu com cada um daqueles técnicos que já tiveram passagem naquele espaço. Estas colocações têm sentido, posto que quero explicar a minha observação sobre a aproximação que a assistente social da instituição teve com um outro adolescente que foi à sua sala. Ele era atendido enquanto eu esperava minha vez de conversar com ela sobre o caso já relatado.

O jovem chegou meio arredio, talvez tenha dito algum desaforo, bem baixinho, não sei. O que sei e que ficou marcado em minha memória é que ela disse bem alto que não tinha medo de “marginal” e que ele não tinha jeito, por isso estava ali. Depois fez algumas perguntas, que foram respondidas em voz baixa pelo jovem, que não levantou mais os olhos e saiu com as mãos para trás, norma institucional que se mantém até hoje. Naquele momento eu não sei se o menino sentiu medo, mas eu senti. Bobagem, era apenas uma mulher de meia idade, cansada e muito aborrecida com as mudanças que ocorriam no seu trabalho. Ela sabia que em pouco tempo o governo estadual assumiria aquela estrutura e talvez não soubesse o que fazer de sua vida, pois aquele era o seu espaço conhecido.

Não lembro o que conversamos, lembro que ela me tratava como uma pessoa que estava comprometida com uma situação absurda, que não possuía sentido - e eu trazia o diferendo: a defesa de adolescentes que para ela deviam estar ali porque eram culpados, “marginais”. O que importa para mim disso tudo é que aquele momento marcou a minha forma de compreender aquela instituição: o Instituto Padre Severino era apenas um espaço de “gente guardada”, superlotado, com poucas chances de proteção social. Se eu estivesse inserida naquele espaço institucional, naquela época, minha memória da situação seria completamente diferenciada de todo o relato feito. Entretanto, o meu estranhamento se devia ao desconhecimento das práticas daquele

lugar. Isto não significa que se fosse funcionária daquela unidade eu não ficaria chocada com atitudes como aquela que narrei anteriormente. Quero dizer que estar mergulhada naquele espaço daria um outro sentido aos fatos ocorridos; uma outra (inter)subjetividade seria criada. Eu poderia naturalizar práticas violentas e desrespeitosas, identificar a impossibilidade de atuação naquele lugar, ou ainda buscar novas alternativas de atuação que não fossem moralistas e que permitissem a execução de meu trabalho a partir de outros paradigmas. Qualquer que fosse a opção, ela seria relacionada àquele espaço institucional, a um período histórico e aos conceitos que eu carregasse comigo a partir de minha compreensão teórica. Todavia, a minha memória vai resgatar na atualidade um caldo resultante destes aspectos mencionados, acrescidos do meu estranhamento ao espaço e ao tempo decorrido daquela situação. A relação interessante entre a memória e o tempo mostra que o processo de recordação será modificado de acordo com o momento vivido no presente, e isto tem um sentido na atualidade que será diferenciado no futuro, tal como FERREIRA (1996) esclarece em seu trabalho.

Depois do ocorrido, eu estive naquela Unidade em diversas ocasiões. Entretanto, todas as vezes que lá fui, independente da época, me chamava a atenção a falta de movimento. Que lugar silencioso, mesmo superlotado! Barulho, somente na área administrativa e no pátio interno, onde os meninos eram mantidos quando saiam dos alojamentos. A piscina, sempre vazia, os jardins, só com os pássaros...

Nos relatos sobre a rotina institucional, um dos jovens aponta a vida de encarceramento, de ociosidade e dos mais diversos castigos, contrariando, frontalmente, tudo o que se esperaria de uma proposta socioeducativa:

No Padre Severino não tem nada, a gente fica só no alojamento, a gente só sai para tomar café, para almoçar e para jantar". No resto do dia os jovens ficam presos aos alojamentos superlotados, cada um com cerca de 50 jovens. Esses locais cheiram a mofo e estão cheios de ratos, segundo depoimento dos adolescentes. Os meninos dizem trocar de roupa apenas duas vezes por semana, o que os incomoda profundamente(...).(ASSIS, 2002)

A idéia de trabalhar com os adolescentes que conviviam naquele espaço não buscava a denúncia, pois grande parte da população já sabe, através da imprensa, há muito tempo, o que lá acontece. A idéia era entender como é viver e voltar para este

lugar. Que memórias são construídas a partir deste espaço. O adolescente que está hoje no DEGASE não é o mesmo que estava há 14 anos atrás, quando iniciei minha vida profissional. Quero dizer que ele não vive o mesmo contexto, e que, portanto, vai construir sua intersubjetividade com outros elementos que não estavam presentes naquele período.

O adolescente que está hoje no DEGASE vive a época do efêmero, tudo começa e termina muito rápido, inclusive sua própria vida. Os números da violência expressam que os valores estão em processo de mudança. Assim sendo, qual o valor da vida para um adolescente que por diversas vezes entra e sai do DEGASE? Que significado têm para estes jovens as pessoas que operam naquele espaço? Qual sua compreensão sobre a instituição? São algumas das questões que serão tratadas neste estudo.

É muito comum o retorno dos meninos ao sistema. Os adolescentes apreendidos são encaminhados ao Centro de Triagem (CTR), de lá encaminhados à Oitiva¹², para serem ouvidos pelo Ministério Público, que na ocasião avaliará se representará a autoridade judiciária para a aplicação de medida socioeducativa. No caso da instauração de procedimento para a apuração do ato infracional cometido, os adolescentes são encaminhados ao Instituto Padre Severino, onde são acompanhados na medida socioeducativa de internação provisória. Esta situação só poderá permanecer durante 45 dias, a fim de que ocorra a conclusão do procedimento. Excetuando os casos em que o Poder Judiciário já tem esclarecido o lugar do cumprimento da medida¹³, tanto os jovens encaminhados pela primeira vez ao sistema, quanto os reincidentes, durante a espera pela conclusão da apuração policial, serão

¹² As medidas socioeducativas são: a advertência, a prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade, internação (que também poderá ser provisória). A aplicação das mesmas se dará após apreensão de autoridade policial, apresentação do adolescente ao Ministério Público e representação por parte de seu representante à autoridade judiciária. O Estatuto determina que a Oitiva deverá ser realizada em até 24 horas após apreensão. É importante esclarecer que todo o procedimento judicial deverá ser acompanhado de defesa, seja por advogado constituído ou por Defensor Público nomeado pelo Juiz. As medidas são aplicadas e reavaliadas de acordo com os prazos já determinados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo sua execução acompanhada por equipes multidisciplinares que, através de relatórios e pareceres técnicos, informarão à autoridade judiciária o andamento dos casos. Deste modo, os adolescentes circulam pelas unidades de acordo com a progressão e regressão obtidas durante as medidas socioeducativas aplicadas. Quanto maior a reincidência, maior o conhecimento que o jovem vai ter do espaço institucional.

¹³ Em face do ato infracional cometido ou pelo descumprimento da medida anteriormente imposta.

encaminhados ao Instituto. Isto significa dizer que tal unidade é um local de alta rotatividade e de grande probabilidade de superlotação¹⁴.

A recepção de um adolescente que retorna à instituição é geralmente triste, a repetição do comportamento é a reiteração de “verdades” já construídas a seu respeito. O adolescente, ao retornar ao sistema, é duplamente penalizado pela reincidência do ato em si e pela confirmação “daquilo que todos sabem” sobre ele. Isso aparece nas vozes dos agentes. Para muitos destes, os adolescentes infratores devem sofrer penalidades maiores e muitos não deveriam ter a liberdade. Voltar é fazer o que a maioria espera que seja feito, é comprovar o que já virou senso comum: que existe um grupo nas classes subalternas “que não sabe fazer outra coisa” que não seja continuar a cometer atos infracionais. Fazem isso porque “não são educados por suas famílias e não tem apreço ao trabalho, porque são a materialização do fracasso social”. Estas “vozes” vão também aparecer na fala dos adolescentes, como se internalizassem esta lógica de compreensão de mundo. Outras vozes surgem no espaço institucional, nos discursos dos agentes, dos técnicos e dos adolescentes, que expressam as relações de poder que permeiam o DEGASE. Essas falas expressam as contradições e ambigüidades das relações sociais, pois são signos ideológicos. O discurso da ressocialização através do trabalho e da educação é o pano de fundo para o encarceramento. Entretanto, deve ser ressaltado que, no isolamento das instituições, são ínfimas as possibilidades de ocupação e escolarização.

Para a maioria deles, viver em uma instituição é horrível; para outros significa alguma outra coisa que se assemelha à proteção; em qualquer um dos casos, estar institucionalizado significa ter sua vida sob o controle do outro, um outro que lhe é estranho ou que pensa que o conhece. Tal como ZAFFARONI (1990) diz, o confinamento é uma forma de retirada de responsabilidade sobre os atos mais corriqueiros do cotidiano, pois até uma criança tem graus de autonomia e, com o processo de maturidade, vai adquirindo outros maiores. Guardar alguém, nestes casos, vai para além da limitação da liberdade de ir e vir. É decidir pelo outro o que vai comer, o que vai vestir, a hora em que verá o sol, que irá dormir, que tomará banho, que irá ao

¹⁴ É importante lembrar que o Estado não dispõe de outras unidades para atender à referida medida para adolescentes do sexo masculino. Assim, se ocorrer alguma situação que aumente a média de apreensões (o que é bastante comum), a unidade ficará superlotada.

banheiro, que verá sua família, a hora em que terá ocupação. Entretanto, não se pode interferir totalmente nos pensamentos daquele que está confinado; sua vontade pode ser restringida, porém seus pensamentos guardam uma riqueza que o disciplinamento não consegue modificar por completo. Instituições que, como o DEGASE, trazem o discurso da disciplina como forma de obtenção da ressocialização, mascaram a falta de direitos e a exclusão através da subjugação de adolescentes a condições desumanas na privação de liberdade.

Na internação, a forma como estes jovens se relacionam com o trabalho e com o tempo é diferente daquela que se projeta nas ações e programas de ressocialização. O que quero dizer é que não se pode ter as expectativas de que este grupamento se comporte como os adolescentes que têm uma outra história construída (me referindo aos valores, símbolos e etc) e vivenciam outros territórios, outras possibilidades de adquirir bens e prestígio social. Entretanto, mesmo diante deste embate cotidiano, os jovens buscam, através de seus códigos próprios e de sua organização, mecanismos para burlar o disciplinamento: as rebeliões podem significar isso. Enquanto é possível, cem, duzentos, trezentos jovens se submetem a dez (no máximo quinze) agentes. Que regras institucionais são construídas para que tantos sejam sujeitados por tão poucos? Quando o limite de suportaçãõ fica intolerável, eles buscam através da rebelião uma alternativa de renegociação do disciplinamento. Um pacto que pelo menos momentaneamente pode modificar a situação de crise, para novamente voltar à realidade cristalizada, reinventada em nova moldagem.

É importante ressaltar que estou até aqui tratando de uma experiência particular na aplicação de medida socioeducativa, apenas uma entre as diversas a que os adolescentes são submetidos quando cometem atos infracionais e são apreendidos. Existem outras, bastante interessantes, que ocorrem também na medida de internação, pela qual (onde) as equipes que identificam as contradições do sistema buscam mecanismos de amenização do controle sobre a vida privada dos jovens.

A seguir, gostaria de descrever o meu trânsito no sistema como pesquisadora e expressar a maneira como experimentei, deste lugar, o rígido controle institucional.

DA DECISÃO ÀS TENTATIVAS:

Conforme coloquei anteriormente, entrevistar os adolescentes não fazia parte do meu plano inicial; contudo, à medida que modifiquei o projeto, começou minha peregrinação para estar com os meninos. Como não se trata de fazer uma descrição minuciosa do cansativo processo de conseguir do Departamento autorizações para coleta de dados, basta apontar que tive inúmeros embates com diversos profissionais atuantes no sistema, que me inseriram em uma burocracia sem limites até que eu conseguisse, através das pressões feitas pelo Judiciário, ter autorizada minha entrada em uma unidade de internação. Esse processo revelou uma importante e ambivalente questão: isto não ocorreu por minha causa¹⁵, mas pela ausência de respeito à hierarquia constituída, ou seja, os dirigentes da Instituição não identificaram no texto que autorizava minha entrada como pesquisadora o aval do Juiz; não identificaram a relação de poder estabelecida, não souberam compreender a lógica. Se de controladora passei a ocupar a função de controlada, utilizei o poder que controla os meninos para poder interferir na Instituição. Quem na verdade tem o poder? Quem disse que o poder é um bloco monolítico? Tudo é permeado de disputas de interesses e a quebra de hierarquias revela isso! A partir, então, da pressão que o Juizado passou a fazer sobre o Departamento, minha solicitação foi encaminhada para a Assessoria Jurídica do DEGASE e tive a tão sonhada autorização. Todavia, não era para realizar a pesquisa no Instituto Padre Severino, mas na Escola João Luis Alves (EJLA), uma unidade que atende adolescentes do sexo masculino em medida de internação. No parecer final emitido pelo DEGASE não ficou esclarecido o porquê das entrevistas terem sido autorizadas na EJLA e não no IPS. Entretanto, é interessante notar que no despacho do Diretor Geral constava que “fosse observado fielmente o conteúdo do parecer da Assessoria Jurídica”. É importante apontar como se dão as disputas de

¹⁵ É importante destacar a atenção recebida por parte das comissárias do Centro de Estudos da 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, que exaustivamente me auxiliaram na tarefa de conseguir as autorizações. A participação delas não foi somente acolhedora em um momento de quase desistência, mas educativa do ponto de vista do pesquisador. Elas, ao criarem uma estratégia de penetração no DEGASE, puderam me proporcionar a identificação da disputa de poderes entre signos ideológicos em uma mesma língua e em uma mesma arena: a do respeito às hierarquias.

poder, obtendo resultados dos mais variados. Entretanto, é neste campo contraditório de relações que a prática social de ressocialização vai sendo construída.

Os conceitos que aprendi na universidade, na minha atuação profissional e no cotidiano com os outros me dão os aportes para a execução dessa tarefa de pesquisadora, que está sob minha responsabilidade, mas tem a autoria de muitos. Não sou a primeira, nem serei a última a estudar estes aspectos da instituição ou a me deparar com estes obstáculos. Buscar novas alternativas de chegar aos meninos, (re)construir as estratégias conforme as relações contextuais, tecer novos diálogos, tudo faz parte também do processo de construção de conhecimento que concebe o campo das ciências humanas como um campo polifônico e alteritário. As estratégias do Departamento que dificultaram a realização deste trabalho me levam a pensar que, para eles, sou pertencente, como os meninos, a uma classe perigosa. O “perigo” dos meninos apareceu na ameaça da ordem social. No meu caso, o “perigo” apareceu na ameaça que represento àquela ordenação institucional. Falo de “classe perigosa” porque aqueles que revelam as mazelas do sistema não são parceiros, são diferentes, são inimigos, não devem partilhar do lado obscuro das instituições. A transparência não é bem vista no sistema. Eu mesma, por diversas vezes, já organizei os espaços nas unidades em que trabalhei para que tudo estivesse perfeito: com todos os dados na memória, de forma que meu trabalho não tivesse máculas. Entretanto, naquele tempo, eu não sabia que mesmo não participando das torturas e agressões, eu não era vista pelos adolescentes e visitantes como um ser diferente, pois muitas vezes eu sabia o que acontecia atrás das grades e nada fazia. Será que para os meninos eu também não era vista de outro lugar? Não fazia parte da “classe perigosa”? Vista como uma “massa de gente que guarda gente”? Às vezes, as pressões são tão grandes que o que nos resta é o silêncio e, assim, nos misturamos àqueles que violentam os direitos.

Apesar de tudo isso, e por tudo isso, escrever este texto me dá a sensação de fazer algo importante para mim e para eles. Acredito que já tenha internalizado mudanças, que meu encontro com os meninos de alguma forma tenha acontecido.

Na tarefa de analisar os dados obtidos, entrevistar colegas de trabalho não foi difícil, eles falavam de coisas conhecidas e parcialmente vivenciadas. Era o que estava próximo. Todavia, quando tive que entrevistar e analisar o discurso dos meninos

cheguei ao intraduzível, passei por Górgona e cheguei a Ártemis, pronta para definir o que os meninos queriam dizer com suas palavras. Foi um princípio difícil, mas extremamente proveitoso, pois saio desta pesquisa renovada como profissional; pude ser Dionísio. Retorno à minha vida no DEGASE como outra, diferente daquela de 1989 e nada parecida com a que iniciou este estudo.

Cada um é resultado de sua história, de suas crenças, suas opções, suas experiências sócio-históricas. O outro também tem seu próprio processo e ambos poderão trocar experiências e permanecer com suas peculiaridades e diferenças, só que modificados pelas trocas estabelecidas, podendo construir, inclusive, um novo saber, diferente dos anteriores, que, no entanto, possui características em comum.

1 PRIMEIRO CAPÍTULO:

1.1 OS INDICADORES SOCIAIS E A ADOLESCÊNCIA:

Os dilemas relativos à adolescência brasileira se aproximam, em certos aspectos da problemática que atinge grande parte da população do país: a ausência de garantia ao acesso a direitos básicos. Graus muitos díspares de distribuição de renda e falta de acesso a políticas básicas vão dar contornos muito próprios à população brasileira. Tais pontos se refletem na forma de aquisição de cidadania, emoldurando um processo de exclusão social, que na contemporaneidade é agudizado, conforme será discutido posteriormente.

Observando os dados relativos às condições de renda e pobreza no estado do Rio de Janeiro, vale ressaltar que este, em comparação aos outros vinte e seis da federação, ocupa uma situação privilegiada financeiramente, na medida em que está localizado na região geoeconômica mais rica do Brasil. Entretanto, é importante salientar que possui significativas distorções de renda, de condições de habitação, lazer, educação e saúde. Dito de outra forma, o Rio de Janeiro, em sua área metropolitana, tem uma grande concentração de renda e equipamentos sociais, estabelecendo um contraste com a pobreza presente no mesmo espaço urbano. Encontram-se nas áreas mais periféricas do Rio de Janeiro condições de extrema miséria, onde se expressa a ausência de políticas públicas. Apesar dos organismos de avaliação das condições de desenvolvimento humano, tal como IBGE, apontarem uma melhoria na situação da população no que diz respeito à educação, saúde, lazer, estes avanços ficam aquém das necessidades da população.

Observando os gráficos relativos aos anos Noventa a respeito da situação de óbitos entre 0 a 17 anos no Rio de Janeiro, verifica-se que é evidente a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Óbitos entre 0 a 17 anos (n °)

Local	1990	1995	1999
Brasil	136.439	118.321	105.735
Rio de Janeiro	12.164	10.706	8.889

Fonte: Ministério da Saúde (2001)

Entretanto, apesar dos gráficos apresentarem um decréscimo no que diz respeito à referida taxa, deve-se ressaltar a disparidade dos números quando se tratam de causas externas, sobretudo na faixa de 10 a 17 anos.

Taxa de mortalidade de 10 a 17 anos comparativa (%)

Ano	1990			1995			1998		
Óbitos	Sintomas e afecções mal definidas	Causas externas	Demais causas	Sintomas e afecções mal definidas	Causas externas	Demais causas	Sintomas e afecções mal definidas	Causas externas	Demais causas
Brasil	10,0	54,5	35,5	8,9	57,8	33,2	8,4	57,3	34,3
Rio de Janeiro	4,0	67,9	28,1	6,4	66,2	27,5	7,1	62,3	29,6

Fonte: Ministério da Saúde (2001)

Os números relativos a causas externas compreendem as mortes por homicídio, acidentes em meio de transportes, afogamento acidental, suicídios, exposição ao fogo, intoxicações acidentais entre outras.

Número de óbitos na população de 10 a 17 por causas externas (%)

Ano	1990		1995		1998	
Local	Nº de óbitos	Homicídios	Nº de óbitos	Homicídios	Nº de óbitos	Homicídios
Brasil	8.466	27,3	9717	36,1	9348	28,9
Rio de Janeiro	1331	43,7	1309	57,6	1104	51,2

Fonte: Ministério da Saúde (2001)

Observando ainda os percentuais relativos a causas externas, mais especificamente os referentes a homicídios, é possível verificar que os números têm um aumento significativo nos anos Noventa. Apesar do recuo entre os anos de 1995 e 1998, o estado do Rio de Janeiro ainda possui um número considerável de óbitos desta natureza.

Ressaltando os dados relativos à educação no Rio de Janeiro, nota-se também uma diminuição dos números de analfabetismo entre jovens. Entretanto, deve-se salientar a qualidade do ensino oferecido, que vai se expressar nas distorções ocorridas na educação básica.

Taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 a 17 anos e 15 anos e mais (%)						
Ano	1990		1995		1998	
Local/Idade	15 a 17 anos	15 e mais	15 a 17 anos	15 e mais	15 a 17 anos	15 e mais
Brasil	8,2	17,2	6,5	15,5	3,7	13,3
Rio de Janeiro	2,4	8,3	2,8	6,8	1,3	6,0

Fonte: IBGE (2001)

Quando se trata de acompanhar os índices de escolarização, é fundamental apontar a necessidade de ter maior detalhamento dos dados. Assim sendo, se forem observadas as estatísticas relativas ao número de adolescentes concluintes do Ensino Fundamental, também será verificado um aumento dos números.

Adolescentes concluintes no Ensino Fundamental (n °)			
Local/Ano	1990	1995	1999
Brasil	1.062.707	1.720.540	2.383.307
Rio de Janeiro	88.562	130.816	171.409

Fonte: MEC (2001)

Todavia, verificando os dados relativos aos concluintes do Ensino Fundamental na faixa etária entre 14 e 15 anos, nota-se que estes expressam as distorções na escolaridade:

Adolescentes na faixa etária: 14 e 15 anos concluintes do Ensino Fundamental (n °)

Local	População na faixa etária	2000 (%)
Brasil	7.082.712	11,2
Rio de Janeiro	491.335	10,9

Fonte: UNICEF (2002)

Isto significa que o percentual de adolescentes que concluem o ensino fundamental de acordo com a faixa etária é muito baixo e o estado do Rio de Janeiro se encontra abaixo da média nacional que é de 11,2%.

Considerando também a aquisição de direitos civis, observa-se o número de adolescentes que possuem título de eleitor. Tal informação tem importância não só em relação ao interesse que o adolescente tem na participação política, mas no sentido de considerar a relação que o mesmo possui na aquisição de documentação básica. O requerimento do título de eleitor pressupõe a existência de carteira de identidade ou pelo menos da carteira de trabalho.

Adolescentes entre 16 e 17 anos que possuem título de eleitor		
Local	População na faixa etária	2000 (%)
Brasil	7.180.618	25,4
Rio de Janeiro	514.845	44,0

Fonte: UNICEF (2002)

A apresentação destas estatísticas não tem outro sentido além da necessidade de expressar que na década anterior a maioria dos adolescentes viveu de forma insatisfatória, se forem avaliados os direitos constitucionais. Isto significa dizer que a falta de acesso à saúde, à segurança, à educação e à documentação forma um quadro de vulnerabilidade que está atrelado à precariedade de implementação de políticas sociais e conseqüentemente a um projeto de sociedade que vigora na atualidade. Quero me reportar a lógica societária que penaliza a população pobre com o oferecimento de serviços de baixa qualidade como forma de garantir que o capital seja beneficiado de maneira plena.

O debate sobre a temática está associado à estrutura macroeconômica e também à produção de subjetividades construídas em função desta base material apresentada. Assim sendo, é importante salientar que existem especificidades relativas ao adolescente que vão interferir na percepção da importância que a questão identitária vai ter para caracterizar as especificidades deste segmento etário.

Neste sentido, avalio como importante uma pesquisa realizada pela Unicef a respeito de adolescentes de todo o Brasil, feita no ano de 2002¹⁶. Deste material, gostaria de apresentar o perfil encontrado a partir das entrevistas de 5.280 adolescentes entre 12 a 18 incompletos, de diversos segmentos sociais.

A referida pesquisa aponta que os arranjos familiares destes adolescentes são compostos predominantemente por suas mães (87%), irmãos (69%), avós (14%) e tios (13%), sendo que a chefia das famílias em sua maioria é composta pelo pai (49%). Os entrevistados segundo a raça declararam-se brancos (39%), pardos (39%), pretos (13%), amarelos (3%), indígenas (1%), ficando (4%) com outras respostas e (1%) sem dar resposta alguma.

Nenhum dos jovens entrevistados mencionou espontaneamente as festas folclóricas regionais, atividades artístico-culturais de bairros, sendo um dado ressaltado pelos pesquisadores o fato de, em sua maioria, os adolescentes não conseguiram se colocar como agentes criadores nesta esfera, a não ser como participantes de atividades e projetos escolares ou governamentais onde existam manifestações de teatro, cinema, desenho, grafite e dança. Entretanto, a possibilidade de exercício destas atividades aumenta de acordo com a ascensão social. Em outras palavras, quanto maior o poder aquisitivo, maior a participação em atividades culturais. Outro dado que também é significativo é o pouco acesso a teatro e a percepção de que a televisão é mais interessante que o mesmo.

Um fator importante a ser considerado é a expectativa no futuro: 59% dos entrevistados acreditam que sua vida será melhor do que a de seus pais. Quando foram perguntados a respeito do que lhes faltava para a melhoria de vida, a maioria (21%) respondeu que não precisava de nada, sendo a segunda resposta mais procurada a necessidade de dinheiro (15%), evidenciando a situação de precariedade econômica do país. Quanto à capacidade de sonhar, os entrevistados, em sua maioria, 78,5% responderam que sim, sendo que destes, os sonhos mais citados foram: ter uma profissão (19%), ter dinheiro (7%), e estudar (7%), apontando que o trabalho ainda é fator preponderante na construção da identidade dos jovens.

¹⁶ Ver em UNICEF, A Voz dos Adolescentes, Brasília: Unicef, 2002.

No que diz respeito às drogas, 84% dos entrevistados negaram o uso de entorpecentes. Entretanto, dos que usaram, 8,2% estão na faixa etária de 12 a 14 anos e 20,2% têm idade entre 15 a 17 anos. A droga mais utilizada é a maconha (9%), seguida da cocaína (5%).

Todos estes aspectos são relevantes para que se possa organizar minimamente uma representação dos adolescentes brasileiros, a fim de iniciar a análise sobre a juventude e a violência, observando os mecanismos utilizados pelo Estado no sentido de estabelecer o controle social das situações em que jovens estão envolvidos.

1.2 VIOLÊNCIA: QUE ASPECTOS SERÃO ABORDADOS?

Não pretendo aqui discorrer a respeito dos componentes produtores da violência. Somente quero sustentar que identifico que este processo é multifacetado, articulado com o processo histórico em que está inserido, além de possuir manifestações de diversos níveis, sejam elas físicas, sociais ou simbólicas (MINAYO, 2003). A violência, nas suas diversas expressões, pode ser identificada a partir do número de mortes violentas ocorridas, mas também se faz presente nas diversas modalidades de exclusão social que impulsionam reações de rompimento com a ordem. Não se pode deixar de mencionar que ela é encontrada nos discursos dos diversos segmentos sociais, onde aparece expressa através de signos que revelam as práticas sociais. De todo modo, o poder que a violência simbólica tem passa pela legitimação de verdades e pelo assujeitamento de pessoas a estas verdades. A violência simbólica é exercida muitas vezes com o consentimento do outro, que naturaliza o processo violento como parte do cotidiano vivido.

Minhas preocupações com relação à violência se dão quando esta se remete ao controle da ordem e aos atores envolvidos neste processo. Compartilho da análise de que a violência não se esgota na questão da criminalidade, mas que esta é uma das muitas feições que a caracterizam. Assim, é importante trabalhar o fenômeno, observando seus aspectos sócio-históricos e seus desdobramentos na construção da subjetividade dos atores envolvidos nele, e, além disso, analisar a violência que está

atrelada à pobreza, ou melhor, que é aquela que resulta de manifestações da população mais vulnerável às incertas políticas sociais existentes.

WACQUANT (2001), quando estuda a realidade das prisões americanas, identifica que o crescimento destes estabelecimentos está fortemente atrelado ao que chama de “reforma dos serviços sociais¹⁷”, que limitará significativamente o atendimento das populações pobres. É interessante notar que a justificativa para esta estratégia é o mal que tal dependência causaria para esta população. Assim, a alternativa de enquadramento dos pobres é uma nova roupagem do que se tem de mais retrógrado a respeito da assistência à pobreza.

Esta discussão contribui para a análise da violência, uma vez que identifica a ação do Estado como interventor na questão social, buscando alternativas para selecionar segmentos populacionais bem definidos na composição de usuários de instituições de confinamento. Acrescenta-se ainda a esta análise que tal alternativa tornou-se uma possibilidade lucrativa para o capital que, das mais variadas maneiras, se introduziu no sistema penal¹⁸. Assim, o capital lucra com a criminalidade na sua produção e na sua contenção.

A violência contemporânea é um processo em construção, que se revela tanto nas suas diferentes formas de organização quanto de controle. Neste sentido, é importante identificar que as modificações ocorridas na reestruturação do capital, que têm como decorrência a instalação da lógica neoliberal, vão também trazer novos contornos às relações sociais e conseqüentemente às diversas formas de expressão do controle da ordem.

A trajetória das modificações societárias rompeu com as barreiras de espaço e tempo e com as formas já estruturadas do trabalho assalariado, interferindo nas maneiras de produção da violência e nas instituições de controle da mesma. A banalização do valor da vida e a presença de mensagens subliminares que identificam os inimigos da sociedade legal como “desviantes” passam, por vezes, com um tal

¹⁷ A referida reforma, segundo o autor é, na verdade, uma reorganização dos serviços utilizados pelos segmentos mais empobrecidos da sociedade americana, de maneira a adequá-los cada vez mais à perspectiva meritocrática, excluindo os indivíduos indolentes. Esta análise considera que estes devam ser empurrados para o mercado de trabalho subalternizado ou para os espaços de confinamento, como forma de correção de comportamento.

¹⁸ Ver definição de ZAFFARONI (1991) sobre o sistema penal, utilizada nesta pesquisa.

refinamento que aqueles que sofrem ou os que estão vinculados ao cotidiano da violência estabelecem suas relações sociais num contexto em que estas “verdades” são internalizadas.

Na sociedade contemporânea, a forma como o tempo, o espaço e as condições materiais interagem com os indivíduos tem provocado novas configurações societárias. Em um contexto de questionamentos dos padrões de ética, da limitação dos direitos sociais, da hipervalorização do consumo, do acirramento das desigualdades, da transformação do cidadão em consumidor, da interferência extrema da mídia no espaço privado, da precariedade das garantias legais, os sentidos dados às coisas vão se alterando de maneira a desvalorizar a lógica da vida e os direitos do outro.

As práticas cotidianas são formadas dos significados construídos a partir do diálogo entre os sujeitos, com suas trocas materiais e simbólicas. Valores, relações de solidariedade consolidadas, sentimentos de pertencimento, que antes constituíam a forma de uma determinada sociedade se comportar, perderam espaço em coletividades que não precisam se ocupar com os limites do tempo e do espaço em face dos avanços tecnológicos. Neste contexto, pode-se também expor o pensamento de WIEVIORKA (1997): a discussão sobre a identidade, cujo estudo aponta para uma análise da violência na contemporaneidade. Na discussão deste tema, o autor sinaliza os desdobramentos de uma economia globalizada para a homogeneização de padrões culturais, que acabaram por interferir nas formas de organização de grupos, comprometer vínculos de solidariedade comunitária e criar manifestações de retraimento identitário. Em face disto, o autor estabelece uma relação com os padrões de consumo adotados pelos jovens, quando oriundos de grupos mais desfavorecidos economicamente, e suas estratégias de interação social, construídas com base numa relação direta entre ser e ter.

No que tange à segregação espacial, é possível dialogar com WACQUANT (1994), que também trabalha o assunto. Ele identifica que aqueles que se encontram em dificuldade de aquisição de trabalho ou só conseguem uma inserção periférica ficam obrigados a viver em bairros com baixa incidência de serviços públicos, utilizando as redes de solidariedade como forma de substituir os precários serviços de assistência. Estas condições de vida transformaram essas áreas em verdadeiros guetos, onde sua

população é altamente marginalizada e identificada como grupo de pessoas indignas e possuidoras de outros adjetivos que as denigrem socialmente. O autor analisa que esta gama de questões repercute, promovendo a diminuição da confiança interpessoal e do senso de coletividade necessário para participação comunitária. Articulando esta discussão com a pobreza e a juventude, WACQUANT (1994) aponta que todas estas questões transformaram-se em um caldo composto de ódio e revolta. Em face destes jovens não poderem ser inseridos nem no mercado nem socialmente, eles não conseguem adquirir a condição de cidadãos nos espaços das cidades que possuem uma grande concentração de renda e equipamentos sociais, estabelecendo um contraste com a pobreza presente no mesmo espaço urbano.

Com base nestas questões pode-se dizer que a proteção social é um elemento inibidor da criminalidade. Assim, tal como diz LESBAUPIN (1996):

Se a relação entre a pobreza e a riqueza – a desigualdade –, aumenta, a tendência é a de buscar caminhos alternativos (não legais) para obter esse consumo que não é permitido a quem não tem trabalho bem remunerado. É por isso, a meu ver, que cresce a criminalidade, não só aqui¹⁹ mas em países desenvolvidos também, como os Estados Unidos, Inglaterra e outros onde a desigualdade aumentou nesse período. (LESBAUPIN, 1996:31)

O aumento da desigualdade entre as camadas mais ricas e aquelas mais pobres, a apartação dos grupamentos mais pobres da população de níveis básicos de garantia material de existência, leva-nos à discussão do conceito de exclusão.

ESCOREL (1999), ao discutir o tema exclusão social, identifica que não se pode partir apenas de seu viés econômico, mas deve-se também considerar suas representações sociais e simbólicas. Sendo assim, sua análise a respeito da exclusão social contempla os diversos níveis que muitas vezes se sobrepõem para determinados grupos, construindo...

(...) uma unidade de características negativas, definidas por oposição. Daí boa parte dos grupos sociais a que se faz referência também ser nomeada como 'os sem' (terra, trabalho, pão, teto...). Sob a denominação de exclusão social são agrupadas análises sobre a marginalização econômica, a segregação por motivos étnicos ou raciais, a discriminação de gênero ou sexual, a proscricção

¹⁹ O autor se reporta ao Brasil.

pela privação material, a destituição dos direitos e a eliminação física pelos extermínios, chacinas etc. (SCOREL, 1999:69)

A respeito desta análise devem-se fazer algumas observações que podem auxiliar no entendimento deste fenômeno. Existe uma real inclusão política de todos os indivíduos ou ela é tão periférica quanto às “inclusões econômica e social” da maioria dos grupos na atualidade? Algum dia ocorreu uma inclusão de fato dos grupos mais pobres? O processo de exclusão se complexificou ou ele vem se dando das mesmas formas e se adaptou ao novo formato da estrutura produtiva?

Com o auxílio da análise de diversos autores, SCOREL (1999) identifica a exclusão social enquanto um fenômeno contemporâneo, diferenciado de situações de exclusões anteriores que vêm se dando historicamente, tal como a escravidão²⁰. Assim sendo, a exclusão social, enquanto fenômeno atual, para a autora, está marcada pelo processo de transição democrática dos últimos vinte anos (que possibilitou maior visibilidade à questão social) e pela reestruturação produtiva.

É importante identificar que uma das formas mais conhecidas de inclusão na sociedade brasileira foi vinculada ao conceito de cidadania regulada²¹; em outras palavras, o reconhecimento social atrelado à relação estabelecida do indivíduo com o mercado formal. Todavia, até que ponto a cidadania regulada foi capaz de incluir, em face da lógica do trabalho formal brasileiro? Com base nos estudos de SANTOS (1988), pode-se destacar que a cidadania regulada era um processo de inclusão relativo àqueles que se encontravam no mercado de trabalho. Em outras palavras, os desempregados e subempregados que sempre estiveram presentes na realidade deste país ficaram à mercê das iniciativas assistencialistas existentes. Não considero, portanto, que a população brasileira possa ter usufruído de iniciativas que possibilitassem condições reais de inclusão social, mesmo em situações onde a legislação favorecia a universalização de direitos, como na consolidação da Constituição de 1988. Diante dos autores mencionados, creio que posso concluir que o

²⁰ Esclarece ainda que, no caso da escravidão, ocorria uma exclusão social e política de indivíduos necessários economicamente. Entretanto, o processo que ocorre na atualidade é caracterizado por incluir politicamente²⁰ e excluir economicamente (SCOREL apud NASCIMENTO, 1999).

²¹ Ver análise de SANTOS (1988).

processo de exclusão prossegue nos diversos contextos, interferindo significativamente na relação política exercida pelos indivíduos.

O processo de decadência da sociedade industrial, no Brasil é permeado por embates dos mais diferentes segmentos, manifestando níveis de exclusão que não expressam apenas questões de classe, mas demandas relativas a gênero, orientação sexual, raça, situação de moradia, etc. Acredito que a exclusão não está limitada pelo modo de produção, mas é acirrada por ele, uma vez que as representações sociais de um dado grupamento interferem no grau de inclusão ou de exclusão que o mesmo sofre socialmente.

Em face do exposto, gostaria de considerar as idéias de BAUMAN (1999) a respeito dos efeitos da globalização, observando as conseqüências da reestruturação produtiva na sociedade.

(...) os capitalistas e corretores imobiliários da era moderna recente, graças à mobilidade dos seus recursos agora líquidos, não enfrentam limites reais o bastante – sólidos, firmes, resistentes – que obriguem ao respeito. (...) Tais limites são, no entanto, poucos e distantes uns dos outros – e o punhado remanescente encontra-se sob pressão para ser apagado ou simplesmente eliminado. Na sua ausência haveria poucas ocasiões para o ‘encontro com a alteridade’ de que fala Melucci. Se acontecesse de o encontro ser forçado pelo outro lado, no momento em que a “alteridade” tentasse flexionar os músculos e fazer sentir a sua força o capital teria pouca dificuldade em desmontar as suas tendas e encontrar um ambiente mais hospitaleiro, isto é, não resistente, maleável, suave. Haveria portanto menos ocasiões capazes de instigar tentativas de ‘reduzir a diferença pela força’ ou a vontade de aceitar ‘desafio da comunicação’. Ambas as atitudes implicariam o reconhecimento de que a alteridade é irreduzível, mas, para ser vista como tal, a ‘alteridade’ deve primeiro constituir-se numa entidade resistente, inflexível, literalmente ‘aderente’. Suas chances nesse sentido, porém, estão encolhendo rapidamente. Para adquirir uma capacidade autenticamente constituinte de entidade, a resistência precisa de um atacante persistente e efetivo – mas o efeito geral da nova mobilidade é que quase nunca surge para o capital e as finanças a necessidade de dobrar o inflexível, de afastar os obstáculos, de superar a resistência; e, quando surge, pode muito bem ser descartada em favor de uma opção mais suave (BAUMAN, 1999: 18)

O autor aponta que nesta nova lógica societária mencionada não existe a preocupação com a alteridade por parte do capital. Não existe o anseio pela troca com o outro, nem que seja pela conquista para o exercício do poder civilizatório sobre grupos e povos. Os conflitos são resolvidos pela simples exclusão do processo de

participação. Assim se comporta o capital na atualidade e está sendo construída a subjetividade das pessoas.

A lógica da violência também vai se modificando e incorpora novos argumentos que vão interferir na forma de atuação daqueles que sobrevivem dela e de seu 'pseudocombate'.

Diversos autores, tal como MINAYO (2003), ZALUAR (1997), CRUZ NETO (2001) e MISSE (1997) apontam que um dos fatores para o acirramento da violência, sobretudo relativo a participação de jovens, está relacionado às modificações ocorridas no comércio de drogas ilícitas, que passa a estabelecer uma relação com o mundo legal. O tráfico sai da esfera do "marginal" e se articula em rede com uma série de outros atos ilegais que possibilitam a transformação dos lucros oriundos do crime em dinheiro legal.

A delinqüência, que antes era uma estratégia esporádica de sobrevivência, não conseguiu mais ficar completamente desvinculada de uma complexa rede organizada de crimes que são realimentados não mais a nível local, mas a nível global, tal como cita MINAYO (2003):

Os crimes que ameaçam a vida e o patrimônio das pessoas, sobretudo nas grandes cidades brasileiras hoje, pelo contrário, não têm ideologia, não têm pátria: são negócios globalizados, que se beneficiam das facilidades geradas pelas revolucionárias transformações nos modos de produção de riqueza e dos aparatos técnico-informacionais e comunicacionais. (MINAYO, 2003:33)

A complexificação das formas de organização criminal corresponde à criação de novos aparatos de manutenção da ordem que têm se revelado pelo endurecimento do sistema penal²².

É interessante notar que nesta manutenção da ordem a estrutura capitalista se apropria de discursos monológicos de contenção da violência, que são fundamentais para sua sustentação mesmo na contemporaneidade. Tais discursos estabelecem uma relação direta entre a pobreza e a criminalidade, a legitimidade do sistema penal como forma de contenção da violência e a isenção do judiciário na aplicação da lei.

²² Compreendendo como sistema penal toda a estrutura judicial e de execução de penas, juntamente com os atores institucionais presentes nesta lógica.

Com relação a estas três questões, utilizo inicialmente a contribuição de MATTOS (1990), quando discorre sobre os grupamentos empobrecidos do século XIX. O autor trabalha a partir da existência dos mundos do governo, do trabalho e da desordem. Explicando de maneira breve, o mundo do governo era o espaço socialmente reconhecido pelas elites e pelo Estado, destinado àqueles que detinham a liberdade e a propriedade; o mundo do trabalho era composto pelos escravos e por último, o mundo da desordem era constituído pelos homens livres detentores apenas da propriedade de si mesmos, conforme MATTOS (1990) esclarece:

“Todavia, a colonização não produziu apenas colonizadores, colonos e escravos, já o sabemos. Em escala crescente, ela criara uma massa de homens livres e pobres, que se distribuíam de maneira irregular pela imensidão do território e povoavam as mentes e escritos de cronistas, autoridades governamentais e demais componentes da “boa sociedade”, desde o século XVIII. De maneira preocupante, quase sempre. Não tinham lugar, nem ocupação; não pertenciam ao mundo do trabalho, e muito menos deveriam caber no mundo do governo. Predominantemente mestiços e negros, estes quase sempre escravos que haviam obtido a alforria. Vagavam desordenadamente, ampliando a sensação de inquietude que distinguem a crise do sistema colonial, estendendo-se pela menoridade²³.”

Agregados ou *moradores*, se conseguiam a posse de um pedaço de terra por favor do grande proprietário, entre as terras impróprias para o cultivo comercial; *vadios*, se contrastavam com os homens de cabedal, preenchedores do sentido da colonização, nas regiões de grande lavoura e de mineração; a pobreza, se viviam da caridade alheia, das mulheres das famílias abastadas ou das Misericórdias; *a mais vil canalha aspirante* para o dicionarista Moraes, porque se aproveitavam dos movimentos antimetropolitanos dos setores dominantes, como o de 1817 na área nordestina, para colocar em risco as estruturas do regime político e social por meio de “idéias de igualdade, embutidas aos pardos e pretos, como dizia uma autoridade - constituíam um mundo à parte, no entender dos setores dominantes: o mundo da desordem. (MATTOS, 1990:122)

É interessante notar como a condição de desigualdade era tratada como sendo o “mundo da desordem” e expressava a existência de um segmento populacional destinado à exclusão. Os componentes relativos à precariedade da base material, à ausência de sociabilidade, à falta de acesso de oportunidades estavam presentes. Deve-se ainda ressaltar a suspeição como outro elemento constitutivo deste processo de exclusão mencionado. Isto significa dizer que aquela massa, além de estar

²³ No texto original existe nota do autor onde o mesmo esclarece que a menoridade que o mesmo faz referência se trata de um período histórico compreendido por Caio Prado Junior como o período das regências (1831 a 1840).

distanciada de reconhecimento social, era identificada como potencialmente perigosa aos espaços da ordem.

Dos estudos de COIMBRA (1998), gostaria de destacar sua pesquisa a respeito do processo de construção histórica da vinculação entre a pobreza e a criminalidade. A autora esclarece como as idéias higienistas, no início do século XX, contribuíram para a justificação e propagação da lógica racista na sociedade brasileira, posto que...

Suas bases estão nas teorias racistas, no darwinismo social e na eugenia pregando o aperfeiçoamento da raça e colocando-se abertamente contra negros, mulatos e mestiços – a maior parte da população pobre brasileira. (COIMBRA, 1998:72)

A autora aponta que a elite brasileira se sentia convencida, com base nesta cientificidade, de que a “degradação moral” estava associada à pobreza e que tal questão era empecilho para construção de uma Nação. Assim sendo, ações da medicina, do urbanismo, da pedagogia e do direito trouxeram significativas contribuições para o referido projeto, de maneira a interferir no modo como as comunidades pobres organizavam sua vida privada. Os hábitos, cuidados com o corpo, a educação deveriam ser submetidos ao crivo dos especialistas a fim de garantir condições de higiene que propiciassem o surgimento e o progresso da presumida Nação. Isto significa dizer que os signos e valores da cultura popular deveriam ser contidos pelo mecanismo civilizatório burguês, de maneira que os pobres pudessem livrar-se dos danos a que sua natureza lhes conduzia.

A compreensão deste processo pode ser facilitada com as explicações de TELLES (2001) a respeito de como a pobreza é entendida e consolidada no Brasil, à medida que se busca a construção de uma Nação. As tentativas de construção de um país urbano no final do século XIX estão relacionadas à exclusão cultural de toda uma sociedade que vivia neste país; ou seja, à adoção de hábitos europeus, que não eram compatíveis com a “incivilidade popular” existente na época. Em outras palavras, as classes médias e as elites trabalharam os centros urbanos para estabelecer uma reforma modernizadora capaz de organizar, disciplinar a sociedade brasileira a partir de novos parâmetros, onde a pobreza e conseqüentemente o povo não possuíam espaço. Assim sendo, a organização dos direitos sociais nunca foi concebida a partir da

igualdade, mas de maneira hierarquizada, colocando os desfavorecidos em situação de tutela, como se eles não pudessem ocupar o espaço de sujeitos de direitos em face de sua pobreza. E é o trabalho que faz a linha divisória entre ser sujeito e não ser, partindo do conceito de cidadania regulada, já comentado anteriormente nesse capítulo.

A importância dos grupamentos pobres está vinculada a sua inserção no mercado de trabalho, ou seja, eles só adquirem visibilidade a partir do trabalho. Como as possibilidades de emprego formal na sociedade brasileira sempre foram limitadas, pobreza sempre foi sinônimo de “vadiagem”, de “amoralidade” e de qualquer outro elemento vinculado à delinqüência e à criminalidade (COIMBRA, 1998).

A organização do espaço urbano acompanhou essa lógica de apartação da pobreza dos lugares economicamente importantes das metrópoles. Todavia, este processo que fica evidenciado não ocorreu apenas na divisão do espaço físico, mas foi permanentemente realimentado através dos diversos signos que configuraram a pobreza como sinônimo de doença e de disfunção social. Deste modo, torna-se fundamental pensar nos mecanismos institucionais utilizados para sujeitar os grupamentos subalternizados à ordem e aos padrões burgueses.

Utilizando o trabalho de FOUCAULT (1979) para discutir os mecanismos de contenção da violência, é possível identificar que a criação da prisão foi baseada na proposta de transformação dos indivíduos através da inserção destes em instituições de reclusão²⁴. Em outras palavras, a prisão serviu para historicamente marcar a separação entre criminosos e trabalhadores. Sua estruturação, a favor do capital, passou a beneficiar os interesses do modo de produção em face do processo de seletividade de indivíduos a ocupar o lugar do criminoso e manter os demais na disciplina do trabalho. Deve-se ainda acrescentar que deste processo não só se beneficiava a esfera pública (com seus órgãos de controle social), como a esfera privada que, rearranjada com a pública, usufruía os benefícios econômicos da criminalidade com o surgimento da conhecida “indústria da segurança”.

A importância desta análise também se expressa na lógica do discurso condutor deste processo de seletividade da população usuária do sistema penal, considerando

²⁴ Tendo em vista que desde o século XIX ficou evidenciado o fracasso do sistema penal, uma vez que a prisão produzia mais delinqüentes do que os reformava, tornou-se fundamental empregar a delinqüência a serviço do poder constituído.

que ela está para além do espaço institucional. É estabelecido um caldo de diversos saberes, que vão justificar o fato daquele indivíduo empobrecido cometer uma infração.

FOUCAULT (1979), quando trata das redes que estão articuladas na 'pseudocontenção' da criminalidade, vai apontar de que maneira estes saberes (jurídico, social, educacional, urbanístico, médico, entre outros) estão institucionalmente à disposição do poder e conseqüentemente do sistema penal e se prolongam para além destes limites²⁵. Um poder de tal natureza que interfere profundamente nas formas de expressão da vida sob a justificação de que ele ocorre em face do rompimento do indivíduo com a lei, tal como expressa o autor:

O que é fascinante nas prisões é que nelas o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais ínfimos detalhes, e ao mesmo tempo, é puro, é inteiramente "justificado", visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem. (FOUCAULT, 1979:73)

No Brasil, o sistema penal, a partir do confinamento, também seguiu os princípios de disciplinarização e ressocialização. Assim, é importante destacar que tal processo se deu a partir do trabalho como forma de recuperação do indivíduo, tal como esclarece NEDER (1994), ao tratar da organização do que posteriormente se tornou o sistema penitenciário neste país.

Consideramos, portanto que a instituição judiciária efetivou sua prática ideológica, muito mais enfatizando e enaltecendo o trabalho e a disciplina que propriamente através de uma ação judicial que visasse a recuperação ou a regeneração à sociedade, até mesmo na conjuntura de constituição do mercado de trabalho no início do século, quando hipoteticamente, haveria necessidade de mão de obra. (...) Destarte, ressaltamos que o pensamento e a ação jurídico-penal no Brasil tem produzido efeitos muito mais ideológicos do que políticos e econômicos. Este processo de ideologização contribuiu, assim, para o reforço da introdução da ideologia burguesa de trabalho que orientou a passagem ao capitalismo na formação social brasileira de forma particular: como frisamos, com várias permanências simbólicas da ordem escravista que avalizam, até hoje, o descaso, a arrogância e o extermínio. (NEDER, 1994:29)

²⁵ O que significa dizer que o discurso jurídico-penal vai ser um instrumento deste processo de estratificação da criminalidade e da manifestação de poder sobre seus eleitos.

Gostaria de observar que, muito embora o processo de disciplinarização e controle destas instituições pareça conduzir os protagonistas desta política a uma situação de pouquíssimas alternativas, deve-se considerar também as relações de poder existentes como as que se revelam na resistência. As diversas estratégias empregadas no cotidiano institucional, as parcerias estabelecidas fora do espaço prisional para modificação das relações de poder, devem ser identificadas como possibilidade de rompimento de um discurso monológico nesta política.

Trato do sistema penal e para isso utilizarei o trabalho de ZAFFARONI (1991), que traz inúmeras contribuições ao tema. O autor esclarece que o sistema penal é um espaço político, por isso uma manifestação de poder, e aí não se refere apenas aos espaços de contenção de pessoas, mas a todo o aparato institucional que se dedica ao processo de identificação, apreensão e punição de indivíduos e que tal como ele afirma é “(...) exercido sobre a grande maioria da população, que se estende além do alcance meramente repressivo, por ser substancialmente configurador da vida social (ZAFFARONI, 1991:23)”.

Tal como já foi observado anteriormente neste trabalho, o autor em seus estudos também identifica a existência de usuários preferenciais para o sistema penal.

(...)sabemos que não são causas de crime, mas são causa da prisionização da pessoa; sabemos que eles fazem parte do estereótipo, sabemos que sem estereótipo não temos preso, sabemos que a prisão fixa os dados do estereótipo não temos preso, roubo, do sujeito, da pessoa na prisão, e também sabemos que a pessoa pratica esses crimes contra a propriedade porque não sabe praticar os crimes usualmente praticados pelas pessoas respeitáveis. Ou seja, tem treinamento para os roubos, tem treinamento que é próprio dos feios, daqueles que têm cara e reputação de ladrões. Só tem treinamento para esses roubos, não para outros. Estão treinados para isso e mais nada. Hoje sabemos isso. O estereótipo e o treinamento são duas condições sociais da sua vulnerabilidade na frente do sistema penal. Se não tivessem cara e tivessem treinamento para praticar outros crimes, não estariam na cadeia, sem dúvida; seriam pessoas respeitáveis. (ZAFFARONI, 1990:57)

Na identificação da deslegitimação do sistema penal, o autor aponta inúmeras contradições que ocorrem no interior destas estruturas, de maneira que elas não garantem nem mesmo o mínimo do que se propuseram. Dentre as questões assinaladas pelo autor estão: a duração extensa dos processos penais que mantêm privadas de liberdade durante muito tempo pessoas sem julgamento, a carência de

critérios legais e doutrinários para quantificação das penas, a proliferação de tipificações com limites difusos e com elementos de valor moral e a freqüente atuação das entidades executoras à margem dos critérios para o exercício de poderes pelos órgãos judiciais, observando ainda a estratégia de responsabilização dos segmentos mais vulneráveis socialmente.

Na descrição das relações desenvolvidas nos espaços de cumprimento de pena, ZAFFARONI (1990) expõe o processo de violação dos direitos humanos ocorrido nas prisões, onde todos (presos e funcionários) são reféns do medo. Em outras palavras, uma vez que o sistema não funciona, os mecanismos de contenção utilizados ficam cada vez mais violentos e a instituição propensa a rebeliões em que todos, aqueles que são submetidos e aqueles que submetem, temem suas conseqüências. As penitenciárias são marcadas pela superlotação das celas, pela ausência de investimento arquitetônico, pela alimentação precária e condições insalubres de permanência. O autor chama ainda a atenção para o fato deste processo ser estendido a outras instituições de reclusão:

A perversão do discurso jurídico penal faz com se recuse com horror, qualquer vinculação dos menores (especialmente os abandonados), dos doentes mentais, dos anciãos e, inclusive, da própria prostituição com o discurso jurídico penal, embora submetam-se todos esses grupos a institucionalizações, aprisionamentos e marcas estigmatizantes autorizadas ou prescritas pela própria lei que são, num todo, semelhantes – e, freqüentemente, piores – do que as abrangidas pelo discurso jurídico – penal. (ZAFFARONI, 1991:22)

Em seu trabalho, ZAFFARONI (1991) destaca a importância de compreender a prisão como um espaço de produção e reprodução de signos voltados para a delinqüência²⁶. Tal situação, para o autor, na realidade latino-americana, fica agravada à medida que as relações de poder, da forma como estão postas no planeta, deixam

²⁶ Deve-se observar que autor, quando trabalha na perspectiva interacionista, esclarece que esta possui limites de alcance, não sendo capaz de se traduzir numa crítica macro-sociológica. Deste modo, aponta que o interacionismo, a fenomenologia, a teoria marxista, o trabalho de Foucault e as teorias do que ele chama de criminologia da economia dependente são marcos importantes na contribuição para a desqualificação do discurso jurídico – penal. Assim sendo, considero fundamental para a compreensão das questões que dizem respeito a este assunto a obra de BAKHTIN (1995), que discute o dialogismo na perspectiva marxista e trata da produção dos signos materializados da vida social.

países dependentes e desconectados²⁷ com os países centrais, dando uma maior precariedade à execução das ações desenvolvidas no âmbito do controle social. O autor também apresenta como alternativa uma proposta de redução da violência que se dá pela reformulação do sistema penal e esclarece a necessidade de controlar a violência da forma como se manifesta nos países periféricos²⁸.

A proposta que ele apresenta é a “clínica da vulnerabilidade”, que, segundo sua avaliação, pode atuar a partir das próprias contradições do sistema penal, todavia a partir de outra base ética. Neste sentido, o autor esclarece que, diferentemente da lógica prisional reinante onde o operador do sistema se coloca em um distanciamento e em uma superioridade ética do confinado, a proposta se refere a uma proposta de diálogo, de caráter alteritário cujo objetivo é diminuir o grau de vulnerabilidade dos sujeitos ao sistema penal, a partir de desmistificação deste espaço que conduz ao extermínio do próprio usuário.

Com base nas questões já trabalhadas, penso que os estudos de BATISTA (1998) podem articular a discussão a respeito da criminalização da pobreza, da ausência de legitimidade que possui o sistema penal na execução de suas ações e como tais questões se reproduzem na política de atendimento a adolescentes em conflito com a lei em diversos períodos históricos da realidade brasileira²⁹.

A referida autora, em seus estudos, vai identificar, a partir da investigação de processos de adolescentes considerados “fora da lei”, de que maneira o sistema judicial historicamente contribuiu para que os jovens provenientes de grupamentos empobrecidos fossem submetidos a situações de subalternidade para serem considerados “dentro da lei”. Dito de outra forma, as possibilidades de visibilidade deste segmento, no início do século XX, se davam a partir do enclausuramento, quando o mesmo se encaixava no papel de criminoso, ou nas situações de subalternidade, quando este aceitava permanecer em trabalho quase escravo ou sofrer abusos de toda ordem como maneira de romper com a sua “natureza viciosa”.

²⁷ O autor usa o termo “sistemas penais marginais” para designar a situação do sistema penal na América Latina, marcado pela exclusão da “produção de saber das fábricas ideológicas centrais”, pelo tradicionalismo e pela violência na execução das ações.

²⁸ O autor utiliza o conceito de região marginal para designar os países periféricos.

²⁹ A autora faz um estudo sobre a realidade carioca no final do século passado e novamente no final dos anos 60 aos 80, quando trata da apreensão de adolescentes por tráfico de drogas e a execução da política de atendimento para tal segmento.

Observando os processos judiciais do final dos anos Sessenta até os anos Oitenta, BATISTA (1998) enfatiza a participação de profissionais dos diversos saberes na construção desta violência (por vezes física e muitas vezes simbólica), de forma que eram eles os elaboradores dos laudos técnicos que iam fazer parte da estrutura processual dos casos. Uma violência justificada e legitimada pelo poder público. Assim sendo, as arbitrariedades, a falta de cumprimento dos prazos de privação de liberdade, o abandono, assumem um caráter classista e racista, plenamente justificado - inicialmente pelas teorias higienistas e posteriormente pelo positivismo e funcionalismo (COIMBRA, 1998).

Diante dos diversos autores apresentados, pode-se inferir que a política social destinada à temática infanto-juvenil historicamente atuou a partir de duas vertentes: a ação destinada aos abandonados e aquela destinada aos infratores. Aos primeiros, as vias de inserção social foram o trabalho e a educação profissional como forma de aproveitamento da mão de obra constituída. Aos infratores, as ações eram eminentemente repressivas, de forma a segregar os que reagem a normas e condutas sociais, tal como explica NUNES (2000):

O sistema de proteção social à infância foi organizado em suas dimensões: uma pública, de responsabilidade do Estado e outra privada, de responsabilidade de instituições filantrópicas, muito ligadas à Igreja Católica. Esse sistema foi montado a partir de uma concepção intervencionista, ancorada na idéia de que tanto o Estado quanto as demais instituições assistenciais seriam capazes de equacionar os problemas sociais decorrentes da exclusão econômica de setores cada vez mais abundantes da população. (NUNES, 2000:3)

A intervenção no social por parte do Estado no Brasil está relacionada ao desenvolvimento da estrutura capitalista e também à diminuição das desigualdades provocadas pelas relações de produção. A política social, diferentemente de outras políticas públicas, é uma forma de interferência vinculada à resolução de problemas relacionados à aquisição de direitos.

Considerando estas questões, se faz necessário problematizar a maneira como, no Brasil, foi construída a intervenção na área infanto-juvenil, mais precisamente no atendimento ao infrator.

Historicamente, esta população tem sido constituída de jovens do sexo masculino, pobres, afrodescendentes, com baixa escolaridade, moradores de áreas pobres do núcleo e da periferia. LEITE (1991) aponta que, no final do século XIX, os adolescentes oriundos dos grupamentos de escravos recém-libertos e circulantes no espaço urbano já eram objeto de intervenções por parte das instituições responsáveis pela segurança pública. Este segmento era alvo das ações do estado voltadas para o encarceramento e de ocupação precária em atividades de baixa qualificação profissional que funcionavam como política pública da época. FAUSTO (1985) esclarece que:

O caminho da inserção do menor infrator na sociedade correspondia à sua conversão pura e simples em força de trabalho desqualificada. O Código Penal de 1890 previa pena disciplinar, em estabelecimentos industriais especiais, correndo o risco de aí ficar até os 21 anos, quando passaria a ser considerado um vadio. Na realidade, o ensino, além dos limites do nível primário era privilégio de restritas camadas sociais; a alternativa da educação da criança pobre não se colocava. (FAUSTO, 1985, 80-81)

Diversos autores pontuam como este perfil foi sendo apresentado estatisticamente ao longo do século XX.

BATISTA (1998), em sua pesquisa, identifica que os processos³⁰ do início do século estavam, em sua maioria, vinculados a meninas abandonadas que, através da Vara de Órfãos, eram recrutadas e encaminhadas para trabalhar em residências como domésticas. A autora chama atenção para o fato da maioria delas ser de afrodescendência, destacando a negligência por parte da Justiça em fiscalizar o cumprimento das obrigações relativas ao sustento das jovens durante o período de permanência nas residências, além da série de abusos de ordem física e emocional, principalmente sexual, de que eram vítimas. Esta situação era de tal gravidade que, segundo a autora, muitas preferiram permanecer nos asilos, institucionalizadas, a terem que ser submetidas aos ditos empregos³¹.

³⁰ A autora explica que a Justiça para crianças e adolescentes era realizada na Vara de Órfãos e, do período de 1907 a 1914 no Rio de Janeiro, não foram encontrados processos relativos a crimes. Tal dado faz a autora sustentar a hipótese de que, na época, os julgamentos relativos a crianças e adolescentes eram feitos nas varas criminais, junto com os adultos.

³¹ A autora faz uma relação entre a prática acima exposta e a escravidão.

Nos períodos que se sucedem, a ideologia higienista torna-se preponderante. Segundo CRUZ NETO (2001), a partir da década de Vinte, no Rio de Janeiro, as favelas passaram a se expandir, juntamente com os estereótipos e preconceitos com relação aos seus moradores.

Começou então, a ocorrer nesses locais uma série de crimes que em nada se diferenciavam dos registrados no resto da cidade. No entanto, o preconceito originado pela escravidão e potencializado pela “reforma urbana” chega a um patamar ainda mais elevado, associando local/crimes. (...) Em 1941, o então juiz de menores do Distrito Federal, Saul Gusmão, envia ao Presidente da República, Getúlio Vargas, um relatório sobre as atividades de sua comarca, produzindo uma série histórica que envolve infrações cometidas por jovens durante o período de 1924-1941, revelando a atuação do Poder Público sob a égide do Código Mello Matos, no qual percebe-se a nítida associação entre a criminalidade e classe social. (CRUZ NETO, 2001:56,57)

Sobre a época, BATISTA (1998) esclarece que, no período após a criação do Juizado de Menores, existiu uma preocupação de ser estabelecido um levantamento detalhado dos diversos elementos que pudessem compor um perfil patológico dos adolescentes apreendidos por ato infracional.

Como forma de ilustrar como os delitos estavam organizados na época, CRUZ NETO (2001) apresenta as estatísticas relativas ao período já mencionado³². Os delitos de sangue³³ eram 39,76% do total, os delitos de furto constituíam 34,09%, delitos sexuais com 15,47%, os delitos de roubo com 7,70% e os delitos diversos que obtinham 2,9%. Nesta época, os jovens envolvidos já eram na sua maioria do sexo masculino, 18,95% eram analfabetos e os reincidentes no período entre 1937 a 1941 não passavam de 9,48% (CRUZ NETO, 2001).

Na década de Quarenta, o enfoque da vigilância pública voltada aos jovens estava vinculado à sua inserção no trabalho³⁴ como forma de reabilitação e do aprisionamento como maneira de resolução da questão social.

³² Relatórios do Juiz de Menores Saul de Gusmão, Rio de Janeiro, 1941.

³³ Delitos de sangue são os crimes contra a segurança e a vida.

³⁴ BATISTA (1998) esclarece que o tipo de inserção também poderia ser um elemento agravante na avaliação sobre o caráter do adolescente, posto que na maioria das vezes eram atividades que não podiam ser comprovadas.

Nos anos Sessenta, sob plena Ditadura Militar, tem-se o exemplo emblemático da FUNABEM para ilustrar a implementação da Doutrina de Segurança Nacional e a lógica autoritária imperante no país.

CRUZ NETO (2001), fazendo considerações sobre este período, esclarece que o atendimento a este segmento tinha uma conotação policialesca, marcada pela teoria da marginalidade, sem que ocorresse efetiva fiscalização das ações desempenhadas pelo judiciário e pela polícia. O autor ainda chama atenção para o aumento no número de apreensões de jovens, devendo ser considerado o crescimento de delitos relativos à área de entorpecentes nos anos de 1960 a 1971. Estes, que antes eram de 2%, passaram a 15,3% dos casos.

O aumento do envolvimento de jovens com o tráfico nos anos Oitenta é uma questão crucial quando se trata de discutir o perfil do adolescente envolvido com ato infracional. Os anos que precedem são marcados pelo aumento da participação popular, mas também pelo recrudescimento da pobreza no país. Assim sendo, pode-se associar a diminuição do investimento em políticas sociais, a crise financeira brasileira e a complexificação do tráfico de drogas com o aumento da violência produzida e sofrida por jovens.

As informações apresentadas acima podem auxiliar na elucidação dos caminhos que foram percorridos por este segmento, desde o início da criação do sistema de proteção à criança e ao adolescente autores de ato infracional. Muito embora não tenham sido tratados os detalhes da composição da política de atendimento construída, gostaria de pontuar que se o contexto modifica-se em face dos componentes histórico-estruturais de cada momento, as ideologias marcantes de cada período encarregaram-se de produzir e enaltecer os signos adequados à propagação das “verdades” convenientes a cada momento histórico. É o texto produzido em cada época que vai justificar e aprisionar os afrodescendentes e principalmente os pobres nas políticas segregacionistas construídas na realidade brasileira para adolescentes em conflito com a lei.

1.3 O PERFIL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI NA ATUALIDADE BRASILEIRA:

É desnecessário discorrer sobre todas as questões na história brasileira recente quanto ao atendimento a adolescentes infratores. Entretanto, vale dizer que, desde o século passado até a atualidade, a lógica de atendimento teve pouca alteração, haja vista que a metodologia utilizada é da “ressocialização”. É através do confinamento e de uma capacitação ocupacional precária, que o Estado tem atuado no sentido de dar uma outra socialização a adolescentes considerados infratores.

Esta situação fica evidenciada quando se trata de visualizar a condição das instituições de atendimento no Brasil no ano de 2002. Segundo o IPEA³⁵, de cada 10 mil adolescentes, 3 deles estão submetidos à medida socioeducativa de privação de liberdade, sendo que a maioria, 76% , está localizada na faixa etária de 16 a 18 anos.

Dos adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade, 90% são do sexo masculino e 89,6% não concluíram o ensino fundamental, apesar de estarem na faixa etária correspondente ao ensino médio. Outro dado importante é que 51% destes adolescentes, no período da apreensão, não estavam na escola e 43% trabalhavam, mas destes, apenas 3% possuíam vínculo com o mercado formal. Nesta mesma pesquisa é observado que 66% dos adolescentes privados de liberdade vivem com renda familiar entre um e dois salários mínimos por mês. É importante frisar, quando se trata dos dados relativos a vínculos familiares, que 81% deles viviam com suas famílias quando foram apreendidos. Trabalhando a questão racial destaca-se que os adolescentes pretos (21%) e pardos (40%) são a maioria dos jovens que permanecem nas instituições desta natureza.

No estado do Rio de Janeiro este panorama não é muito diferenciado. Uma das pesquisas realizadas pelo Núcleo de Avaliação Biopsicosocial vinculado ao DEGASE³⁶ aponta para um perfil que se assemelha muito àquele encontrado no restante do Brasil.

O quantitativo de internos privados de liberdade no Rio de Janeiro há alguns anos oscila entre 650 a 800 adolescentes³⁷. Considerando que no ano de 2000 existiam

³⁵ Dados relativos a setembro e outubro de 2002.

³⁶ Pesquisa realizada entre os meses de outubro de 2001 e agosto de 2002, quando foram entrevistados 1041 adolescentes.

cerca 1.484.062 jovens na faixa etária entre 12 e 17 anos, estes dados expressam que é um percentual pequeno que permanece na medida de internação se forem observados, por exemplo, os números do estado de São Paulo³⁷.

Dos adolescentes que dão entrada no sistema socioeducativo, 91% são do sexo masculino e sua maior concentração fica na faixa etária entre 16 a 18 anos. Dos adolescentes entrevistados 75% são de afrodescendência e na sua maioria (90%) são oriundos do estado do Rio de Janeiro. Quando se trata de identificar a área de moradia, o maior percentual está relacionado a adolescentes que vivem na Zona Oeste; no caso dos rapazes, 26% do total deles. Outro dado bastante significativo é que mais de 50% dos jovens entrevistados vivem em favelas urbanizadas. Deve-se considerar que, do percentual de jovens do sexo masculino, 70% já passaram pela situação de repetência escolar e 36% têm escolaridade relativa à 1ª série do ensino fundamental. Dos adolescentes entrevistados, 88% declararam ao Núcleo que já haviam tido experiência ocupacional e na ocasião da apreensão 33% dos rapazes estavam exercendo alguma atividade produtiva. Dos adolescentes que trabalhavam, 52% relataram à equipe que o faziam para auxiliar na renda familiar. A relação familiar também traz informações importantes, haja vista que 80% dos adolescentes de ambos os sexos informaram terem sido criados por seus pais.

Todos estes elementos apontam para a manutenção de um padrão de desigualdade que expressa exclusão social e racial e a presença marcante da pobreza, aqui entendida como inacessibilidade ao usufruto de riqueza social produtiva.

1.4 TRABALHANDO COM OS ELEMENTOS DA DIFERENÇA:

Com base nos dados acima expressos, gostaria de trabalhar com três elementos que me parecem ser fundamentais para esta análise: a pobreza e as desigualdades social e racial, na construção do padrão de ressocialização utilizado nos institutos de atendimento para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

³⁷ Em pesquisa feita em 1998 pela Direção Geral do DEGASE, o número de jovens privados de liberdade era de 755, em 2002 dados do DCA apontavam um quantitativo de 655 adolescentes.

³⁸ Em 2002 a pesquisa do DCA detectou 4.429 adolescentes em cumprimento de medida de privação de liberdade.

Inicialmente se faz necessário apontar que a lógica de exclusão é que vai dar a configuração às instituições de atendimento.

O estudo da desigualdade no país pode considerá-la como um dos componentes da produção da violência. Vive-se em um país com índices de desigualdade surpreendentes. Isto significa dizer que, muito além dos problemas oriundos do processo de pauperização que vem se agudizando em face do projeto econômico em vigência, uma significativa divisão se consolida entre os extensos grupamentos muito pobres, destituídos de condições básicas de existência e outros, com um pequeno número de participantes, que se apropriaram de grande parte da riqueza circulante no país.

Voltando aos números, segundo o IBGE, o Brasil é o sexto país com maior concentração de renda. HENRIQUES (2003) esclarece que, muito embora os Índices de Desenvolvimento Humano³⁹ tenham melhorado na última década, a qualidade dos serviços oferecidos ainda é precária. Interessante notar que no estado do Rio de Janeiro não ocorreu melhoria do IDH; neste mesmo período, os 20% mais pobres se apropriam de apenas 2,1% da renda do estado, enquanto os 20% mais ricos, nesta mesma relação, têm 65,5% desta renda.

O aumento das desigualdades no Rio de Janeiro vai também se expressar na forma de organização espacial da cidade, seja na ocupação da periferia, seja no crescimento das favelas nos núcleos e periferias. A metrópole está tendo reduzido crescimento demográfico⁴⁰ desde a última década. Entretanto, no que diz respeito às favelas, este processo se deu de forma inversa, uma vez que nestes locais ocorreu um crescimento significativo desde os anos Oitenta⁴¹. Estes elementos interferem também nas alternativas de sociabilidade, estabelecendo um convívio involuntário entre grupos empobrecidos que até então não possuíam qualquer identificação histórica ou cultural⁴².

³⁹ Este índice é formado pelos indicadores relativos à educação, expectativa de vida e renda.

⁴⁰ Ver Relatório de Desenvolvimento Humano do Rio de Janeiro sobre Moradia elaborado pelo IPEA e Prefeitura do Rio de Janeiro (2001).

⁴¹ Ver LAGO (2000), que trata do processo de empobrecimento da metrópole na década de 80, do crescimento das favelas e periferias, da estagnação e elitização do mercado imobiliário e do aumento das desigualdades sociais como elementos fundamentais para a compreensão das modificações socioespaciais ocorridas no Rio de Janeiro.

⁴² Faço referência aos processos ocorridos nas cidades da área metropolitana onde o tráfico define através das facções como devem ser estabelecidos os laços de pertencimento. Outro dado significativo na sociedade brasileira se dá através da religiosidade. Um exemplo disto pode ser visualizado pela

Na concepção de pobreza utilizada neste estudo, a compreensão da segregação existente na região metropolitana⁴³ se dá pelo trabalho e pela sociabilidade dos segmentos empobrecidos⁴⁴. Estes elementos ainda são atravessados pela questão racial, que vai se sobrepor aos pretos e pardos, produzindo diferenciações negativas de qualidade de vida.

Na cidade do Rio de Janeiro, conforme esclarece ZALUAR (2001), a forma de organização foi caracterizada pelas distinções significativas entre as condições de existência dos grupamentos empobrecidos e daqueles que detêm o capital econômico.

Muito embora haja uma proximidade territorial entre os bairros de alto poder aquisitivo e as favelas, tal como ocorre na Zona Oeste do Rio de Janeiro, considero que, se por um lado, tal processo é a evidência da desigualdade, por outro, a proximidade territorial entre estes “dois mundos” é que possibilita o acesso do trabalhador empobrecido a recursos urbanos, emprego e renda, viabilizados na cidade, em face da existência do grupamento de renda privilegiada. Entretanto, são “dois mundos” que estão próximos, mas não se misturam.

Neste sentido, BARROS (2000) vai apontar que os elevados índices de pobreza no Brasil são a expressão de uma distribuição de renda desigual com oportunidades de inclusão econômica e social diferenciadas. Acrescento ainda que as limitadas possibilidades de acesso a direitos vão ser importantes na configuração que a pobreza vai adquirir na realidade brasileira, haja vista que o Brasil não pode ser considerado um país marcado pela escassez de recursos, mas sim um país que é profundamente desigual na forma como tais recursos são redistribuídos à população.

Nas diversas expressões da desigualdade social, me parece importante abordar o caráter racial da pobreza, haja vista que, se forem observados os números relativos

propagação excessiva de cultos que, muitas vezes, separam do convívio pessoas com afinidades territoriais pela diferenças religiosas. Observar trabalho de ZALUAR (1996) sobre o assunto.

³⁴ A região metropolitana é composta pelos municípios Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Tanguá, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Paracambi, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Mesquita, Seropédica, Niterói, Mangaratiba, Nilópolis, Queimados, São João de Meriti.

³⁵ Avalio que o modelo dual ainda pode ser aplicado na realidade do Rio de Janeiro; apesar da heterogeneidade da população, do empobrecimento da classe média e da significativa migração deste grupo para áreas periféricas, não significa que haja alteração de sociabilidade entre as classes média e popular.

aos pobres negros, estes serão em número bem superior ao de pobres brancos. O segmento oposto vai ser composto um número muito maior de brancos que, nos diversos aspectos da economia, agregam a maior parte da riqueza circulante.

HENRIQUES (2001), através de estudos relativos à pobreza, educação e trabalho na década de Noventa, observa que a situação de pretos e pardos é de muito maior precariedade do que a dos brancos. Neste sentido, a pobreza brasileira vai se expressar de maneira mais significativa no segmento composto por negros e é este grupamento o que teve maior perda de espaços de trabalho nos últimos anos. A manutenção desta situação de desigualdade é identificada nos dados relativos à educação: muito embora os indicadores sociais tenham obtido uma melhora significativa, eles não têm permeabilidade na questão racial; não foram capazes de modificar o distanciamento entre os níveis de escolaridade entre brancos e afrodescendentes. Nas diversas situações que dizem respeito às condições de vida, a população negra fica em desvantagem - e o mais significativo é que essa situação não tem se alterado com o passar dos anos.

É importante apontar que as ações desenvolvidas ao longo dos anos pelo sistema de proteção social no Brasil não foram capazes de dirimir as desigualdades, sejam elas de ordem social ou racial. Muito pelo contrário, os índices relativos ao tema no país têm se agravado significativamente em decorrência do processo de reestruturação do modo de produção.

A análise da reorganização do espaço produtivo e das relações estabelecidas entre tal fenômeno e a pobreza se expressa através do aumento da desigualdade na área urbana. Todavia, a redução do mercado de trabalho formal vai afetar também os grupamentos pobres, com a escassez de oferta de trabalho, principalmente na área de prestação de serviços. A diminuição dos postos de trabalho, para um país de mercado informal tão expressivo, também é um componente desencadeador de pobreza. Neste sentido, gostaria de utilizar os estudos de BRANDÃO (2002) a respeito da pobreza urbana. Ele avalia que o Brasil vive uma crise do assalariamento com a agudização da situação de empobrecimento já constituída neste país, além da forte presença de um setor terciário informal, que conta com uma estrutura de bem estar comprometida e com limitações de cobertura das políticas sociais decorrentes de seu insuficiente

funcionamento. A realidade brasileira contemporânea tem manifestado um grau de exclusão significativo, onde as relações de trabalho estabelecidas são precárias e a inexistência de laços de classe (que possam viabilizar ações coletivas comuns) compromete atuações de maior amplitude.

Os dados estatísticos apresentados neste capítulo exemplificam alguns níveis de exclusão a que são submetidos os jovens fluminenses. Tal questão se expressa principalmente nas ações governamentais relativas a trabalho, educação, lazer e cultura, ou mesmo pela participação do tráfico nas comunidades. Esta situação merece destaque posto que instaura regras específicas de coexistência para a população ali residente.

Estabelecer e identificar pontos de pertencimento são ações de fundamental importância para o indivíduo. Tal processo fica bastante prejudicado uma vez que os atores com os quais se relacionam, na maioria das vezes, são apenas aqueles de seu espaço (território), onde foram construídas suas histórias de vida, elaboradas neste caldo de pobreza, de falta de referencial social e de expectativas de futuro. Assim, insisto que a possibilidade de circulação de jovens em outros territórios não deve ser considerada como uma probabilidade de sociabilidade, posto que esta movimentação se dá em uma situação de invisibilidade, não ocorrendo trocas simbólicas.

As manifestações da exclusão interferem nos diversos limites de relacionamento do ser humano, impossibilitando que ele possa exercer ações enquanto sujeito de direito⁴⁵. Ter direitos não se encerra na letra de lei, mas está determinado pela capacidade de interagir com as diversas instâncias de poder, definir possibilidades e escolhas que estão comprometidas com sua relação territorial, espacial, cultural, étnica, de gênero e todas as outras que se estabelecem na relação com o outro. A existência de direitos parte de parâmetros mínimos a serem seguidos.

A cidadania é estabelecida por um referencial relativo a um padrão social e histórico que aponta para as diferenciações entre aqueles que detém ou não acesso a direitos. Isto remete ao fato de que o conceito de cidadania explicita os processos de

⁴⁵ Observar a distinção que FLEURY (1999) faz a respeito de desigualdade e exclusão, apontando que a primeira é um fenômeno de ordem econômica e a segunda é uma questão eminentemente social e cultural que vai estabelecer limites de relacionamento e convivência social, que regula as diferenças e as condições de inclusão.

exclusão existentes em um referido espaço social. Quem está incluído e sendo beneficiado pelas intervenções do Estado tem direitos garantidos, privilegiado pela forma de inserção no mercado. Os demais estão sendo afastados do acesso a cidadania em face da focalização e seletividade das políticas sociais.

Diante deste quadro, gostaria de trazer de volta a discussão a respeito do significado da manutenção deste perfil de adolescentes atendidos pelo sistema socioeducativo.

A histórica correlação entre a pobreza e a criminalidade não é suficiente para explicar a inserção de jovens em situações relacionadas à infração (MISSE,1997). Apesar da população pobre não deter os mecanismos de criação da violência, é a ela que a manutenção da ordem está destinada. Assim, a naturalização da relação entre a pobreza e a criminalidade pode ter desdobramentos relacionados ao binômio: punição e pobreza.

O acesso à Justiça compartilha das mesmas hierarquias existentes nas distorcidas relações de poder estabelecidas na sociedade brasileira. Ficam à sua disposição, para sofrer punições por atos criminosos, os mesmos que foram aliados das políticas públicas básicas e que, por falta de acesso a direitos universais, acabaram por romper com a ordem.

O que isto significa? Esta seletividade⁴⁶ está vinculada a um processo histórico de criminalização da pobreza que, em face da reestruturação produtiva, vem sendo agravado. Este perfil vai corresponder a um segmento que sempre esteve próximo ao mercado informal, que sempre foi aliado do processo produtivo quando não preenchia os critérios vigentes e que vem sendo descartado diante de sua baixa capacitação a novas tecnologias presentes. São estas pessoas que o Estado vai alcançar através das instituições de confinamento, aqueles que, ao longo dos anos, vêm sendo considerados perigosos aos segmentos médios e ricos da sociedade. E a eles se destina a ressocialização: uma ação de caráter moralista, que longe de incorporar pessoas, marca pela manutenção da exclusão. Tal como esclarece WACQUANT (2001), a ação junto aos criminosos é o deslocamento territorial dos mesmos como forma de resolução da questão.

⁴⁶ Ver ZAFFARONI (1990), sobre as possibilidades de intervenção no sistema penal.

No Brasil, tal como coloca BATISTA (1988), a política social está atrelada a uma política de confinamento e esta, por sua vez, está atrelada a uma justiça seletiva e excludente. O resultado disso no cotidiano das ações públicas se manifesta na impossibilidade de atender às demandas da população empobrecida e no aprimoramento dos mecanismos de controle social construídos pelo Estado. As possibilidades de encarceramento de um jovem com o perfil acima delineado são extremamente maiores do que de outros, por conta das limitações de sociabilidade que este conjunto formado pela pobreza e desigualdades racial e social provocam.

Numa sociedade que foi construída com base no trabalho, a ausência dele implica na falta de reconhecimento das pessoas como sujeitos. Quando a desigualdade se aprofunda e as diferenciações raciais interferem ainda mais nas possibilidades de reconhecimento, mobilidade e ascensão social, restam poucas alternativas de prestígio social.

A carência de políticas sociais redistributivas eleva a vulnerabilidade social deste segmento e conseqüentemente sua probabilidade de ser alcançado pelo sistema de confinamento, pela forma diferenciada de tratamento dada pelos elementos vinculados à segurança pública: a polícia e posteriormente o judiciário.

No que diz respeito à política de atendimento aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, ela vem, historicamente, se constituindo num mecanismo de reprodução de desigualdade e exclusão social. Esta afirmativa está relacionada ao modelo causal que justifica esta ação pública. Esta política parte da compreensão de que o confinamento é capaz de dar ao outro, o confinado, uma nova condição de identidade social, diferenciada da anterior e compatível com as aspirações dos grupamentos médios e altos da sociedade. Entretanto, na sua aplicabilidade, esta política traz uma metodologia de ação marcada pela ociosidade, falta de manutenção nos equipamentos físicos e baixa exigência técnica. As propostas orçamentárias vêm historicamente contemplando as alternativas de intervenção que minimizam os efeitos do processo de internamento⁴⁷. Todavia, é fundamental mencionar que os orçamentos

⁴⁷ Falo de minimização pois não acredito que o espaço de internação seja passível de rompimento identitário. Aliás, ousa afirmar que o espaço de internamento é pouco produtivo enquanto espaço socioeducativo.

sempre têm expressado as disputas de poder no espaço estatal. Isto significa que, nas aplicações de verbas, são privilegiados os aspectos de manutenção da ordem vigente.

Assim, gostaria de finalizar este capítulo apontando que a política de internamento destinada a jovens tem cumprido com perfeição sua função de perpetuação da desigualdade. A violência tem sido naturalizada e legitimada pelo Poder Público.

Não é possível acreditar que um ser humano que está em seu processo de formação física e emocional passará, sem seqüelas, por instituições desta natureza, onde o isolamento, a ociosidade, a violência, os abusos de natureza sexual, a tortura e a humilhação fazem parte do cotidiano. Deste modo, o jovem que periodicamente é internado e utiliza a instituição como forma de proteção social⁴⁸ vai formatar a criminalidade em sua lógica de vida e poderá voltar ao sistema socioeducativo. Compreendo que o internamento, para um pequeno grupo que reiteradamente volta ao sistema, é uma forma de inclusão excludente. A inserção nesta política dá um sentido a sua existência, pois é uma forma de encontrar reconhecimento, mesmo que de uma forma eminentemente negativa⁴⁹. Assim, compreender os aspectos que estão relacionados à construção da política de atendimento a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa amplia as possibilidades de identificação de alternativas que possam auxiliar na desconstrução desta lógica naturalizada socialmente e cria outras para aproveitar as brechas do sistema para garantia de direitos destes jovens.

⁴⁸ É importante destacar que os níveis de reincidência oscilam entre 35% a 41% entre os anos de 1995 a 2002. Todavia, em face da reincidência não estar distribuída por medida socioeducativa aplicada, não é possível definir quais são as medidas que possibilitam maior reincidência. Entretanto, se forem considerados os números da reincidência, pode-se pensar que existe um segmento que periodicamente retorna a estas instituições. Assim, avalio que isto se dê pela relação que o delito tem com o grau de vulnerabilidade que estes jovens sofrem.

⁴⁹ TODOROV (1996) considera que o reconhecimento social prescinde da vida em comum. O autor faz uma crítica à vida social, onde identifica a desvalorização da percepção do eu e do outro, reduz a vida em comum a avaliações individuais onde ocorre a falta de reconhecimento da diferença, ou melhor, o reconhecimento se dá através das semelhanças dos indivíduos e não de suas diferenças.

2 SEGUNDO CAPÍTULO

2.1. OS ANOS NOVENTA E AS POLÍTICAS SOCIAIS:

É de meu interesse apresentar uma análise que expresse um panorama das questões pertinentes ao tema na década passada, apontando as principais alterações ocorridas na organização desenvolvida pela esfera estatal no atendimento ao adolescente em conflito com a lei. O processo de reordenamento institucional pelo qual passou a política de atendimento à criança e ao adolescente foi bastante prejudicado pelas alterações de condução da economia e da política no país. O processo de estadualização e municipalização das ações desenvolvidas foi influenciado pela ideologia neoliberal, que assumiu com grande força o modo de encaminhamento das políticas sociais.

As dificuldades de atuação junto aos usuários da política de atenção a adolescentes em conflito com a lei manifestam-se cotidianamente na escassez de recursos e na ausência de investimentos em capacitação e em infra-estrutura para seu funcionamento. Todas estas questões sempre foram presentes no trato da questão social, em face do sistema de proteção brasileiro ser centrado no assistencialismo, construído a partir de alianças conjunturais e com intervenções de caráter periférico. A literatura⁵⁰ existente nesta área aponta para uma repetição desta lógica nos países da América Latina; e em outras palavras, a existência de farta legislação acompanhada da falta de cumprimento da mesma na esfera da garantia de direitos⁵¹. Todavia, a partir da

⁵⁰ Ver GARCEZ, Emílio (2000).

⁵¹ Os países latino-americanos traziam uma herança administrativa muito precária no que concerne à gestão pública. É histórica a presença de governos centralizadores, com partidos políticos dependentes da estrutura estatal e com pouca capacidade de transformar as demandas sociais em alternativas de políticas públicas. A mistura entre o público e o privado provoca um hibridismo nas relações construídas

década de Noventa, os limites de atuação das políticas sociais vêm se ampliando de forma assustadora; assim, deve ser destacada a crise da estrutura de bem-estar brasileira. Tal afirmativa se justifica uma vez que foi nos anos Noventa que o projeto neoliberal ganhou espaço de manifestação, oportunizando o desmonte da estrutura construída na década de Trinta⁵². Junto a essa modificação na direção da política econômica ocorreu a alteração na condução de organização do Estado Brasileiro.

Quero enfatizar que a reforma do Estado era uma exigência premente em face da necessidade de garantir adesão e sustentabilidade política às decisões. Todavia, a consolidação deste projeto era estreitamente vinculada à concepção político-econômica à qual estava atrelada; neste sentido, contribuiria para a ampliação de um processo democrático ou para o acirramento das desigualdades sociais (DINIZ, 1997). Isto significa dizer que este momento iria refletir uma opção política por um projeto de sociedade: progressista ou conservador.

Segundo a autora, a Crise do Estado expressa o esgotamento do modelo desenvolvimentista em vigência nos anos Setenta, quando o Estado não foi capaz de garantir o padrão de controle sobre a sociedade civil em face do surgimento de uma estrutura de representação multifacetada de interesses. Ocorreu um processo de descompasso entre o Estado e a sociedade civil, acrescido da ineficiência do poder público em estabelecer o controle inflacionário e manter as políticas compensatórias que amorteciam os conflitos decorrentes do processo produtivo.

Dentro da proposta preconizada pela Constituição de 1988, a reforma do Estado representava a consolidação de ações mais democráticas de gestão pública. Todavia, em face do projeto neoliberal, essa lógica administrativa foi abortada, cedendo espaço para o processo de administração gerenciada pela lógica do mercado. Esse projeto

no espaço público. Ocorre de maneira a possibilitar ao privado possuir interferência significativa na execução das políticas públicas (DINIZ, 1997). As ações meritocráticas e toda a sorte de favorecimento a interesses particulares são algumas das características da estrutura democrática latino-americana, devendo ainda serem mencionadas a desigualdade econômica e social e uma frágil estrutura de proteção social, presentes nestes países.

⁵² Para este estudo, o que é importante apreender a respeito daquele processo é que no caso brasileiro foi construído um precário sistema de proteção, que não surge de um pacto social. O Estado assumiu a responsabilidade pela questão social a partir de uma intervenção verticalizada, que incorporou parcialmente as demandas da população. Deste modo, implantou serviços que amorteceram os conflitos decorrentes do modo de produção capitalista sob uma lógica meritocrática, associada ao espaço de cada indivíduo no mercado.

societário vai ter diferentes rebatimentos em cada realidade econômica. Os países que possuíam uma democracia consolidada sofreram de maneira diferente os impactos da crise recessiva: os ajustes foram feitos sem grande prejuízo ao conteúdo das ações relativas à estrutura de bem-estar⁵³. Países como o Brasil estavam em processo de redemocratização, lidavam com uma série de demandas que a estrutura estatal não possuía condições de abarcar e sofreram como consequência o desmonte da estrutura estatal nos Anos Noventa.

A Reforma do Estado brasileiro teve contornos diferenciados daqueles obtidos nos demais países periféricos. Assim sendo, o que a Constituição apontava como processo de descentralização de encargos estava vinculado ao compartilhamento não somente de responsabilidades, mas da interferência no poder⁵⁴, redefinição de competências, fortalecimento dos mecanismos de controle das políticas setoriais, capacidade decisória e aplicação de recursos das diversas instâncias de governo. Deste modo, ocorreu uma redefinição do papel do Estado, que, de executor de políticas, ficou transformado em promotor e regulador do desenvolvimento (NEPP, 2001). Em face da nova concepção estatal, coube ao mercado, através de privatizações, atuar nos demais setores que não fossem essenciais ao funcionamento do Estado. O processo de descentralização tornou-se um mecanismo de despolitização das políticas sociais e fragmentação das forças progressistas na participação do controle social.

Assim, torna-se importante retomar a análise a respeito da decisão pela descentralização de poder e os mecanismos de efetivação desta proposta, tal como explica FIORI (1992):

(...)alguns já pensam que estamos assistindo é uma “desintegração pelo mercado” mais do que uma descentralização federativa do Estado brasileiro. Na liderança desse processo estariam os agentes econômicos que estão se reestruturando, orientados pelos sinais dos mercados externos e a falência da União que tem obrigado os estados e municípios a recorrerem cada vez mais às agências internacionais (B.M., BID,etc.) para financiar suas obras de infraestrutura tradicionalmente apoiadas pelos recursos do Governo Central. (FIORI,1992:6)

⁵³ Ver discussão em VIANNA, 2000.

⁵⁴ Observar a discussão de ALMEIDA (1995).

As conseqüências desta nova ordem para a lógica de funcionamento da estrutura governamental expressaram-se nas modificações ocorridas na operacionalização das políticas. Em outras palavras, ocorreu uma alteração no espaço estatal, com uma entrada significativa de entidades privadas na gestão de atividades sociais, até então somente desenvolvidas pela esfera governamental. Entretanto, a operacionalização destas ações não correspondeu às expectativas de ampliação de participação política por parte de outras esferas de poder. Isto pode ser explicado, em parte, pela diversidade de processos de descentralização operacionalizados no Brasil: as experiências que se processaram ao longo dos últimos anos foram distintas e significativamente influenciadas pelas estruturas de proteção social locais já existentes. Deve ser ainda ressaltada a capacidade administrativa e financeira de gerir os programas concebidos pelas instâncias federais, bem como a disponibilidade de adesão dos municípios e estados às políticas já desenhadas pelo governo central. Todas estas questões relativas às políticas sociais na perspectiva de Reforma do Estado implicaram no aparecimento de formatos diferenciados na estrutura de proteção social brasileira, que na maioria das vezes reduziu a amplitude das ações oferecidas.

PAOLI & TELLES (1998), ao fazerem um balanço da conjuntura democrática dos anos Noventa, identificaram a desigualdade como uma herança que o Brasil tem há tempos⁵⁵ e é incapaz de dirimir, apesar dos avanços da legislação social. Entretanto, se o processo ditatorial possibilitou o aumento de direitos nesta área, nos anos Oitenta, ocorreu o arrefecimento da desigualdade social neste país, muito embora tivesse passado recentemente pela experiência do crescimento econômico.

O reconhecimento de direitos sociais universalizados e pautados sobre uma lógica de equidade não foi suficiente para garantir seu acesso e aplicação. A volta à cena política, ou melhor, a maior visibilidade que os movimentos sociais tiveram a partir do processo de redemocratização interferiu na configuração do espaço público, dando a ele contornos de informalidade, pluralidade e descontinuidade. Todavia, a identificação do direito não foi o bastante para mudar as antigas práticas. A nova conformação

⁵⁵ A história recente deste país é pontuada por situações de pequenos períodos democráticos e ditaduras com perdas de direitos políticos. No que diz respeito à cidadania, os períodos ditatoriais foram momentos de ampliação dos direitos sociais como forma de conformação da população pela perda dos direitos civis e políticos.

adotada pelos mecanismos de controle social efetivamente ficou à margem dos núcleos duros da questão social. As lutas organizadas sobre o Governo Central deram espaço para movimentos pulverizados nos três níveis governamentais, que não têm expressado capacidade de pressão, de maneira a incorporar os projetos de universalidade de direitos, construídos nas diversas estruturas de proteção social organizadas pelo Estado.

A identificação das demandas de diferentes segmentos nos Anos Oitenta fez do espaço público um lugar de disputa de poder onde os diversos sujeitos interagem na problematização de seus interesses e no rompimento de hierarquias, tal como as autoras esclarecem:

Ao se fazerem reconhecer como sujeitos capazes de interlocução pública, a presença desses atores coletivos na cena política teve o efeito de desestabilizar ou mesmo subverter hierarquias simbólicas que os fixavam em lugares subalternizados por entre uma trama densa de discriminações e exclusões, ao impor critérios igualitários de reconhecimento e princípios democráticos de legitimidade. (PAOLI & TELES, 1998: 106)

Entretanto, deve-se atentar para a existência de diferentes movimentos sociais que, muito embora tivessem, a partir da Constituição, conseguido maior visibilidade, não alcançaram a incorporação das demandas por parte do Estado. Apesar do período histórico ter sido rico na construção da identidade de diversos movimentos de minorias, alguns deles não conseguiram estabelecer uma interlocução direta com o espaço público e permaneceram sob a tutela de outros que pudessem lhe dar voz, que falassem por eles⁵⁶. A diferença não foi incorporada como elemento de negociação e de ampliação de direitos, mas sim como um componente realimentador da exclusão. Existem temas, como aqueles relacionados com os indígenas, os desempregados, os sem teto, que não conseguem vencer as “hierarquias simbólicas”, tal como dizem as autoras, e se mantêm no mesmo grau de subordinação tradicionalmente construído.

O reconhecimento institucional dos direitos foi um ganho societário, sucedido pela construção de mecanismos de participação da sociedade. Muito embora ainda exista pouca permeabilidade por parte das políticas sociais às demandas de alguns

⁵⁶ Os movimentos vinculados ao sistema prisional são um deles.

segmentos, a criação dos espaços de representação nos diversos níveis governamentais provocou o partilhamento do controle social em áreas como a saúde, educação, assistência entre outras. Especificamente no caso da política de infância e juventude, a participação dos movimentos sociais foi preponderante para a aprovação de lei complementar, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entretanto, na análise do processo de emancipação dos sujeitos das políticas, verifica-se que em algumas instâncias desta temática ainda impera a tutela de seus usuários, como é o caso dos adolescentes em conflito com a lei. Apesar da alteração na lógica da lei, ela por si só não é capaz de interferir nas precárias relações de equidade existentes na realidade brasileira⁵⁷.

As modificações ideológicas decorrentes do neoliberalismo se expressaram na diminuição do papel do Estado, na redefinição no trato da questão social, na valorização do mercado como forma de obtenção de serviços sociais e na ênfase no individualismo. Assim sendo, ocorreu um processo de racionalização na lógica das estruturas de bem-estar social a nível internacional, proporcionando uma série de modificações na organização da proteção social, alterando a burocracia estatal, privatizando uma parte do setor público, aumentando critérios de seletividade, limitando o ingresso e a permanência em programas, desencorajando o uso dos serviços sociais públicos. Em síntese, os países periféricos, como o Brasil, foram significativamente penalizados em face dos estragos que a reestruturação do capital proporcionou em suas economias (BEHRING,2002).

No conjunto das questões que interferiram na redemocratização e na reordenação do Estado Brasileiro na disputa pela hegemonia existe um permanente movimento que se prolonga em diversos níveis de domínio estatal. O espaço público é plural, desarticulado e contraditório; sujeito a disputas que propiciam a alteração conjuntural dos segmentos que ocupam os lugares de poder. Não existe consenso, porque o espaço democrático é de conflitos e disputas de interesses (PAOLI & TELES, 1998).

⁵⁷ No caso dos projetos destinados à criança e ao adolescente, por muitos estarem muito voltados para os programas do que antes era o Ministério da Previdência e da Assistência Social, o sistema de proteção construído para infância e juventude foi fortemente influenciado pelas perdas ocorridas nesta área.

A compreensão da Reforma do Estado passa pelo entendimento de que a aquisição de poder é atravessada por articulações de ordem conjuntural, por outras que estruturalmente já estão consolidadas e outras ainda, que passam a existir por conta das barganhas políticas, dos rearranjos e até das novas oportunidades de reinserção no cenário de decisão. Além dos elementos de natureza econômica, é importante considerar aqueles relacionados aos aspectos políticos que ainda são desdobramentos da Ditadura Militar.

Neste sentido é possível utilizar a pesquisa de ARRETCHE (2000), na qual esclarece de que maneira os diversos níveis de poder estavam paralisados no exercício de suas funções:

(...) governadores e prefeitos das capitais e de cerca de 150 cidades de médio e grande porte foram destituídos de base própria de autonomia política: selecionados formalmente por eleições indiretas e, de fato, mediante indicação da cúpula militar, sua autoridade política não era derivada do voto popular. Além disto, todos os governadores e prefeitos detinham escassa autonomia fiscal: a centralização financeira instituída pela reforma fiscal de meados dos anos 60 concentrou os principais tributos nas mãos do governo federal e, ainda que tenha ampliado o volume da receita disponível dos municípios, uma vez realizadas as transferências, estas, estavam sujeitas a estritos controles do governo federal. (ARRETCHE, 2000:45)

Os anos Oitenta trouxeram em seu bojo a possibilidade concreta de alteração das relações de poder, ou melhor, do ingresso de novos atores na estrutura de disputa política brasileira. A crise financeira já mencionada, os fracassos dos planos econômicos implantados na retomada do governo civil e as expectativas dos segmentos emudecidos nos anos ditatoriais ocasionaram a emergência das demandas relativas à cidadania, reforma agrária, direitos trabalhistas, que expressam a contradição com a lógica de poder vigente (BEHRING, 2002). A conjuntura não era marcada somente pela atuação de sujeitos representantes de um núcleo progressista, mas também por outros, conservadores, vinculados a setores insatisfeitos com os desdobramentos da organização dos segmentos populares no país. Esse desmonte do Estado foi apoiado pela introdução de valores e signos relacionados a uma dada representação sobre a incapacidade do Estado de administrar sozinho as políticas públicas. Em contrapartida, o governo acenava com a abertura econômica para o mercado internacional, tal como esclarece BEHRING (2002):

O discurso da equipe econômica do governo federal, como se sabe, é de que a Ordem Social consagrada em 1988 é perdulária/paternalista e amplia o déficit público. Na verdade, observa-se que o crescimento do déficit está relacionado ao endividamento instaurado, com a justificativa de cobrir déficits seguidos da balança comercial, que por sua vez tem relação com a abertura precipitada e irresponsável da economia. (BEHRING, 2002:182)

A referida Contra Reforma, ou melhor, as forças hegemônicas presentes, deram um caráter diferenciado ao que se preconizava constitucionalmente como desconcentração e descentralização de poder. Estes mecanismos de reorganização estatal não aconteceram a contento, já que precisavam ser seguidos por modificações intergovernamentais, haja vista que não foram acompanhados pela autonomia financeira dos estados⁵⁸ e municípios. Não se pode deixar de mencionar que as diferenciações econômicas e políticas entre os diversos estados da federação interferiram na assunção das políticas públicas por parte dos diversos níveis de governo. À medida que o Governo Central se desresponsabilizou da questão social em nível local, os estados e municípios, na intervenção dos desdobramentos da desigualdade, utilizaram critérios cada vez mais seletivos de acesso às políticas sociais. Outro fator de grande preocupação nesta questão é a articulação com as entidades não governamentais como alternativa de prestação de serviços sociais, o que deforma cada vez mais a participação do Estado no trato do acesso a direitos. O que é proposto e feito em termos de reforma do Estado para os estados, é, na verdade, autonomia ou abandono?

Deve-se observar que as gestões democráticas brasileiras que vêm respondendo pela implantação da Reforma do Estado não conseguiram vencer o desafio básico: desconcentrar poder, delegando responsabilidades aos demais níveis de governo e propiciando mecanismos que efetivamente permitissem a participação na política central. Ainda é muito recente e frágil a participação dos estados na formulação das políticas públicas. A adesão à proposta de descentralização passa pela opção dos governos locais sobre as áreas de atuação a serem contempladas, mas também por

⁵⁸ Os estados, desde o período ditatorial, possuíam uma dívida junto à União, que foi renegociada por diversas vezes e, em face da recessão econômica piorou sensivelmente durante a década de Noventa. O fato de possuir autonomia fiscal não impediu que os governos subnacionais tivessem dificuldade de aquisição de verba para gerir as políticas existentes e assumir outras.

elementos de outra ordem. Tal como ARRETCHE (2000) identifica, duas conseqüências do Estado federativo interferem na configuração da descentralização:

A União já não tem a seu favor os recursos com os quais contava durante o regime militar-concentração de recursos fiscais e subordinação política de governadores e prefeitos (...) A transferência de atribuições realiza-se com base em uma barganha federativa, componente essencial das novas relações intergovernamentais. (ARRETCHE, 2000:242)

A autora aponta que a autonomia obtida na atualidade trouxe a possibilidade de que os governos subnacionais tivessem poder de decisão ou não sobre a implantação de uma determinada política social. Tal processo proporcionou uma barganha, através da qual os cálculos de custos e benefícios relativos à ação social acabam sendo fundamentais para a tomada de decisão. Neste sentido, os mecanismos de adesão à descentralização passam pela lógica histórica de efetivação da política no âmbito local, pela capacidade administrativa e técnica dos governos locais e pelas competências constitucionais de assunção da execução de uma política social.

Observa-se que todo o projeto acima descrito expressa uma disputa entre dois projetos de sociedade, ficando explícita a vitória do projeto conservador na condução das intervenções públicas na questão social.

Considerando todos os elementos trabalhados neste item é possível apresentar a forma como as políticas sociais foram desenvolvidas no Brasil durante os últimos anos.

2.2 AS POLÍTICAS SOCIAIS NO GOVERNO FHC:

Inicialmente, é importante ressaltar que o eixo que norteia a discussão é a desconstrução do Estado Nacional, que de 1995 a 2002 foi orquestrada pelo governo comandado por Fernando Henrique Cardoso. Este processo se deu, segundo LESBAUPIN (1999), a partir da opção governamental do referido governo de atuar na estabilização da moeda, em detrimento da questão social. Assim sendo, ocorreu uma

importante destruição das políticas públicas construídas ao longo dos cinquenta anos anteriores.

No que se refere à intervenção do Estado, é fundamental destacar o Plano Real como ícone da implantação desta proposta. As estratégias seguidas para dar conta do rebaixamento inflacionário atuaram principalmente na elevação dos juros e no arrocho monetário, que tiveram como consequência uma sobrevalorização do Real e uma diminuição do crescimento econômico. Em síntese, tal política foi encaminhada a partir da premissa neoliberal de condução da economia de que o Estado é o responsável pelos problemas do país. O déficit público tornou-se o grande vilão do crescimento econômico e, em seu nome, modificações ocorreram nas relações com estados e municípios. SINGER (1999) coloca em seu trabalho que a União pressionou as demais esferas governamentais, no sentido de negociar e diminuir suas dívidas, enquanto ela mesma não quitava as suas. O governo enfatizou junto à opinião pública a irresponsabilidade destes (estados e municípios) no trato de suas contas, obrigando muitos a entregarem à empresas privadas parte de suas empresas públicas como forma de diminuir gastos. O resultado disto foi a diminuição dos postos de atendimento à população empobrecida, em face da falta de investimento por parte do governo federal nos estados e municípios.

O eixo principal de discussão a respeito das políticas sociais é o aumento da concentração de renda em benefício da parcela rica da sociedade e em detrimento dos pobres, e a ausência de mecanismos de redistribuição de renda que possibilitem as parcelas empobrecidas da população aumentar seu poder de consumo e efetivamente ter ascensão financeira.

Conforme destaca GONÇALVES (1999), a pobreza tem uma importância significativa na discussão a respeito da distribuição de renda. Sinaliza que os anos 80 (a considerada Década Perdida) foram um período importante para o aumento da pobreza e desigualdade no país, conforme já foi esclarecido anteriormente. Assim sendo, o fato de o Brasil ter passado na década de 70 por um processo de crescimento econômico não determinou a modificação de suas relações de redistribuição de renda.

O Plano Real só conseguiu interferir na distribuição de renda no seu início, gerando os efeitos que a estabilização da inflação provocou no poder de compra

(queda do valor da cesta básica) e na melhoria de renda da população. Entretanto, tais efeitos tiveram duração de apenas dois anos. A partir de então ocorreu a diminuição do crescimento da economia e o desemprego apresentou um sensível aumento.

Outro ponto a ser destacado é a forma de intervenção do governo de FHC na taxaço de impostos, estabelecendo um ajuste fiscal e a relaço deste com a redistribuiço da riqueza. Deste modo, os grupos ricos levaram grande vantagem sobre os demais, enquanto que os grupos populares eram obrigados à taxaço compulsória da CPMF, sem que possuíssem outras formas de amenizar esta perda de renda. Deve-se apontar que a CPMF é um imposto, cuja arrecadaço independente do valor de renda de seu alvo. Tal discussão nos remete à identificaço de que o governo buscava aumentar as taxas em direço aos grupos mais empobrecidos e com menor poder de pressão, enquanto a população mais rica protegia suas fortunas de maior interferência fiscal.

A Seguridade Social era uma possibilidade de expansão das ações relativas à proteço social, de caráter distributivo, universal, não contributivo, a indivíduos sem condições econômicas de obter junto ao mercado benefícios sociais. Todavia, não conseguiu dar conta minimamente de um processo de garantia de direitos. Tinha como composiço uma tríade, composta pela Assistência, Saúde e Previdência, que, conjuntas, poderiam construir mecanismos de enfrentamento da questão social. Apesar da Constituiço ter assegurado tal organizaço, os três eixos de sustentação da Seguridade Social foram constituídos em separado, com receitas, regulamentação legal e formas de administrar distintas. Apesar da Seguridade não ter sofrido modificação no texto original, não foi realizado o esforço político necessário para sua implantaço. Desta forma, apesar da mesma não ter sido destruída no seu texto, ela tem sido despolitizada a partir da lógica neoliberal, que trabalha partindo da coerência do mercado. Em outras palavras, a proposta governamental atuou na contramão da Seguridade, uma vez que investiu na ação contributiva e não na distribuiço de renda universal e não meritocrática.

No que diz respeito à Saúde, pode-se trabalhar com o texto de VIANNA (1999), que avalia que a mesma foi americanizada, em face da forma que é utilizada pela população. Em outros termos, são as camadas mais pobres da população que se valem

do sistema de saúde e, apesar deste ser universal, funciona de forma precária para aqueles que não têm condição de ter atendimento privado.

Quanto à Assistência, este eixo foi o mais atingido em face do grau de pauperização da sociedade brasileira. Os problemas de gestão enfrentados por esta política são oriundos da falta de recursos para execução de ações, bem como do aumento da seletividade na inserção nos programas que a mesma assumiu, conferindo-lhe um caráter assistencialista.

Observando estes aspectos, pode-se apontar que a Seguridade ficou muito aquém de seu real sentido, perdendo seu caráter político, por conta da falta de negociação entre as diversas esferas de poder da sociedade, e não adequando as ações às necessidades da população.

É necessário, entretanto, frisar que as ações do Estado são marcadas pela vinculação da moeda nacional ao dólar, além do financiamento de investimento no mercado financeiro. Dito isto, a partir de acordos com o FMI, o governo brasileiro planejou uma política econômica baseada na abertura financeira e comercial, de altos juros e de sobrevalorização da moeda, o que possibilitou um crescimento do endividamento público. Ocorreram também diversos ajustes fiscais, que tiveram como decorrência um corte excessivo nos investimentos sociais, além do aumento das dívidas dos estados e municípios em face da delegação de responsabilidades da União para as outras esferas.

Conforme explica NETO (1999), as estratégias construídas para garantir uma estrutura que pudesse combater o acirramento das desigualdades sociais foram substituídas por um reordenamento que buscava apoiar o capital internacional e depositar no mercado as possibilidades de obtenção de proteção social. Assim sendo, a Seguridade e a universalidade de direitos, em seus principais aspectos, foram desprestigiadas em detrimento da participação contributiva e da ênfase à organização meritocrática, que já deveria estar ultrapassada em face da legislação constitucional. Além disto, deve-se apontar a responsabilização da sociedade civil, que é convocada pelo Governo a assumir parte da função estatal de promoção de proteção social, através de redes de solidariedade, o que possibilita desmontar a assistência enquanto política social.

O crescimento econômico não foi sinônimo de diminuição das desigualdades sociais. É preciso que se vá além disso e que sejam buscados mecanismos que possam regulamentar a ação do mercado, de modo a garantir a sobrevivência daqueles que estão alijados da estrutura de produção. A lógica do capital privilegia o mercado financeiro e, neste sentido, a existência de miseráveis em grande quantidade ou em pequena só importa para aqueles que sofrem as conseqüências da pobreza.

Diante do quadro, pode-se utilizar a discussão de MATTOSO (1999) a respeito do mercado de trabalho nestes últimos anos, observando as conseqüências da desestruturação produtiva ocorrida. O autor evidencia que a diminuição do emprego formal vai acentuar o processo de desregulamentação das relações de trabalho, ou seja, aumentar a informalidade e a flexibilização do emprego.

O Plano Real foi um fator relevante na produção de problemas relativos a emprego, uma vez que as alterações obtidas pelo referido Plano se deram em curtíssimo prazo e beneficiaram apenas ao capital. Foram colocadas em segundo plano as modificações tecnológicas e a própria globalização, como produtoras de desemprego no país. O mais interessante é que FHC tenha fundamentado sua ação a partir do argumento de que a política de enfrentamento do desemprego se daria através da desregulamentação do mercado.

Enquanto o governo buscava, a partir de artifícios, preservar a moeda nacional de maior desvalorização, independentemente das crises financeiras internacionais, a economia nacional foi ficando cada vez mais engessada, sem condições de crescimento. Enquanto o governo estimulou o comércio externo e privilegiou o capital financeiro, a economia do país ficou carente de investimento no setor produtivo, com uma situação artificial da moeda nacional e, ainda sobrevivendo em um mercado com juros altos, tornou-se incapaz de ter competitividade internacionalmente.

As conseqüências para o mercado de trabalho formal não poderiam ser piores: inicialmente ocorreu maior poder de compra, decorrente da estabilização da moeda, o que possibilitou um aquecimento da economia. No entanto, esta situação temporária não estava acompanhada de um crescimento econômico e de mecanismos de distribuição de renda. Assim sendo, apesar de uma elevação no consumo e uma queda no desemprego, em apenas dois anos deu-se a superação desta conjuntura.

O caso não ficou restrito aos setores vinculados a salários mais baixos e com baixa escolaridade, pois paulatinamente foi incorporando segmentos da classe média⁵⁹.

Se a saúde, conforme já foi assinalado anteriormente, foi sucateada e se encontra em uma situação de americanização, como defende VIANNA (1999), a educação, por seu turno, também passou a estar em situação bastante delicada, sofrendo modificações severas na forma de encaminhar a estrutura e o processo educativo como forma de beneficiar o capital. De acordo com a análise de Neves (1999), ocorreu um aprimoramento deste processo - que já é histórico e que se dá a partir de uma perspectiva dual: para a massa trabalhadora, uma educação voltada para o aumento do patamar mínimo de escolarização que venha contribuir com sua inserção no mercado dentro dos novos padrões de produção; entretanto, para os trabalhadores especializados, a educação oferecida atua no sentido de que estes profissionais adaptem a ciência e a tecnologia oferecidas ao país às novas necessidades do capital. Tais ações aceleraram um processo de entrega ao capital privado do setor educacional⁶⁰, contribuindo para a piora nas condições de pesquisa e extensão e, por que não dizer, de ensino das universidades brasileiras.

Em face desta discussão, faz-se necessário utilizar a análise de COHN (2000) a respeito das políticas sociais, onde a autora pontua que, apesar das inovações e reformulações estabelecidas nos anos 90, não ocorreu uma alteração de padrão do sistema de proteção social brasileiro, mas um desmonte do modelo getulista desenvolvimentista em vigência até então, o que não significou uma alteração na intervenção pública de enfrentamento da pobreza.

Os estudos da autora se dão a partir da inclusão social através do trabalho, que é o modelo de cidadania regulada, empregado até então, onde o econômico se atrela ao social para garantir proteção social aos setores assalariados. O que vai ser objeto de análise é a modificação deste padrão a partir do rompimento desta relação, ou seja, o econômico não vai estabelecer uma conexão direta com o social em face do processo

⁵⁹ As estatísticas de desemprego não são piores no país graças à metodologia utilizada, ao número de trabalhadores por conta própria e ao crescimento do mercado informal.

⁶⁰ Trato das iniciativas do Estado em assegurar ao capital privado espaços de ganho financeiro nas áreas anteriormente ocupadas pelo setor público educacional.

de reestruturação do capital. O econômico é que vai se consolidar enquanto política social, tendo em vista que é ele que determina quem está incluído.

As reformas governamentais elaboradas, que eram subsidiadas pelo Estado, possibilitaram que as políticas sociais se tornassem um excelente negócio para o capital privado. Outra mudança significativa nesta estrutura está nos mecanismos de regulação social: se antes esta regulação estava centrada na constituição de direitos, a proposta atual é de desinstitucionalizar os direitos adquiridos e responsabilizar a esfera privada, mudando assim a lógica do sistema de proteção brasileiro.

No Brasil, segundo COHN (1999), não ocorre uma desvinculação das políticas sociais das políticas macroeconômicas, mas a modificação desta relação. Dito de outra forma, as políticas sociais estão atreladas ao mercado porque o Estado, em face de sua intervenção e ajustes financeiros, possibilita que o mercado interfira e estabeleça junto a estas uma estrutura de grande lucratividade. Deste modo, o país se organizou em uma dupla rede de proteção, com imbricações vinculadas à relação público/privado e diferenciações provenientes de cada política setorial. Assim, ocorre uma rede de proteção hierarquizada: uma para quem tem condições de buscá-la no mercado e outra para os que vivem na pobreza. Muito embora esteja na Constituição que a Seguridade abrange a Previdência, Assistência e a Saúde, fica evidenciado que neste “sistema dual de proteção”, funcionam duas lógicas distintas: uma contributiva e outra assistencial.

Na análise a respeito da vinculação entre o econômico e social, diante das modificações ocorridas no que concerne à regulação social, a inclusão que antes ocorria a partir do trabalho se dá atualmente através do consumo. Desta maneira, rompem-se os acordos societários em face desta relação com o mercado.

Considerando as alterações provenientes desta nova lógica, principalmente no que tange à organização societária, vai ocorrer uma ênfase ao individualismo, em contraponto às representações das identidades coletivas, até então presentes em nossa realidade. Além disto, este processo aponta para coexistência da velha e da nova pobreza em um país com índices de indigência e desigualdade como o Brasil. A

antiga pobreza, partindo dos padrões clássicos, vai conviver com a nova pobreza⁶¹, decorrente da reestruturação produtiva.

Assim sendo, o enfrentamento da pobreza se dá também por uma perspectiva de exclusão social, ou seja, as intervenções realizadas estão focadas nos grupamentos vulneráveis e não nas desigualdades sociais. Toda esta análise vai nos remeter à idéia de que a proteção social se desloca da questão do trabalho para questão da identidade, ou seja, a política de identidade vai estar tomando o lugar da política de classe.

O sistema de proteção social que teoricamente deveria ser mantido pela esfera estatal, se constituiu a partir da contribuição dada por cada grupamento. No sentido de subsidiar o mercado, o Estado ajusta as finanças, e tem como alternativa de enfrentamento da questão a fragmentação cada vez maior de suas ações. Desta forma, a política social vai se afastando paulatinamente de um projeto político que atenda com universalidade e amplitude a população, independente de sua condição econômica. As pessoas, por seu turno, em face do excessivo individualismo, urbanismo, vão se voltar às demandas de seus grupos identitários, valorizando o discurso das minorias.

Com base neste estudo e pensando na crise do Estado no enfrentamento da pobreza, é importante refletir em que medida o Estado pode absorver as demandas destes grupamentos vulneráveis. Que poder de interferência estes grupos têm na atuação estatal?

Em face da situação atual de adequação do Estado às políticas macroeconômicas, a interferência estatal ficou restrita em sua atuação. Sua intervenção se dá nas áreas fundamentais e nas muito complexas, todavia com uma ação de característica privatista.

As políticas sociais, enquanto espaços de expressão de mecanismos de regulação sociais, se aproximam da exclusão à medida que rompem com sua vinculação de inclusão através do trabalho. Deste modo, deve-se pensar que alternativas de transformação societária são possíveis, uma vez que a sociedade ainda está centrada no trabalho, mas o trabalho não é mais a forma de inclusão societária para diversos grupos em situação de vulnerabilidade.

⁶¹ Observar a análise de BRANDÃO (2002), a respeito da concepção de nova pobreza. O trabalho assalariado no Brasil não é necessariamente vinculado à formalidade nem é tão consistente a ponto de ser comparado aos padrões europeus de sociedade salarial.

Em face desta discussão, avalio que seja importante identificar a atuação das políticas voltadas para garantia de direitos de adolescentes em conflito com a lei no estado do Rio de Janeiro, (um grupo vulnerável socialmente) no sentido de perceber as aproximações que as mesmas têm com as análises dos autores trabalhados neste estudo.

2.3 A POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO DE INFRAÇÃO JUVENIL NO BRASIL:

O estudo a respeito da política construída em âmbito estatal para atender a adolescentes autores de ato infracional vai ser desenvolvido nesta pesquisa, observando a configuração construída em face do processo de implantação do Estatuto. Muito embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) seja considerado progressista por muitos dos autores que estudam o tema, as ações públicas adotadas a partir desta legislação ainda reproduzem a mesma lógica empregada anteriormente: ênfase nas intervenções assistencialistas em detrimento das atuações específicas ao adolescente diante de suas peculiaridades.

No sentido de esclarecer a forma como historicamente foi desenvolvida a política de atendimento, pode-se adotar a divisão construída por BAZÍLIO (2000) a respeito do tema.

O autor estabelece uma orientação cronológica, organizada a partir de três fases que marcam o tipo de assistência destinada a crianças e adolescentes na realidade brasileira. A primeira, que trata do período do Descobrimento até a década de 1920, tem como característica as ações filantrópicas e assistencialistas⁶². O período tem como peculiaridade a ausência da criança e do adolescente enquanto sujeito, mas como objeto da caridade. A segunda fase é assinalada pela construção do aparato jurídico institucional para o atendimento a este segmento, indo até o ano de 1980⁶³. A

⁶² É importante esclarecer que o autor identifica como traço marcante das instituições que atuam na área da infância no período, a concepção de que o Estado deve dar sustento às ações desenvolvidas pelo setor privado, existindo, neste sentido, relações de privilégio na administração pública.

⁶³ BAZÍLIO (2000) explica que tanto as entidades públicas quanto às privadas utilizaram mecanismos de internamento, a fim de provocar a invisibilidade deste segmento e retirar do convívio aqueles que, em face da pobreza, poderiam ser uma ameaça ao patrimônio.

terceira fase é marcada pelo sucateamento das ações desenvolvidas pelo Estado, pela entrada das entidades não governamentais no circuito de atendimento e pela participação da sociedade civil no debate em torno da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente⁶⁴.

O entendimento da política nacional de atendimento, na atualidade, passa pela compreensão da estrutura construída para garantia de direitos da criança e do adolescente. Neste sentido, é importante mencionar que tal arcabouço está baseado no que versa o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e que atua a partir de eixos: promoção, controle social e defesa de direitos. Deste modo, o aparato necessário para o atendimento a todos estes aspectos vai além da intervenção estatal, mas também abrange entidades da sociedade civil que vão contribuir na formulação e execução desta política social.

No que diz respeito à promoção de direitos, a organização da política pública deverá se dar em nível estrutural (que é o aparelhamento social para garantia da universalidade de direitos), considerando assim, os direitos básicos para a sobrevivência, como também em nível conjuntural, contemplando as situações de vulnerabilidade social. Deste modo, caberá não só ao Poder Executivo a formulação de políticas desta natureza, mas aos Conselhos de Direito, no que se refere à aprovação das diretrizes a serem seguidas no atendimento a este segmento.

O espaço do controle social é constituído pelos diversos atores envolvidos na temática infanto-juvenil, que se mobilizam de forma a pressionar, exigir, gestar o fundo público⁶⁵ e sobretudo assegurar o cumprimento de direitos. Vale também ressaltar que a participação dos três setores está contemplada, das entidades de classe às de atendimento direto, sejam pertencentes à esfera governamental, sejam vinculados à sociedade civil ou à esfera privada. Deste modo, na última década, ampliou-se o espaço da reivindicação, como também das representações das demandas pertinentes

⁶⁴ É importante ressaltar que, no que diz respeito à visibilidade dos usuários da política, a terceira fase é aquela em que a criança adquire, mesmo que apenas no restrito espaço da letra da lei, o “status” de cidadão.

⁶⁵ O Fundo da Infância e da Adolescência é destinado, conforme determina o ECA, à manutenção de programas e projetos relativos à garantia de direitos, a fim de concretizar a política de atendimento. É de responsabilidade dos conselhos de direitos a gestão do Fundo, que só poderá ser manuseado a partir das deliberações dos referidos órgãos.

à questão, além da produção de conhecimento a ser construída a respeito da questão infanto-juvenil, que veio enriquecer as intervenções organizadas a respeito da temática.

Quanto à defesa de direitos, a política de atendimento está relacionada à apuração das irregularidades e à violação de direitos individuais e coletivos, relativos a atendimento direto ou não dos direitos relativos à criança ou ao adolescente. Neste sentido, as ações não ficam a cargo somente do poder governamental (identificado no Poder Executivo e Judiciário); envolvem também a interação com a sociedade civil organizada, o que inclui entidades de atendimento direto, centros de defesa e conselhos tutelares.

Considerando tais elementos de discussão, é preciso evidenciar que, especificamente na área da criança e do adolescente, o processo de implantação do ECA possibilitou a ampliação da participação dos diversos segmentos da sociedade civil e contribuiu significativamente na incorporação de demandas deste grupo à esfera governamental.

Muito embora com o ECA fiquem evidenciadas as ampliações na participação do sistema de garantia de direitos, é preciso que fiquem claras as diretrizes da política que norteia o atendimento infanto-juvenil.

Assim sendo, pode-se identificar que tal política, em nível governamental, está a cargo do Departamento da Criança e do Adolescente e que, na esfera nacional, está ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos e, conseqüentemente, à Presidência da República. Este Departamento é encarregado da promoção, estimulação, acompanhamento e avaliação do ECA, bem como da coordenação da política nacional de promoção e defesa de direitos.

Dentre as diversas atuações da política de atendimento, é considerada uma prioridade a descentralização da intervenção realizada para crianças e adolescentes em situação de risco social. É necessário romper com políticas construídas em nível nacional que não contemplem as especificidades regionais, conforme se tem registrado na história brasileira. Entidades como LBA e FUNABEM, que durante décadas gerenciaram as ações voltadas à assistência e a infância, não foram capazes de dar conta dos equívocos decorrentes de sua ação massificante. Assim sendo, a legislação vigente reorganizou as esferas de interferência, delegando ao âmbito governamental

federal a coordenação da política e aos estados e municípios o atendimento direto nas diversas áreas.

Considerando ainda as situações de risco social, deve-se apontar o fortalecimento da rede nacional de ação contra abuso e prostituição sexual de crianças e adolescentes no país, sendo estabelecidos esforços (com relativo sucesso) no sentido de conter a explosão do comércio de sexo com crianças e adolescentes nas ruas das grandes metrópoles⁶⁶.

A estrutura de proteção jurídico-social ainda é precária em relação às necessidades, à medida que a falta de investimento nas políticas vai interferir na escassez de pessoal, precariedade de estruturas que atuam na garantia e defesa de direitos, sendo necessário, para tanto, a ampliação das Defensorias Públicas Especializadas em Criança e Adolescente nos estados da Federação.

Após terem se passado mais de dez anos de início de vigência do ECA, ainda existem no Brasil municípios que não possuem Conselhos tutelares e de direitos⁶⁷. Ocorre ainda, em outros, o limitadíssimo conhecimento por parte do Executivo da legislação pertinente, o que possibilita equívocos significativos⁶⁸ na formulação de políticas locais, bem como da gestão dos organismos relativos à defesa e promoção de direitos.

Faz parte da política nacional a estimulação de produção de conhecimento relativa à questão infanto-juvenil, uma vez que não só contribui para a participação de outras esferas da sociedade na construção de saber, como também dá maior visibilidade à discussão realizada na área, devendo o poder Executivo investir na sistematização do material coletado, gerenciando e promovendo as informações nesta área temática⁶⁹.

⁶⁶ Tal questão precisa também ser compreendida enquanto uma estratégia de sobrevivência deste segmento diante do crescimento da pobreza e da falta de investimento das políticas básicas de atendimento às famílias.

⁶⁷ Vale observar as estatísticas do Ministério da Justiça relativas aos municípios que possuem conselhos mencionados.

⁶⁸ É importante observar as dificuldades enfrentadas pelos Conselhos para assegurar relativa autonomia em face do Poder Executivo local.

⁶⁹ Observar os investimentos em pesquisa financiados pela esfera federal e as parcerias realizadas com entidades internacionais de apoio às ações relativas à criança e ao adolescente.

É ainda função da política nacional executar tarefas relativas a processos de adoção dentro das normativas internacionais, a fim de evitar que a adoção se torne uma questão de comércio e não garantia de direitos.

Conforme dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos, entre os anos de 1996 a 2002 foram celebrados 1.252 convênios com as três instâncias governamentais, além das organizações da sociedade civil, que totalizaram um valor de R\$ 172.113.802,95. Deste montante, 56,87%, o que equivale a R\$ 97.873.569,97, foram destinados às políticas de garantia dos direitos da criança e do adolescente, sendo que 14,63% foram aplicados em projeto de âmbito federal, e o restante, distribuído entre os estados da federação. A intervenção nacional possui diretrizes básicas de atuação que se distribuem nas diversas esferas de ação das políticas sociais. Contudo, é percebido que não existe uma articulação consistente entre as ações, o que promove a superposição das mesmas. As ações relativas à questão da criança e do adolescente vêm sendo desenvolvidas não somente pelo Departamento, mas pelas instâncias vinculadas à educação, saúde e assistência, pelas quais se repetem os mesmos mecanismos e superposição de projetos.

É importante ainda apontar que, além do governo federal, as ações que dizem respeito à infância e juventude obtêm financiamento internacional⁷⁰, através de organismos como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e o Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP).

Com base na avaliação acima exposta, pode-se trazer a contribuição de GOMES DA COSTA (1998), quando discorre a respeito da política específica para adolescentes autores de ato infracional no Brasil. O autor esclarece que o atendimento pode ser dividido em quatro momentos distintos: o primeiro marcado pela criação do SAM (em 1942), que, durante seu período de permanência, vai utilizar como referência o que intitula de modelo correcional–repressivo, em face de sua analogia ao sistema

⁷⁰ Dos projetos de cooperação técnica internacional realizados pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, na área relativa a criança e ao adolescente, entre os anos de 1996 a 2002, foram gastos, em valores absolutos, R\$ 4.200.993,20. É importante ressaltar que todos os projetos, excetuando aqueles financiados pelo BID, União Européia e USAID (que colaboraram com doações a fundo perdido), tiveram contrapartida do Governo Federal. Todavia, não foi possível precisar o valor da contrapartida.

penitenciário⁷¹. É importante esclarecer que, segundo o autor, a extinção do SAM se dá pela incapacidade da organização institucional, da forma como estava posta, dar conta do aumento de atendimento e pelas dificuldades internas das unidades.

O segundo momento, que se inicia com a criação da FUNABEM⁷² em 1964, tornou-se uma nova etapa no conceito de atendimento a infratores menores de idade. A reforma dos espaços físicos estava atrelada a uma modificação na lógica de atendimento. Era introduzida a perspectiva funcionalista como construção teórica norteadora das propostas de ação institucional. Todavia, o autor esclarece que de um lado ocorria a predominância no enfoque técnico para a realização dos projetos, por outro a estruturação da FUNABEM não pôde prescindir do aparato funcional do antigo SAM, o que significou dar continuidade a uma cultura institucional voltada para as antigas práticas de violência e controle.

Pressionados, de um lado, pela necessidade de tirar a instituição dos jornais e, de outro, que se abria sob seus pés a cada motim, os novos dirigentes caem logo na realidade e assim, um pacto com o setor correccional-repressivo é celebrado. Um acordo tácito, um acordo não escrito, nem sequer verbalizado, começa a ser posto em prática por uma série de decisões de nível operacional, que vão moldando um novo dia-a-dia nos internatos e, assim, o velho se reintroduz e começa a ser gestado no ventre daquela que deveria ser uma nova institucionalidade. (GOMES DA COSTA, 1998:19)

O autor, em seu estudo, esclarece ainda que a FUNABEM foi criada para funcionar como um órgão normativo e coordenador da política. Todavia, passou a ter uma utilização institucional para dar continuidade ao SAM. Mesmo assim, em face das diversas correntes de pensamento existentes em seu interior, foi possível que projetos distintos e contrários fossem gestados e por vezes implantados⁷³.

O terceiro momento foi a criação da CBIA, que vai iniciar o reordenamento da política de atendimento federal e a estadualização do atendimento. Estas modificações, que já estavam em curso desde 1990, quando o órgão foi criado, não foram concluídas por conta das questões políticas decorrentes da interrupção do

⁷¹ GOMES DA COSTA (1998) esclarece que as estratégias de atendimento eram baseadas na criminologia positivista e coordenadas geralmente por representantes da área jurídica.

⁷² A FUNABEM e as FEEMs distribuíam-se no país assumindo o atendimento tanto para adolescentes infratores quanto para aqueles que estavam institucionalizados por risco social.

⁷³ Tal como o CRIAM, que vai ser elaborado na década de Oitenta, fazendo uma tentativa de descentralizar o atendimento direto no estado do Rio de Janeiro.

Governo Collor e dos desdobramentos governamentais posteriores. Assim, ocorreu a extinção da CBIA antes que o processo de estadualização fosse concluído.

O quarto momento da política de atendimento está relacionado à criação do Departamento da Criança e do Adolescente (DCA), datada de 1995. O Departamento é um órgão de pequenas dimensões, voltado para as questões da garantia de direitos, próximo ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Entretanto, sua estrutura e disponibilidades financeira e administrativa são inferiores às necessidades operacionais de uma representação federal que tem por finalidade a coordenação das ações relativas à infância e à juventude no país.

Na política de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, a proposta de reordenamento ainda é o ponto fundamental do Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, criado em 2000. Teoricamente a situação ficou devidamente resolvida. Todavia, este é um dos principais problemas da gestão da política. Observa-se uma ênfase por parte da instância federal em buscar alternativas de atuação institucionais que atendam a adolescentes infratores, privilegiando ações em medidas não privativas de liberdade. Além disto, dentro da proposta deste Programa, está a capacitação dos profissionais envolvidos nesta temática, sejam aqueles pertencentes ao atendimento direto, sejam operadores do Direito, sejam os responsáveis pela apreensão.

Quanto à efetivação do Programa, existe uma preocupação com a montagem de ações que impliquem os egressos do sistema socioeducativo, atuando de forma que eles possam ser incorporados ao mercado de trabalho e à comunidade.

O referido programa também está voltado para a melhoria das condições de atendimento ao adolescente nas Delegacias Especializadas e nos atendimentos de cumprimento de medida socioeducativa, de forma que sejam garantidas as determinações do ECA.

A intervenção, em nível nacional, ainda engloba a estimulação a projetos sócio-pedagógicos nas instituições que atendem adolescentes infratores, além de fortalecer a rede de proteção jurídico-social existente no atendimento à questão infanto-juvenil.

É desnecessário apontar que as instituições para atendimento a adolescentes infratores, principalmente em grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São

Paulo, ainda podem ser consideradas depósitos de jovens⁷⁴ no que tange às ações desenvolvidas com os internos. Segundo dados do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro (CEDCA)⁷⁵, existe a necessidade premente de criar espaços de atendimento direto, que atuem com um número reduzido de adolescentes, respeitando idades e compleição física, priorizando ações que não sejam institucionalizantes. Observando ainda a situação de baixa escolaridade deste grupamento específico, as iniciativas pedagógicas construídas para atender o adolescente institucionalizado não têm cumprido a função de instrumentalizá-lo para inserção na rede escolar de ensino, após o retorno comunitário.

As alternativas de ocupação e capacitação de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, na sua maioria, ainda expressam as experiências tradicionais da FUNABEM (sem, contudo dispor do investimento financeiro que aquela Entidade possuía na época). Além das limitações institucionais, amplamente denunciadas na imprensa e nos fóruns específicos, não existe escoamento desta mão de obra despreparada para o mercado de trabalho, em face das modificações da esfera produtiva.

Considerando o Programa, é possível fazer algumas observações a respeito das ações do Estado no sistema socioeducativo. A instância governamental identifica os principais entraves na política de garantia e defesa de direitos da criança e do adolescente. Entretanto, parece que as formas construídas para rompimento com a situação já apresentada não interferem nas principais causas para a sua precariedade de funcionamento. A modificação da situação da criança e do adolescente não passa por uma análise e interferência na estrutura de proteção social no Brasil, que historicamente tem se constituído num sistema extremamente deficitário no atendimento das necessidades da população. Assim sendo, deve-se também ser discutido se é possível construir grandes avanços na política de atenção à infância e à juventude sem uma articulação com uma política de assistência (minimamente organizada).

⁷⁴ A referência a estes dois estados se dá por conta de serem exemplos de política de atendimento mantida a partir de instituições com grande concentração de jovens por unidade.

⁷⁵ Documento Final sobre Medidas Sócio-educativas. Produzido pelo Grupo de Trabalho sobre Medida sócio-educativa. Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro. Material digitado – 2002.

Conforme já foi tratado anteriormente, compreendo que os dilemas da juventude têm sido intimamente ligados com a pobreza. Assim sendo, não é possível estabelecer uma série de modificações ao nível da estrutura do sistema sócio-educativo que não estejam articuladas às formas de enfrentamento da pobreza. Todavia, devem ser consideradas as especificidades das condições da adolescência.

Grande parte das propostas governamentais aqui mencionadas está estreitamente vinculada ao investimento maciço em ações setorializadas que não privilegiam o rompimento com a infração. Além disto, considero que elas partem de propostas tradicionalistas que surgem a partir da exclusão. Em outras palavras, as ações desenvolvidas que buscam o retorno comunitário só são possíveis porque os jovens em questão são infratores. Neste sentido, são inclusivas porque são discriminatórias: uma inclusão às avessas.

Outro ponto que deve ser mencionado e que serve de pano de fundo desta análise é o processo de desresponsabilização do Estado. Muito embora o governo federal apresente um discurso em que assume suas mazelas na condução da política de garantia e defesa de direitos, tem ficado expresso o paulatino repasse para entidades não governamentais do desenvolvimento de ações que anteriormente eram realizadas por ele⁷⁶. A importância da participação das entidades não governamentais na política de atendimento não pode ser confundida com a desresponsabilização do poder estatal na execução das ações que lhe foram destinadas. Este processo nos leva a uma análise a respeito do sistema de proteção social no Brasil.

BAZÍLIO (2001), quando avalia a implantação do ECA, esclarece que três questões expressam uma crise grave na implantação do Estatuto: o avanço dos setores conservadores e o ataque que os defensores de Direitos Humanos vêm sofrendo diante da ampliação da violência na última década; a ausência de uma política de financiamento em virtude da diminuição significativa de verbas por parte do governo federal e por último, uma das conseqüências da falta de financiamento, que é a competição por recursos e prestígio entre as organizações não governamentais em face da escassez de verbas.

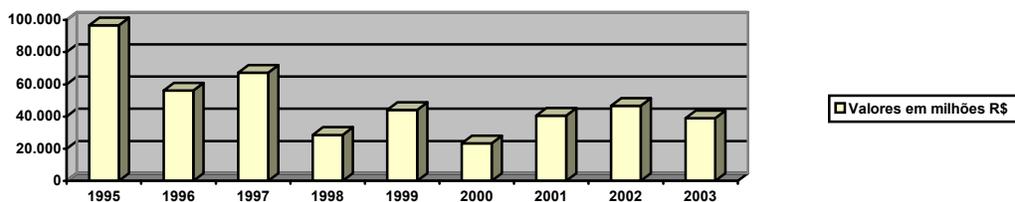
⁷⁶ No que diz respeito aos recursos investidos pelo Governo Federal na política de garantia de direitos à criança e ao adolescente nos anos de 1996 a 2002, 65,41% deles foi destinado à entidades públicas e 34,59% à entidades privadas.

A ação do Estado, no que diz respeito ao atendimento de adolescentes infratores, encontra-se muito distante do que seria indicado para uma política inclusiva em que o adolescente tivesse alternativas de viabilizar seu retorno comunitário.

Com base na análise dos orçamentos apresentados pela União no trato da questão infanto-juvenil, gostaria de destacar a verba destinada às áreas da Assistência e da Infância e Juventude no Plano Plurianual 2002-2003. É possível identificar a disparidade entre ambas: enquanto o Ministério da Previdência e Assistência⁷⁷ teve uma previsão de 72%, ao Departamento da Criança e do Adolescente restou a porcentagem de 4%.

Segundo dados do Inesc, desde 1995 o Departamento vem progressivamente perdendo receita. Conforme se observa abaixo, no referido ano o Departamento possuía um orçamento de cerca de 96.654 milhões, sendo a perda de verba um componente presente nesta política, já que o que foi orçado para 2003 foi de 38.877 milhões⁷⁸ - o que só vai ratificar a discussão anterior a respeito da lógica da ação pública no que diz respeito às políticas sociais.

Orçamento DCA/MJ 1995-2003



Fonte: Inesc

Em face desta perda orçamental existe uma queda na qualidade das ações apresentadas. Pode-se ainda estabelecer uma relação direta entre a falência dos projetos executados e a falta de investimentos.

⁷⁷ É importante destacar que as ações relativas ao que na época era Ministério da Previdência e Assistência não eram todas voltadas à área infanto-juvenil, mas em grande parte voltadas para a família onde estão envolvidas crianças e adolescentes - o que vai apontar para intervenções sobrepostas.

⁷⁸ É bom ressaltar que da verba orçada, pequena parte tem sido posta em uso com a referida política. Números apontam que no ano de 2002 apenas 22, 56% dos valores orçados foram executados.

O último relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), aprovado no final de março de 2004, concluiu que os programas destinados a atender adolescentes em conflito com a lei não funcionam. Entretanto, o funcionamento do sistema socioeducativo é perfeito quanto a sua função de controle da pobreza. Das verbas destinadas pela União em 2003, foram utilizados somente 4 milhões. Tal situação tem se repetido nos diversos anos⁷⁹.

Outro dado que deve ser ressaltado no relatório é o desconhecimento por parte de alguns estados e municípios de suas responsabilidades no Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, além de críticas quanto à baixa articulação entre as esferas do governo, deficiência na aquisição de informação e no monitoramento das ações realizadas.

Além do financiamento, outro elemento importante que diz respeito à política nacional é a maneira como a estadualização da política se deu nas diversas unidades federativas, tal como explica ASSIS (2002):

Essa transformação paradigmática e conceitual passou a demandar dos órgãos executores novas formas de ação e especialização de seus quadros e equipamentos. Com isso, inicialmente passaram a ser criados setores distintos dentro dos próprios organismos. Em alguns casos, o setor destinado a lidar com os adolescentes infratores foi destacado das fundações e passou a se constituir em outra fundação, como no Rio Grande do Sul, ou a transformar-se em departamento ou outra dependência da administração direta, como no Rio de Janeiro. Por outro lado, considerando a diretriz da municipalização dos programas assistenciais, diversas fundações estaduais passaram a diminuir o volume de suas ações diretas na área da assistência social, passando a atuar mais na cooperação técnica e financeira com municípios e entidades não governamentais. Pouco a pouco, as grandes FEBEMs desaparecem não apenas no nome, mas também na realidade. Existe hoje, no Brasil, apenas uma FEBEM – a de São Paulo. (ASSIS, 2002:37)

Na atualidade, em todas as regiões da União, existem entidades executoras do atendimento para adolescentes em conflito com a lei. Entretanto, nem todas se destinam exclusivamente a atender esta política. Conforme apresenta o trabalho de Assis (2002), na Região Norte apenas dois estados, Roraima e Tocantins, têm órgãos específicos que atuam nesta área; na Região Centro-Oeste, os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul também se organizam desta maneira; na Região

⁷⁹ A pesquisa foi realizada nos estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal.

Sudeste, os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro; na Região Nordeste, exclusivamente o estado de Alagoas e, finalmente na região Sul, o Rio Grande do Sul trabalha nesta perspectiva. Estes exemplos são apenas uma demonstração das diferenciações no processo de descentralização⁸⁰. Cada estado, a partir da avaliação da importância de atendimento a este segmento na totalidade das políticas sociais, vai estabelecendo prioridades e limites de ação - a opção pela municipalização, por convênios com entidades não governamentais, ou mesmo pela manutenção da estrutura anteriormente gerenciada pela União. É fato que, em cada realidade, tem sido buscada uma alternativa de atendimento. Todavia, resta enfatizar que nem sempre a decisão política aproxima-se da melhor intervenção social.

A conformação do atendimento infanto-juvenil também acompanhou as demais políticas setoriais, no que diz respeito ao ajuste fiscal para garantia da estabilidade financeira. Por seu turno, as instâncias de controle social não conseguem transpor de fato os espaços periféricos de poder.

Em vista disto, a formulação das políticas sociais não surge do espaço democrático do Conselho, mas das esferas hegemônicas de poder que organizam as despesas de acordo com os interesses do capital. E que alternativas sobram para este segmento? Assim, em que medida mudar a nomenclatura ou o nível estatal de subordinação define a qualidade da ação desenvolvida? Na atualidade está sendo vivenciada a reestruturação da política ou a desresponsabilização por parte da União?

É fato que é dever dos estados e municípios atuarem nesta temática. Todavia, sabe-se que diante da precariedade de recursos, as ações relativas ao adolescente infrator não fazem parte das prioridades locais. As iniciativas ainda são muito empobrecidas perante as exigências sociais e constitucionais.

Penso ainda que outra questão fundamental é a pouca interferência dos mecanismos de controle social na formulação das políticas sociais. Conforme destaca CASTANHA (2001), o CONANDA⁸¹ acaba ficando alijado enquanto órgão de função pública e composição paritária da elaboração de diretrizes de atendimento à temática

⁸⁰ É evidente que a descentralização em si já aponta para modificações da política de acordo com a realidade regional; entretanto, a mesma deve partir de parâmetros básicos a serem seguidos, que estão descritos na legislação regulamentar (ECA).

⁸¹ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

infanto-juvenil. Sem me deter no questionamento a respeito da qualidade da participação da sociedade civil nestes últimos anos no Brasil e nas suas possibilidades reais de interferência na formulação das políticas sociais, entendo que os mecanismos de controle social, da forma como estão postos, muito mais reforçam a exacerbação do poder Executivo do que enriquecem as propostas dos grupos demandantes.

Dito isto, penso que é necessário ponderar a respeito da permeabilidade das ações governamentais voltadas para a adolescência. Como modificar a lógica empregada nos programas, de forma que eles atinjam minimamente o segmento a que estão destinados? De quanto tempo se vai precisar para a incorporação das questões sócio-culturais na execução dos projetos?

Historicamente, as ações públicas vêm expressando duplicidade e sobreposição de ações, o que manifesta a pouca relevância que o tema tem para os setores decisórios do país.

O Estatuto explicita a necessidade de envolvimento comunitário na aplicação das medidas protetivas e socioeducativas. Tal imperativo se antepõe às lógicas do individualismo e de apartação social, tão presentes na contemporaneidade. As imbricações relativas às diversas forças presentes que disputam incessantemente os espaços de prestígio social não são superadas pela participação, mas são rearranjadas e ao mesmo tempo possibilitam novos debates e enfrentamentos. A sociedade é pura contradição, não é o espaço para a coesão; mas quem está disponível para mediá-la?

Entendo que os mecanismos utilizados para o encaminhamento desta política estão relacionados ao simbólico, ao que representa este segmento para as elites que comandam este país e que verdadeiramente definem o quanto de investimento cada área deve obter.

Não foi sem motivo que no orçamento de 2001, no mês de outubro foram retirados R\$ 158.997,00 do projeto de 0615 (Participação em Programas Municipais de Renda Mínima), que faz parte do Programa 0040 (Toda Criança na Escola), do Ministério da Educação. Além disto, do Ministério da Justiça⁸², foram retirados R\$ 759.000,00 do PA1722 (Construção de Unidades de Atendimento para Adolescentes

⁸² Na época, o Programa de Reinserção do Adolescente em Conflito com a Lei estava à cargo do referido Ministério.

em Conflito com a Lei) e do Programa 0152 (Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei)⁸³. Tal operação é só um exemplo de outras tantas que ocorrem anualmente por meio das quais se deslocam verbas de setores considerados menos relevantes das políticas sociais para outros mais em evidência. O que isto significa? Será que existe por parte do Estado uma real preocupação com a melhoria das condições de atendimento para o adolescente em conflito com a lei?

Acredito que, muito embora o texto da Lei esteja comprometido com a proteção, a defesa e a garantia de direitos, e, embora seja uma expressão de diversas forças voltadas para a ampliação dos espaços ocupados por crianças e adolescentes, isto não bastou. Uma lei precisa ser a manifestação da vontade de muitos, mas sua aplicabilidade depende da vontade de alguns, daqueles que efetivamente participam do processo de gerenciamento de uma política, conforme será tratado no próximo capítulo.

É importante identificar o caráter plural do espaço público, onde diversas forças estão em embate para garantir interesses. Qual é a representação dos adolescentes em conflito com a lei? E os poderes constituídos, que não conseguem romper hierarquicamente com os mecanismos de garantir acesso a direitos?

Estes questionamentos remetem-se à avaliação, mesmo que precária, dos mecanismos de representação utilizados para este segmento. Dito isso, quero retomar a discussão a respeito de dois elementos presentes neste debate: a capacidade de representação, que os conselhos têm, dos anseios dos usuários das políticas e a permeabilidade dos espaços públicos à introdução de ações de controle social.

Quanto à primeira questão, penso que é importante considerar os conselhos enquanto um espaço de luta e disputa de poder, onde elementos de natureza progressista e tradicionalista se enfrentam, onde as diversas correntes de pensamento explicitam suas posições, discordando, articulando estratégias, a fim de compor para a sustentação de posições. Assim, considerando o processo de invisibilidade histórica dos adolescentes autores de ato infracional, quero avaliar de que tipo de representatividade efetivamente esse segmento dispõe. A presença de representantes das entidades que executam medidas socioeducativas nos conselhos não garante que

⁸³ Dados do Inesc, Boletim Informativo n.º 10, Ano III, Brasília, novembro de 2001.

seus dirigentes busquem o enfretamento das mazelas da referida política. Afinal, qual é o perfil destes profissionais ao longo dos anos? Eles historicamente têm representado as bases da luta pela garantia de direitos ou são aqueles responsáveis pelo aprisionamento nos espaços de controle da ordem?

Isto não significa dizer que a aquisição do conselho não é um avanço, mas é importante considerar também a permeabilidade das instituições ao controle da sociedade civil. Em outras palavras, o conselho precisa estabelecer vínculos com as entidades executoras da política. Estes vínculos não significam dependência, mas a criação de canais de interlocução que possibilitem a fiscalização e a garantia de direitos dos usuários da política de atendimento.

Assim, quero pensar se o poder constituído pelos conselhos é real, ou se ele é apenas uma abstração nesta lógica perversa onde poucos detêm o poder sobre muitos.

Não creio que o cerne da questão esteja na avaliação governamental a respeito de um determinado segmento, mas na lógica construída pelos grupos interessados em garantir a manutenção desta situação. A relação entre Estado e mercado já foi discutida. Contudo, se ambos vivem em completa dependência, há de se analisar o grau de comprometimento das diversas instâncias envolvidas na situação de jovens em conflito com a lei. Parece que não basta partir da legislação, relacionando a mesma com a existência de um direito social. Isto não é real. As forças políticas envolvidas tanto no legislativo, no executivo quanto no judiciário, por muitas vezes, têm obedecido à coerência da conjuntura reinante. E, neste sentido, o adolescente, por estar em situação privativa ou restritiva de liberdade, fica ainda mais vulnerabilizado. Por sua vez, a família está pouco instrumentalizada a respeito dos trâmites burocráticos da situação jurídica, para solucionar as situações de forma a garantir direitos para o adolescente envolvido, com pouca margem de luta coletiva. Isso, sem contar que nos espaços de poder local, os adolescentes infratores só são considerados temas quando se trata de analisar política de Segurança Pública, na perspectiva mais tradicional possível: a do enclausuramento e do aprisionamento.

Nesse capítulo, o objeto de minha preocupação é levantar subsídios para a compreensão da política social de atenção ao adolescente infrator nesta última década.

Seria a reestruturação produtiva o ponto fundamental para uma análise que contemplasse as questões contemporâneas relativas ao tema?

As questões relativas à construção da ação pública não se esgotam nela mesma; elas são permeadas por ações políticas que, por sua vez, são ricas de representações sociais e simbólicas que causam interferência na sua execução.

Avalio que é importante apontar que o desmonte da estrutura pública ocorrido nos anos Noventa não se expressou somente na questão econômica, mas nas dificuldades de estabelecer mediações políticas entre o mundo social e a esfera pública. Em outras palavras, ocorreu a perda de referência pública na atuação da questão social. Assim sendo, os direitos se afastam da possibilidade de estarem articulados aos princípios de equidade e justiça (TELLES, 2001). Justifico tal afirmativa a partir do trabalho de TELLES (2001), que esclarece que a ausência de direitos está relacionada às formas como são percebidas, elaboradas e materializadas as diferenciações sociais no espaço societário. Assim sendo, as relações sociais estão repletas do que ela chama de “regras simbólicas”. Estas estabelecem parâmetros para a sociedade que perpetuam relações de poder historicamente estabelecidas. Compreendendo esta questão pode-se entender um dos motivos pelo qual o texto da lei não foi suficiente para implementar uma mudança significativa na lógica de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

A capacidade de interferência se dá também através da carga de tradição cultural e valores morais que congregam, capazes de interferir significativamente na forma de definir o acesso a direitos. TELLES (2001) ainda explica:

É nessa articulação entre a lei, a cultura e a as tradições que se explicitam os aspectos mais autoritários de uma sociedade em que os direitos nunca foram formulados segundo uma noção de igualdade, mas na ótica da proteção que um Estado benevolente deve aos fracos e desamparados. (TELLES, 2001:59)

Assim, quero dar continuidade a este capítulo apontando que a análise da política social passa pela identificação de seus limites macro e micro-estruturais, pelos seus impactos na realidade brasileira, pela sua relação estabelecida com o Estado, pelo mercado em face do segmento demandante de atenção social, pela representação social que o usuário tem para com os setores definidores da ação política, como

também pela compreensão dos contornos adquiridos por esta ação em face da condução política do processo de participação social brasileiro.

Não é de responsabilidade única do poder público a resolução das questões que desembocam na infração de jovens. Todavia, é do Estado a responsabilidade por estes jovens quando encaminhados ao sistema, de maneira que possam ter acesso aos direitos que a Lei lhes assegura.

3 TERCEIRO CAPÍTULO:

3.1. INTRODUÇÃO: O COMEÇO DA HISTÓRIA...

Os anos Oitenta foram férteis no que diz respeito à retomada das questões relativas à garantia de direitos. As disputas entre projetos de sociedade ficavam mais evidenciadas; os anseios de participação projetavam uma expectativa acerca do retorno democrático, pelo qual a representação dos segmentos poderia superar o histórico clientelismo brasileiro. Esta expectativa teve seus desdobramentos na elaboração dos projetos e das políticas sociais do período.

Partia-se do princípio de que os mecanismos de atendimento ao social, até então empregados, já não representavam os anseios populares. A organização da sociedade falava de mudança de parâmetros: do conservador para a vanguarda, da direita para a esquerda, do centralizador para o descentralizado. Segundo a expectativa da sociedade na época constituída, a aplicação dos princípios democráticos nas ações construídas pelo Estado, no trato da questão social, possibilitariam interferir nas situações de desigualdade e de falta de acesso a direitos da população de baixa renda, das minorias e de toda a sorte de excluídos pouco representados politicamente.

As propostas encaminhadas para a Constituição e posteriormente para a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente nasceram desta expectativa popular na qual a (re)organização dos diversos segmentos da sociedade convergiu para a busca de reconhecimento social desta parcela populacional através da legislação. Havia, então, uma possibilidade concreta de dar voz a segmentos que foram silenciados pela Ditadura Militar, aos sindicatos e às entidades de classe, bem como a

outros que nunca haviam protagonizado participações desta natureza, como o “Movimento Nacional dos Meninos de Rua”⁸⁴.

A participação, na década de Oitenta, dessas diversas entidades que se posicionaram na defesa de direitos da infância e da juventude representou não somente o aumento das possibilidades de denúncia como também contribuiu para a articulação entre estas organizações, em processo bastante peculiar, que foi partilhado pelo meio acadêmico, juristas, trabalhadores da área e população usuária. Era, pois, uma realidade compreendida a partir de diversos olhares; eram diversas realidades em articulação, que contribuíram para a construção de uma legislação que ampliasse os direitos, formas de atuação e controle social da política destinada à criança e ao adolescente no país.

Sendo assim, o reordenamento da estrutura de atendimento à infância e à adolescência foi um processo político iniciado e movimentado por diversas concepções de mundo. Não bastou definir alguns parâmetros, como: Infância e Juventude no lugar de Menoridade; Proteção Integral no lugar de Situação Irregular, Descentralização de poderes no lugar de Centralização. A construção destas categorias não foi capaz de alterar as práticas socialmente construídas nem as interpretações até então dominantes. Mas de que infância e juventude se está falando? Os direitos são universais para todos ou para alguns? Que proteção integral é essa? Que limites e possibilidades tem esta descentralização? Dentre estes diversos atores sociais envolvidos, quem concorda e quem discorda com este novo paradigma de atendimento a este segmento? Foram diversos embates particulares encadeados a outros enfrentamentos mais amplos e mais publicizados. Os vários movimentos da sociedade civil da época expressaram as contradições entre o contexto sócio-político e a legislação: de um lado o surgimento do Estatuto, trazendo todas as aspirações de um momento democrático, do outro, o ocaso do Código de Menores, explicitando as práticas conservadoras, porém presentes no trato da infância e da juventude tuteladas pelo Estado.

⁸⁴ Representa as crianças e os adolescentes em situação de risco, que antes não possuíam qualquer visibilidade na produção de políticas.

O processo de descentralização não foi um movimento somente construído pelos setores de planejamento, mas uma construção coletiva dos executores e planejadores das políticas (que, por sua vez, estavam sendo influenciados pelas iniciativas do movimento social), que obtiveram maior espaço de expressão institucional. A organização da política foi modificada a partir da alteração da ordem societária, conforme pode ser observado no trecho que segue destacado, de uma das entrevistas realizadas a respeito da configuração do atendimento realizado pela FUNABEM a adolescentes infratores, ainda na década de Oitenta.

A entrevistada faz uma articulação entre o processo interno ocorrido na instituição FUNABEM e os movimentos de renovação que ocorriam nas diversas políticas sociais.

[A proposta da descentralização, porque foi concomitante com a história descentralização não veio em cima de uma gestação própria da FUNABEM. Ela veio em cima do movimento de descentralização, do governo federal. Do próprio processo de redemocratização do país. Que estava tudo centralizado. Então, quer dizer, como ia ser feito no caso da FUNABEM, estava sendo gestado, durante esse período. E eles estavam tentando, durante esse período, implementar, toda a ordem de experiência comunitária,.. para ter como referência de modelos pra sugerir. Então tinham trabalhos da Igreja, tinha trabalho aqui, trabalho ali, trabalho com a pastoral, trabalho em São Paulo assim... Quer dizer, tinham diversas coisas(...).]

A mudança de nomenclatura definiu qual era a perspectiva teórica que estava em questão: o rompimento com a lógica conservadora e a assunção de uma proposta de caráter crítico. No entanto, a modificação da palavra não foi capaz de garantir a alteração dos seus sentidos e das suas práticas sociais. Assim, o que realmente mudou?

A história que começa a ser reconstruída nesta pesquisa, a partir dos discursos de seus protagonistas, é iniciada neste período, quando os profissionais atuantes no planejamento no Rio de Janeiro propuseram mudanças que alteraram os contornos da política de atendimento. Neste sentido a importância de resgatar o processo de formação do DEGASE está relacionada às peculiaridades de organização do sistema construídas a partir do paradigma da descentralização das políticas sociais.

Em face desse processo, o novo e o velho encontram-se e embatem-se na disputa pela permanência no poder. Os projetos de sociedade também. O que será demonstrado é a lógica da disputa de poderes entre o institucional e o Governo Federal, os gestores e técnicos, enfim, os embates decorrentes do contínuo movimento societário, que se reproduzem nas instituições e são determinantes para os discursos e as práticas ali construídos.

3.1.1 A apresentação dos dados:

A construção da política de atendimento a adolescentes em conflito com a lei no estado do Rio de Janeiro identifica os elementos constitutivos do processo de formulação e implementação de uma política social. Assim, esta proposta de estudo estará situada na gestão que foi construída para atender a este segmento ao longo dos últimos anos.

Com o objetivo de facilitar a construção do trabalho proposto, organizei esta pesquisa de forma a considerar a política de atendimento em três períodos distintos. A periodização é um artifício didático que se faz necessário para identificar os poderes constituídos, os novos atores a serem inseridos em cada período no contexto institucional, as disputas entre projetos já existentes e entre os novos embates que surgem no cenário político, que são reiteradas no decorrer dos anos.

O primeiro período a ser analisado é aquele que compreende os anos de 1990 a 1994. Conforme já apontei anteriormente, neste momento foi organizado o processo de descentralização da execução das medidas socioeducativas. É importante destacar que a época mencionada caracteriza-se pelas primeiras iniciativas de implantação do ECA e conseqüentemente pelo desmonte da estrutura organizada pelo Governo Federal, com a desativação do Complexo de Quintino (onde estavam concentradas unidades de atendimento para adolescentes e crianças em situação de risco social, de cumprimento de medida socioeducativa) e do Hospital da FUNABEM.

O segundo momento é aquele que está localizado entre os anos de 1994 e 1998, quando o Estado do Rio de Janeiro assume o gerenciamento do atendimento a

adolescentes infratores. Este período é pontuado pela criação do DEGASE e pela concepção de algumas iniciativas de gerenciamento de parte do patrimônio da União, delegado ao Estado. Deve-se, ainda, citar as inúmeras rebeliões em diversas unidades do sistema socioeducativo ocorridas em todo este tempo, além da assunção de uma unidade prisional como alternativa para atendimento a adolescentes, da redução do número de profissionais para atendimento, da unificação da mantenedora dos contratos e do progressivo crescimento da terceirização como forma de resolução da situação funcional do Departamento.

O último período a ser considerado está delimitado entre os anos de 1998 e 2002, e destaca-se pela entrada de inúmeros técnicos concursados, através da convocação, e de agente de disciplina e professores, por meio de concurso público, diminuindo significativamente o número de terceirizados. Outros elementos de destaque são a mudança na administração do Departamento – que é transferido da Secretaria de Estado de Justiça para a Secretaria de Direitos Humanos - a construção de propostas de capacitação para funcionários e a criação de convênios com Universidades, além do aumento considerável de funcionários sindicalizados.

A análise proposta para estes períodos será desenvolvida a partir do contexto sócio político que marcou a implementação da política pós ECA. Para tanto serão considerados os acontecimentos ocorridos no Departamento, os projetos que nortearam as ações durante os referidos períodos e os relatos dos profissionais que de alguma forma protagonizaram tais momentos.

A idéia de utilizar a memória dos profissionais parte da compreensão de que expressar a lembranças individuais contribui para externar as produções de sentidos sobre os acontecimentos de determinado período. Assim sendo, foram entrevistadas 8 pessoas que estiveram envolvidas com a administração da política de atendimento a adolescentes em conflito com a lei neste estado, em diferentes momentos. Pessoas essas que apesar de terem trabalhado no Departamento, falam de lugares diferentes, lugares que expressam ambigüidades e contradições - do lugar do dominador que aparece na figura do gestor, ou do assistente social ou pedagogo, que muitas vezes se confunde com o lugar do dominado, representado aqui pela figura do menino. Pessoas que pertencem a categorias profissionais possuidoras de prestígio social e

poder e que conseguiram, à medida que o tempo passou e a política institucional sofreu alteração, ampliar ou diminuir sua capacidade de interferência no DEGASE.

Fazem-se presentes as falas do implantador do projeto CRIAM, dos técnicos selecionados para trabalhar nos CRIAMs, de profissionais que exerceram cargo de direção no DEGASE, de funcionários e outros designados para o sistema por força de sua experiência profissional acumulada na área. Isso significa dizer que existe uma diversidade de experiências entre todos, o que possibilita ao autor e ao leitor construir um exercício de captação da pluralidade de sentidos produzidos nos diversos lugares enunciativos. Muito embora se utilize a perspectiva teórica de BAKHTIN (1995) para compreender as questões presentes no discurso dos profissionais, deve-se considerar que tanto o entrevistador quanto o entrevistado partem de contextos enunciativos muito próximos; todos viveram suas histórias como funcionários do Departamento, apesar de cada um apresentar uma singularidade na forma de percepção e compreensão dos fatos narrados. Assim, esta produção de texto é o lugar da semelhança.

O foco investigativo não está na identificação exata dos fatos, mas no sentido que tais fatos tiveram para cada um dos participantes e os seus impactos na condução ideopolítica do DEGASE; quais situações foram consideradas preponderantes. Nesta análise, procuro detectar as ambivalências e contradições entre o discurso e o contexto institucional.

Quero ainda enfatizar que tal processo possibilitará a observação do caminho percorrido por alguns profissionais na construção da estadualização do atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Desta forma, a partir de experiências singulares, poderá ser parcialmente identificada como foi a construção coletiva dessa experiência.

As entrevistas foram compostas, na sua maioria, por diálogos entre dois profissionais por vez, exceto por dois deles que não puderam ser reunidos aos outros em razão da disponibilidade de tempo ou mesmo de identificação com os demais. Alguns ainda fazem parte do grupo de profissionais que atuam no Departamento, o que vai apontar que a memória destes profissionais a respeito do tema é diferenciada. Uns falam sobre o que vivenciaram há dez anos, outros sobre o que vivenciaram há cinco anos; há ainda os que falam sobre suas memórias de quinze anos atrás, misturadas a suas experiências recentes – já que ainda estão atuando no sistema socioeducativo.

O propósito da entrevista não foi apenas resgatar as informações que cada um deles possuía sobre o assunto, mas observar as relações de poder, as ambigüidades, as concepções de cidadania, as disputas acerca de projetos de sociedade que estão embutidas no discurso de cada profissional e ainda compreender de que maneira aquelas pessoas foram se modificando à medida que apreendiam a lógica institucional, ou melhor, que ocorriam as interações com os diversos atores institucionais. Ao longo do texto, dependendo do lugar de onde se fala e de quem fala, o adolescente torna-se “menino”, “menor”, “garoto” e recebe outros nomes que apontam as modificações que a realidade sofre e que vão alterar a forma de considerar o adolescente em conflito com a lei.

3.1.2 O princípio do começo: antes de 1990, o que acontecia com os meninos?

3.1.2.1 Contexto sócio institucional:

Conforme foi colocado anteriormente, o primeiro período a ser trabalhado é anterior à criação do DEGASE. Retomando a organização cronológica feita por GOMES DA COSTA (1998), quando esclarece que em 1990 se inicia o processo de descentralização da política de atendimento no país, é importante identificar que o Governo Federal já trazia durante a década de Oitenta, mais precisamente no ano de 1986, o planejamento que norteava essa referida proposta. Na época, tal planejamento foi elaborado por Carlos Alberto Paes Sardinha e Luiz Paschoal Marra e era intitulado: Descentralização do Sistema de Atendimento a Menores no Rio de Janeiro.

A FUNABEM encontrava-se politicamente em uma situação de perda de autonomia, caso sejam consideradas as diversas etapas da política de atendimento construídas para a criança e para o adolescente. Diferentemente do que ocorria anteriormente, na década de Oitenta a FUNABEM estava sem a autonomia financeira e administrativa que possuía quando estava vinculada ao Ministério da Justiça. Naquele período ela estava vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência,

Social⁸⁵, juntamente com a LBA. Essas perdas de poder contribuíram para a escassez de recursos existentes para a Fundação, que ainda tinha responsabilidade pelo repasse financeiro e supervisão dos estados na execução da referida política. Entretanto, a relação entre estados e Governo Federal não era uniforme, nem formal; a rede de atendimento nos estados era mantida pela FEEM, pouco aparelhada, no que diz respeito a recursos, e sujeita às correlações de força locais. A relação financeira entre a FUNABEM e as FEEMs se dava a partir de repasses por convênios ou por projetos apresentados pelos municípios, instituições privadas, ficando a primeira com a execução de projetos experimentais.

3.1.2.2 Os gestores e os técnicos: as falas e as contradições....

Muito embora a descentralização concebida já trouxesse traços das modificações societárias dos anos Oitenta, é importante considerar o conceito de cidadania que fica expressado diante do texto que se segue e que será analisado. É a concepção que está atrelada a lógica de direitos da época, que está caracterizada por ações de caráter compensatório. Assim, percebe-se, ao longo do texto, como os adolescentes são tratados a partir da sua incapacidade de exercer plenamente seus direitos, ou seja, de maneira subalterna e não na perspectiva de igualdade universal.

A construção técnica do Programa é anterior à Constituição de 1988, ou seja, os conceitos de integralidade e de universalidade ainda não eram de domínio do grupo formulador daquela política social. Isso significa dizer que é possível identificar o conceito de cidadania invertida (FLEURY, 1984), que vai se dar a partir da inclusão pela exclusão, apesar de possuir parcialmente um discurso de vanguarda que explicita a responsabilização da sociedade como argumentação teórica. Todavia, o adolescente é assujeitado e aparece ainda como objeto de política, desprovido de voz e de participação. O novo e o velho se misturam nessa proposta.

⁸⁵ FLEURY (1984) esclarece que o processo que teve como desdobramento a mudança de Ministério foi resultado de uma disputa interna, pela qual a Presidência tentou estabelecer alianças com os grupos técnicos mais progressistas e com os usuários. Uma expressão dessas iniciativas foi o financiamento da Associação dos Ex-Menores. Entretanto, este processo de ruptura com instituições como a polícia e o Poder Judiciário foi de curta duração e incapaz de romper com a lógica compensatória da política implantada.

Deve ser observado o trecho do texto que trata das modificações elaboradas pelo Estado no atendimento ao adolescente em conflito com a lei :

No Estado do Rio de Janeiro, ela (*a descentralização*) só poderá ser entendida como um amplo e profundo processo de reformulação de políticas, através do estímulo à mudanças qualitativas e quantitativas das práticas de base. Interpretá-la como mera desconcentração espacial do sistema de atendimento conduziria a erros e a perda lastimável de investimentos: o sistema atual está fundamentado numa concepção centralizada e cara – se tornou historicamente inadequado, pelas exigências que faz à comunidade brasileira. (FUNABEM,1986:5)

A concepção de política social construída pelos autores busca se deslocar da perspectiva parcializada do atendimento. Contudo, pela avaliação destes a respeito do Programa de Descentralização (1986), o tecnicismo é preponderante e existe uma hipervalorização da intervenção institucional em detrimento das possibilidades locais. O texto expressa que a compreensão dos autores sobre a intervenção proposta é de que a FUNABEM seria capaz de instrumentalizar os municípios para o atendimento descentralizado da política, de maneira que o Governo Federal ultrapassaria a desconcentração espacial e desta forma poderia dar uma utilização eficaz e eficiente aos recursos públicos.

Na justificativa do Programa de Descentralização (1986) era apontada a ineficácia do modelo de atendimento a adolescentes infratores, adotado anteriormente, identificando que aqueles ficavam segregados nas unidades localizadas no município do Rio de Janeiro. Dentro da proposta de reformulação do sistema estava o repasse do atendimento para os municípios, através da integração de ações entre Governo Federal, Estado e Comunidade.

É importante esclarecer que inicialmente a idéia era o repasse para os municípios, pois já haviam sido identificadas as dificuldades de execução do estado em assumir a tarefa de efetivação de medidas. Entretanto, as relações entre municípios, estado do Rio de Janeiro e Governo Federal não eram tão organizadas no trato da questão da infância e juventude, o que demandou a busca de alternativas que pudessem resolver em um curto espaço de tempo as exigências da descentralização proposta. Em contrapartida, as mobilizações da sociedade civil apontavam para a municipalização como possibilidade de se ter maior controle social sobre as políticas,

o que novamente evidencia a disputa de projetos de sociedade, como J., psicóloga da FUNABEM à época, explica:

[...] não era nem para o Estado assumir a execução. Porque a execução, a gente já entendia que era do município, a gente já sabia disso. Mas e a retaguarda, que o município não pudesse compor? Quem teria que compor seria o Estado. A equipe da FUNABEM tinha muita clareza disso! Isso era uma discussão. Quer dizer: por um lado a gente participou de toda a discussão para Constituinte, na época da FUNABEM. A gente mandou propostas para Constituinte, nessa área... tinham discussões internas. (...)Era o mesmo processo da saúde, era o mesmo processo das outras áreas, não tinha nenhuma diferença... A diferença é que o município era totalmente desequipado para esse tipo de coisa. E o Estado já tinha estrutura,(...), mas só que ela era montada em cima do abandonado e do perambulante de uma maneira retrógrada, assim, assustadora!]

Assim, mais uma vez aparece a contradição entre o que os formuladores apresentam como proposta de trabalho e o que realmente é realizado. Apesar desses profissionais terem apresentado uma política de atendimento que envolvia os municípios no atendimento direto ao adolescente em conflito com a lei, já se conhecia a realidade local suficientemente para saber da impossibilidade, na época, destes governos assumirem a atuação direta.

As relações políticas nos estados estavam ainda muito próximas à lógica clientelista e moralista. Assim, a existência de uma legislação arbitrária (Código de Menores), associada a uma prática correcional e assistencialista, formava um caldo propício à manutenção de estruturas de poder criminalizadoras da pobreza, há tempos conhecida pela população e consentida pela sociedade.

Se a idéia de municipalização era cultuada pelos grupos progressistas da Fundação, o deslocamento do atendimento para o estado significava a manutenção de uma estrutura já conhecida como de má qualidade no atendimento à infância e à juventude. Todavia, o repasse aos municípios demandava um alto investimento na capacitação e na criação de equipamentos de retaguarda institucional. Diante desse impasse, a opção escolhida foi a estadualização, com aproximações políticas aos municípios, conforme será discutido posteriormente.

Dentro da perspectiva do Programa, o Governo Federal faria o treinamento e repassaria à FEEM paulatinamente a coordenação das ações na Capital e no interior do

estado. Esse era um atendimento pautado na institucionalização nas suas diversas modalidades. A FUNABEM, antes do processo de descentralização, estava com a responsabilidade sobre o adolescente que cometia ato infracional que, em face do próprio processo histórico de institucionalização, ficava segregado nas unidades do Complexo de Quintino e naquelas da Ilha do Governador (Instituto Padre Severino e Escola João Luís Alves). Assim, a instituição que possuía o domínio técnico do atendimento regionalizado era a FEEM, que já atuava nos diversos municípios do estado, além de também atender a adolescentes infratoras do sexo feminino na Escola Santos Dumont.

A União detinha investimentos infinitamente maiores que os dos estados, além do fato do Rio de Janeiro, em face de seu contexto político, ser um espaço institucional altamente valorizado. Desse modo, no que diz respeito a iniciativas técnicas, aquele era um estado privilegiado na criação e no repasse de verbas para projetos experimentais do Governo Federal, enquanto que a estrutura da FEEM ainda ficava marcada pela ação do estado do Rio de Janeiro para a infância, tal como J. esclarece:

[Tanto que, na época, que eu estava na FUNABEM, no Juizado, eu cheguei a sugerir que a gente montasse um trabalho, com esses meninos. Trabalho mesmo. (...) Esses meninos batiam no Juizado: uma assistente social, liberava. Ia, voltava, ia, voltava, ia, voltava. Quando ele fazia a décima entrada, ele vinha como infrator, aí ele vinha pra gente. Aí, quando ele vinha pra gente, ele tinha todo tipo de assistência. Entrevista, mesmo, acompanhamento, grupo, família, vamos lá, vai fazer visita, não vai fazer. Aí eu falei: "Gente, na verdade a gente está incen... (Pausa)...se o garoto quiser ter, realmente, uma família, ter assistência, ele tem que fazer uma infração, (Risos) senão, ele não vai ter". Isso é o próprio incentivo... entendeu? Você tem que barrar o trabalho, lá.]

A exposição da psicóloga expressa claramente a cidadania invertida (FLEURY,1984), já comentada anteriormente. A maneira de obter acesso a atendimento se dava pela via da inclusão às avessas.

O Código de Menores, legislação em vigor na época, só interferia na situação das crianças e dos adolescentes em situação irregular, quando o conflito já estava presente. Entretanto, não se tratava de qualquer conflito, mas daqueles relacionados a situações extremas. Desta maneira, as crianças e os adolescentes em questão passavam a ser reconhecidos pelo sistema de atendimento a partir de situações de

vulnerabilidade. Assim, quanto mais vulneráveis, mais chances os indivíduos tinham de ser incluídos em programas de atendimento. Observe pela fala da profissional que para situações de pequena expressão infracional as ações eram bem precárias, com baixo investimento técnico - em outras palavras, o investimento se dava nas situações-limite, ficando o usuário da política e a população com a qual ele interagia em risco.

O cometimento de um ato infracional é uma situação que implica obrigatoriamente uma intervenção do Estado, não porque externaliza situações de vulnerabilidade de pessoas pobres, mas porque deixa as que detém capital em situação de risco⁸⁶.

O atendimento à infância e à juventude no estado do Rio de Janeiro, à época, era bastante precário. O Código de Menores criava a possibilidade de separações entre irmãos, processo de institucionalização durante toda a vida jovem, entre outras. Tal fato se dava porque o Estado assumia a guarda e proteção da infância pobre. Tal como BAZÍLIO (2001) colocou, a forma de tratamento dada à pobreza infantil era a institucionalização, não identificando na família a instituição potencialmente capacitada a cuidar daquele segmento.

3.1.2.3 Código de Menores: práticas antigas ...Mudanças difíceis..

O período de transição entre o Código de Menores e a promulgação do Estatuto foi pontuado por inúmeras manifestações de insatisfação dos grupamentos mais conservadores do atendimento à infância e à juventude no país. A divisão de poderes entre a FUNABEM e as FEEMs parecia bem marcada, mas a União ainda participava do atendimento direto - sendo que este se dava efetivamente no que diz respeito aos adolescentes em conflito com a lei.

[E era aquela coisa, assim, de você dividir famílias(...) era por faixa etária, menino e menina..A gente, da FUNABEM, não tinha acesso, porque já existia essa divisão anterior. Esse trabalho era uma atribuição do Estado. A FUNABEM tinha ficado com infrator (...) aí era FUNABEM, identificaram pessoas que tinham, vamos dizer assim, um pensamento, mais afinado com esse tipo de política porque também tinha o profissional (A psicóloga J.faz referência ao processo de reordenação da FUNABEM).]

⁸⁶ Esta é a lógica do patrimonialismo.

Muito embora a FUNABEM tivesse a responsabilidade pela administração central da política, não existia uma interferência na qualidade do trabalho realizado; desta maneira, os critérios de atendimento eram estabelecidos regionalmente, e, por que não dizer, na esfera local.

Em seu relato, J. traz outras informações a sua modificação. Observe que a psicóloga aponta para as distinções internas no atendimento executado pelos os grupos formados na Fundação. Nessas disputas aparecem não somente as diferenciações entre interesses, mas também a disputa entre a ruptura e a manutenção de projetos segregacionistas na Instituição:

[(...) houve uma resistência interna, enorme: -Tão acabando os setores, que está descaracterizando a profissão, porque era melhor quando era setor disso, daquilo, tão deixando os meninos muito livres, os garotos tão mandando por aqui, ... estão acontecendo coisas trágicas...E não estava, acontecia, claro, uma ou outra coisa, como acontece na rua. E eu vou te dizer, pro que era, acontecia quase nada, sabia? Porque você imagina... eu peguei crianças que nunca tinham ido à rua... à rua mesmo, que entraram lá com 4 anos, e já estavam com 17, e nunca tinham ido a rua.(..) tanto é que a programação que eu fiz com as pessoas primeiro, era assim: É, ir numa estação de trem, era em grupos pequenos, e as crianças de 16, 17 anos... para andar de trem, era uma equipe. Para conhecer o que era um trem... um aeroporto (risos)... andar de ônibus, comum, de linha, passar por roleta... porque eles andavam de ônibus da FUNABEM. Não tem nada a ver, entendeu? Assim, eles não tinham noção, noção, como é que era, que tinha roleta, que o trem, que entrava assim, que parava ali, que tinha o avião, como é que era, o tamanho do avião, navio...].

A profissional, durante a entrevista, analisou a estrutura da FEEM⁸⁷, que na época era responsável pelo atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco. Os movimentos intrainstitucionais reproduziam o processo de embate existente na sociedade. Em face deste relato é possível identificar a disputa de poder entre projetos diferentes de sociedade, na qual existem grupos vinculados a setores progressistas e a conservadores (FIORI,1992). Apesar do fracasso do sistema ser evidente, a reformulação do mesmo não era reconhecida por todos como algo positivo, uma vez que modificaria relações de poder historicamente constituídas.

⁸⁷ A FEEM tornou-se FIA e continuou com sua atuação junto a crianças e adolescentes em situação de risco social, a partir, porém, da coordenação de projetos junto ao Estado do Rio de Janeiro e dos municípios.

A proposta de descentralização era (re)novadora, pois acrescentava mecanismos de emancipação do adolescente egresso do sistema, ao apontar o problema da infância e da juventude como co-responsabilidade da sociedade. Entretanto, a instituição ainda era o foco principal de atenção. Não era uma proposta inovadora, posto que eram projetadas unidades de atendimento intensivo com institucionalização - os CRIAMs (unidades pequenas para atender a adolescentes em medida restritiva de liberdade), triagens, casas comunitárias, algumas alternativas em meio aberto, enfatizando a importância do poder local como uma possibilidade de atuação, em face dos projetos verticalizados que historicamente vinham se organizando.

Estão presentes, em suas considerações, algumas das aspirações existentes nos anos Oitenta, que enfatizam não somente a participação dos estados e municípios como elementos participantes dos Programas no projeto de descentralização: há também a presença forte do Estado, estabelecendo parcerias tanto com o voluntariado quanto com as entidades privadas e filantrópicas, dividindo responsabilidades do Poder Público. Se por um lado isso representa a idéia de responsabilização e controle social, ampliando o número de parceiros com que o poder público poderia passar a contar, por outro cria artifícios para barateamento das ações nos estados e municípios. O parâmetro para o atendimento ainda é a situação irregular; os projetos ainda privilegiam as vulnerabilidades à prevenção, tal como J. relata:

[Aí nesse meio tempo, até onde eu sei, estava sendo gestada, a proposta da descentralização, porque foi concomitante com a história da Constituinte e do SUS. O SUS começou anteriormente? A descentralização não veio em cima de uma gestação própria da FUNABEM. Ela veio em cima do movimento de descentralização, do governo federal. Do próprio processo de redemocratização do país. Que estava tudo centralizado. Então, quer dizer, como ia ser feito no caso da FUNABEM, estava sendo gestado, durante esse período. E eles estavam tentando, durante esse período, implementar, toda a ordem de experiência comunitária,.. para ter como referência de modelos pra sugerir. Então tinham trabalhos da Igreja, tinha trabalho aqui, trabalho ali, trabalho com a pastoral, trabalho em São Paulo assim... Quer dizer, tinham diversas coisas(...).]

Dentre as diversas alternativas de operacionalização desse processo existentes, quero destacar o Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM),

implantado a partir do ano de 1988. Os CRIAMs eram 15 unidades⁸⁸, planejadas para atender até 32 adolescentes residentes de ambos os sexos. As informações contidas no projeto apontam que a escolha dos municípios do estado e dos bairros do município do Rio de Janeiro selecionados para o atendimento se deu em função das demandas de atendimento observadas pela FUNABEM. Todavia, é importante também considerar que em entrevista o Dr. Judá Jessé esclarece que:

[Cabe observar que os CRIAMs foram construídos pela União Federal em terrenos próprios, em geral dados em pagamento de dívidas para com o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), o que influenciou na escolha dos municípios e locais de construção afastando outros critérios de seleção.]

Deste modo, observa-se que a definição da localização das unidades foi uma decisão meramente econômica, desconsiderando parcialmente a metodologia construída pelos idealizadores do projeto. Tal deliberação trouxe prejuízos na implantação de alguns CRIAMs, conforme será apresentado posteriormente.

Eram um espaço diferente do que existia anteriormente em termos de disposição física institucional; o projeto priorizava a preservação das relações entre os 22 profissionais, inexistindo salas específicas para os funcionários, investindo no que chamavam de polivalência dos espaços. A existência de um casal residente reforçava o caráter familiar concebido no planejamento do projeto. O referido casal deveria dar suporte no caso de recebimento de crianças e adolescentes que viessem a pernoitar na unidade em situações emergenciais⁸⁹. Outro dado importante foi a proposta de utilização dos recursos comunitários como forma de integração do adolescente com a comunidade. Como o texto explica:

[No interior, e nos bairros, este sistema poderá ser obtido através de uma combinação de Casa Comunitária (residência obrigatória), e a integração do menor em serviços públicos educacionais, sanitários, de orientação laborativa, etc (FUNABEM, 1986, 116)].

⁸⁸ O projeto foi concebido para 15 unidades, mas, posteriormente à sua criação uma nova unidade foi criada em Teresópolis, que diferentemente das demais, não tinha a estrutura física própria. Inicialmente ela ficou em uma casa adaptada para o atendimento e atualmente funciona em espaço próprio, em área rural do referido município.

⁸⁹ É importante sempre lembrar que na época de sua concepção, o Código era a legislação vigente e por isso a permanência de adolescentes em conflito com a lei com crianças em situação de risco era possível.

É importante lembrar que, na época, as relações de poder ainda se estruturavam muito em função do entendimento da Justiça como órgão soberano⁹⁰.

[...] o CRIAM foi implementado na época da Marina (*Faz referência a presidente da FUNABEM, à época, Sra. Marina Bandeira*) - E a Marina era uma pessoa, assim, fácil. Por exemplo, na verdade, esses cargos eram cargos da estrutura federal, tinham tudo a ver com a história da ditadura, eram cargos distantes. Técnico não tinha acesso a um presidente, a nada disso(...) E eram os juízes, presidentes, ministros, (Risos) sabe?].

Observam-se pelo menos dois elementos que merecem destaque: o primeiro remete-se à concepção da hierarquia de poder construída pelo profissional que estava à frente da FUNABEM na época de redemocratização do país. Era a oportunidade necessária para que uma proposta de vanguarda tivesse sustentação. O segundo elemento facilitador para que a proposta do “CRIAM” tivesse obtido êxito foi sua proximidade com os segmentos decisórios da referida política, tal como J., técnica da FUNABEM à época:

[Assim, a gente ficava muito isolada. À Dona. Marina (...) a gente teve um acesso. Não sei se foi por conta também do projeto, que era um projeto ligado à presidência... Bom, mas o fato é o seguinte: Esse projeto foi gestado em cima dessa equipe que trabalhava lá (...) Eles ficaram como coordenadores gerais. Então qual era a primeira idéia? A primeira idéia, era que você criasse espaços para propiciar a gestão, era repassar pro Estado mas, na verdade criando esses CRIAMs.(...) a idéia era a seguinte: O governo federal supervisionaria o Estado para a implantação do próprio CRIAM, que supervisionaria a implantação dos programas, nos diversos municípios.(...) no caso, de precisar tirar o menino do município(...) era a retaguarda, que se tinha. Era isso. Por uma questão política, não deu pra se passar pro Estado].

Esse era um projeto que interessava à Presidência da FUNABEM por razões que não ficaram muito claras. É possível que o sentimento de abertura democrática presente na época tenha sido um elemento propiciador de abertura de brechas institucionais. Conforme já explicado anteriormente, o momento político era de embate entre os técnicos que apontavam para novas experiências metodológicas de atendimento e os setores mais conservadores que se articulavam com alguns dos juristas, policiais e outros elementos tradicionalistas presentes na política de

⁹⁰ O Código teve suas últimas modificações em 1979, ainda durante o regime ditatorial.

atendimento. Todavia, o processo de redemocratização constituiu-se como um elemento a mais para os grupos progressistas: o retorno das organizações políticas, a criação de outras, os movimentos da Igreja Católica, enfim, os movimentos da sociedade civil, conforme J. esclarece no seu discurso:

[...]teve um encontro nacional, sobre a questão da metodologia de atendimento ao infrator, fizeram nacional, mas fizeram, assim, por regiões, (...) a FUNABEM montava encontros muito bons. Isso é verdade, (...) eles tinham grupos de pesquisa, chamavam pessoas e. o grupo daqui (*Faz referência a um dos grupos do Rio de Janeiro*), um grupo que foi chamado, viajou o Brasil todinho porque era um grupo de referência. Tinha a maior disputa, porque a gente fazia um trabalho totalmente diferente, com um entendimento totalmente diferente].

Os técnicos, em virtude do acesso que possuíam junto à Direção naquela conjuntura, puderam interferir no modo como este projeto de descentralização poderia ser implantado. Todavia, a idéia de municipalização, o repasse gradativo do atendimento ao adolescente infrator da instância federal para o espaço local, assumiu contornos que não haviam sido considerados pelos formuladores da referida política, conforme apontam os trechos apresentados posteriormente, da entrevista realizada com J..

3.1.2.4 A Descentralização: O Governo Federal e as instâncias locais

O movimento de implementação de uma política social é constituído de diversas forças locais e centrais que estão sempre se arranjando em função de seus interesses e que se expressam através de um conjunto de acordos refeitos sucessivamente ao longo de sua implementação. Esse processo se dá conjuntamente através da ampliação ou da diminuição de possibilidades de pressão política, para garantia de interesses dos grupos em situação mais favorável. A construção da política social é atravessada por interesses similares e por outros antagônicos, que muitas vezes se articulam a fim de se aproximarem de direitos já definidos por lei. Assim, a definição da política será comprometida pelos diversos articuladores que propiciaram sua

construção; é a presença dessas inúmeras forças que dará o tom do embate entre os diversos projetos por elas representados.

No que diz respeito à descentralização ocorrida no estado do Rio de Janeiro, considero que houve uma hipovalorização da capacidade de interferência municipal na implementação da descentralização. Deve ser questionado se o objetivo da descentralização construída pelo Governo Federal passava pela autonomia política e administrativa. Em vista do material obtido durante a pesquisa, fica explícita a proposta de uma paulatina autonomia dos municípios em relação à organização do atendimento. Entretanto, deve ser observado nas entrevistas posteriores do capítulo que este processo foi atropelado pela realidade, principalmente se for introduzida na análise a Contra Reforma do Estado ocorrida na década de Noventa.

Os municípios não se comportaram exatamente conforme o planejamento elaborado e, à medida que a proposta foi atravessada pelos embates naturais de qualquer implantação de projeto, não ocorreu uma reavaliação de percurso por parte da União.

A primeira entrevistada, J., esclareceu que o acordo não foi definido com o Estado e assim a proposta foi desenvolvida com os municípios. O convênio tinha uma abrangência estadual e cada CRIAM fora pensado para uma determinada área, em virtude da incidência de adolescentes infratores. Desse modo, apesar das modificações de planejamento, a própria área de abrangência do interior já dificultava seu processo de implantação, haja vista que um município tinha que aceitar adolescentes de uma área que compreendia dois, três ou até sete outros municípios contíguos. Tal lógica muitas vezes era politicamente incompatível, devendo ser considerado que futuramente, quando a União deixasse de repassar a cobertura financeira, aquele seria um investimento caro.

[(...)essa equipe, ela poderia fomentar, ela se consolidar como uma regional(...)Então, a coisa... quando não se resolveu com o Estado, teve que se fazer uma porção de adaptações. Porque, a proposta não era essa: Como? Com o município, por exemplo, você vai discutir com o prefeito do município, se você está com uma estrutura dentro do município, que o convênio é com ele, mas que ele vai atender pessoas de outro município, com um convênio com ele? Mesmo a FUNABEM pagando, mas por um tempo, porque depois deixaria de pagar. Está entendendo? Se você pensar direitinho, não tem o

menor cabimento. Não é a toa que o cara disse: - Ué, mas porque que eu vou assumir isso? Como é que eu vou assumir isso?]

O projeto era referência para adolescentes infratores, contudo o CRIAM poderia abrigar em situações emergenciais crianças e adolescentes em situação de risco social.

Na época de sua concepção o CRIAM foi organizado para atuar em todo estado, de modo a dar retaguarda às comarcas da Capital e do interior, na execução de liberdade assistida e de semiliberdade. No interior, deveriam ser triagens descentralizadas e ainda um pólo agregador de uma rede de serviços locais, que possibilitasse ao adolescente inserido sua inclusão em recursos comunitários dos mais diversos, abrangendo a geração de renda. Nesse contexto, deve ser estabelecida uma análise à parte em relação aos juízes, que, perante o Código de Menores, detinham um poder incondicional em relação à definição da situação processual de crianças e adolescentes em situação de risco e de infração. Tal questão, no interior do Estado, era mais grave ainda: além da referida relação de poder, os juízes, apesar do contato realizado pelos criadores e implantadores do CRIAM, continuavam pouco instrumentalizados para trabalhar com o equipamento, seja em função da distância entre os responsáveis por estas comarcas e pelos pólos de discussão sobre o assunto, seja pela rotineira troca de magistrados do interior. Desse modo, o CRIAM, que para a FUNABEM expressava uma novidade na lógica do atendimento à juventude, para os segmentos locais era apenas mais um espaço de atendimento a partir dos parâmetros já conhecidos. Não seria o espaço físico institucional que modificaria a conformação dos valores ali construídos, mas o contrário. É importante ressaltar ainda a preocupação com o treinamento daqueles que iriam fazer o processo de implantação nos municípios, como a referida técnica coloca:

[Eram trinta pessoas, mais ou menos. Para fazer uma seleção, eles apresentaram a proposta, qual era a idéia, os critérios: que elas foram pessoas selecionadas em cima de um trabalho. Do trabalho que já faziam na FUNABEM(...) Por conta de perfil. A gente teve um prazo de três meses(...) é aí que eu acho que começa o furo(...). Mas aí começa aquela coisa do dinheiro já vai sendo consumido. Então, as coisas tem que começar a ser rápidas, (...) a gente teve um prazo de implantação, a gente direto, indo, como coordenador.]

A experiência narrada pela entrevistada se dá a partir de sua vivência como implantadora de um CRIAM de interior. É certo que, no município do Rio de Janeiro, tal processo se deu de maneira diferenciada, em face das próprias características do município, conforme será explicitado posteriormente. A importância de trazer detalhes da memória do referido profissional a respeito da descentralização se dá não só serem revelados detalhes das forças em conflito presentes, mas porque fica possível estabelecer um parâmetro entre esta experiência e as demais que ocorreram na mesma época.

[(...) a prefeitura botava o próprio coordenador, e a gente supervisionava, mas já não ficava mais. Porque a equipe ia ser treinada, enfim... quem que queria(...) .Aí foram distribuindo conforme... por exemplo, no caso: eu fui pensada, exatamente, para X, mesmo (...) além de eu morar, X era um lugar, tinha uma realidade política toda própria, não é? E que era muito difícil você pegar uma pessoa que não conhece nada, por exemplo, que mora na Ilha do Governador e entrar aqui... Tinha uma rede política, muito própria. (...)Aqui em X tinha um volume de atendimento grande. Bom, aí a gente passou um mês... Isso eu achei que foi legal, que eles fizeram. A gente passou, se não me engano, um sistema de internato, quase, assim, o dia inteiro, em treinamento.]

Existia um interesse por parte da instituição em construir uma equipe que pudesse representar as questões em debate naquele período de transição, por isso seu empenho em fazer um treinamento de qualidade, para que o repasse pudesse efetivar uma municipalização adequada. Observa-se também uma preocupação para que o implantador dos CRIAMs conhecesse a realidade local, as forças políticas que estavam em disputa no município. Entretanto, da mesma forma que ocorreu a preocupação com as disputas políticas, não foi possível interferir significativamente nas mesmas. A autonomia dos municípios não viabilizou uma ação dos técnicos, nem mesmo da União, que fosse para muito além da assessoria fora do espaço institucional. A realidade modificou-se numa dinâmica superior à capacidade de intervenção que foi construída na burocracia. Os aspectos práticos do processo da implementação, como o cumprimento de prazos e a liberação de verbas, não aconteceram da forma como foram planejados originalmente. Esses entraves e outros que estão relacionados à própria dinâmica de interesses modificam o contorno original do projeto.

[Eles deram um treinamento pesado, em todas as linhas, desde a política de descentralização, (...) A nível nacional, da Constituição, a vários projetos de cunho popular (...). Aí trouxeram pessoas da Pastoral de São Paulo, (...) vários projetos que eles consideraram que tinham uma ponta de adaptação... ou forneceriam idéias que eram inovadores. (...) Mas trouxeram as pessoas, não trouxeram só o material não. (...) A gente começou fazendo contato, com o juiz local... é... Prefeito... Secretário... e alguns órgãos, dependendo, então, por exemplo, eu peguei Volta Redonda, Resende... Aí era uma equipe... que ia... a gente conversava com os juizes, conversava com os Prefeitos, com o Secretário de Saúde, com quem isso poderia estar vinculado, no caso da Prefeitura. (...)Então a gente ficou, se não me engano, ficou um mês, nessa brincadeira, também, de viagem, Para sair... a gente saía daqui na segunda, voltava na sexta de noite(...)com o grupo. E, nesses intervalos, quando você não estava viajando, você estava preparando algum tipo de idéia que você pudesse ter em cima do material, que foi informado. (...)Aí, veio a etapa da formação das equipes, (...) Porque não tinha equipe ainda. Aí, em cada lugar rolou de uma maneira, entendeu? Então, por exemplo: a idéia era fazer seleção (...) não aproveitamento de pessoas. Era fazer uma seleção mesmo, porque o contrato, inclusive, (...) aliás, o contrato era com a prefeitura, mas quem repassava o dinheiro do pagamento (*Faz referencia a FUNABEM*)..., a prefeitura não entrava com nada... durante não sei quanto tempo(...). Então eles queriam, a idéia era ter pessoas, que não estivessem viciadas, no sistema da prefeitura local.]

A existência do CRIAM, enquanto equipamento social, ia além da ocupação do espaço físico; tratava-se da colocação de pessoas especializadas na área da juventude que pudessem interferir na condução daquele projeto no município, como J. coloca:

[Então, por exemplo, no caso de X., no dia que eu cheguei... eu já peguei a equipe todinha pronta, complicado. Porque eu já iniciei, eu saí (...) fiz um contato com a prefeitura e fui pra Volta Redonda, para começar o processo de seleção. Quando... eu passei uma semana em Volta Redonda, lá pra cima. Quando eu voltei, tinha uma ligação, lá em casa, é... da pessoa, técnica que eu tinha feito contato, que precisava muito falar comigo. Aí eu liguei e ela falou: - Olha, J., eu estou só te avisando, a coisa não vai ser do jeito que a gente pensou. O prefeito já contratou a equipe. Porque você já trabalhou com isso, sabe como é que é: o perfil tem que ser extremamente bem definido. É perfil psicológico, inclusive, não é só técnico, entendeu? O cara pode ter uma capacidade técnica imensa!.. E não ser adequado, para realizar esse tipo de trabalho que... tem que ter jogo de corpo, tem que ter astúcia, (...) não é qualquer um.]

Existem dois elementos fundamentais à análise da descentralização dessa política no estado do Rio de Janeiro: o primeiro diz respeito à relação entre os municípios e a União, e o segundo está relacionado à forma de contratação dos profissionais que atuarão nesse processo. Essas duas questões aparecem

reiteradamente nos discursos dos profissionais entrevistados. São a falta de articulação com os municípios, a ausência de transparência nos acordos estabelecidos e a desvalorização sobre os desdobramentos de uma contratação de pessoal precária que vão dar o tom do tipo de descentralização construída no Rio de Janeiro.

A interferência municipal foi uma constante no processo de implementação daquele projeto. Se por um lado a idéia de estar próximo das comunidades podia significar um elemento positivo, por outro, as forças locais identificavam o espaço institucional como um equipamento capaz de agregar poder e prestígio social, o que se confrontava com os interesses da União.

As disputas em torno do CRIAM, antes de passarem pela função técnica dessa estrutura no município passavam pela posse do equipamento, tal como fica expresso na fala de J.:

[(...) acordo num domingo, olho, o CRIAM inaugurado (...). Falei: - "Como é que é isso?" Banda de música e o caramba... uma faixa... Aí, não teve jeito. Aí ele fez a inauguração, com os políticos locais, (...) A FUNABEM não sabia. Eu não sabia, que era responsável pelo treinamento... ninguém sabia. Aí eu liguei para lá desesperada, para FUNABEM. Z. ficou furiosa! Porque, aí o troço tinha... tinha realmente extrapolado, porque, olha, para você montar uma coisa dessas, você tem que fazer uma articulação, em Brasília, bem grande! Aí... e...é evidente que as pessoas, também, pretendem, de uma certa maneira, capitalizar.(...) Mandou tirar a placa, uma placa que eles tinham(...) as placas eram padronizadas. Ele botou uma placa de um outro tipo, mas aí... também não participei, e até preferi. Eles se entenderam lá, mandaram tirar a placa (...).Passou.]

Tais disputas não se davam somente nas esferas locais, mas havia cargos e prestígio institucional em enfrentamento também nas instâncias de planejamento. Desse modo, o implantador dos CRIAMs não foi apenas um articulador local, mas um mediador entre as forças locais e a esfera federal.

[(...) em regra, o que as pessoas estavam querendo, era ter uma ponte para sair dali. Quer dizer, elas não queriam perder o emprego, mas elas não queriam trabalhar com aquilo ali. (...) quer dizer, eu não percebi ninguém me boicotando, entendeu? Assim, a relação era até legal, mas ficava muito objetivo, de que as pessoas tinham medo, (...) não era aquilo que elas queriam. E uma equipe técnica, que ali era fundamental, para você tocar, que eu, particularmente achava mais preparada do que a equipe de apoio, porque a equipe de apoio como tinha uma origem social, mais mediana, mais pra classe média / baixa, tinha uma noção maior, do que era a realidade daquele

tipo de vida, do que aqueles técnicos. E os técnicos, para falar a verdade não tinham nenhuma. Eram pessoas, de um modo geral de classe média / alta... Eu lembro muito do pátio: quando você saía, na hora do almoço, todos aqueles carros parados...Assim: tudo carro novo.(...)Quer dizer, não que isso fosse impeditivo, mas você via que... Se a pessoa tem uma história dessa, mas tem uma história anterior... por exemplo: eu também não sou de camada humilde, não sou rica, mas não sou humilde. Mas já vinha trabalhando com isso há muito tempo, eu fazia política, antes de entrar nisso, estudantil... Você vem... você tem um outro traçado, vamos dizer assim, na sua cabeça, E não era o caso! Aí você tinha aquele psiquiatra, (...) esqueci o nome, dele. Você tinha ele, que era uma pessoa que tinha um pouco... não experiência naquilo, não no assunto, em si, mas tinha uma experiência profissional! Já atendia, e, o pai também é médico, quer dizer devia ter uma tradição, pelo menos de olhar. Eu sou baixinha, garota, não sei o que, mas chega lá, na hora, eu não sei o que acontece, que você se posiciona de uma maneira, que o garoto olha, entendeu? Agora se você chegar perto do garoto (risos) que você está com medo do garoto... cara: um garoto que está na rua, o troço não tem muro, não é pra ter mesmo, (...) não vai respeitar, cara, não vai, entendeu? E, assim, falando de uma realidade, que não tem ponte de diálogo... A verdade é essa, não tem ponte, não é nem culpa da pessoa.]

A entrada, em uma estrutura municipal, de uma equipe diferenciada, para fazer o que antes era atribuição do Governo Federal, instituiu contornos bastante significativos na relação que as equipes estabeleciam com os demais funcionários das prefeituras e com a própria FUNABEM. O trabalho tinha uma remuneração compatível com a do servidor público federal, mas o profissional era um contratado da prefeitura que recebia através de convênios, sem vínculos estáveis. Diferentemente de seus colegas do município, o funcionário do CRIAM tinha uma carga horária elevada para os moldes municipais.

A contradição institucional ficava evidenciada: a instituição identificava a necessidade de não ter nos seus quadros profissionais que possuíssem os mesmos “vícios” daqueles que já estavam habituados a lidar com esta temática; por outro lado, o desconhecimento da matéria era compreendido como um elemento complicador da implementação, uma vez que o treinamento daqueles profissionais foi extremamente curto. Deve ainda ser acrescentado que a forma de seleção dos profissionais para atuar naquela unidade de atendimento, em particular, foi profundamente influenciada pelas forças políticas municipais. Tal situação possibilitou a introdução de mecanismos bastante conhecidos da estrutura de poder brasileira como o clientelismo, o favorecimento e outros da mesma natureza. Essa ação resultou na contratação de

funcionários que não tinham sequer compreensão do significado do trabalho com adolescentes em conflito com a lei além daquela do senso comum.

[A pessoa, que não tinha que estar ali (...) não, não culpo as pessoas ali, não. Eu acho que o processo é outro. Quer dizer, acho que a prefeitura tem que ter (...) essa responsabilidade de dizer: - Olha, processo de seleção sim. Porque o cargo... tem... um perfil específico. (...) tanto é, que não pode nem ser concurso público. No caso, naquela época, tinha que ser seleção mesmo! Porque o troço era assim: selecionar para implantar, na hora. Como é que você vai fazer um concurso, que entra gente habilitada, mas que não tem perfil? Porque é atendimento direto! Não é nem igual a Justiça, que você está dentro do aparato da justiça. Porque o aparato da Justiça tem cartório, tem juiz.... Não foi, porque não tinha nem como ser, porque os contratos eram diferenciados. Você não podia fazer um único concurso, se alguns contratos, por exemplo, alguns convênios eram com prefeituras, outros eram a perspectiva de consórcio. E a coisa era para implantação imediata].

Fica evidenciado que os profissionais de nível superior, que foram designados para aquela equipe, estavam mais preparados para a atividade, por conta de sua formação, do que as equipes de apoio. Entretanto, apesar de “competentes” para o trabalho, estavam completamente distanciados do público usuário. Tal afirmativa só reforça que o apadrinhamento na seleção da equipe de apoio ficou muito mais presente do que na equipe técnica, por esses necessitarem de formação específica. Todavia, os profissionais de nível superior não possuíam a experiência com esta temática. Deve ainda ser observado no discurso da entrevistada que a mesma se reportou à questão de classe para discutir o estranhamento da equipe técnica em relação aos adolescentes, chamando atenção para a existência de maior proximidade entre os adolescentes e o grupo de apoio do que entre aqueles e os técnicos nessa experiência.

Todas essas questões, mais as outras relativas às indicações políticas que muitas das vezes interferiram na composição das equipes, acabaram por dar um caráter híbrido ao funcionário do CRIAM, tornando-se ele um profissional mais qualificado e treinado em comparação com os profissionais da Prefeitura, porém extremamente suscetível às intempéries políticas comuns do espaço público brasileiro.

[(...)a história é que eu bati de frente com o coordenador que eles indicaram. Primeiro, que a proposta era que a gente retirasse a coordenação da equipe... depois de um período...depois do tal, desses três meses. O cara já vinha indicado. (...) que ele era o coordenador da prefeitura. Num projeto desse não

pode ter dois coordenadores, é um... até porque você tem que compor. E a pessoa não tinha perfil nenhum, sabe o que é nenhum? Nenhum, nenhum. Quando eu olhei, falei: - Gente, não tem condição. Até, o que eu posso negociar, eu negocio, mas essa pessoa não tem como negociar. Então, já era um senhor, um cara de uma formação... ignorante, até, assim... do ponto de vista, assim, da área social. Uma pessoa que não conhecia nada(..). Não, ele não era militar, não, mas sabe a formação disciplinar... e... enfim, é uma pessoa que tinha sido indicada pelo prefeito, que era amigo do prefeito, (...)A coisa ia ser personalizada, porque ele já estava tentando personalizar, o prefeito. *(A situação de confronto criou um impasse que inviabilizou o funcionamento do CRIAM em face da FUNABEM não aceitar a forma como a Prefeitura queria gerenciar o estabelecimento)*. Eu sei que chegou na época, a gente ficou quase um ano sem funcionar, é, aí, foi isso. Aí foi uma 'bateção de frente". Até que o troço saiu. Quando o troço saiu, aí ele não estava(...), ele saiu, o tal do senhor, mas ele ligava, ligou pra minha casa(...).]

A Prefeitura, apesar da série de contatos que foram estabelecidos anteriormente, não conseguiu romper com a perspectiva do disciplinamento para o grupo a ser atendido. Isso fica evidenciado na fala de J., quando esta menciona que o profissional indicado para a coordenação pelo poder municipal não tinha o perfil necessário ao gerenciamento do projeto.

Situações parecidas com essa acima descrita ocorreram em alguns municípios; em outros, as prefeituras assumiram a contratação de pessoal. Algumas unidades tiveram a contratação de profissionais de forma mais organizada que outras; entretanto, é fato que a falta de unicidade na forma de aquisição da mão de obra para a política de atendimento - que naquele momento assumia seus primeiros passos na descentralização - foi um elemento impeditivo para que a descentralização seguisse os parâmetros de desconcentração de poder.

O projeto CRIAM veio a ser o elemento emblemático, no estado do Rio de Janeiro, do que foi idealizado para o processo de descentralização do atendimento nesse mesmo estado; por esse motivo, tal estrutura foi implantada de forma diferenciada em todo o estado. No caso do município do Rio de Janeiro, existia maior concentração de unidades: eram quatro na cidade, enquanto as outras onze unidades ficaram espalhadas pelo Estado. O projeto, na época, ainda era monitorado pelo Governo Federal, que lhe garantia um direcionamento geral, apesar das particularidades locais, como esclarece V.:

[Ia se respeitar cada particularidade da... região. Então, o que era possível implantar na Penha, não seria possível e necessário, talvez, implantar em Barra Mansa. Ou em Nova Iguaçu... enfim, Cabo Frio... Cada um teria que ser respeitado por isso... a diretriz geral e o plano de ação de cada unidade. Teria o objetivo geral (...) que era atender dentro da proposta sócio-educativa, fazendo essa co-relação comunidade-escola, instituições.(...) Um dos nossos primeiros trabalhos foi fazer todo o levantamento de recursos das áreas que nós atendíamos. Como éramos divididos por área de referência, nós tínhamos que fazer esse trabalho. Então, foi muito trabalho, na época. Levantar todo o recurso(...) O que a Rocinha tem de recurso para gente poder encaminhar esse menino? Atende Vila Cruzeiro? O que Vila Cruzeiro tem.... Então, a gente tinha tudo isso catalogado... Foi um... trabalho danado da equipe inicial.]

Observe as interferências de L. a respeito da relação entre as diversas unidades, no que concerne à organização metodológica, e a relação de proximidade entre as diversas unidades construídas :

[(...) que apesar(...), até mesmo da distância das unidades(...) da questão diferenciada de cada equipe, a gente conseguia(...)O mesmo tipo de atendimento. O mesmo tipo de procedimento. Havia uma proximidade maior, uma parceria maior entre as equipes.(*Comparando o que ocorre atualmente entre as diversas unidades dos Criams*). Se tinha um problema no CRIAM de Volta Redonda, todo mundo estava ciente, todo mundo estava envolvido naquele problema. Se tinha um problema no CRIAM da Penha, era todo mundo, também, participando(...).]

Diante disso, o processo de implantação no município do Rio de Janeiro se deu de maneira mais refinada, conforme L. e V.⁹¹ esclarecem:

[A nossa admissão foi através de uma seleção pública, realizada pela FESP. Em 1988. E... nós passamos... isso que é muito interessante. Nessa época os CRIAM'S não funcionavam. Haviam sido construídos. Então, tinha toda uma proposta de metodologia de atendimento, diferenciada, específica (...) nós passamos por uma capacitação (..)para depois estar começando a receber os adolescentes oriundos do Padre Severino e da outra escola Santos Dumont (fala de L.).]

⁹¹ As duas entrevistadas são profissionais de nível superior que atuam no DEGASE desde o período da implantação dos CRIAMs.

[Nós ficamos um bom período, que chamamos de implantação(...)em que a gente elaborava toda a documentação(...) Porque não havia, até nas universidades(...) na grade curricular, a presença da discussão da questão do adolescente, do infrator, principalmente. Então, pra gente, foi muito importante esse momento... de parar... pensar o que fazer, como fazer ...instrumentalizar, para depois partir para a ação. Bem, o projeto já estava pronto(...) Foram alguns técnicos da... antiga FUNABEM que elaboraram o projeto (fala de V..)]

O destaque dado por V. à inexistência de saber produzido nas universidades sobre experiências progressistas no atendimento a adolescentes em conflito com a lei pode ser um dado muito significativo nesta análise. Essa falta de produção teórica sobre o assunto poderia ser resultado da invisibilidade daquele segmento nesses espaços, como também a reprodução da rejeição que esta temática possui na sociedade. A ausência de discussão no meio acadêmico aponta para a indiferença que alguns temas têm em aos espaços de produção de opinião, e a universidade não deixa de ser um deles.

É importante observar como a equipe se coloca a respeito do projeto, se for analisada a fala de J. sobre a autonomia de atuação que o implantador tinha, apesar do direcionamento dos técnicos formuladores da FUNABEM. Entretanto, para aqueles que foram treinados para a execução, como L. e V., isso não vai ocorrer em um primeiro momento: o treinamento foi rápido, não dando, portanto, margens aos participantes a uma avaliação crítica das possibilidades e limites da proposta.

[Quer dizer, a nossa(...)dinâmica,(...)dentro dos CRIAM'S, de início, ela foi muito mais de conhecer...e absorver o projeto que já estava pronto. Não a nível da gente estar...elaborando propostas, (...) mas da gente estar absorvendo aquelas propostas (...) na realidade, como foi um treinamento,(..)que pegou desde do faxineiro, a cozinheira, ...todos os agentes e os técnicos, houve, realmente, uma unificação de procedimentos].

Conforme L. diz na entrevista, a construção metodológica vai se dar durante o processo de implantação, à medida que os grupos formados a partir da seleção estudam a realidade a ser trabalhada e constroem suas formas de intervenção.

Diferentemente do que ocorreu no interior, houve a necessidade de se obedecer a um critério de admissão pelo qual a seleção era o modo mais transparente e

democrático de se obter um grupo qualificado⁹². Muito embora tenha ocorrido a seleção, este processo não foi considerado concurso público pelo Estado, e pessoas disputam, ainda, na Justiça o direito de serem reconhecidas como funcionárias públicas.

É fundamental observar novamente como o processo de trabalho vai ser preponderante na condução sócio política do projeto. O não reconhecimento dos profissionais como servidores públicos vai ser um elemento impeditivo à manutenção da identidade do profissional que está se formando naquele momento. Mesmo com todos estes impasses, tal experiência proporcionou a construção de um grupo menos problemático, no que diz respeito à compreensão da dinâmica do projeto, tal como V. esclarece:

[Não houve impacto, sinceramente. Pela forma que eles fizeram eu não senti impacto. (...) me senti participando, porque o instrumental que nós tínhamos... nós ajudamos a construir. Existia isso que a L. falou, que era uma coisa assim(...)Vamos trabalhar com adolescente infrator... Como? Isso nós vamos ver. Quer dizer, a gente até discutia bem antes do próprio Estatuto já estar sendo posto em prática, nós já discutíamos a questão da medida sócio-educativa. Então, a visão era outra. Não era mais o menor, era o adolescente, a medida sócio-educativa(...) Então, não houve impacto. Quando os meninos chegaram, nós... é... ocupávamos aquele espaço.(...)Coisas bobas, que, na época nós questionávamos, também... Por que a gente estava ali, cuidando daquele espaço físico, e (...) serviu para que a gente se sentisse um pouco(...) responsável por aquilo, integrante, de todo aquele processo. Na realidade, o projeto CRIAM, do meu ponto de vista, ele foi o precursor do DEGASE,e... até mesmo (...) da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo menos a nível de Estado do Rio.]

No discurso de V. ficou evidenciado o processo de construção de uma identidade por parte do grupo constituído. Aqueles profissionais que ali foram agrupados construíram um saber específico, uma forma de atuação tão particular ao grupo que lhes unificava, apesar de suas particularidades de profissão, de contratualidade e de visão de mundo. Essas equipes formadas nos CRIAMs foram, em parte, responsáveis pelo processo de divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente no interior e nas comunidades empobrecidas no estado do Rio de Janeiro.

⁹² Este não reconhecimento possibilitou que o grupo ficasse à margem dos movimentos políticos, que interferiram, não somente na forma de condução do projeto, mas também no tipo de contratação do grupo.

[Você tinha toda a diretriz dos técnicos da FUNABEM, do implantador e tudo o mais. Mas nós tivemos que construir, sentar, ler, produzir um plano de ação: o que aquela equipe iria trabalhar com cada adolescente que ali chegasse, com cada familiar, com a comunidade. Não era só restrito ao adolescente e à família. Tinha a questão da comunidade. E tinha, nessa época,(...) que depois foi sendo esquecida, a questão das casas-lares, dos PETMAS⁹³, um monte de outras ações, que incluía a descentralização, que, hoje, a gente nem vê comentar. Até pela questão toda que se encontra nas comunidades, isso então se perdeu.]

Era um grupo de trabalho constituído para assessorar as atividades institucionais e comunitárias emergentes. À medida que procurava mediar as relações entre Estado e sociedade civil, foi criado um campo propício às discussões de questões fundamentais para a implementação do ECA . Com isto, alarga-se o campo de produção de saberes, e, nesse momento, a universidade já se fazia presente, como V. e L. esclarecem:

[Acho que (...) o grande salto do CRIAM,... era... e acabou se perdendo, o trabalho comunitário. Você não via só o adolescente dentro da instituição, você fazia a ponte. Tinha que ser feito a ponte dele com a família e com a comunidade onde ele estava inserido (fala de V.)].

[Por aí que se deu, também, as discussões com toda a sociedade, na época, para(...) implantação dos Conselhos Municipais... Tutelares. Então, na realidade, os CRIAM'S, (...)foram o grande ponto(...)para se... começar, realmente, a implantar o Estatuto da Criança e do Adolescente (...) Pela falta de apoio, principalmente, (..)da questão política dos CRIAM'S, as coisas foram se perdendo. Tinham reuniões(...)era... bem freqüente aqui com a... com a coordenadora. Havia toda aquela coisa, também, que nós passamos um período na UERJ, também, depois, ...encontrando toda a equipe... Eles tinham uma preocupação muito grande de (...) formar, que as pessoas, já que não sabiam que não iam encontrar profissionais com bagagem, e nem acho que queriam... Eles queriam, exatamente, essa coisa do novo(...)descobrir uma nova maneira de lidar com a questão. Então, foi proveitoso pra eles e pra gente, também(...) (fala de L.)].

Pode-se observar a ênfase dada à formação e qualificação da equipe técnica dentro dos parâmetros ordenadores da lógica instituída pelo ECA. Ao mesmo tempo, havia uma grande preocupação com a organização de equipes multidisciplinares, com

⁹³ Faz referência à estrutura de suporte da descentralização, que era composta de outros projetos que garantiam casas para adolescentes infratores que não possuísem referência familiar, projetos de geração de renda, de apoio à moradia, etc.

orientações focais sobre a relação Estado – Sociedade, que se refletia na integração do adolescente à comunidade. Entretanto, o processo de implantação do projeto CRIAM sofreu os impactos da cultura e do poder local, refletidos na política partidária, no clientelismo e nas resistências que aos poucos começavam a tomar forma. Outro ponto a ser ressaltado é o fato de que, durante o processo de implantação do ECA, diversas entidades foram se incorporando à discussão sobre a proteção integral e, diferentemente do que V. aponta no início de sua fala, a universidade, ao longo do percurso, aparece como parceira.

É nesse contexto que os signos COMUNIDADE, ESTATUTO, UNIVERSIDADE e POLÍTICAS SOCIAIS começam a aparecer no discurso dos entrevistados. Penso que essa parceria é resultado das provocações realizadas pela sociedade civil com o fim de pressionar a universidade a trazer respostas de natureza teórica para as modificações societárias.

[...]Pelo menos, no CRIAM que eu estava, a gente estava, ainda, ensaiando a história...até se capacitando para poder enfrentar todo o momento seguinte. Mas não... Eu não senti, no início, nenhuma resistência. Quando nós começamos a atuar, mesmo, com os meninos, eu não senti nenhuma resistência, não. No CRIAM que nós estávamos, tinha mais resistência da comunidade. Nós tivemos que fazer um trabalho para o CRIAM E., na comunidade, muito maior. Até porque, pela forma que eles divulgaram (*A Prefeitura*), é que ali seria uma creche. Então, a comunidade esperava uma creche. Atender um monte de menino infrator, ...foi difícil, com muro baixo, aquela coisa toda. Essa foi a primeira resistência.]

Em contrapartida, o processo de implantação parece ter sido muito bem construído junto ao Poder Judiciário, podendo ser feita uma articulação entre o posicionamento do Judiciário diante do CRIAM com os movimentos concebidos à época da criação do ECA.

[Do Juizado, das outras instituições, eu... Naquele momento eu não senti nenhuma dificuldade, não. Até porque havia(...) uma idéia de parceria, também, pelo menos aqui, na Capital, com o juiz que estava com a gente, uma idéia de parceria. Seria, também, para ele,... uma forma... acredito eu, nova de trabalhar e poderia dar um movimento maior na atuação (...) O Poder Judiciário, (...)eles sempre foram aliados... na nossa ação. Sempre, que eu acho que... já estava... claro isso, ...que as instituições fechadas não resolviam... Então, havia a necessidade da criação, realmente, de alguma outra alternativa. Isso daí eu acho que... todo mundo que estava ...desenvolvendo alguma coisa próxima a esse adolescente, percebia a importância do projeto CRIAM. Então, eu acho que do Judiciário... nós...

tivemos ele, sempre, como parceiro. Agora, do Poder Executivo, (...) foi a dificuldade dele estar assumindo a responsabilidade dele. Por que? Porque (...) a haver o repasse do governo federal, por um período... e o governo do Estado e os municípios tinham que entrar com contra-partida (...) para assumir suas responsabilidades... E aí... quando entra... a questão de você... injetar dinheiro, (...) mexer com a questão do orçamento, justamente... eles pulavam fora. Vários convênios foram tentados, .. convênio tripartite, aí, no caso, era governo do Estado, governo federal e as prefeituras, e aí, sempre, se tinha algum problema, que não se concretizava (...) até que termino (...) justamente com o governo estadual, assim, tendo que assumir, porque... o governo federal ia sair, de qualquer forma. (...) A gente não podia mandar os meninos todos pra Brasília (Risos).]

A invisibilidade desse segmento era de tamanha grandeza que durante cinco anos as forças regionais e locais resistiram na assunção da política. Se por parte do Governo Federal existiu a preocupação de repassar as alternativas progressistas para os segmentos regionais que atuavam na descentralização, em nível local, a questão política era preponderante na identificação dos responsáveis pelo acompanhamento do projeto, como explicam V. e L.:

[É por aí... acho que ilustra isso que a L. está falando que da... da falta da organização. Aonde cabe esse atendimento? Qual o melhor local para gente fazer um trabalho que tenha respaldo das partes (fala de L.).]

[O primeiro contrato, o primeiro convênio que foi firmado entre o governo federal, foi com a FUNARJ. Fundação Nacional de Artes do Rio de Janeiro. De artes. (Risos) (...) as artes dos meninos... (risos) Era aonde colocaram ...era aonde que tinha que ter para colocar. (...) pra encaixar a gente (fala de V.).]

[É, FUNARJ, depois a SMDS (...) Nenhum deles tinha, ...assim... o que nós... encontramos lá, no início, lá, com o pessoal da FUNABEM. Nenhum deles podia chegar para gente e falar assim: - Não... É... Eu não quero desse jeito, quero daquele. (...). Nosso atrelamento era ideológico (*Faz referência a comunhão da equipe*). Então, isso é que moveu tanto tempo, a gente para fazer com tanto afinco (...) E aí vai um lamento que as equipes (...) Foram desfeitas. Desfizeram as equipes de um jeito... Porque todo mundo que entrou naquele início. (fala de L.)]

As profissionais entrevistadas identificaram as modificações ocorridas na conjuntura política e conseqüentemente as outras direções que os diversos atores tiveram que assumir em virtude das injunções políticas e institucionais que emergiram. As sucessivas modificações de gestor, a indefinição da relação de trabalho, a inconstância no recebimento do salário, a incerteza com relação aos rumos do projeto foram alguns elementos que foram desconstruindo a identidade do profissional treinado

para assumir o processo de descentralização no Rio de Janeiro. Assim, o que deveria ser um processo inicial de desconcentração de poder institucional, aqui representado pela FUNABEM, foi atravessado pelos entraves institucionais e, sobretudo, pelas modificações decorrentes do empobrecimento das comunidades, pela agudização da desigualdade e pela Reforma do Estado. Em vista disso, novas disputas surgiram entre projetos societários que se refletiram na gestão local. A atuação dos profissionais que foram treinados para fazer parte de um grupo de excelência, incorporados a uma Constituição Cidadã, teve que se adaptar à nova ordem - a Contra Reforma, de cunho conservador: o que marcou o início do desmonte da proposta organizada pelo Governo Federal. Nesse sentido deve ser destacado que, apesar das equipes identificarem e privilegiarem a articulação comunitária como elemento constitutivo do projeto, o segmento do Executivo, responsável pela manutenção do projeto, não considerou tal questão na reformulação do mesmo:

[Não só as equipes... a própria estrutura dos CRIAMs. A estrutura foi desfeita. É claro que, hoje, eu tenho clareza que o CRIAM não poderia, não pode funcionar da forma que funcionava, (...) Nós íamos pra reunião em comunidade, nove horas da noite, dez horas da noite... impossível, hoje em dia. Então, teria que ter um adaptação à realidade atual.(...) Porque, se você pensar que em 1990, nós fazíamos um levantamento dentro da favela de Nova Holanda... de quantas crianças estavam fora da escola, para resultar num trabalho, uma avaliação, um trabalho, ..lá na frente... com os infratores, com quem estava fora da escola, isso dentro da comunidade, com o pessoal da comunidade... Quer dizer, e isso foi abandonado, foi jogado no lixo. (...) Quem é que sabe esse dado, nas comunidades?(...)Nós verificamos que os meninos chegam lá, para gente, com primeira série, segunda, terceira... analfabeto, ainda... Nós, se tivéssemos esse dado lá atrás, trabalhado ...com a intervenção do Estado, nós poderíamos ter outro resultado (fala de V.).]

[E era nossa função de assessoria. Nós daríamos assessoria a juíza... ao juiz... ao... governo municipal, ao governo estadual, era o nosso papel de assessoria(...) como, também, a questão dos repasses... financeiros(...)com os projetos não-governamentais(...) passavam pelas equipes dos CRIAM'S. A gente que emitia o parecer... Se aquele projeto, realmente, deveria receber aquela verba, ou não. Quer dizer, de uma forma bem descentralizada... transparente... coisa que, hoje em dia, vai atrelada(...) pelos conselhos e a gente perdeu um pouco essa questão (fala de L.).]

Na disputa de poder entre as instâncias, consideradas competentes para a execução de demandas, que surgiam em função do reordenamento institucional, os CRIAMs, inicialmente, eram uma alternativa. Entretanto, nos anos Noventa, a partir do

aparecimento de novos atores sociais, como os conselhos de direitos e de política, sua participação foi se tornando cada vez mais periférica, até o desaparecimento do reconhecimento de seu papel como articulador nos movimentos sociais vinculados à questão do adolescente em conflito com a lei.

3.2. O SURGIMENTO DO DEGASE:

3.2.1. O contexto sócio institucional:

É importante observar que a criação do DEGASE se deu em meio a um contexto em que a representação dos movimentos sociais é reconhecida como fundamental para alavancar as políticas sociais. Contraditoriamente, a criação do DEGASE refletiu o rompimento com as estratégias de enfrentamento nos embates com os representantes do Estado e União, na busca de solução para a situação da política de atendimento, construída pelos profissionais pertencentes àquele Órgão naquele período.

Deve ser destacado que, no período que poderia ser chamado de Pré-DEGASE (1991-1992), a fragilidade da situação do trabalhador misturou-se à fragilidade do sistema. Esta etapa da história, acima mencionada, foi marcada pela formação de comissões de profissionais dos CRIAMs, e até de representantes de mantenedoras⁹⁴, que se organizavam na sede da FUNABEM no Rio de Janeiro e construíam alternativas para que o sistema de atendimento pudesse ser absorvido pelo Estado. O período político exigia a definição da situação.

O Governador da época era Leonel Brizola, que possuía uma atuação fortemente marcada pela adesão a projetos populares. Em contrapartida, a FUNABEM já havia sido extinta, a FCBIA e posteriormente a CBIA faziam um caótico processo de transição e precisavam se desvencilhar do atendimento direto. Havia a necessidade de dar uma solução política, que foi a assunção do sistema socioeducativo pelo Governo Estadual.

⁹⁴ Os profissionais eram contratados por prefeituras e entidades não governamentais que recebiam a verba da União, a repassavam para os funcionários (como pagamento de pessoal) e gerenciavam as unidades. Dependendo da forma de contratação, os funcionários possuíam vínculos empregatícios ou não - alguns eram inclusive contratados por RPA (prestadores de serviço) e permaneciam assim por anos.

Esse momento é fundamental para a compreensão dos desdobramentos que a política de atendimento vai ter neste estado. Deve ser observado que o ECA, ao tratar de descentralização, evidencia a participação dos municípios na execução da política. A decisão do Estado, de absorver tal política, implicou na mudança da configuração de sua execução. F., agente educacional, um antigo funcionário do DEGASE (que também já teve participação na Direção Geral do Departamento) explica sua avaliação do processo. Observe seu relato a respeito da criação do mesmo:

[Em 1991, eu comecei a trabalhar no CRIAM de J. e em 1992 eu fui escolhido como representante dos agentes educacionais. Na época, agentes educadores do CRIAM de J, para participar do processo de discussão de uma nova política de atendimento ao adolescente do estado do Rio de Janeiro... E as reuniões eram aqui na sede da... da antiga FUNABEM... que era CBIA, já no prédio da Visconde de Inhaúma. No CRIAM J., tinha... representantes da mantenedora, que era a mesma mantenedora do CRIAM de V., no SEBS... que é a Maria Teresa Freire Moura, que, hoje, já é falecida... Tinha a S., que era coordenadora do CRIAM J.. Era uma médica, pediatra e A., que era assistente social, representante dos técnicos e eu representante dos agentes. Tinham as direções dos CRIAMs, da Capital, do interior. Na época as discussões eram puxadas pela B., que era coordenadora do CRIAM de W.]

A quantidade de atores enumerados por F., que foram chamados para a arena, compondo o cenário da época, ilustra como era diverso o espaço de disputa e de arranjos necessários para dar vida à proposta iniciada no interior da própria política.

[E... em determinado momento as discussões cessaram, porque o DEGASE...foi criado por um decreto... Podemos dizer que, atropelando as discussões que estavam sendo feitas, para definir que... como esses equipamentos... como o sistema seria implementado no Rio de Janeiro. Tinha uma necessidade do governo de receber aqueles equipamentos, com urgência, então, o processo foi atropelado... é... B. e o grupo que acompanhava... acabaram assumindo todo o processo, em detrimento das discussões (...).Na época, as discussões, também, estavam no Conselho Estadual, na Secretaria da Criança e do Adolescente. Eu participava do Conselho, como suplente do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, na época,]

Assim, a decisão política foi preponderante no processo de negociação dos profissionais. As propostas trazidas por eles foram incorporadas à política de maneira periférica, sem conseguir materializar os anseios sócio-políticos, que davam identidade àquele grupo inicialmente treinado.

A fala de F. esclarece que o grupo teve seu projeto abortado, sendo obrigado a se incorporar a outro, até que pudesse se reorganizar na busca pelos seus propósitos. Isso não significou a impossibilidade de continuar organizando estratégias de enfrentamento para a questão, mas as situações de ordem prática tornaram-se prioritárias. Sendo assim, o processo de desmonte afetou a todos, em especial os trabalhadores que, sem salário, perderam ainda mais a unidade política e ideológica de antes. A incompatibilidade das circunstâncias imediatas do contexto socioinstitucional com o novo paradigma de atendimento ao adolescente em conflito com a lei afetou a percepção dos técnicos e os colocou posições diferenciadas :

[...]o Dr. E., que era o Juiz, classificou que o DEGASE... de que foi criado um Desipezinho. (...)estava para se colocar o DEGASE na Secretaria de Educação e a Secretaria de Educação, na verdade, recusou... Então, restou... a Secretaria de Justiça, que era a mesma que abrigava o DESIPE. (...)esse processo, foi... meio... é... traumático para nós, porque... algumas... unidades do CRIAM que estavam sendo administradas por organizações não-governamentais, tiveram seus convênios encerrados... e era política do Estado que as prefeituras, também, assumissem parte desse processo e a Prefeitura de J.estava inadimplente e não podia receber recursos do Governo Federal. E aí o CRIAM J. acabou sendo fechado... Porque nós passamos seis meses trabalhando... sem... salário, sem uma definição de convênio e... por fim... o CRIAM foi fechado e nós ficamos sem... o trabalho.]

Deve ser observado que, a partir da decisão política tomada, o grupo foi obrigado a se reorganizar em torno das possíveis alternativas de inserção profissional. Não fazia parte da proposta inicial da comissão de funcionários a criação de um departamento vinculado à área prisional. Entretanto, à medida que o grupo percebeu as dificuldades administrativas de ingresso na Secretaria de Educação, ele aderiu à proposta de atrelamento ao Desipe como alternativa de sobrevivência.

[E... em 94... é... teve o primeiro concurso do DEGASE,...que era (...)concurso de unidades de internação, e eu fui e eu fiz esse concurso. (...)e fui aprovado no concurso (...)Eu optei trabalhar na Escola João Luís Alves porque eu achava que trabalhar no Padre Severino... não... seria um trabalho que a gente não teria continuidade, já que a minha experiência era uma experiência de CRIAM... E CRIAM você tinha um contato mais próximo com o adolescente...Você tem uma convivência maior com o adolescente, eu entendia que trabalhando numa unidade fechada que o adolescente iria permanecer por um período mais longo, você... poderia estabelecer uma convivência com ele...,diferente do processo que se dava naquele momento no Padre Severino, que era... a unidade de triagem que a gente sabia que era... de conflito permanente (fala de F.).]

Observe que mesmo na adversidade, naquele momento, o profissional ainda acreditava que existiam espaços onde poderia ser resgatada a atuação que ele construiu nos CRIAMs. É a essa identidade que ele se reporta. Esse profissional ainda acredita que o sistema está dividido em espaços bons e ruins, como se tal construção se desse no plano individual e não fizesse parte de uma macroestrutura. Nesse sentido, é importante observar como L., que é técnica da área social, descreve o mesmo processo a partir de outra ótica:

[O surgimento do DEGASE...em 94... Foi um pouquinho antes, em 93, (...) essa discussão toda. da criação do DEGASE começou, a partir de 89... mais ou menos. 89, 90, justamente, com essa questão desses contratos... mal resolvidos. Então a gente achava que não podia, não podia ter uma instituição responsável pelo CRIAM(...) Estava começando a haver diferenciação salarial, diferenciação no repasse de verba para o atendimento, diferenciação na qualidade do trabalho desenvolvido. (...) Todo o nosso trabalho definido metodologicamente, ideologicamente (...) Tinham alguns locais que estavam começando a haver a interferência política].

Segundo o discurso da entrevistada, porque o grupo possuía uma autonomia e interferência na condução do projeto, foi tomada a iniciativa de criação do DEGASE para que, em face das interferências locais, os CRIAMs tomassem novos rumos. Os profissionais que estavam atrelados ao Projeto não compreendiam que o processo de descentralização sempre seria permeado de interferências locais, posto que isso fazia parte da desconcentração de poder. Na avaliação da técnica L., diferente da análise de F., que é profissional de apoio, a decisão de se agregar à Secretaria de Justiça foi uma forma de garantir salários:

[E aí, como não se conseguiu, politicamente, a articulação para criação, já que não havia orçamento para criação de mais uma secretaria (*Faz referência ao Estado*), a disponibilidade foi a Secretaria de Justiça, já que ela tinha, ...interesses semelhantes(...) tudo contrário ao que a gente defendia. Que aí entra a questão, mesmo, de... punição... a questão... de presídio, de contenção... Quer dizer, um retrocesso em todo o processo... histórico(...) O que acontece? Era a única, também... a única secretaria... aonde os profissionais poderiam continuar garantindo ...o salário que estavam ganhando.]

O processo de criação do DEGASE reflete a (re)configuração do espaço público, dando a ele um contorno bem nítido de ruptura e descontinuidade, próprio do que vai se reproduzir nas diversas políticas sociais. Sem uma profunda avaliação da política desenvolvida pelos CRIAMs, o DEGASE aparece como uma nova proposta que, ao mesmo tempo que contempla os interesses dos profissionais no que diz respeito à questão salarial, traz em seu bojo um profundo retrocesso na condução ideopolítica do atendimento.

[Porque nenhuma outra secretaria... Porque, na época, nós ganhávamos muito bem. Nós entramos com dez salários mínimos (...) Nenhuma outra secretaria... dentro do governo do Estado, oferecia a possibilidade de assumir funcionários com este... salário, a não ser a Secretaria de Justiça. Não havia a possibilidade da criação da Secretaria da Criança e do Adolescente. Na Secretaria de Educação, a gente não conseguiu ser contemplado, porque, com a manutenção de salário, só mesmo através da Secretaria de Justiça. (...). E aí houve todo esse retrocesso.. ideológico...político-ideológico,...no atendimento... ao adolescente infrator. Na época....tido como adolescente infrator.]

A estadualização foi um processo político permeado por disputas internas. Não só foram considerados os interesses do Estado, como também as pressões por parte dos funcionários, que negociaram, paralelamente às instâncias governamentais, os destinos do programa de descentralização no estado do Rio de Janeiro, em função dos seus interesses corporativos.

L. esclarece que a criação do DEGASE se dá em meio a uma disputa interna acirrada, na qual existiam diversos atores se confrontando. A disputa era por espaço, por saber, por manutenção de lógica institucional, por poder naquela estrutura e ainda por garantia de identidade profissional.

3.2.2. O DEGASE e a estadualização do sistema:

O grupo de planejamento responsável pela implantação do DEGASE foi formado por alguns dos implantadores e planejadores do projeto CRIAM. A necessidade de estadualização do sistema obrigou os novos gestores a reunirem os funcionários dos CRIAMs para a organização do Departamento. Afinal, em tese, eram

eles os únicos que ficariam no sistema e que possuíam memória técnica a respeito do atendimento ao adolescente em conflito com a lei, nos moldes que o Estatuto preconizava. Entretanto, esse processo foi de extremo sofrimento, pois o sistema estava, há cinco anos sofrendo modificações e encontrava-se completamente fragmentado, com um corpo de funcional diversificado, com diversas propostas de atuação sendo empregadas, às vezes, nos mesmos lugares:

[Foi muito complicado, por quê? Dentro de uma mesma instituição você tinha: funcionário contratado, funcionário federal, funcionário estadual e funcionário que estava entrando... Cada um com um regime diferente, com uma carga horária diferenciada, com um salário diferente, para desenvolver o mesmo trabalho... Então, na realidade... os interesses... eram muito(...)Contraditórios...O que acontece? Os funcionários federais... apesar, ...de eles terem a estabilidade e tudo, eles, também, não queriam sair daqueles locais, aonde eles estavam trabalhando, porque a maioria já morava próximo, já tinha toda a sua organização.....pessoal. Não era interesse para eles, também, em muitos dos casos, sair do local pra serem substituídos por outros funcionários. Além do que, eles achavam que ninguém ia dar conta, ninguém ia conseguir conter um Padre Severino, com 400 adolescentes... se não fosse na base da “porrada”].

Apesar de haver consenso, por parte do setor gestor desta política, a respeito da necessidade de rompimento com aquela estrutura decadente de atendimento, existiam diversas questões em jogo. A vida institucional misturava-se à vida pessoal, pois que era o trabalho que dava, e dá sentido à vida das pessoas. É interessante observar que a descontinuidade da política está enraizada na perversa lógica neoliberal. Esse processo de quebra do sentido de pertencimento social, que identifica o trabalhador, fica profundamente abalado diante da impossibilidade de identificação de seu lugar junto à coletividade. Dessa forma, a compreensão do trabalho institucional e as interações possíveis no espaço de trabalho vão ter peculiaridades próprias, decorrentes dessa segmentação e ausência de referencial do trabalhador do DEGASE. Outro ponto significativo deste estudo é verificar que existem categorias que foram mais prejudicadas do que outras, no processo de fragmentação identitária do profissional desse Departamento.

Quero apontar para o fato de que os profissionais responsáveis pela contenção e disciplina serão duplamente penalizados pelo seu ofício em relação aos demais. Os profissionais de terceiro grau - os médicos, psicólogos, assistentes sociais, dentistas,

pedagogos - tinham funções específicas, definidas pelos cargos para os quais foram contratados. Os agentes educacionais formavam um grupo novo. Sem especificidade, tinham em seu cargo uma função educativa, porém, estavam atrelados a uma prática historicamente punitiva. Com a criação do DEGASE, esses agentes educacionais oriundos dos CRIAMs que possuíam um treinamento diferenciado acabaram por se aproximar dos profissionais contratados e novos concursados que não possuíam a referência daqueles primeiros.

Para os funcionários federais que estavam deixando as unidades, fazê-lo significava deixar o trabalho de muitos anos e até mesmo mudar de lugar de moradia. Para outros, significava perder o sentido da vida, uma vez que todo repertório de atuação acumulado estava vinculado àquelas práticas já descritas no primeiro capítulo. A fala de V. esclarece como ela compreendeu tal processo:

[Isso que ela (*se refere a L.*) está falando, é porque ela estava nas escolas fechadas, porque o CRIAM, a essa altura não tinha mais funcionário federal. Era só... Era o pessoal sem contrato. Trabalhava sem saber se iria receber naquele mês, no outro mês, no outro mês, até que alguém...Vários profissionais ficaram sem receber mais de seis meses de trabalho e até hoje isso continua(...)Aí chegou alguém e falou assim: - "Olha, vocês só vão receber, se vocês montarem uma cooperativa... E aí nós tivemos que montar uma cooperativa para receber, porque o Estado não queria mais fazer convênio com nenhuma ONG, para repassar a verba". Então, nós assumimos, que nós seríamos funcionários... autônomos. Montamos uma cooperativa, com essa ameaça de que se não montasse rápido, até o dia tal... não iríamos receber nada. Corre todo mundo. Monta uma cooperativa(...) e aí legitimamos o que eles gostariam que fosse legitimado, e aí passamos a ser funcionários da cooperativa. Paralelamente, estava acontecendo isso que ela estava falando, dentro das unidades. Que o pessoal que era federal... não queria sair... Eles teriam que optar... Tinha gente que tinha que ir pra Brasília, tinha gente que tinha que ficar Central... Aí eles teriam que fazer essa opção. Pessoal que estava entrando, e aí vem o concurso(...).]

Analisando a fala de V., verifica-se a imposição do modelo neoliberal na política de atendimento. O próprio sistema obrigava o profissional a se submeter à perda de vínculo com o gestor. Deve ser observado nesse contexto que a centralidade das ações do Departamento era fragmentada pelo próprio processo de trabalho dos funcionários, que se expressa na criação de artifícios utilizados até a atualidade no sistema: a terceirização.

É importante considerar que tal realidade se deu no município do Rio de Janeiro. No interior, alguns convênios⁹⁵ com as prefeituras mantiveram-se até o ano de 1997, sempre sob o argumento de que era necessário preservar esta mão de obra contratada em virtude de sua especialização. Essa forma de lidar com o grupo de funcionários fragilizou o movimento construído pelos selecionados em 1988 (para a implantação dos CRIAMs) na defesa de seus direitos trabalhistas. Uma vez que um grupo tão especializado ficou seis meses sem pagamento de salários, as necessidades de sobrevivência tornaram-se mais importantes do que a permanência na militância, o que vai ser discutido posteriormente.

A situação dos funcionários da antiga FUNABEM também não era das mais favoráveis. Observa-se o trabalho de BASTOS (1994), no qual a autora entrevistou diversos profissionais do Governo Federal, que, no início de 1994, atuavam no Instituto Padre Severino. A maior queixa destes se dá em relação ao pequeno número de profissionais disponíveis na Instituição, em virtude da descentralização. Tal procedimento funcionou como um paulatino abandono das estruturas que estavam antes sobre a responsabilidade da União, como esclarece a coordenadora técnica da Instituição à época:

[A nossa maior dificuldade é o recurso humano. Porque é uma escola de duzentos e cinquenta a trezentos menores, e nós estamos apenas com três assistentes sociais e um psicólogo. É muito difícil fazermos um estudo social. Estamos fazendo apenas uma síntese informativa. Tem casos que nós somos obrigados a informalmente recorrer a outros profissionais. Porque é pouco tempo que o menino fica aqui. Mas são problemas tão sérios que a gente faz uma tentativa de sinalizar alguma coisa desse menino.(...)]

A profissional entrevistada, apesar das modificações ocorridas com o ECA, ainda se reporta ao modelo punitivo, identificando a necessidade de permanência institucional

⁹⁵ Os convênios nesse período não eram mais para repasse de verba para manutenção. A parceria dava-se somente para gerenciamento do pagamento de pessoal. Isso significa dizer que os funcionários eram contratados do município, enquanto que a estrutura física era estadual. Deve ser ainda ressaltado que paulatinamente os CRIAMs também passaram a ter funcionários estaduais, misturados àqueles selecionados em 1988 e a outros com contratados esporádicos nas prefeituras, situação que passou a ser comum em todo o sistema. Outro dado relevante foi a diminuição no número de profissionais por unidade, o que só expressa os rebatimentos da política neoliberal no sistema socioeducativo.

para o aprofundamento da coleta de dados e sobretudo como alternativa para a modificação do atendido; ou seja, trabalha sob o prisma da ressocialização.

[O assistente social com setenta casos não tem condições de fazer um atendimento adequado, perde um pouco a qualidade técnica. Creio que temos assistentes sociais na Fundação (*Faz referência a FCBIA*), mas não sei porque não vem para o Padre Severino...não sei se é esse impasse do Estado...CBIA...O Estado não assume a execução do atendimento(...) Porque o Padre Severino tinha uma equipe. Tinham quatorze assistente sociais, hoje nós estamos com três e a nossa população é muito maior. Não sei o que está acontecendo nos Criams, os meninos entram hoje e amanhã estão retornando para o Padre. Os programas alternativos que temos atendem só o menino, a família ficou de lado. E eu vejo que a família está doente. A família tem que ser tratada, não adianta tratar o menino isoladamente. Então nós ficamos nesse círculo vicioso. Desliga o menino, e ele retorna. Para o menino ficar aqui passou a ser uma brincadeira, uma colônia de férias. Eles vêm para engordar, crescer, brincar(...).]

O discurso desse profissional identifica o enraizamento do conceito de ressocialização na estrutura da antiga FUNABEM, haja vista que o profissional não identifica a importância do trabalho em meio aberto, conforme era realizado no CRIAM. A reincidência é atrelada a uma decisão individual, não vislumbrando o sistema de correção como uma estrutura rentável de punição à população mais vulnerável. A funcionária ilustrou o sucateamento institucional que ocorreu no final da gestão do Governo Federal como executor das medidas socioeducativas. A técnica relacionou tal dado à perda do número de profissionais e, ao mesmo tempo, responsabilizou os projetos alternativos pelo fracasso do sistema, e não o processo inverso. Ela não compreendeu que o fracasso do sistema é na verdade o seu sucesso, porquanto ele é construído para o não funcionamento em qualquer de suas instâncias.

Se o projeto CRIAM era um avanço dentro da perspectiva de democracia e ampliação dos direitos, em que buscava ser uma alternativa de atuação em pequenos grupos, o Instituto Padre Severino continuou a manter mais de duzentos adolescentes no enclausuramento: essa ainda era uma estrutura que exemplificava o conservadorismo. Assim, não era o CRIAM que não cumpria sua tarefa, como a profissional apontou em sua avaliação; era o Padre Severino que tinha um poder de captação muito maior do que a outra instituição, em face da vulnerabilidade do adolescente em conflito com a lei. Neste discurso, ficou ainda evidenciada a lógica do

sistema socioeducativo, no qual a percepção priorizada pelo sistema penal é a da punição para o adolescente em conflito com a lei. Outro dado digno de atenção é a compreensão equivocada da técnica, que não identifica que o CRIAM e o IPS pertencem ao mesmo sistema de punição, possuindo apenas graus diferentes de disciplinamento.

A análise da relação entre as unidades de internação e os CRIAMs pode também comportar uma outra leitura: o CRIAM, para se consolidar enquanto proposta alternativa, naquele primeiro momento de implantação, precisava das unidades de internação em funcionamento. Ou seja, a estrutura de atendimento em meio aberto não comportava a quantidade de adolescentes existente no sistema; por isso, para que ela pudesse ser implantada, era necessário manter a internação, que liberava em pequenas proporções adolescentes para os CRIAMs. Entretanto, a falta de investimento na estrutura em meio aberto não proporcionou o aumento de atendimentos nem a amplitude de municípios atendidos. Isto significou a estagnação do projeto, que se manteve nos moldes do que foi planejado em 1986, para uma realidade que mudou rapidamente.

3.2.3. As primeiras estratégias de gestão do DEGASE:

Retomando a análise a respeito da política construída neste estado para o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, durante a pesquisa foram encontrados diversos documentos que buscavam sistematizar a proposta de ação a ser desenvolvida desde o ano de 1992. Dentre esse material, gostaria de destacar o documento “As Linhas Programáticas e Diretrizes Gerais para Estruturação do Sistema de Ação Sócio-educativa”, elaborado pelo grupo que formulou o DEGASE na Secretaria de Estado de Justiça, e o decreto de lei construído para a criação do Departamento.

O Programa, amparado por diversos artigos das Constituições Federal, Estadual e do próprio Estatuto, tinha como proposta integrar órgãos, programas e projetos das diversas secretarias de estado, além dos conselhos da criança e do adolescente nas

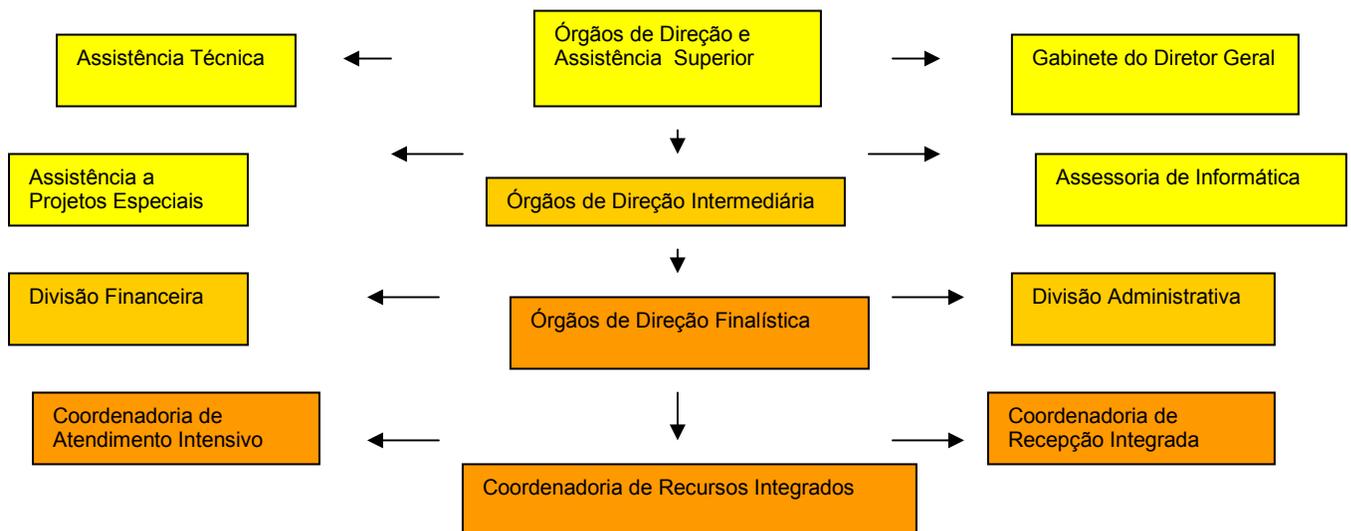
diversas instâncias, poderes executivo e judiciário, na execução de ações que incorporassem os adolescentes como sujeitos de direitos.

As atribuições básicas do DEGASE eram:

- a promoção, coordenação e controle das ações pertinentes à prevenção, à ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente;
- defesa e garantia dos direitos fundamentais e de proteção integral;
- integração operacional dos órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social;
- execução dos programas de atendimento às medidas socioeducativas e às medidas de proteção específica quando aplicadas correlatas às primeiras;
- estudo, pesquisa, formação, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos nas áreas de atuação do Departamento.

Considerando a proposta inicial do Departamento, foi possível observar que o objetivo era que o DEGASE se constituísse como elemento agregador de políticas sociais, possuísse uma atuação de execução de tarefas, como também participasse da política que se deslocava para além dos muros institucionais.

A estrutura básica construída tinha esta configuração:



Dentro desta estrutura, o projeto CRIAM ainda era considerado o foco central da descentralização, apesar de ser identificada uma necessidade de ajustes, por conta dos cinco anos de sua existência. Contudo, dentro dessa perspectiva, era a ele que cabia a desconcentração do atendimento na capital do estado.

Naquele momento não foi criada nenhuma outra estrutura, mas somente a assunção de uma outra esfera de um trabalho já executado pela União, com todos os problemas apresentados nas falas dos profissionais atuantes na época.

Observando o projeto de Lei que trata da criação do Departamento, foi possível ter acesso ao quadro de pessoal dos CRIAMs e das unidades de privação de liberdade necessárias à composição do DEGASE.

O objetivo de apresentar o referido planejamento é poder estabelecer um parâmetro entre o que foi idealizado e o que foi efetivamente organizado. Assim, dentre os cargos concebidos, as categorias fotógrafo, datiloscopista, analista de sistemas, jornalista, administrador, sociólogo, relações públicas, recreadores, auxiliar terapêutico e secretaria, nunca foram preenchidas. Outro dado importante é que, destas divisões, a Assistência de Comunicação Social e a de Projetos Especiais ficaram apenas no papel.

Quadro de Pessoal – Nível Fundamental

Categoria Profissional X Orgão	GAB	ASC	ASI	ASJ	ASPE	AST	COORD.ADM.		CRIN	CAT	USE	CRI	CRIAMs	TOTAL
							FIN							
							DA	DIF						
Aux.de Copa e Cozinha									8		54			62
Aux.serv. Gerais							20				54		32	106
Cabeleireiro									1		5			6
Cozinheiro											20		32	52
Motorista							20				27		48	95
Roupeiro									4		10		112	14
Total							40		13		170			335

Siglas:

GAB – Gabinete da Direção Geral
 ASCS – Assistência de Comunicação Geral
 ASI – Assistência de Informática
 ASPE – Assistência de Projetos Especiais
 ASJ - Assistência Jurídica
 CRI – Coordenadoria de Recursos Integrados

DIA – Divisão Administrativa
 DIF – Divisão Financeira
 CRIN – Coordenadoria de Recepção Integrada
 CAT – Coordenadoria de Atendimento Intensivo
 USE – Unidades Socioeducativas
 CRIAM – Centro de Recursos Integrados de Atendimento
 ao menor

Quadro de Pessoal – Nível Médio

Categoria Profissional X Orgão	GAB	ASC	ASI	ASJ	ASPE	AST	COORD.ADM. FIN		CRIN	CAT	USE	CRI	CRIAMs	TOTAL
							DA	DIF						
Agentes de educação/ terapêutico									85		200		240	525
Aux Adm.							11	11			32		32	86
Aux. de Enf									8		12			20
Aux. Terapêutico											20			20
Datilógrafo											10			10
Datiloscopista									3					3
Fotógrafo									2					2
Instrutor											62		16	78
Operador de Micro			3											3
Operador de Telex/Fax			1											1
Professor I I											40			40
Secretaria	4						1	1	1	1	5	1		14
Técnico em processamento dados			2											
Telefonista									3					
Recreadores									18		25			43
Total	4		6				20	18	120	1	426	38	304	860

Siglas:

GAB – Gabinete da Direção Geral
 ASCS – Assistência de Comunicação Geral
 ASI – Assistência de Informática
 ASPE – Assistência de Projetos Especiais
 ASJ - Assistência Jurídica
 CRI – Coordenadoria de Recursos Integrados

DIA – Divisão Administrativa
 DIF – Divisão Financeira
 CRIN – Coordenadoria de Recepção Integrada
 CAT – Coordenadoria de Atendimento Intensivo
 USE – Unidades Socioeducativas
 CRIAM – Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor

Quadro de Pessoal - Nível Superior

Categoria Profissional X Orgão	GAB	ASC	ASI	ASJ	ASPE	AST	COORD.ADM. FIN		CRIN	CAT	USE	CRI	CRIAMs	TOTAL
							DA	DIF						
Administrador							3	3						6
Analista de sistemas			1											1
Assistente Social					1	4			20		34	2	64	123
Dentista											10			10
Estatístico			2											2
Jornalista		1												1
Médico Clínico									8		10		16	34
Médico Psiquiatra									2		12		16	30
Nutricionista						1								1
Pedagogo					1	2			4		18		48	73
Professor I											40			
Psicólogo					1	2			4		20		32	59
Prof. Ed. Física											10			10
Relações Públicas		2												2
Sociólogo					1									1
Total		3	3	5	4	9	3	3	38	114	154	2	176	398

Siglas:

GAB - Gabinete da Direção Geral
 ASCS - Assistência de Comunicação Geral
 ASI - Assistência de Informática
 ASPE - Assistência de Projetos Especiais
 ASJ - Assistência Jurídica
 CRI - Coordenadoria de Recursos Integrados

DIA - Divisão Administrativa
 DIF - Divisão Financeira
 CRIN - Coordenadoria de Recepção Integrada
 CAT - Coordenadoria de Atendimento Intensivo
 USE - Unidades Socioeducativa
 CRIAM - Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor

Com base nesses dados, foi possível verificar que a concepção original era a contratação de 1593 funcionários, e que estes ficariam automaticamente inscritos no concurso do Departamento que seria organizado em um mês, após a data de início de funcionamento do DEGASE. Todavia, em sua constituição, o DEGASE foi organizado

com 360 servidores concursados estaduais, alguns servidores federais e muitos contratados em caráter de urgência. Chamou ainda atenção o fato do decreto criador do Departamento ressaltar que tal processo se daria sem ônus para o Estado, evidenciando que o Governo não identificou como área de investimento financeiro e político o atendimento ao adolescente em conflito com a lei. Naquele ano ocorreu uma administração, semelhante a uma co-gestão, que foi abruptamente interrompida. Deve ser elemento de análise deste trabalho o fato de que as decisões políticas que definiram os rumos da gestão de uma política de atendimento acompanharam as disputas de interesses, que internamente se embatem. Isso significa dizer que, naquele momento, as forças que representavam o Governo Federal tinham maior poder de argumentação⁹⁶ e pressão. Na defesa de seus interesses, verificaram a necessidade de romper com os vínculos estabelecidos, em vista das pressões que sofriam por parte dos movimentos sociais, dos funcionários e ainda da própria União, que havia estabelecido arbitrariamente um novo modelo de assistência a ser iniciado e finalizado, conforme L. conta:

[...] uma coisa que eu acho que é interessante a gente estar relembrando. (...) Todo esse pessoal que estava, na vanguarda, vamos colocar assim, dos projetos CRIAM...algumas das cabeças pensantes, participaram da formulação do DEGASE, e, logicamente, nesse repasse do governo federal para o estadual. E eu acho que, de repente eles foram à frente demais acreditando muito na questão. Como é que eu vou colocar? Na questão mesmo da punição, da violência contra os meninos, de haver necessidade de mudança naquela estrutura, de não compactuar com aquele tipo de atendimento que havia que se tinha antes. Mas, também, eles(...) não traçaram uma metodologia específica para um atendimento com uma demanda tão grande quanto assumiram.]

O componente fundamental para a crise da transição é o enfrentamento entre profissionais com interesses e metodologias de trabalho diferenciados: os servidores federais com a expectativa da saída das unidades e o restante tentando encontrar formas eficazes de controle da população usuária para dar continuidade institucional ao DEGASE. É fato que esse processo da busca pela eficácia de atendimento se expressa por dois movimentos que ainda hoje estão atrelados ao funcionamento do sistema socioeducativo. O primeiro diz respeito à necessidade de romper com o

⁹⁶ Deve ser considerada também como ponto de argumentação a capacidade de investimento.

referencial de atendimento realizado pelos federais nas unidades de internação, e trazer a metodologia utilizada nos CRIAMs para as unidades. O segundo foi a absorção dos principais elementos do sistema punitivo e a sua aplicação, a partir de uma versão mais precária do que a empregada anteriormente.

[E aí, que acontece? Se pegou as unidades superlotadas, ...com esses profissionais diferenciados lá dentro. E a gente não tem como negar que os federais, eles dominavam a situação, pelo quantitativo, mesmo, dos funcionários lá dentro. Foi quando surgiram as grandes rebeliões. Por que surgiram essas grandes rebeliões? Começaram a surgir as grandes rebeliões. E... aí, a gente...Na época a gente pensava, A quem é que estava interessando em que acontecessem essas rebeliões? Ao governo... ? .Aos funcionários federais?(...) Provava (*As Rebeliões*) que só eles que tinham, ...a capacidade....de estar executando esse trabalho de contenção dos adolescentes, no Estado do Rio. Ao governo estadual, por sua vez, para poder aumentar o repasse da verba. Aos adolescentes para poder garantir... o direito de .que eles estavam sendo aviltados, o tempo inteiro. Quer dizer. Então... a gente, realmente, não sabe, ao certo, a quem interessava a realização dessas grandes rebeliões. Até que numa delas, o Padre Severino estava com, praticamente, 400 adolescentes... Foi numa festa... Comemoração do Dia das Crianças... Os funcionários federais alertaram... para o perigo de rebelião... Me colocaram que tinha... estoque... que já tinham, passado para eles, a possibilidade deles entrarem em rebelião. Eu informei ao pessoal... que estava responsável pelo Estado, na época. Eles falaram: - "Não, Pode ficar tranqüila.Está tudo sob controle. Está tudo certo. Eu não vou fazer revista nos adolescentes, não tem necessidade. Isso é pilha dos funcionários... Não entra nessa...Eu disse: -" Olha, eu não vou pagar para ver... Eu vou pra casa... Eu fui me embora, até porque já tinha... passado do meu horário, realmente. Fui me embora. Foi a noite que teve a grande rebelião. Fugiu, praticamente, todo mundo. No dia seguinte eu vim.]

A fala de L. indica que a disputa era a respeito dos questionamentos sobre quem estaria apto a conter os adolescentes e se a permanência dos mesmos na instituição se daria pela força ou pela cidadania. As unidades de internação, por si só, já expressavam a contradição do sistema e a alteração de sua lógica de funcionamento - que necessitaria de uma intervenção de proporções diferenciadas da que foi feita.

A permanência da União naquele espaço de rebeliões não era politicamente importante, e o desgaste da transição prolongava o embate entre profissionais das diversas esferas do Executivo. As rebeliões somente aceleraram sua saída.

Os funcionários que foram designados para assumir as unidades de privação de liberdade eram oriundos dos CRIAMs e, na sua maioria, remanescentes do projeto de implantação daquela proposta. Ocorreu uma supervalorização da possibilidade de

romper com a violência e com o próprio funcionamento do sistema nas unidades de internação. Entretanto, desfazer o repertório de ações de contenção e aprisionamento não foi possível - apesar dos atores principais terem sido alterados, pois a lógica de funcionamento do sistema já havia sido repassada aos poucos que permaneceram nele e era “velha conhecida” de alguns dos novos parceiros, como policiais militares, bombeiros e policiais civis que cotidianamente eram convocados para dar suporte à estrutura de contenção do Departamento .

A resposta institucional foi quase imediata: a rebelião. Era a não aceitação, por internos e funcionários, das modificações que rompiam com o disciplinamento e com a punição; elementos-chave do funcionamento do DEGASE. Dessa forma, é importante observar que a rebelião reflete dois movimentos: os anseios dos trabalhadores, que expressam sua insatisfação a partir do rompimento com as regras de segurança, e as requisições institucionais, que precisam da manifestação violenta de seus acautelados para a sociedade, como forma de garantir a sobrevivência do próprio sistema.

3.2.4. O DEGASE e a perda da inocência: Os técnicos e os agentes – a eterna disputa.

A assunção por parte do Estado se deu de maneira caótica, conforme explica o texto do relatório da Fiocruz (1999):

[A transição do nível federal para o estadual foi radicalizada. As unidades existentes passaram para a responsabilidade do Estado em setembro de 1994. Em outubro do mesmo ano, as três unidades de internamento à época foram incendiadas, um incêndio a cada dia, em dias subseqüentes. Não houve mortes em nenhum desses sinistros, mas nos escombros foram encontrados instrumentos de tortura. Em 24 horas os funcionários federais foram demitidos. Os novos funcionários do estado começaram a trabalhar nessas condições: em prédios recém incendiados e sem nenhum treinamento (FIOCRUZ,1999:6)].

Os servidores federais foram dispensados e as duas escolas, Instituto Padre Severino e João Luís Alves, passaram a dividir o mesmo espaço: o pátio que fica próximo ao anexo da Escola João Luis Alves, já que o restante havia sido arrasado. Nessas situações, é muito comum que a documentação seja destruída porque é a prova da punição, se a medida socioeducativa for colocada nestes termos. Entretanto, junto com os prontuários, seguem documentações dos adolescentes e de seus

familiares. Isso significa dizer que o fogo queimou as estruturas, mas também as histórias de vida guardadas nas unidades. Era um grande “quebra-cabeça” que o grupo atuante pouco conseguia organizar. Existiam funcionários que na época já prestavam serviço para as unidades da FCBIA e que passaram a trabalhar nas mesmas condições no DEGASE. Funcionários da antiga FEEM, que atuavam e coordenavam as atividades da Escola Santos Dumont, também davam assessoria, elaboravam projetos; entretanto, eram muito poucos. Nesse caos, os novos concursados, funcionários estaduais, chegaram. Alguns nem sequer assumiram. Era deveras ruim a sensação de entrar em salas completamente queimadas, montes de papéis destruídos, construídos em uma lógica desconhecida para a maioria. Naquela época, eu atuava em um CRIAM e fui “convidada” a integrar o grupo que (re)organizava as unidades de internação.

Não era possível separar os adolescentes, porque o único espaço disponível era o referido pátio. Os policiais das DEAMS, onde os meninos ficavam até o encaminhamento para o DEGASE, também não facilitavam as coisas: eram agressivos, dificultavam a realização de procedimentos, queriam que os funcionários atuassem como os antigos federais, exigiam uma memória técnica que, além de inexistente, era execrada pelos gestores. Eram muitas as mudanças que afetavam a outros órgãos, sem que fosse possível a (re)combinação das regras; por sua vez, os adolescentes continuavam a chegar nas unidades. As pessoas designadas para atuar desconheciam os procedimentos básicos de encaminhamento da recepção ou mesmo da medida de internação provisória.

Lembro-me de um dia em que a Promotoria, ao fazer as Oitivas dos meninos na Escola João Luís Alves, ridicularizava-nos ao perceber a nossa dificuldade em definir quem era quem, pois não havia fotos, documentos, xerox, nada que pudesse assegurar a identidade de cada menino. A sujeira das inúmeras embalagens descartáveis de alumínio era absurda. Era a única forma de alimento possível de transitar na instituição. Com a saída dos servidores federais, alguns policiais civis, militares, bombeiros e toda sorte de personagens passaram a dividir o espaço do DEGASE. Os meninos, por sua vez, ficavam enclausurados atrás de um portão quase quebrado que não prenderia a

mais dócil criatura. Ficavam ali porque obedeciam, obedeciam porque faziam aquilo há anos. Nem sei porque obedeciam...

Diante do quadro apresentado, é importante trazer as impressões dos profissionais que naquele momento estavam sendo inseridos no DEGASE. Os primeiros concursados, conforme explica V.:

[O pessoal que entrou em 94... já teve que se deparar com um momento de crise institucional. Sem nenhum treinamento (...) Sem nenhuma capacitação. Então, e, realmente, era um quadro de terror. Quem chegava... jamais ia querer ficar ali. (...) Não ficar ali é que era saudável... (Risos) É... Verdade. Se você, realmente, falasse que queria ficar ali, era um sinal de que você estava passando por um problema... muito sério... psiquiátrico. (...)..ou financeiro. Porque a instituição... Ela não te oferecia a menor segurança para você trabalhar... Não oferecia... condições... financeiras, materiais. Metodologia específica definida.(...) De ter momentos de eu ter que virar para equipe técnica, que, nessa época estava... coordenando, ... e falar assim:-“ Some todo mundo daqui! Desce porque querem .. que eu mande vocês para dentro do pátio e eu não vou mandar vocês para dentro do pátio. Se eu botar vocês dentro do pátio, agora, vocês vão servir de refém. Saíam daqui!]

Considerando o discurso de L., é importante identificar a fala de três profissionais que ingressaram no DEGASE em 1994. Primeiro, um agente educacional, K., e depois, duas técnicas de nível superior. Ambas trazem o estranhamento daqueles que não conheciam a realidade com a qual estavam se deparando. Inicialmente, K. descreveu suas impressões a respeito da Escola João Luis Alves quando iniciou o seu trabalho:

[Me lembro hoje, dia 12 de dezembro de 94, o dia que eu entrei na João Luís Alves. Encontramos uma escola totalmente... destruída. Seus alojamentos... Tinha ocorrido uma rebelião, acho que um mês antes, ou quinze dias antes... Os meninos se rebelaram. Destruíram tudo que viram pela frente: arquivos, portas, geladeira. Todo o equipamento estava destruído... Sem a mínima condição de mantê-los com dignidade.E... Chegando lá, eu encontrei esse estado... esse caos. E... digo a verdade pra você: assumi... porque tinha necessidade. Estava desempregado. Tinha dois filhos(..)Eu fiquei estarrecido, porque eu pensei que era uma coisa, dentro do serviço público e era outra. Mas eu tinha conhecimento daquelas... gravidades. Porque eu já tinha trabalhado na associação de moradores local... onde eu era presidente... Trabalho com cultura, com poesia, com cinema, com atividades externas, de cultura. Então, eu já tinha um conhecimento. (...) pouco eu fiz nos dois, ou três, ou nos quatro primeiros anos. Nos quatro primeiros anos a gente ficou, mais ou menos, na contenção.(...)você não tinha a mínima de infra-estrutura para se trabalhar na política de atendimento proposta(...) Nos quatro primeiros anos, basicamente, o trabalho sócioeducativo era mais de conter os meninos. Até porque a unidade João Luís Alves estava... totalmente destruída e...

impossibilitada de se fazer qualquer tipo de trabalho digno. Durante esse período... a gente viu muitas atrocidades].

A entrevista apresentada a seguir é de duas pedagogas que não atuam mais no sistema. O relato é propositalmente iniciado desde o concurso, a fim de que o leitor possa acompanhar o que estas profissionais traziam como referência a respeito dos meninos e como elas foram sendo modificadas pelos conflitos decorrentes entre o velho e o novo na construção de uma instituição. Inicialmente D. diz:

[Primeiro, foi a questão do concurso(...), eu fui pra esse concurso de pedagogo no DEGASE. E o que é esse DEGASE? Eu sei lá o que é DEGASE!!(Risos). Eu sei que tem um concurso, a gente está aposentado na matrícula, você está com outra e a gente vai fazer esse concurso. Aí fizemos a inscrição... E quando nós saímos que a G. folheou, (Risos) o livretinho que foi dado pra gente, que é lá o edital, ela falou assim: - Menina, são sete vagas, só, para o estado do Rio de Janeiro inteiro(...), quando nós saímos da prova eu saí - eu sempre fiz prova muito rápido e G. sempre fez prova mais demorada, ela pesquisa, ela lê e relê. Eu saí. O que tiver de errado você me fala.(*Fazendo referência a G*) Aí quando G. saiu e falou: Ih, eu acho que eu não fico porque "enfiei o cacete" na redação. Ah, porque a gente estava vindo da Educação(...)que não há investimento em educação no país, que ninguém tá aí para, pra educação no país, que ninguém está aí para educação de criança e adolescente nesse país, Aí nós aproveitamos: enfiamos o cacete. Eu e ela. Nós entramos.Aí fomos, ficamos assim: DEGASE... Não sabia nem mesmo do que se tratava . Trabalhar com infrator, que é isso?]

Diante desse relato, gostaria de chamar a atenção para a invisibilidade que tal segmento tem para o restante da população. Apesar das duas profissionais serem funcionárias da rede pública de ensino, não possuíam informação a respeito de adolescentes em conflito com a lei. Haviam passado três anos desde a implantação do Estatuto, e, no entanto, os adolescentes continuavam restritos ao espaço institucional sem interagir com as demais políticas sociais.

A descentralização já foi iniciada para funcionar com terceirizados, haja vista a abertura de um concurso público para um órgão novo, para todo estado do Rio de Janeiro, e a identificação da necessidade de apenas sete vagas para pedagogos, num sistema dito socioeducativo. É também importante apontar a preocupação das funcionárias com o conteúdo da redação, como se em um espaço que era eminentemente repressor não existisse o espaço para a crítica. E D. e G.continuem os seus relatos:

D: [E nesse ínterim houve uma rebelião no Padre Severino, você lembra? Houve rebelião no Padre Severino, a G. ligou pra mim: - “Está vendo o que está acontecendo? Naquele lugar...Lá na Ilha do Governador. É para lá que a gente vai. Vou procurar saber o que a gente vai fazer .Aí fomos lá para Botafogo. Ninguém sabia informar nada. Mandaram a gente lá pra(...)]

D. e G.: [Benedito Hipólito.]

G: [Lá também ninguém sabia.]

D: [Ninguém sabia qual era a carga horária, qual era salário, o que fazia. Ninguém sabia absolutamente nada. Fomos uma 1^a. vez; na 2^a. vez nós fomos atendidos pelo Monjardim (*Fazendo referência a um dos responsáveis pela Direção do Departamento na época*). Não era Monjardim? E a única coisa que o Marcos falou pra gente: Olha, fiquem tranquilas.Vocês já vão entrar com uma boa notícia: o salário era R\$312,00, passou para R\$900,00 e poucos. Aí já incentivou a gente um pouco mais. Bom, a gente pelo menos vai pra um lugar que tem um salário melhor, lá a gente aprende o que tem fazer. Nem eles sabiam.]

É a questão salarial que vai ser um elemento mantenedor dos profissionais no Departamento. Tal como J. e V. já haviam relatado, as articulações que resultaram na vinculação do DEGASE à Secretaria de Justiça trouxeram como prejuízo a aproximação entre o DEGASE e o DESIPE. Todavia, é esse atrelamento que possibilita que o DEGASE tenha uma gratificação superior às demais secretarias, o que funciona como uma compensação pelo trabalho prestado.

Após o concurso, chama atenção o relato sobre o “curso” oferecido para que os profissionais iniciassem suas atividades, conforme D. explica:

[Quando nós fomos fazer o curso. Eram pessoas assim, muito esquisitas, sabe? Tinha uma tal de W., que ela era psicóloga. As pessoas não diziam, afinal de contas (...) Só sabiam assustar a gente: (...)Cuidado com o garoto! O garoto faz isso. (...)mas a gente já tinha experiência de escola. A gente começou a sacar que tinha alguma coisa por trás desse “ assustar a gente”. A W. eu sei que era cedida de algum lugar para o DEGASE. Não sei de que lugar que era. A M. era do próprio DEGASE. Nós começamos a perceber que a gente estava ameaçando alguma coisa. Aí pessoal assustava... (...)É. Estava aquele menino bonitinho, que era seminarista, moreno. Esqueci o nome dele... J. J. alguma coisa. Estava todo mundo muito assustado. Aí a gente começou:- “Olha gente, alguma coisa está havendo, (já meio subversiva)... Alguma coisa esta havendo, que é impossível que o lugar seja essa coisa tão ruim e a mulher está dizendo que está ali há vinte anos!” (.....) estava relacionada à nossa experiência, porque é impossível que uma pessoa estar num lugar que é tão ruim, que é um inferno, que todo mundo só sabe...palmada,(...) que o garoto é o demônio. (...) As pessoas, acho que não tinham experiência, sabe? O que passava, J., por exemplo, tinha 19 anos, estava saindo do Seminário. E A. era um menino... Novinho, se eu não me

engano, tinha 21 ou 22 anos na época. P. era mais antigo, mas era uma pessoa que você sabe, introspectiva. Você não sacava ele. Só o olhar dele que era uma coisa assim. E as pessoas, sabe... passando aquela coisa toda. Aí no 1º. dia, 2º. dia. Ficamos lá três dias... O que a gente chamou de "adestramento". As pessoas estavam querendo adestrar a gente: "- Aquilo lá é horrível, eu vou dando pancada lá porque é a pancada que o garoto precisa". Só faltaram dizer isso para gente com todas as letras: "- É pancada que o garoto precisa". Quando chegou lá pro final do 3º dia, (...) nós íamos ser lotados. A gente só tinha ouvido falar no Padre Severino pela tal Rebelião. Não sabia de mais nada.]

Apesar do grupo já estar selecionado, ficou evidenciada a constituição de grupos oponentes: um que detinha o poder sobre o sistema socioeducativo e outro que detinha o saber e a legitimação em face do concurso público realizado. Quanto ao primeiro grupo, é real sua compreensão e sua capacidade de lidar com os meninos, a questão é: sobre que prisma ele compreendia aquela realidade? A atuação junto aos adolescentes considera-os sujeitos de direitos ou objetos de política? O segundo grupo, apesar da pouca compreensão que possuía a respeito do tema, fez uma análise crítica sobre a situação. Todavia, faltava articulação para que pudesse modificar as regras do jogo naquele momento inicial. Outro dado que também deve ser considerado é o pequeno número de profissionais concursados em relação aos contratados.

A avaliação de F., agente educacional, sobre o treinamento realizado, ilustrou como a disputa de interesses permeava o processo de seleção dos funcionários. A seleção não se extinguia após a realização do concurso, mas em uma preferência do sistema por aqueles que se sujeitavam às regras já estabelecidas, ou por aqueles que já compartilhavam de seus interesses. A lógica de punição do sistema assumia sempre um caráter dominante, o medo era o elemento ordenador da formação. Era ele que dava consistência à reprodução da lógica punitiva/policialasca que se confrontava, mais uma vez, com as circunstâncias imediatas e a contratação e alocação de pessoal.

[(...)Se não me falha a memória...três ou quatro dias... de treinamentos. Eram palestras dizendo qual é o tipo de serviço que a gente ia receber. (...)E... Eu me lembro muito bem... que as pessoas em vez de... nos orientar, as pessoas estavam nos amedrontando. Querendo que a gente não assumisse. Porque, eu me lembro muito bem, que foi a época em que se estava estadualizando o atendimento(...) no governo Leonel Brizola.. E... as pessoas que lá estavam, não tinham interesse nenhum que nós...Os ditos estatutários, concursados,...assumíssemos aquela função, que eles já haviam assumido há muito tempo. A função que era uma função... muito mais...a nível policialesco,...do que educacional. A postura dos agentes... entre aspas,

educacionais, o agente de disciplina, naquela época...ou monitores, como eram chamados, ...tinham uma postura muito mais punitiva, do que sócioeducativa(..)Nesse contexto...de punição...de arbitrariedade eu... quando entrei, vi muitos... colegas,...com boas intenções... educadores de fato, ...que desistiram de imediato. Muitos saíram para almoçar... A verdade é essa: Saíram para almoçar... Porque até hoje... E até hoje... a gente está esperando pelos caras(...) E a gente teve que conviver com aquilo (*Faz referência à violência*). Conivente?.. Eu não posso dizer que eu fui conivente, mas eu necessitava... Assim como eu e outros, nós necessitávamos do emprego e nós não tínhamos... (...)Como é que eu posso dizer? (...) um movimento é... para dentro da unidade, que pudesse mudar aquilo].

A contradição do sistema socioeducativo aparecia nestes diversos aspectos. Os “professores” tinham como objetivo treinar um grupo para implementar um projeto com base no ECA e ao mesmo tempo pregavam para seus “alunos” que aqueles adolescentes não tinham condições de interagir com o mundo. Como a lógica dominante era a punição, o disciplinamento é fundamental; então não se faziam necessárias explicações, apenas o cumprimento de ordens associadas ao temor pelo adolescente, que era um (des)conhecido. O caldo resultante desses elementos deveria ser o combustível na transformação das pessoas que fossem conviver naquele sistema, como explica D., técnica de nível superior:

[Aí lota daqui, lota dali(...))só que logo depois que deram o papel, avisaram para mim que eu ia ficar cerca de três meses no Padre Severino porque a U. não estava implantada, ia ser implantada. As pessoas: “-Vocês só têm que se apresentar na 2ª feira”. Aí eu e G. saímos...Quer saber de uma história: vamos lá conhecer esse tal de Padre Severino? Pegamos o ônibus e fomos conhecer esse tal de Padre Severino que a gente não sabia nem o que era. Pedimos o cara porque a gente sabia que tinha que saltar na Praça do Avião, não é? Ou então no Siri do Galeão. Então nós saltamos no Siri do Galeão e, aí fomos perguntando as pessoas: e é logo ali, pode seguir o muro. Chegamos e vimos já aquela coisa: não deixaram a gente passar sequer daquele corredor... dali mesmo despacharam a gente e a gente acabou com a curiosidade cerceada naquele momento].

G., pedagoga também fez observações sobre a recepção dos funcionários:

[Daquela sala. Era logo naquela entrada assim. Você entrava..., ali ficou patente. O medo da entrada do pedagogo no sistema. Aí fomos lá e nós queríamos nos apresentar neste dia, (...)Não deixaram que a gente passasse daquela, daquele primeiro corredor, daquela salinha lá do canto, onde a gente se apresentou. A gente se apresentou à F. Nem o coronel a gente conheceu nesse dia.Não, não].

Naquele momento, os funcionários se igualavam aos meninos nas expectativas em relação ao sistema. O diretor, com o não recebimento dos profissionais, expressava que aquele espaço era o da ordem, mas a ordem não era apenas para os adolescentes, e sim para todos aqueles que estivessem atrelados àquela estrutura.

O não cumprimento da ordem determinou o impedimento da entrada dos profissionais. A pedagoga identificou a contradição entre o que o ECA determinava como espaço socioeducativo e o já existente temor, do grupo, da permanência de profissionais da educação.

G: [E nós ficamos horas também no corredor, sentadas no corredor esperando o atendimento.]

O discurso do profissional confunde-se com a espera dos meninos na instituição por atendimento. O formato do atendimento é igual para todos, funcionários ou adolescentes. A política é empobrecida, os recursos são escassos, as pessoas são desvalorizadas porque não são o foco do sistema. O objetivo do sistema socioeducativo é a contenção dos corpos e não o que cada um deles expressa.

D: E nesse dia a gente foi conhecer o tal do Y., A gente conheceu (...) Aí ele já começa o discurso dele dizendo assim: “Olha, vocês estão entrando no Padre Severino e aqui ninguém roubou bala de criança “. Era o discurso que ele começava pra todo mundo. Aqui é assim, é assim, é assim... mas de cara ele já é rotulava o menino como um bandidinho. Ele não era um garoto, uma pessoa em desenvolvimento – que tinha estudado o Estatuto - que estava ali(...) Cumprindo uma medida socioeducativa. Ele era um garoto que roubava, que matava, que estuprava. E estava ali mesmo para receber os corretivos necessários.]

O sentido de punição estava muito presente na lógica institucional. Assim, se o projeto original de descentralização pregava a humanização do sistema, o campo não rompia com os valores até então em vigência: aquele era e ainda é um lugar para punir pessoas. Ali, o Estatuto não havia entrado; isso ficava mais evidente quando as profissionais tratavam com seus superiores de seu trabalho, como as duas explicaram:

G: [(...) nós perguntamos quais seriam as nossas atribuições.]

D. e G.: [Ele não sabia.]

G: [Mandou que a gente fosse lá pros fundos e fosse fazendo o que fosse possível.]

As técnicas perceberam de imediato que em face de sua especificidade profissional, seriam excluídas do convívio com os demais técnicos. É importante transcrever a descrição que D. fez do espaço de trabalho:

[Estava tudo, todo mundo lá naquela parte que hoje é o Santos Dumont(...) Tudo aos pedaços, tudo caído, tudo quebrado, uma sujeira infinita. Eles estavam comendo de quentinha. Tinha pilhas e pilhas de quentinha emboladas pelos cantos, bicho saindo daquelas quentinhas. Os garotos dormiam ao relento, debaixo de árvore, naquele restinho de coisa que sobrou, (...) Era uma imundície só.(...) Que todo mundo tinha ficado na frente, na sala de ar refrigerado tinham ficado as assistentes sociais e os psicólogos. E a gente foi para um lugar onde estava tudo quebrado, tudo queimado, tinha uma sala. E uns dois banheiros só em pé, o resto estava tudo queimado, tudo sujo, vidro quebrado. Aí vamos fazer o que aqui atrás? Aí, a gente começa a olhar para cara da outra, bate aquele desespero porque a gente estava acostumada com, com, com reverses, mas não aquela coisa de você simplesmente ser jogada lá...Você faz o que você quiser, o que der para fazer].

A narrativa sobre o espaço institucional possibilita a compreensão do que o grupo dominante naquela instituição entendia que deveria ser uma medida socioeducativa. Nesse sentido, o profissional que não comungava com aquela perspectiva ficava excluído e assujeitado, como os meninos atendidos no DEGASE. Desse modo, a fala de F. faz uma avaliação da postura dos agentes educacionais, frente à condição dos meninos no sistema socioeducativo:

[A princípio, nós tivemos que aceitar. Aceitar um... às vezes, de boca torta...Mas a gente... Aceitar as punições que aqueles meninos sofriam. De apanhar... com madeira (...)... é... é... além... além de estar privado de liberdade, estarem privados...de roupas... Com frio... Estarem privados ... de uma comida . é... de qualidade; estar privado de carinho.(...) Para beber, para tomar banho, Então era um...era um...era um...era um...era um verdadeiro purgatório. Durante, provavelmente... Durante três ou quatro anos a escola (*fazendo referência a EJLA*) se manteve dessa maneira. As direções, no início, não tinham nenhum compromisso...com aqueles jovens que ali estavam. Essa é que é a grande verdade. A direção não tinha compromisso nenhum. Você não vê...Você não vê a direção da unidade... inclinada a estar modificando aquele estado de coisas, E a direção muito inclinada em manter a disciplina. Em manter a não fuga, em manter ...os não rebeldes e... através da força. Nunca através de uma ação pedagógica. Nunca através de uma ação planejada mas, sim, através de uma ação coercitiva.]

À medida que os profissionais foram criando alternativas sem sucesso de uma atuação socioeducativa, foram perdendo a “inocência”. Dito de outra forma, foram se alterando de acordo com os embates e disputas de poder. Para alguns, foi começar a perceber que o que parecia conhecido lhes era estranho e difícil de ser modificado a partir dos confrontos individuais.

[...]E foi nesse período em que a gente... começou a entender o que era o DEGASE. Que era trabalhar com jovens... na época, infratores...A gente... Não se usava esse nome... essa... essa terminologia, em conflito com a lei. Na época, era infratores, mesmo. Trabalhar com jovens infratores. Que... é.. é... Na minha concepção, e acredito, na concepção do K (*referindo-se a outro agente educacional entrevistado*), são vítimas de uma sociedade excludente, são vítimas de... de uma... de uma... de uma sociedade que... que não dá oportunidade, ...que não oferece... ou melhor... que não oferece oportunidade para essa juventude... para essa juventude e que não tem políticas públicas para ela, essa é que é a grande verdade. Na medida em que a gente... eleger governantes estaduais...que elejam políticas públicas de verdade, com certeza, a diminuição da... do índice de... de... de atos infracionais vai ser... gritante.]

A fala de F. representa o momento em que ele percebeu que as questões relativas ao sistema estavam conectadas com a materialidade da vida social e política, e refrata a lógica de enclausuramento dos pobres e de desiguais. Ele destacou em seu discurso o seu momento de compreensão do funcionamento do sistema.

As idéias sobre submissão, controle e ordem funcionam para os adolescentes e para todos aqueles que compartilham com eles o espaço. Entretanto, não é um espaço passível de questionamento, de transparência. São poucos aqueles que conhecem o que se passa por detrás dos muros. É um pacto feito por quem trabalha naquele espaço. Não se deve falar das práticas ocorridas na instituição, ninguém deve confessar que tem uma atuação violenta, que tem como objetivo disciplinar os corpos. Ninguém deve confessar que faz relatórios que não interferem no acesso a direitos daqueles que são objeto de investigação. Ninguém deve confessar que são os pobres e os negros que permanecem na instituição .

O impacto sofrido pelo profissional que desconhecia a forma como sistema tratava os adolescentes é um elemento marcante no discurso, pois em sua fala ele destaca a primeira vez que se deparou com uma concentração de meninos: a expressão da seletividade do sistema, como descreve G.:

[Ainda mais que abrem o portão, aquele portão que o ...menino...território. Quando eu olhei assim: Ah! Isso tudo é verdade. Só criança negra! Eu falei: Gente, isso é verdade!]

D: [90% era preto.]

G: [Só preto, preto.]

D: [E os outros 10%, como diz o Caetano, era, era tãoEle tem uma música que ele diz ... De tão pobre pareciam pretos. Olha menina, era triste.]

G: [Te dá um susto muito grande!]

A descrição que a técnica fez da situação de funcionários e de adolescentes foi bastante ilustrativa a respeito do processo institucional pelo qual os funcionários passam, no qual “gente guarda gente”, mas ficam mais parecidos com “gente que guarda coisas”. Neste contexto, os funcionários passam a ser os “cães de guarda” :

[Aquela coisa jogada. Os meninos... tudo jogado. As pessoas como cães de guarda pelos cantos, E a gente, a gente... a gente teve o nosso, a nossa 1ª vontade de não ficar, ficou ali, Quando o P. chegou com esse menino, J. Dá vontade de chorar, tá? O A... E que o L. juntou o grupo de agentes e falou assim: - “Vocês vão ser cães de guarda aqui. Aqui não tem nenhuma criança que roubou bala do outro. Aqui é mesmo na porrada. E ensinou pros nossos agentes educacionais: menino tinha que ser tratado na porrada, no tapa e que eles eram bichos, eram animais, estavam ali para serem adestrados. Aí eu falei: “G, que tristeza! Vamos lá, vamos lá conhecer.. Deixaram a gente conhecer a banda de lá porque a gente não tinha trânsito livre em qualquer lugar não, tá? Com o L. não se tinha trânsito livre. Você não podia ir a alojamento... Você não podia entrar em alguns lugares onde não era permitido ao pedagogo entrar. Até alguns assistentes sociais e alguns psicólogos era permitido. Mas a maioria não ... Me lembro que a M. (assistente social contratada) era uma pessoa que tinha acesso a todos os lugares. A N. (assistente social contratada) tinha acesso a todos os lugares, mas a gente não.

A profissional aponta para a disputa entre concursados e contratados. Esta questão, que antes era marcada pela junção no mesmo espaço de profissionais com diversas formas de contratação, com o passar dos anos se tornou mais acirrada: a divisão das equipes entre concursados e contratados. É a partir desta divisão do processo de trabalho que a dominação vai se dar em relação ao trabalhador do DEGASE.

Diante desse quadro, para manter a disciplina, era necessária uma aliança entre alguns profissionais, a fim de que as práticas ali realizadas pudessem ter continuidade, sem o rompimento do silêncio. A palavra, mais uma vez, aparece como elemento denunciador das disputas de classe. Assim, do grupo de contratados que já vinham sendo introduzidos desde antes da formação do DEGASE, foram eleitos alguns representantes, que, em pontos estratégicos, passaram a se constituir em um grupo de confiança das chefias, em face da vulnerabilidade de sua situação trabalhista, como explica D.:

[Eles queriam colocar para fora os concursados. Era o objetivo deles(...) Então eles faziam daquilo ali um local hiper temido e eles faziam, provocavam as pessoas, principalmente os agentes para enfiar a porrada, para depois descer com Sindicância em cima. Era, era uma prática muito comum. Tudo que acontecia de espancamento, você pode ver, tinha sempre é... acabava sempre sendo indiciado um concursado, nunca um contratado, ou, dificilmente, um contratado. Então nós tínhamos lá dentro gente que metia porrada à vontade como aquele baixinho, aquela turma toda,(...) a gente não tinha os acessos que eles tinham. Mas aí começamos a entrar para o lado de lá(...) se a gente vai fazer o que a gente pode, a gente vai, pelo menos conhecer os garotos, para saber o que a gente pode fazer.(...) Não tinha espaço para nada, para gente fazer nada. E os agentes impediam mesmo que você executasse o seu trabalho. Que a gente começou a pensar assim: “Bom, a gente vai juntar um grupo e fazer isso, mas nunca podia, sabe”? Tudo era arriscado, tudo era não pode:- “O menino vai fugir, você vai ser responsável, era dessa maneira que a gente estava lidando”. Começamos a ir lá para o pátio, naquela imundície toda e sentar com o menino, contar história, ouvir a história do menino... Sabe, papear com o menino. Aí aqueles que sabiam ler, você oferecia um livro pra ele ler. Tinha que recolher, tinha que ter muito cuidado. você emprestava um livro, um lápis cera. .. Se quando a coisa que você emprestasse se aparecesse um risquinho na parede era a Pedagogia. Então a gente levava sempre tudo muito contado. Toda vez que a gente emprestava a gente dizia: “- Estou emprestando. Está aqui... Estão todos os lápis, dizia, estão todos mesmo; porque a gente está vendo sendo responsabilizada por cada coisa que acontece aqui dentro. Então a gente precisa dar conta disso aí.]

A inexistência de autonomia por parte dos técnicos se reproduzia até nos procedimentos elementares de seu trabalho, porque o objetivo final era manter o adolescente estático, sem atividade, de maneira que ele ficasse sob total controle. A profissional esclarece como era sua rotina de trabalho:

[(...)L dizia assim: “A senhora faça o planejamento e entregue o planejamento para o coordenador do plantão”. A gente fazia o planejamento e entregava. A gente chegava seis e meia da manhã no Padre Severino. ... Saía... nada. A gente passou então a fazer o planejamento e a gente buscava os meninos,

entendeu? Você chegava cedinho lá pra ... Via quem saiu, quem entrou ... tudinho, a gente fazia antes, para as oito horas a gente poder pegar os meninos. Mas era muito complicado, as pessoas não colaboravam nem 1%. Mas a gente insistindo. O Y. dizendo para gente: -Olhe que esse menino vai pular ali atrás e nunca perdemos nenhum. É que a gente também jogou com muita honestidade com eles. A gente já falava: - "Nós somos velhas, não temos o pique que vocês tem para correr. Então a gente vai ter que jogar na base da lealdade(fala de D.).]

A relação dos técnicos parecia com uma rede prisional. Assim como os meninos, os técnicos precisavam ser mantidos estáticos. Se por um lado ocorreu um desgaste por parte de alguns profissionais que recuaram na execução de suas funções, para evitar o enfrentamento com seus superiores, por outro, foram formadas alianças entre os técnicos, agentes e os meninos, a fim de encontrar estratégias de sobrevivência institucional.

G.: [E foi legal que nós conseguimos fazer uma aliança assim com os garotos na base da confiança. Então, eles confiavam muito na gente, mas muito mesmo. E eles se comportavam, porque eles confiavam.]

D: [Às vezes era dez, doze ... ficava eu e a G. sem agente.]

G: [Eles sabiam que a gente queria o bem pra eles(...)]

D: [Entendeu? Então ninguém tentou fugir nunca. A única vez que a gente viu o menino tentando fugir, ele fugiu do pátio.]

As evasões sempre tinham que ter culpados e esses culpados, na maioria dos casos, eram os agentes que precisavam garantir a permanência dos corpos na instituição. Ainda hoje faz parte da cultura do sistema não “perder” meninos nos plantões. Perdê-los é um sinal de fraqueza e incompetência, não importa se não existem condições para se manter o adolescente institucionalizado. É dessa necessidade de “conter apesar de tudo” que as estratégias violentas surgem.

A relação entre o menino e o técnico era possível e ele era o profissional da mediação na adversidade institucional. D. explicita como eram as relações de violência e como os profissionais se posicionavam diante do estranhamento com tais práticas:

[(...)um belo dia, bem próximo do Natal, o vice-diretor que era o H., meteu porrada num menino lá no pátio. Se lembra disso, G.? Gente, naquele dia

todo mundo se desestruturou. Chorava para tudo quanto é canto. Aí eu falei: gente, a gente precisa tomar uma medida. Me levaram para sala de Musicoterapia. Eu nunca tinha entrado numa crise daquela, sabe?(...) Todo mundo vendo e ninguém fazia nada. Aí eu chamei o pessoal: vamos é denunciar, vamos denunciar. Temos que denunciar isto de alguma maneira e ninguém quis assinar o documento. Só eu e a G. Ninguém quis assinar o documento].

A relação de temor que os funcionários mantinham com o poder limitava as reações, mas não as impedia. O documento mencionado acima não teve seguimento, foi abortado. Outros seguiram, mas as relações com os diversos segmentos de atenção ao adolescente eram muito frágeis naquele período. Não havia lugar para o escoamento dessas demandas. Era muito nova para o sistema a argumentação técnica respaldada na lei sobre a ilegalidade dos métodos de contenção utilizados.

É interessante observar que o grupo, apesar de não perceber, começa a modificar as relações de poder na instituição. Se inicialmente as profissionais (entrevistadas) permaneciam horas até que fossem recebidas pelo Diretor, aos poucos foram adquirindo respeitabilidade e criando situações de confronto com a Direção. Em vista disso, os grupos começaram, a seu modo, a encontrar também suas formas de, coletivamente, marcar e negociar a defesa de seus interesses, como conta D.:

[Mas aí fizemos uma pressão com L. até marcar uma reunião, não foi? Dia 23 de dezembro nós marcamos uma reunião com L. Aí nós começamos. A cobrar as coisas que a gente entendia deveriam ser feitas: primeiro a sujeira. Cobramos aquela sujeira toda. Não havia razão para ter tanto bicho, tanta sujeira, tanto rato! Tanta imundície em torno daqueles meninos. Isso ele prometeu e realmente, coisa de três, quatro dias depois ele limpou aquilo dali e começou a ensinar os meninos a dobrar a quentinha, a jogar no local adequado. Começou a melhorar essa questão. Aí falamos a questão do espancamento. Que não era um menino que a gente viu.]

G: [O menino estava bom num dia, no outro estava com a perna quebrada.]

D: [A resposta que a gente teve dele foi a seguinte: fotografou, professora? Não. Então dançou. Se você viu e você não fotografou, você não tinha elementos, provas materiais, para convencer o juiz, o que você dizia não valia. Olha gente, aquilo para gente foi outra porrada na nossa boca do estômago.]

Observa-se que a perversidade do sistema torna o funcionário tão refém da Instituição quanto o menino⁹⁷. Quando D. relata sua luta na defesa do adolescente que apanhou e, ao enunciar o acontecido ao diretor, ela recebe também uma violência - o que ela chama de “a porrada na boca do estomago”. Como se as regras fossem atribuídas aos dois: funcionários e meninos.

É importante considerar que, apesar do agente educacional estar em situação de destaque na contenção dos internos, não é todo agente que violenta e agride. Tal como alguns se adaptaram à violência física e simbólica presentes no DEGASE, outros sempre buscaram alternativas de enfrentamento distintas, conforme aparecerá nas falas dos agentes entrevistados.

Desta forma, a contradição do sistema fica explicitada na questão: quem é refém de quem? Os funcionários são custodiadores em potencial, todavia vivem o dilema das alianças com os projetos políticos; à medida que o pacto com a instituição é quebrado, o profissional sai do lugar do técnico e ocupa um lugar “de menino”. É importante considerar que esse lugar não é igual ao do menino. Ele se aproxima, ocupa temporariamente o lugar do adolescente e retorna ao seu lugar de profissional, agora renovado. É esse movimento que estou identificando como proximidade de lugares entre adolescentes e funcionários, haja vista que, por pior que seja a situação do trabalhador, ela sempre será mais confortável do que a do adolescente que tem no Estado seu responsável legal.

[E aí nós tínhamos uma pauta de coisas que a gente estava vendo. Outra coisa que a gente fez o enfrentamento foi a questão do cigarro. (...)E aquela coisa incomodava porque as pessoas davam o cigarro, o garoto entrava sem saber fumar e saía fumando. Sabe, era impressionante! As pessoas acalmavam o menino e tudo em troca era cigarro. Então nós levantamos a questão do cigarro que além de ser um vício. Além de fazer mal à saúde, além de estar no Estatuto. O direito à saúde, o direito à vida, estava ainda tipificado como crime: vender, fornecer. Tanto que os garotos já vinham pra gente, a gente dizia: - Ó, olha porque eu não estou dando cigarro para você. A gente fazia isso também no ESE, vender, fornecer. Eu não vou botar minha liberdade, em risco por sua causa. “Tia, mas todo mundo dá!” E a placa lá na frente ficava mesmo. Que podia trazer dois maços de cigarro pra cada menino por visita. Aí qual não foi a nossa surpresa. A Psicologia e a Psiquiatria disseram que não queriam fazer o tratamento. Disseram que era muito arriscado, porque o garoto chegava lá em tensão. E daí podia ter uma síndrome de abstinência da droga e que o cigarro era um substituto para essa síndrome. Aí nós dissemos: - “Pomba, mas se o garoto tá usando droga, fica

⁹⁷ Ver a análise de ZAFFARONI sobre o tema (1991).

aqui um mês, dois meses e utiliza o cigarro, ele continua usando droga(...) Resultado: algumas pessoas tentaram, junto com a gente, fazer a briga, mas era muito pouca gente e afinal se a Psiquiatria não dava suporte pra ele; se a Psicologia não segurava essa ansiedade do menino, o cigarro continuava. Olha, convivi uma derrota e tanto nessa].

Os biscoitos, os refrigerantes e principalmente os cigarros são moeda de troca em uma instituição de privação de liberdade. A implantação de um controle sobre seu uso demandaria a aplicação de uma série de medidas, de cuidados com adolescentes relacionados com a perspectiva socioeducativa. Entretanto, isso teria sentido se o sistema tivesse sido criado para funcionar de maneira educativa, o que não ocorre. Assim, é mais prático manter estas relações de escambo institucional do que introduzir mecanismos de acesso a direitos.

3.2.5 As possibilidades de novos rumos:

O DEGASE foi se formando em meio àquela conjuntura, e, no ano 1995, foi elaborado o primeiro projeto de intervenção construído a partir da equipe técnica do Departamento, intitulado “Fundamentação Político-filosófico-metodológica a ser implementada do DEGASE”. O projeto trouxe como objetivo materializar o ECA, no que tange ao atendimento de adolescentes em conflito com a lei, e tinha 9 linhas de ação que tratavam do planejamento, acompanhamento, controle, execução e avaliação da política social desenvolvida, privilegiando a articulação entre o Estado e a sociedade civil na construção metodológica a ser empregada no Departamento. Era ainda uma tentativa de formatar o sistema socioeducativo a partir da capacitação dos profissionais e da articulação com possíveis parceiros extra-institucionais. Essa proposta identificou algumas questões a serem trabalhadas na estrutura institucional:

1. O processo de empobrecimento e de limitação das possibilidades de atuação familiar como elementos propulsores do ingresso do adolescente no espaço institucional;

2. O conflito entre a formação humanística de alguns profissionais e a existência de outros cuja qualificação foi construída no espaço da prática e fortemente influenciada pela lógica menorista;
3. A falta de capacitação técnica como obstáculo importante na operacionalização da ação socioeducativa;
4. A inexistência da organização administrativa do Departamento;
5. A tensão cotidiana resultante do enfrentamento com a temática da produção da infração e a necessidade de construir suporte para que a adversidade própria do espaço institucional não comprometa o atendimento ao adolescente;
6. A existência de equívocos relativos às atribuições de alguns dos cargos existentes, seja pela ausência de atribuições, como no caso dos agentes educacionais, seja pela exigência de atribuições incompatíveis com o cargo, como no caso dos musicoterapeutas.

Diferentemente do documento inicial do Departamento, que foi rapidamente comentado, esta proposta trouxe como inovação a identificação do profissional como um sujeito político e o espaço institucional como um espaço de confronto de forças distintas. Utilizou como parâmetro de atuação o Estatuto, identificando a necessidade de estabelecer formas para sua operacionalização no Departamento. Essa equipe fez um esforço para identificar as principais forças presentes na temática, para criar um protocolo para realização das atividades, para organizar administrativamente as necessidades de cada setor, observando o amparo legal de cada medida socioeducativa, suas possibilidades e limites e construindo procedimentos de rotina institucional, como comenta D.:

[...] Olha, quando foi proposto para gente a primeira descentralização, a gente quase teve um ataque de nervos, porque o nosso objetivo não era fazer descentralização do sistema socioeducativo, era fazer extinção do sistema socioeducativo. Esse, esse documento aqui já tem a pretensão de não termos casas socioeducativas. Ou se tivéssemos, umazinha no Estado seria o máximo. Então já começamos por aí. A nossa intenção era a seguinte: o garoto vai receber um atendimento tão bom, tão bom, que em pouco tempo, em dois, três anos o sistema socioeducativo acaba. E não vai voltar.]

Observe que a fala do profissional ainda identifica a possibilidade de interferir no sistema socioeducativo, como se ele estivesse desconectado do restante da realidade social. Assim, o profissional acredita que, trabalhando apenas alguns segmentos, é possível interferir na alteração da ordem. É a não evidência da perversidade da lógica estruturante da sociedade que lucra com o enclausuramento. Atender somente a exceção seria dar um significado diferenciado à pobreza, sem sua criminalização.

[Quando nós capacitarmos os secretários de Educação, a gente vai dar uma visão tão séria do Estatuto, que a educação no país vai funcionar. A saúde no país vai funcionar. Então, o que nós vamos ter em termos de sistema educativo? Exceção. Como em sala de aula: você tem 35 alunos, mas você não tem 35 pestes dentro da sala. Tem 35 alunos. Eventualmente, você tem um ou dois, um ou dois garotos que não caminham dentro daquelas regras que você discutiu com a sua turma, Então era isso que a gente estava esperando aqui dentro. Que houvesse exceções. Então, um Padre Severino já daria conta. Então, quando a gente dizia assim pra gente: vamos construir um CRIAM ... Pra que construir mais, gente? Vamos fazer funcionar aqui. Vamos fazer com que o juiz aplique uma medida , é uma medida de prestação de serviço, aplique uma medida de liberdade assistida. Vamos trabalhar pra isso, ao invés de trabalhar pra construir. A idéia das pessoas é que só construção traz dinheiro]

Estes profissionais estavam na contramão da lógica do capital, e isso aparece no discurso, quando eles explicitam que os formuladores das políticas tratam da construção de equipamentos físicos como única forma de captação de recursos. A construção é a materialização do enclausuramento. É a certeza de ter o crescimento do sistema na sua forma mais perversa: no aumento da capacidade de agregar pessoas para serem punidas pela pobreza.

É interessante que, por diversas vezes, foi apresentada a idéia de reunir o Judiciário e o Executivo em um único prédio no Complexo da Ilha do Governador a fim de agilizar o atendimento, sem que o adolescente precisasse deixar as instalações da instituição e sobretudo garantindo a brevidade na assistência. Nessa proposta metodológica existiam também, como alternativa de ação a transferência da DPCA do prédio da Benedito Hipólito (município do Rio de Janeiro) e a integração operacional com os demais órgãos do Judiciário, do Executivo, considerando ainda os serviços de Assistência Social ao adolescente em conflito com a lei. Entretanto, apesar das iniciativas, não foi possível que os poderes Judiciário e Executivo aceitassem a

mudança de localização para as proximidades do DEGASE. O projeto de atuação trazia ainda a proposta de instalação descentralizada dos referidos órgãos em locais onde existam unidades de atendimento do DEGASE (CRIAM).

Foi previsto também um processo de capacitação que se deslocava dos muros institucionais para os Poderes Judiciário, Executivo (compreendendo os profissionais das diversas secretarias, das delegacias especializadas e do DEGASE) e representantes dos conselhos tutelares, de gestão e de direito, conforme explica D.:

[O espancamento, a forma desumana com que o garoto era tratado, era uma coisa interna, que podia ser mudada internamente, bastando que as pessoas tivessem compromisso com aquilo que elas estavam fazendo.(...) Isso era fácil.]

Na explicação de D. fica evidente que, na época, os profissionais indicam o agente educacional como principal problema do sistema. Em outras palavras, a partir da mudança de conduta daquele, o DEGASE teria condições de ser socioeducativo. Todavia, os formuladores dessa proposta não incluíam as outras categorias profissionais como elementos capazes de contribuir significativamente para a perversidade do sistema. Acreditavam que todos trabalhavam em prol do adolescente e que se o sistema não funcionava para beneficiá-lo, isso se dava em função da incapacidade de um determinado grupo - os agentes - de interagir com os demais, atrapalhando o andamento do DEGASE. Esse processo é a negação da indústria da segurança, da mercantilização da violência contra pobres e negros - é não identificar a contribuição de cada segmento profissional para a criminalização da pobreza.

[Era trabalhar esse agente e era colocar na cabeça dessas instituições pessoas que não fossem dizer para gente:”- O negócio é enfiar porrada mesmo, você é cão de guarda”. Então tinha que começar isso ali(...), era fácil de fazer, mas ali havia o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública. (...)Então o que a gente pensou a princípio, e era o nosso primeiro ponto e que foi inteiramente esquecido. Um grande treinamento a nível de Estado, mas aí não era um treinamento para que nós pequeninhos fizéssemos. (...)A gente pensou nas pessoas que pensaram o Estatuto ... Trabalhar com os juízes, trabalhar com os promotores, trabalhar com a Defensoria Pública, trabalhar com os secretários de Estado e de Município. Se não puderem todos, mas pelo menos o secretário de Segurança, o secretário de Educação, o secretário de Saúde. (...) E esse primeiro momento nós teríamos pessoas do DEGASE lá, junto com eles, sendo trabalhados. Seria uma grande mudança conceitual. Mas seriam todas as unidades, os diretores técnicos e os diretores administrativos, nesse primeiro momento. Porque eles poderiam estar

apontando, porque é que isso não acontecia, aonde dava o nó, onde travava o nó e a gente sabe que tem muitos “nós” para serem destravados. E pensar uma política que viesse, desde o juiz, passando pelos secretários, até o menino. Depois de tudo isso, voltava-se pra instituição. Essas pessoas do DEGASE que estavam lá, iam começar a trabalhar. Quer dizer, eu estaria mudado, eu, diretor estaria mudado. Você, diretora técnica, estaria mudada, ela, diretora administrativa, estaria mudada ... Então nós iríamos começar a mexer com essa instituição. Paralelo a isso tudo, entrava o treinamento da equipe do DEGASE.]

A importância desse processo está na identificação da necessidade de entrar em contato com outras leituras do real, encontrar novas formas de atuação que pudessem alterar a forma de lidar com a realidade. A profissional fala do conflito que demanda a necessidade do encontro, do encontro alteritário e a possibilidade de renovação, posterior ao encontro.

[Tínhamos reuniões com o secretário do Departamento da Criança e do Adolescente. Era o Dr. N., com a equipe dele, uma reunião grande. Aí quando terminou essa reunião, o projeto estava sendo avaliado pela equipe da FUNABEM, que tinha se deslocado do Rio pra Brasília(...) para ser avaliado, aí a secretária do Dr. N. chamou a gente no cantinho e falou pra gente assim: Olha, nós vamos liberar o dinheiro prometido, mas vocês vão ter que assumir um compromisso conosco. Vocês vão ter que acompanhar o uso desse dinheiro. Aí nós dissemos para ela que nós não tínhamos como assumir um compromisso dessa monta. ... nós éramos subalternos. Nós íamos chegar pro diretor e exigir do diretor que ele prestasse contas pra gente? Ela disse: Não, vocês fiquem de olho!(...) Esse dinheiro custou muito pra chegar. Quando ele chegou já foi em 98, já foi na gestão do doutor Judá Jessé.]

O processo de negociação da verba prolongou-se e seguiu para além do esforço de planejamento da equipe de calcular custos. As etapas de construção de uma política são marcadas por disputas de interesses que vão desde o número de componentes do quadro funciona e das verbas a serem liberadas, aos objetivos a serem cumpridos. Dessa maneira, a própria implementação gera um processo de avaliação, e conseqüentemente reformulação da política social. Entretanto, essas etapas foram se prolongando ao longo dos anos, sendo atravessadas pela burocracia e ausência de vontade política. Neste sentido, é importante considerar que a política de atendimento não era prioritária para a União. Uma proposta de intervenção para o adolescente em conflito com a lei foi construída em 1995 e somente em 1998 ocorre a liberação das verbas. Durante estes três anos o DEGASE foi convivendo com suas

mazelas, sem ter formas concretas de interferência nas questões já levantadas, e principalmente por causa da ausência de recursos financeiros. Segundo dados da UERJ, do final de 1994 a 1997 não aconteceu nenhuma capacitação com o quadro funcional; em contrapartida ocorreram 20 incêndios, alguns com vítimas.

A situação do quadro funcional era extremamente séria, pois havia ocorrido um concurso público em 1994 para admissão dos servidores do DEGASE, porém, as vagas oferecidas eram em número insuficiente para suprir as necessidades do Departamento. O argumento para a manutenção de contratados era sempre o mesmo: a experiência acumulada no trato com o adolescente, que dava uma qualidade diferenciada à atuação. No ano de 1997 os contratos foram unificados⁹⁸, passando a ser realizados diretamente com o Estado. Era a última amarra que atrelava o sistema aos municípios, no sentido da participação direta na gestão desta política. Ficavam restando apenas tênues vínculos, resultantes das articulações entre as equipes e as instituições públicas e privadas, das localidades, que atuavam com adolescentes nas diversas políticas sociais. O processo de descentralização que deveria ser encaminhado em direção aos municípios se afastaria definitivamente deles.

Considerando ainda a situação do Departamento, é importante esclarecer que em 1997 o DEGASE passou por sua maior crise: o início do ano foi marcado por uma rebelião no Instituto Padre Severino, que resultou em um episódio de grandes proporções, conforme trata a notícia da época:

Durante uma hora o fogo provocado pelos próprios garotos transformou o espaço em que eles dormiam numa sucursal do inferno. Desesperados, os meninos viram seu plano de fuga quase se transformar em suicídio coletivo. Internados em três hospitais do Rio, os menores se recuperam lentamente dos ferimentos – alguns estão com 90% de seus corpos queimados. Na tragédia ficaram feridos 42 menores e um morreu⁹⁹.

A situação ocorrida teve grande repercussão na mídia, que divulgava com bastante freqüência notícias a respeito do episódio e seus desdobramentos, como

⁹⁸ Ao invés de diversas mantenedoras (prefeituras, cooperativas e ongs) assumirem a contratação de profissionais, o Estado passou a contratar diretamente os prestadores de serviço do DEGASE.

⁹⁹ “Passagem para o inferno”, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, página 16, 04/01/1997.

novas rebeliões, a transferência dos adolescentes para o Educandário Santos Dumont, as dificuldades do Poder Executivo em administrar o caos instalado.

Uma unidade de internação possui regras de funcionamento bem marcadas, como horários, regras de comportamento e procedimentos rígidos. Uma vez destruído o espaço físico - a estrutura material – afetou-se a lógica dominante, pois aquele espaço não abrigava somente os meninos, os dominados do contexto. Abrigava também os agentes, os técnicos e os outros profissionais que pautavam suas práticas com base naquela estrutura. Não ficava mais evidenciado de onde vinham as ordens, pois os dominadores daquele lugar perderam seu referencial, seu lugar, suas formas silenciosas e camufladas de estabelecer a ordem. A rotina passou a ser a falta de rotina. Essa situação desestabilizou o poder constituído e possibilitou o aparecimento de novas rebeliões, que não ocorreram apenas como uma alternativa de modificar os mecanismos de controle da ordem, mas antes pela incapacidade da autoridade de manter a lógica institucional.

As sucessivas rebeliões, acrescidas da pressão do Poder Judiciário e das denúncias de maus tratos nas instituições, por parte dos organismos vinculados à sociedade civil, marcaram o primeiro semestre do ano de 1997, expressando a incapacidade do Executivo de apresentar alternativas condizentes com o espaço socioeducativo.

Nesse período, as alternativas de internação eram apenas três: o Instituto Padre Severino para internação provisória masculina, a Escola João Luís Alves para a medida de internação masculina e o Educandário Santos Dumont para medida de internação e internação provisória feminina.

Outro elemento que marca a história do DEGASE é o aumento considerável de apreensões e de internações ocorridas na Escola João Luís Alves a partir do ano de 1996, o que parecia ser uma política de internamento de adolescentes.

3.3. O DEGASE E O PROJETO EXCELÊNCIA:

3.3.1. O contexto sócio institucional:

Em abril, por força das pressões sofridas, a Secretaria de Direitos Humanos divulgou a iniciativa de elaboração do chamado Projeto de Excelência, que seria um projeto a ser desenvolvido no Rio de Janeiro, como forma de apresentar uma resposta concreta por parte do Governo Federal à situação do Estado. O projeto nada mais era do que a reformulação daquele material já elaborado pela equipe do DEGASE em 1995 que, desde essa época, estava com os profissionais do Departamento da Criança e do Adolescente. Vale lembrar que naquela proposta já estavam previstas articulações entre as diversas instâncias governamentais e não governamentais, além da necessidade de capacitação. Entretanto, a versão, realizada pelo Governo Federal, da indicação metodológica a ser construída no Rio de Janeiro ficou bem diferenciada do material inicialmente elaborado, como explica o próprio Dr. Judá Jessé, quando trata do material apresentado pelo DCA como Projeto de Excelência:”

(...) obras, construções físicas. Nada na parte de treinamento de pessoal, capacitação, melhoria de atendimento. O Projeto de Excelência do Estado do Rio de Janeiro era um grande prédio muito bonito.(FIOCRUZ, 1999:6)

Na época, foi elaborado um relatório reunindo as observações e sugestões em relação ao projeto de arquitetura do conjunto, destinado ao Plantão Interinstitucional, em que foi criticada a falta de adequação da proposta frente às necessidades do DEGASE. O projeto encaminhado pelo DCA misturava o espaço administrativo do DEGASE com aqueles destinados à recepção e identificação dos adolescentes apreendidos. Nesse sentido, é observada a falta de uma unidade para a realização de um atendimento anterior ao procedimento policial, a ausência de uma unidade para exames e perícias, tal como para alojamento de jovens aguardando destinação e a inexistência de local para obtenção de documentação civil básica. Com relação ao prédio, a crítica se dava quanto ao desvirtuamento do Plantão Interinstitucional, onde existia a proposta de instalação de todos os órgãos da infância e da juventude e de três

gabinetes para os delegados. Nessa proposta ocorria uma prevalência dos espaços destinados aos policiais, em detrimento aos destinados ao Poder Judiciário e às equipes auxiliares. Isso podia ser verificado pela inexistência de espaço para os comissários.

Em vista da orientação técnica da União, a equipe que, na ocasião, estava à frente da Assessoria Técnica, estruturou uma metodologia pela qual foi possível criar alternativas para a dinamização do sistema socioeducativo, além da construção de capacitação profissional a partir da indicação dos temas pertinentes, através dos diversos segmentos do quadro funcional.

Quanto à proposta do Projeto de Excelência, o referido Diretor Geral do DEGASE entendeu que não havia naquele texto uma intervenção que fosse contribuir para o processo socioeducativo do adolescente, haja vista que a lógica estava voltada para beneficiar aquele que estava atuando sobre o menino e não o próprio menino, como o próprio Jessé esclarece:

[No primeiro momento, quando assumi a Direção do DEGASE, encontrei um plano de descentralização do atendimento ao adolescente autor de ato infracional, que previa a construção de 10 CAIs (centro de Atendimento Intensivo), denominação que se aplicaria às unidades destinadas ao cumprimento de medida socioeducativa de internação. Esses CAIs seriam localizados atendendo a critérios geográficos, em diversos municípios, ainda não especificados, do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, a previsão orçamentária inicial era para construir apenas 4 dessas unidades, que se localizariam, preferencialmente nos municípios de Campos, Volta Redonda, Niterói e Duque de Caxias. Os recursos previstos para a construção de cada uma dessas unidades orçavam em pouco mais de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), a serem liberados pela União Federal, com uma contrapartida de 20% por parte do Estado do Rio de Janeiro.]

O chamado “Projeto de Excelência” estabeleceu prioridades dentro do Complexo da Ilha do Governador: as organizações da Escola João Luís Alves, do Centro de Triagem e Recepção, do Centro Profissionalizante, do Plantão Interinstitucional na Ilha do Governador e de uma Unidade Modelo para Semiliberdade e Liberdade Assistida. Foram idealizados um núcleo especializado em atendimento a drogadicotos e um Centro Médico e elaborados convênios com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com Escola Brasileira de Psicanálise e com a Escola Brasileira de Psicodrama, como forma de estabelecer pesquisa, capacitação, consultoria e intercâmbio.

Deve ser feito destaque do convênio entre a UERJ e o DEGASE que teve o objetivo de garantir uma série de atividades de capacitação profissional. Essa aproximação entre a Universidade e o Departamento resultou em produção de conhecimento, criação de trabalhos junto aos adolescentes institucionalizados, participação dos profissionais em cursos de atualização, assessoria a projetos, entre outros. Todas essas frentes de trabalho privilegiavam a descentralização do atendimento a partir de um outro prisma, tal como o texto de apresentação do convênio esclarece:

Tem sido uma preocupação constante da Secretaria de Estado de Justiça e do Interior e do DEGASE evitar o erro simplista de aumentar indefinidamente o número de vagas para internação como resposta à superlotação das unidades, o que viria perpetuar a prática de se utilizar a internação como primeira alternativa(...) Não se admite o “retribucionismo hipócrita” mas também não se adota o “protecionismo ingênuo” de que fala Emílio Garcia Mendez. Há que se trilhar o caminho da recuperação do adolescente, e é nessa direção que se programou não apenas o reordenamento e adequação física das instalações, como também uma ampla ação no sentido de capacitar todos os servidores do sistema socioeducativo e buscar alternativas na sociedade. (DEGASE,1997:2)

A equipe responsável pelas alterações no projeto do DCA, que resultaram no Projeto de Excelência, conseguia identificar as limitações e mazelas do sistema socioeducativo e, ainda, sua função punitiva que, para eles, se dava mais explicitamente na internação. Privilegiaram uma unidade de atendimento como projeto modelo - o que é no mínimo ousado, porém mais realista do que estipular uma meta impossível de ser cumprida.

Em um dos seus artigos elaborados na época em que ainda estava à frente do Departamento, Judá Jessé escreve:

[É o caso de perguntar por que, durante 16 meses(de janeiro/96 a abril de /97)as internações eram contidas dentro de limites viáveis e de maio para cá, em apenas meio ano, teria surgido a necessidade de construir mais duas escolas?
Se a simples reforma da João Luís Alves¹⁰⁰(feita de 11/96 a 4/97) custou mais de R\$800.000,00 (oitocentos mil reais), qual o montante necessário para construir mais duas escolas de igual capacidade em apenas seis meses? – É

¹⁰⁰ Esta reforma é anterior ao incêndio de outubro de 1997 que resultou na incorporação do Presídio Muniz Sodré ao sistema socioeducativo.

fácil dizer que o Estado teria que construir mais unidades. Mas isso é escapismo: é fugir da realidade e caminhar pelo terreno dos sonhos. Temos que ser realistas: Nenhum Estado da Federação, nem mesmo a União Federal teriam recursos financeiros para criar, a cada seis meses, mais duas escolas com a capacidade da ESCOLA JOÃO LUIZ ALVES¹⁰¹.

A explicação de que esse incremento de internações teria ocorrido porque houve aumento de criminalidade, ou porque se passou a ter mais rigor ou porque passou a funcionar o plantão interinstitucional é por demais simplista e inconsistente.

A principal causa desse aumento abrupto de internações é o falso rigorismo, que, na realidade nada mais é do que o uso indevido da medida, que só deveria ser aplicada em último caso, como panacéia para a maior parte dos casos.

O grupo entendia que não seria possível interferir em todas as unidades em tão curto tempo e com tão poucos recursos; então assumiu que iria investir recursos na EJLA e a partir dela reorganizar o sistema. A forma de interferir na lógica prisional tão presente no DEGASE se daria através da capacitação profissional. Quanto ao restante, o grupo questionava-se sobre possíveis estratégias (como a possibilidade do Governo Federal ter interesse em criar inúmeras novas vagas no interior para internação) e buscava o redirecionamento de maneira a aproveitar melhor as verbas conseguidas, como explica Jessé:

[(...) No estado do Rio, em meados de 1997, havia cerca de 500 adolescentes do sexo masculino internados (...) verificou-se também que no CRIAMs de Volta Redonda e Barra Mansa, que abrangiam em conjunto, 23 municípios, não chegavam a 10, os adolescentes residentes em regime de semiliberdade. No CRIAM Campos, que abrangia 15 municípios, normalmente não passavam de 3 os adolescentes que ali pernoitavam.(...) O Degase direcionou o planejamento da descentralização para a região do Rio de Janeiro, Niterói, Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Não demorou muito para se ter que alterar esse plano, porque embora houvesse previsão orçamentária da União e do Estado para a construção de 4 CAIs, ao se aproximar o final do ano de 1997, ficou claro que só seria liberada a verba para duas unidades e não mais quatro, o que nos obrigou a reformular todo o planejamento da descentralização].

O grande incêndio da Escola João Luís Alves ocorreu no mês de outubro de 1997 e mudou parcialmente os rumos do planejamento acima mencionado, havendo ocorrido a morte de um adolescente. Na ocasião, a escola ficou praticamente destruída. A situação era bastante tumultuada, conforme o próprio do Dr. Jessé explica:

¹⁰¹ Os grifos do texto foram feitos pelo autor.

[(...) A esse tempo, o número de internos vinha crescendo assustadoramente e as unidades de internação passaram a sofrer constantes rebeliões, com danos incalculáveis, de forma que o aproveitamento do prédio de Belford Roxo viria a duplicar o número de vagas para internação, ao mesmo tempo em que se atendida a grande parte da demanda de descentralização, dentro da região do Grande Rio e próximo aos municípios que concorriam com o maior número de internos].

3.3.2 Prisão ou escola? Bem vindos ao Muniz Sodré

A estruturação do CAI Belford Roxo não foi tão rápida, existindo a necessidade de adquirir uma unidade que pudesse manter os adolescentes destinados à EJLA. Conforme já foi esclarecido anteriormente, as unidades podiam ser destruídas, mas a lógica do sistema exigia a existência das vagas para o internamento. Deste modo, a Direção do DEGASE tomou como decisão assumir uma unidade prisional do Complexo de Bangu para atender os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, que na época estavam com medida de internação.

[Apesar do esforço para aumentar e descentralizar o número de vagas para a internação, usando da forma mais racional os recursos possíveis, a superlotação das unidades foi aumentando em proporções geométricas, provocando a destruição das instalações físicas da Escola João Luís Alves e forçando a administração DEGASE a buscar outras soluções de emergência.]

Essa experiência pode ser considerada como a assunção por parte do Poder Executivo do aspecto punitivo do sistema. A prisão escolhida foi o Muniz Sodré, que na época abrigava os presos mais jovens do sistema penitenciário. Pude, como diretora técnica da EJLA, participar da transferência que foi feita em meio a muito sigilo e apreensão, pois naquela época o DEGASE sofria inúmeras pressões por parte da imprensa e dos órgãos vinculados aos Direitos Humanos. Os jovens eram muitos e estavam extremamente agitados, por conta da continuidade do atendimento em um espaço completamente destruído. A EJLA, por sua vez, não possuía qualquer condição de se manter de pé, executando as mínimas tarefas, como esclarece o Dr. Judá Jessé:

[(...) conseguiu-se a cessão provisória (*mais tarde consolidada*) das instalações do Instituto Muniz Sodré, que então vinha funcionando como uma unidade prisional, com capacidade para 160 internos e que mais tarde teve sua denominação mudada para Santo Expedito. Dessa forma com as medidas

tomadas, sempre em caráter emergencial, diante da constante redução dos recursos previstos, as unidades atualmente existentes podem atender acerca de 430 adolescentes em medida socioeducativa de internação do sexo masculino distribuídos em 4 unidades (EJLA, Belford Roxo, Santo Expedito, Niterói) ao invés de apenas 120 em uma única unidade como ocorria até meados de 1997.]

A unidade que aguardava os adolescentes era ruim, em péssimo estado de conservação. Não houve tempo para reformas, os presos saíram e os meninos entraram. Na noite em que os adolescentes foram transferidos houve manifestações de medo, felicidade e outras emoções que minha memória não consegue mais descrever. O medo nos aproximou dos meninos; estes temiam ir para a cadeia, e nós também. Acreditávamos, até aquele momento, que o DEGASE era diferente. Talvez os prédios, mas isso não modificava a lógica.

Nunca pensei que “gente guardada” pudesse manter tantas lembranças materializadas em objetos. Como a saída dos presos se deu repentinamente, suas vidas e lembranças formaram montes gigantescos de sujeira que levaram um bom tempo para serem destruídos. Os jovens choravam como nós: primeiro porque desconheciam seus destinos, segundo porque ficavam frente a frente com um espaço que poderia vir a ser tornar o único destino possível, em um futuro bem próximo: a prisão, de fato.

A demora nas obras de reconstrução da EJLA e na adaptação do CAI-Baixada tornou indefinida uma solução que seria temporária. As condições de higiene e tratamento eram muito precárias. A cozinha estava desativada, e precisávamos comer o que tinha nas já conhecidas “quentinhas”, vindas de empresas especializadas em servir o sistema penal, que, muitas vezes, chegavam fora de condições de consumo. Aquele espaço aproximou todos nós: meninos e funcionários. Eles não sabiam como se portar e nós não sabíamos o que fazer. Alguns adolescentes contavam-me que estavam felizes porque pela primeira vez teriam direito a um espaço só deles – este espaço era uma cela individual, por onde entravam ratos à noite através do buraco de esgoto. A situação de vulnerabilidade, para alguns deles, era tanta que a instituição tornou-se um espaço de proteção às avessas. Ao invés desses adolescentes mostrarem-se temerosos diante das instalações precárias, acontecia o contrário: a situação econômica de alguns era tão grave, que a possibilidade de ter um cubículo

individual os remetia à idéia de quarto privado, algo impossível em virtude de suas histórias de vida. Outros se desesperavam, principalmente nos primeiros dias, quando era comum internos do DESIPE irem à Unidade terminar a mudança para a nova cadeia. Toda essa situação se refletia na vida dos meninos e na dos funcionários, pois as condições de trabalho eram as piores possíveis. A ida para uma cadeia "de verdade" era a materialização do significado do DEGASE, sem a camuflagem do socioeducativo. As pessoas trabalhavam em meio à sujeira produzida pela falta de condições de higiene do lugar, acrescida da precariedade das instalações da própria instituição. A estrutura não era muito diferente daquela existente no DEGASE e por isso era mais chocante. A semelhança com o DESIPE denunciava que os profissionais lidavam com realidades muito próximas, mas que teimavam em dissociá-las.

Não era incomum encontrar, entre aqueles presos, antigos adolescentes do DEGASE, que já cumpriam seus papéis na prisão. Logo, novas rebeliões foram ocorrendo e destruindo mais aquele espaço. Como forma de ilustrar esse relato, trago parte de uma carta feita por mim, escrita na época, que nunca saiu de meus guardados e que podem expressar o que era, para mim, o Instituto Muniz Sodré:

O espaço destinado à Escola estava em péssimas condições de conservação, sendo possível serem instalados cerca 160 internos, número rapidamente superado. Tendo em vista o fato de o espaço ser inferior ao quantitativo de internos, as atividades tiveram que ser adequadas a essa realidade. As oficinas de profissionalização foram reduzidas para apenas três e estas tiveram a diminuição do número de alunos. O Colégio Estadual Candeia, apesar de ser remontado no espaço da Escola existente no Presídio, continuava funcionando precariamente, visto que possuía apenas 18 professores. O Centro Médico que antes possuía enfermaria destinada aos adolescentes que necessitavam de atendimento médico intensivo, passou a funcionar apenas com uma sala de atendimento para os médicos, sala de curativo e consultório de dentista. A equipe técnica passou a dividir um galpão com a Secretaria Técnica, sem salas de atendimento individual e familiar. As atividades foram sendo mantidas, mesmo que precariamente, por todo corpo funcional, sendo gravemente abaladas durante as rebeliões dos meses de abril e maio, estas últimas, que resultaram na destruição das dependências ocupadas pelo DP, Secretaria Técnica, Oficinas, Sala dos Técnicos e Centro Médico.(...) Essa equipe passou a não possuir espaço definido para atendimento, tendo inclusive a Secretaria Técnica que ser transferida para o Anexo da Escola Santos Dumont¹⁰² a fim de que fossem preservadas as documentações a salvo dos incêndios provocados nos incidentes já mencionados. Com a reinauguração da EJLA, parte do corpo técnico (6 profissionais) foi deslocado para aquela Unidade, restando ao

¹⁰² Isso significa dizer que os adolescentes estavam alojados em Bangu e sua documentação ficava na Ilha do Governador.

Presídio Muniz Sodré apenas 12 técnicos para o atendimento de mais de 390 adolescentes. (Moreira,1998)

Enquanto naquele espaço havia o total descontrole, a EJLA conseguiu reorganizar o atendimento na lógica dos módulos e da Escola Modelo. As condições da estrutura física e a metodologia auxiliaram significativamente tal processo. Entretanto, o Presídio Muniz Sodré assumiu sua função de depósito de adolescentes, ficando com as mazelas do sistema.

A Escola João Luís Alves recebia os meninos mais novos, com no máximo 16 anos, não reincidentes, até o número de 120, divididos em 4 módulos¹⁰³, com atendimento específico para cada um. À medida que iam surgindo as vagas na referida instituição, aqueles restantes no presídio Muniz Sodré iam sendo deslocados para a EJLA. Contudo, o que tecnicamente seria uma maneira de manter o atendimento, na prática foi se constituindo como execução de medidas, em uma unidade completamente fora dos padrões mínimos de aceitação.

Os problemas ocorridos na implantação do CRIAM Modelo (CRIAM Ilha), que teve seu projeto original desvirtuado¹⁰⁴, a impossibilidade de adequação do CRIAM Niterói à proposta de CAI¹⁰⁵, os atrasos no Centro Profissionalizante e nas diversas outras aquisições do Departamento, fizeram com que o Projeto de gerenciar um sistema modelo ficasse limitado à unidade EJLA nos padrões já divulgados.

É importante também mencionar que as modificações necessitavam da contratação de um número maior de funcionários, já que a administração se negava a chamar os selecionados do concurso ainda vigente de 1994. Assim, nesse período o número de funcionários foi distribuído desta maneira:

¹⁰³ A unidade foi dividida em quatro módulos, como se fossem quatro mini unidades que funcionavam independentes, com equipes distintas, partilhando apenas o refeitório, pátio e estrutura de lazer, que eram utilizados em horários diferentes.

¹⁰⁴ Era para se constituir em um espaço destinado a adolescentes oriundos da EJLA e da 2ª Vara da Capital. Os casos de semiliberdade seriam atendidos em um programa intensivo de três meses. Essa proposta contemplava a semiliberdade com pernoite e diurna, estabelecendo graduações de contato com o mundo exterior - no caso do acompanhamento da liberdade assistida, os adolescentes inseridos através da progressão da medida de semiliberdade cumprida no CRIAM ou encaminhados pela 2ª. Vara. Nesses casos também ocorreria uma graduação da intervenção institucional, pois inicialmente o adolescente cumprir a L.A. intensiva e depois a comunitária, que seria acompanhada por orientadores de sua área de moradia.

¹⁰⁵ Na época, o CRIAM sofreu uma série de interferências políticas da comunidade, que não acolheu a proposta de reforma da unidade para o atendimento de internação. Isso resultou em um gasto financeiro significativo sem a utilização prevista.

Quadro de funcionários

Nível	Efetivos do DEGASE	Efetivos da FIA	Contratados	Total
Fundamental	62	5	106	173
Médio	216	17	350	583
Superior	72	4	144	220
Total	350	26	600	976

Fonte:DEGASE

O número de contratados era quase o dobro do número de concursados. O concurso público, que era um componente fundamental do Projeto de Excelência, foi limitado ao concurso para agentes de disciplina de ambos os sexos. Observe que neste momento, diferente dos demais, existe a explicitação da disciplina e da contenção como necessidade do sistema. O argumento era a necessidade de existirem grupos distintos para tratar da contenção e para tratar do atendimento socioeducativo. Todavia, deve ser ressaltado que essa estratégia é própria do sistema, como garantia de que seus usuários serão assujeitados a sua lógica. A presença do agente de disciplina significara a introdução de uma nova categoria profissional, que estava exclusivamente destinada à garantia da ordem. Sem rodeios. A existência desses dois segmentos atuando no mesmo espaço institucional não privilegiou a atuação do agente educacional. Não o deixou livre para atuar de maneira educativa, enquanto que o outro, o de disciplina, também não foi destinado apenas à contenção. Ocorreu uma complementação, já que na prática, a atuação destes profissionais não se separava, e o agente educacional do DEGASE já estava impregnado da cultura prisional, conforme D. esclarece:

[Quando eu fui dirigir o Padre Severino, que eu encontrei o J., J. você é um bicho. Meu filho eu te conheci gente, você virou bicho. J. tinha virado um bicho. Aquele seminarista, cheio de amor no coração, aquele seminarista, sabe? Que estava doido para sentar com o menino e conversar com o menino, mostrar os caminhos do Cristo, tinha virado um espancador de primeira, sabe? Os olhos do menino (*se refere a J.*) saltavam como se fosse um animal. Você vê, ele entrou um menino. Ele estava com 22 anos, a mudança tinha sido assim de forma estúpida].

A cena contada por D. é a da constatação da falência do sistema, se o fato for considerado a partir de uma postura progressista. Todavia, dentro da lógica do sistema,

é êxito. A transformação foi realizada porque as condições para isso tinham sido dadas; os apelos se baseavam na cooperação que o profissional devia dar ao grupo, guardando sigilo das ocorrências que extrapolassem o âmbito da ética, na masculinidade, que, acima de qualquer argumento, deveria ser explicitada através do uso da força e de outros mecanismos de garantia de submissão dos adolescentes à ordem, que serão descritos na ocasião das entrevistas dos adolescentes.

Tais fatos são a evidência de que, apesar daquele grupo ter entrado no sistema de forma quase que homogênea, as diferenças de atuação, de projetos de sociedade modificaram por completo os caminhos daqueles dois profissionais (a técnica entrevistada e o agente mencionado). A fala de D. indicou que eles haviam sido modificados também pelo espaço institucional e, naquele momento, falavam de lugares diferentes.

À medida que o funcionário percebia que a ordem das coisas não seria alterada pela sua interferência pessoal e que a estrutura prisional era parte de uma outra que funcionava para consolidar o processo de exclusão social, restavam dois caminhos: abortar esta experiência e deixar o sistema ou se adequar à lógica da punição.

Em vista das questões apontadas, é importante descrever que a não aceitação, pelos gestores, da proposta educacional construída a partir do Projeto Excelência marcou a saída do Dr. Judá Jessé. Essa não concordância não foi explícita, mas começou com as alterações realizadas no projeto inicial e pelas sucessivas pressões que o Diretor sofreu nas tentativas de diminuir o quantitativo de adolescentes do Presídio Muniz Sodré. A crise teve continuidade e o Poder Judiciário teve um papel importante na manutenção do número elevado de adolescentes na instituição. A medida tomou proporções políticas e o desgaste dos embates políticos fez com que o Diretor deixasse o cargo.

O Projeto Excelência, em sua concepção de sistema de atendimento, foi um avanço, embora ainda não houvesse nele, enquanto projeto, um caráter emancipador, que possibilitasse atuar junto ao segmento atendido, de forma que este superasse suas vulnerabilidades. Após a saída do Dr. Judá Jessé, o Departamento teve um período de ostracismo, mesmo com a sobrevivência de alguns dos convênios realizados durante a gestão mencionada. A proposta que elevaria o estado do Rio de Janeiro a “vitrine” do

país no atendimento ao adolescente infrator ficou reduzida à Escola João Luís Alves. Tal como esclarece o relatório do convênio da UERJ:

[Os diretores depois do Dr. Judá, absorveram o convênio a seu modo. Sabiam que era importante ter a UERJ como parceira. De certa forma era cômodo, pois cada vez que tinham um problema diziam: “nós estamos com um projeto com a UERJ, a UERJ está fazendo...”.O apoio desses diretores, porém era apenas formal e burocrático. Não havia empenho de mudança.

Vinculado à primeira dificuldade, vem o problema dos critérios com que esses diretores são nomeados, critérios esses muito mais fundamentados nas exigências da composição partidária política do que nos méritos e na capacidade dos escolhidos para implementarem o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso levou a que, após o mandato do diretor que catalisou os caminhos e as vontades para as mudanças substanciais no DEGASE, os que o seguiram tivessem grande relutância na implementação do Convênio e pouco a pouco voltassem à militarização do cotidiano da vida institucional, sobretudo nas unidades de internamento. Esse retrocesso não atingiu linearmente todas as unidades, mas os diferentes atores reconhecem que, na implementação da medida sócio-educativa, o rumo inercial, sobretudo nas instituições de internamento, levou à volta das práticas tradicionais de encarceramento e repressão como estratégias pedagógicas (FIOCRUZ,1999:12)].

3.4 O DEGASE E AS ALTERAÇÕES NA LÓGICA DO PODER:

3.4.1 O contexto sócio institucional:

O terceiro momento estudado concentra os anos de 1998 a 2002. Desde 1986, ocorria o desmonte do projeto societário progressista, que vai se dar nos poucos avanços e muitos retrocessos do DEGASE.

No final de 1998, no estado do Rio de Janeiro, foi eleito Governador Anthony Garotinho; no mesmo ano, ele divulgou uma publicação construída com parte dos profissionais que participariam com ele do Governo¹⁰⁶, que faz um diagnóstico sobre a situação da segurança pública no Rio de Janeiro. Nela, são mencionados dados do início da década de Noventa que apontam para a criminalização da pobreza e para o refinamento do tráfico como elementos importantes para a situação da juventude do Estado. Todavia, apesar do diagnóstico elaborado, o autor não apresentava alternativas

¹⁰⁶ Garotinho, A . Violência e Criminalidade no estado do Rio de Janeiro. Diagnóstico e propostas para uma política democrática de segurança pública, Rio de Janeiro: Hama, 1998.

concretas para os adolescentes atendidos nas instituições, além do Conselho de Segurança Pública (CONSEP). O Conselho seria presidido pelo Secretário de Segurança Pública e funcionaria como um articulador das diversas instâncias do Executivo e Judiciário na execução das diversas políticas atravessadas pela questão da violência e da criminalidade.

O período em questão foi marcado pela inauguração de diversas unidades. Com exceção de uma, as demais eram localizadas no município do Rio de Janeiro. Deve ser salientado que esse processo ainda era consequência dos convênios e das articulações realizadas por Jessé (1997/1998), que investiu em diversas frentes de atuação. Todavia, o retorno dessas negociações não se deu na mesma velocidade com que elas foram realizadas nem respeitou, na íntegra, a lógica do projeto idealizado. Paralelamente às perdas, foi realizada a inauguração do CAI – Belford Roxo, para atendimentos dos adolescentes internados da Baixada Fluminense e do interior.

A situação contratual precária, em termos de permanência da maior parte dos funcionários, prolongou-se até setembro de 1998, quando foram chamados os concursados que aguardavam desde 1994. De uma única vez foram demitidos todos os contratados existentes no sistema. Como a forma de alocação de mão de obra era precária, nenhum deles recebeu indenização ou benefício relativo à situação de desemprego. Entretanto, em face das articulações políticas partidárias, parte deles retornou ao DEGASE com a promoção de novos contratos temporários. A recepção dos novos servidores não podia ter sido mais crítica: se por um lado o Estado cumpria o seu papel no que diz respeito ao quadro pessoal, as forças políticas locais articuladas junto à ALERJ puderam prorrogar os contratos de 300 pessoas, utilizando o mesmo argumento de sempre: a competência profissional no trato com os adolescentes infratores.

É essa competência tão divulgada que permitia que o sistema perpetuasse as práticas violentas. Assim, a recepção e o treinamento básicos para a assunção das funções acabaram sendo um processo sucessivo de expulsão de inúmeros profissionais, que foram literalmente “massacrados” no seu processo de admissão, seja por seus colegas demissionários, seja por suas chefias imediatas que não compreendiam as iniciativas dos novos profissionais, que diferentemente dos

contratados, não se submetiam às ordens com a mesma aquiescência do grupo anterior. Os “novos” não precisavam temer seus superiores: eram servidores públicos, não dependiam das relações de apadrinhamento para se manter nos seus empregos, foram estimulados a pensar o espaço socioeducativo tendo como parâmetro o Estatuto. Isso era um dado absolutamente novo para o Departamento. Os gestores não tinham a memória técnica de lidar com o servidor público - eles sempre foram muito poucos e estavam pulverizados nas diversas unidades. A acumulação de conhecimento se dava em relação aos contratados, e estes não possuíam direito algum. Além disso, para os primeiros convocados em 1994, a condição de estabilidade funcional, a incorporação de gratificações, enfim, a possibilidade de requerer benefícios só foi alcançada em 1999, quando completaram cinco anos de serviço público. Assim, com a chegada do grupo de profissionais em 1998, foi possível fortalecer a condição dos concursados, conforme V. esclarece:

V.: [Quando o pessoal(...) em 98, entrou...o quadro da instituição já estava mais calmo(...).A gente já tinha conseguido tomar as rédeas, novamente, da situação. Havia,...uma preocupação de se tentar esse momento de capacitação com o pessoal que estava chegando. “Não, tudo bem, eles já vão ter que ir pra unidade, mas..., paralelo a isso, vamos fazer... uma capacitação com essas pessoas. Vamos passar pra eles o que é o DEGASE. Quem é esse adolescente? Qual é o papel dele aqui dentro? Para gente tentar ver se consegue reconstruir isso”. (...)eu acho que, pelo menos, que até onde, que eu lembro, foi feito.. Teve um número muito menor de desistências dos funcionários.]

Observe que a fala da profissional aponta para um período de retomada estratégica na disputa de poder. Esse período é marcado pela valorização da situação dos profissionais voltados para uma visão progressista do atendimento. O grupo que vinha estabelecendo estratégias de resistência no DEGASE sempre utilizava como parâmetro o treinamento dos CRIAMs ministrado pela FUNABEM. Apesar de sua desorganização, que já foi explicada no decorrer do capítulo, aqueles profissionais vão se agrupar, mesmo que de maneira precária, a outros que, em sua trajetória de trabalho, identificavam-se com um projeto progressista de sociedade.

[Nós tivemos... várias pessoas... que se propuseram... no decorrer desses dez anos de DEGASE... implementar algumas mudanças, retomando algumas questões... fundamentais para... o atendimento e que, infelizmente, não conseguimos avançar... Se a gente for verificar projetos... têm vários... Mas na hora da efetivação, da implantação desses projetos... a coisa não consegue sair do papel e... e permanece a questão, mesmo, da... segurança, como prioritária dentro do sistema.]

O Convênio com a UERJ, que ainda estava vigorando pôde contribuir para o processo de capacitação dos funcionários que estavam sendo absorvidos. A incorporação dos servidores foi iniciada em setembro de 1998 e, durante o ano de 1999, diversas turmas foram treinadas em cursos de atualização de cerca de um mês, além das atividades acadêmicas em que os funcionários de diversas áreas foram envolvidos. Assim, diferente do que ocorreu em 1994, a formação se deu para os antigos e para os novos servidores. Entretanto, apesar de ter existido o treinamento dos funcionários em 1998, a alteração da realidade, a alteração do sistema, vai ser de caráter periférico, como explica o relatório de avaliação do Programa:

Assim, os vários depoimentos dos diferentes atores, nas oficinas de avaliação mostram que onde poderia vislumbrar uma mudança, continuou a ser espaço de repressão: a paranóia entre os funcionários cresceu; as contradições se acirraram. (FIOCRUZ, 1999:13)

Conforme é colocado, a lógica de aprisionamento do sistema se rearranjou e se sofisticou à medida que o sistema foi se consolidando. Quando V. compreendeu que em 1998, diferentemente de 1994, já era possível identificar as questões básicas relativas ao usuário da medida socioeducativa, L. esclareceu que o enfrentamento de forças teve continuidade. Se as modificações ficaram no âmbito do ideológico, deve ser considerado que não havia condições objetivas para tais alterações na estrutura do sistema.

Não é somente a leitura progressista de alguns que vai alterar os mecanismos de submissão de um grupo. É importante considerar outro elemento que deve ser integrante dessa análise, que é a reiteração do argumento tradicionalista: o aprisionamento. As modificações ocorridas não puderam alterar a base dessa alegação, tanto para técnicos quanto para os agentes, apesar de suas escolhas ideológicas. As diversas categorias profissionais do sistema, na execução de suas

tarefas, continuavam se baseando no aspecto meritocrático do mesmo, que decide quem deve ou não permanecer no aprisionamento.

Posteriormente, foram criados (em 1999) os Pólos de Liberdade Assistida (um na Ilha do Governador e outro na Zona Oeste em Campo Grande), o Projeto Nossa Casa, um projeto específico para adolescentes usuários de drogas e o Centro de Triage e Recepção (CTR) na Ilha do Governador. Em 2001 foram inaugurados o “Recuperando Vidas”, a Coordenação Biopsicossocial e o Centro Profissionalizante (ver em APÊNDICE).

O crescimento do sistema foi marcado por dois movimentos: o aumento de projetos que tentavam uma aproximação do DEGASE às requisições legais para atendimento de adolescentes em cumprimento de medida, e, em contrapartida a manutenção da estratégia de silenciamento/emudecimento dos profissionais. Entretanto, surge uma significativa questão que vai alterar algumas das relações vigentes. Trata-se do associativismo junto aos funcionários.

A sofisticação do argumento que possibilitou a construção de mecanismos de manutenção da ordem tem a sutileza de trazer o emudecimento daqueles que atuam contra tal proposta. A estratégia de silenciar os profissionais foi reforçada pelo êxito da política de repressão. Curiosamente, o fenômeno das fugas serviu para fortalecer o grupo progressista em suas lutas e reivindicações, visto que denunciava as mazelas do sistema e era uma forma de negociação da ordem nas unidades. A suspensão das fugas fragilizava a luta interna pela reversão do projeto conservador, conforme V. esclareceu:

[É... E fica difícil pra gente argumentar, nesse momento, porque... é... Verdade seja dita... Qual foi a última rebelião? Então... por mais que a gente... é... Nós temos bagagem pra argumentar. Temos... Agora... é difícil contestar que não teve evasão. Se não teve evasão... abre uma boa aspa: eles tão corretos?.. Hoje somos poucos, essa é a realidade. Hoje somos poucos, Daquele grupo inicial, hoje, somos muito poucos(...) É uma pena. (...) e não há nenhum movimento, assim, de reunir essas pessoas, ...de encontros das equipes, para que a gente pudesse ir se juntando, ir trocando idéia. A gente fica cada um no seu cantinho...]

Em face do DEGASE ter inicialmente se vinculado à Secretaria de Justiça, seus funcionários foram se associando ao sindicato dos servidores do referido Órgão, por

não haver outra opção de organização para aquele momento. Os associados oriundos do Departamento eram, na sua maioria, agentes educacionais e profissionais pertencentes a outras categorias de nível médio. Aqueles de nível superior, além possuir uma grande rejeição ao sindicato por conta da proximidade com os agentes penitenciários, preferiam se unir àqueles vinculados à sua formação profissional. Apesar da fragilidade verificada por V., a forma de organização dos servidores se deu de maneira diferente daquela que ela utilizou como parâmetro: o grupo treinado para assumir os CRIAMS em 1988. O que ela considerou como forma ideal de organização se deu dentro de um período que não se repetiria. Quando os funcionários dos CRIAMs foram treinados, os gestores da época tinham interesse em formar equipes com organização e argumentação, para o enfrentamento das questões relativas à implantação de um trabalho de cunho comunitário, com um referencial ideológico bem definido. Ter grupos organizados a partir da garantia de direitos dos adolescentes tinha sentido naquela conjuntura.

As alternativas de associativismo que o DEGASE tem construído nos últimos anos estão relacionadas à participação dos funcionários no Sindicato dos Servidores da Secretaria de Estado de Justiça e à Comissão dos Funcionários do DEGASE¹⁰⁷. A primeira é mais antiga, datando da formação do DEGASE; apesar disso, a articulação com o sindicato foi marcada por sucessivas crises de identidade, haja vista o órgão de referência ser o DESIPE. O DEGASE foi historicamente considerado um apêndice, sendo muito recente sua participação na diretoria. A segunda, data de 2002 e é relativa ao posicionamento de funcionários dos diversos setores do Departamento, que se organizaram para pressionar o Governo do Estado para a definição da situação do DEGASE, aprovação de Regimento Interno, Plano de Cargos e Salários, Dotação Orçamentária, regulamentação de atividades executadas, entre outras questões. Os dois núcleos de organização ainda são precários e pouco reconhecidos pelo corpo funcional do Departamento, mas têm se articulado em situações de confronto com os gestores, o que aponta para um crescimento da capacidade de atuação dos grupos envolvidos.

¹⁰⁷ Esta Comissão resultou no que atualmente é a Associação de Funcionários do DEGASE, que conta com 150 associados.

3.4.2. Mudança de cena: Os funcionários no poder

Era 2002 quando os funcionários do DEGASE chegaram ao poder. Assim, a última entrevista a ser apresentada é de dois representantes do Departamento: F. e K., agentes educacionais que participaram da Direção no referido ano durante o Governo Benedita da Silva, quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o Governo do Estado.

[No processo da minha chegada à Direção Geral do DEGASE, na verdade, ele foi construído desde mil novecentos e noventa e oito, quando nós começamos. Processo de campanha política...de 1998, que teve a coalizão lá do Partido dos Trabalhadores ..com o PDT, ...que era o partido do Leonel Brizola... e que tinha como candidato ao governo do estado, Anthony Garotinho .. e a vice-governadora... Benedita da Silva... Eu fui... assim... convidado pelo F.... para participar mais, ...dessas questões... das discussões, partidárias. Tinha o F. que era um militante político. (...)No meu caso, eu era simpatizante, mas não era militante. (...)na época... em 1999, quando assumiu o governo Garotinho, assumiu a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, o Senador Abdias Nascimento, ...pessoa sensível à essa questão... dos jovens que estavam... no sistema sócio-educativo e na sub-secretaria o...Ivanir dos Santos, que era... é... Secretário... até então, Secretário Executivo . do CEAPM, o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas.]

Observe quantas forças estão presentes nesta trajetória que K. vem traçando durante esses anos. Pelo seu discurso parece que ele foi identificado, escolhido e trabalhado como um representante de uma área. Além de sua indiscutível representação por conta de sua história de vida, relacionada com a política de atendimento a adolescentes em situação de risco social, é importante notar sua articulação com os movimentos voltados para a discussão racial. Esse ponto é crucial para o entendimento do processo que vai se dar nessa gestão.

[E a gente começou... a discutir a questão da própria Escola João Luís Alves, que já tinha passado por uma reforma em 1998, ...final de 97, início de 98 e que... procurava se adequar ao que preconizava o Estatuto da Criança e do Adolescente. Na verdade, a Escola João Luís Alves, ela foi fruto daquela discussão... dos profissionais do DEGASE, com os profissionais da UERJ e que... deu origem ao Projeto Excelência ...o projeto da gestão do Dr. Judá Jessé. E a Escola João Luís Alves, teve a possibilidade... de servir como um modelo, para o cumprimento das medidas de internação.É aquela separação... por quatro módulos,quatro alojamentos... com... 30 adolescentes. Quatro pra seis adolescentes em cada dormitório. Cinco alojamentos com... cinco dormitórios, com seis... com três beliches... Uma equipe multidisciplinar pra cada... grupo de 30 adolescentes. No caso, uma assistente social, um

psicólogo, um pedagogo. No início do processo, nós começamos com dois assistentes sociais, dois psicólogos, dois pedagogos pra cada grupo de 30 adolescentes. Então, uma assistência integral em que o adolescente era ouvido... o tempo todo].

A proposta trazida pelo Projeto de Excelência rendeu frutos significativos, de forma que, no sistema, uma equipe conseguiu implantar parte da proposta concebida. Todavia, a disputa de interesses continuou existindo. Foi esse elemento que marcou o processo de implantação da proposta de “humanização do sistema”, que o grupo gestor da unidade pretendia, como descreve K.:

[Quando eu assumi a direção da Escola João Luís Alves, em 1999, eu convidei algumas pessoas.. para estarem trabalhando comigo, O F. foi uma dessas pessoas e nós criamos lá... é... O F. criou o CRAE, que era o... a Coordenadoria de Atividades Educacionais, (...)Ele era responsável por organizar todas as atividades sócio-educativas, recreativas e culturais dentro da instituição, porque... Para você ter uma idéia.até a bola de futebol sumia para os garotos não poderem jogar bola.(...).E isso acabava... assim... criando insatisfação no grupo, por quê? Porque nós assumimos a direção da Escola João Luís Alves, com o compromisso de humanizar o atendimento... daqueles garotos... daqueles jovens que estavam ali. E... a gente... assim procurava... o máximo possível, com todas as dificuldades... atingir esse objetivo(...) O F. preocupado com a questão da cultura, sempre, promovendo atividades, sempre promovendo algum evento... A expectativa dos meninos... Elas mudaram. A expectativa... que era, a questão da fuga, passou a ser a questão... da atividade externa... Atividade cultural. Eram, no mínimo, duas atividades externas, por mês. E... Nós tivemos uma luta grande, também, foi com relação a implantação da grade escolar. E isso, a gente deve muito... a uma pedagoga, que trabalha na... lá na Escola João Luís Alves, até hoje, que é a S... que ficou responsável pela organização da escola. (...) Não digo que foi um processo... rápido. Foi um processo demorado. Nós levamos... para atingir ... esse nível, de... atendimento... e de... até de entendimento dos adolescentes do que estava sendo feito... por... para eles e com eles...que era mais importante... levamos, praticamente, uns dois anos.]

A etapa descrita por F. aproxima-se do que ZAFFARONI (1991) entende por clínica da vulnerabilidade: trabalhar com o aprisionado de maneira que ele possa identificar os objetivos do sistema, o qual é “uma prática de poder e não um modelo de solução de conflito (ZAFFARONI,1991:59)”. Além disso, é atuar com o encarcerado, esclarecendo a lógica do processo de seleção e de escolha do usuário das instituições de atendimento, considerando seu desempenho enquanto elemento propiciador do enriquecimento da indústria da segurança, que dela não tira proveito. É a modificação do discurso da culpabilidade pelo da vulnerabilidade, é a compreensão de que o

adolescente envolvido no ato infracional é capturado pela ausência de proteção social que possui. Esse processo desloca a atuação do sistema, que é punitiva, para um caráter emancipador do usuário.

[(...)esse... processo todo que se deu na João Luís Alves, acabou ganhando visibilidade, não só dentro do DEGASE, mas externamente. Porque muitos grupos de pesquisa das universidades, da Escola Nacional de Saúde Pública, da FIOCRUZ, eles vieram conhecer o processo... que estava se dando dentro da João Luís Alves, a própria UERJ (...) A gente, também, teve muito apoio... da sociedade civil, através das ONG`s. Naquele momento, a... Defensoria Pública ainda não estava instalada dentro do DEGASE, então, eu buscava muito apoio do Centro de Defesa Dom Luciano Mendes, da São Martinho, do V., que é advogado... do Centro de Defesa. Ele dava... é... uma... uma assistência jurídica. Aqueles casos que nós víamos que os adolescentes tinham ido parar no sistema, mas eles não... estavam ali... é... inevitavelmente, não é? Para não dizer, injustamente. E... esse... nosso trabalho, ele foi ganhando credibilidade. Eu acredito que isso tenha nos credenciado...o nosso grupo, as pessoas... a estarem assumindo o DEGASE.]

A explicitação da proposta socioeducativa e a oxigenação do sistema foram elementos fundamentais para a construção de uma proposta que estimulasse a produção de auto-estima nos adolescentes e nos funcionários. A instituição passou a existir em função do seu usuário, e os serviços implantados também. Quando K. descreve a alteração da direção social do DEGASE, a instituição responde: parte se integra à proposta, parte é reativa e sabota o processo.

Os profissionais envolvidos, durante a realização de suas atividades, identificavam as mazelas e pensavam em alternativas que se traduzissem em ações socioeducativas que contemplassem as diferenças e garantissem a compreensão do adolescente como sujeito. Existiam relações de confiança entre os membros daquele grupo que já havia partilhado experiências negativas e positivas na sua ação profissional. Era uma ação alteritária, em que existia troca e modificação na compreensão do mundo a partir do encontro entre profissionais e usuários da política. Não era apenas um grupo de trabalho formado para atuar na gerência:

[Quando a gente fala que entra no DEGASE e encontra um estado caótico ...a gente começa a sonhar, um pouco... sonhar um pouco em ser... É...A verdade é essa mesma: Ser direção de alguns equipamentos. Isso é real. Eu trabalhei, diretamente, com M., muito tempo. Com o K. não. Com o K. eu tinha contatos... Meu plantão rendia o plantão dele, ou ele rendia o meu. A gente tinha contato permanente, mas com M., com a Z.. Nós trabalhávamos no

mesmo plantão e eles sonhavam em modificar... E aquilo que o K. colocou, em humanizar aquele atendimento. Um dia... a gente vai ter que... Não a gente, mas vai ter que se colocar alguém... alguém que tenha esse entendimento. Entendimento que as pessoas tem que ser... tratadas de forma diferenciada. Não podem ser tratadas dessa maneira, como animais, como bichos. E...99... 99 o K... assume... Nem assume a direção, ele, ainda, era vice, me convida para... para estar assessorando... Acho que o termo é esse. Assessorando à Direção.]

As estratégias de manutenção da punição institucional são sutis e marcam o cotidiano de maneira a expressar a permanência de uma política, conforme ilustra a fala de F.:

[(...)Posso assim dizer: o corpo de agentes... descompromissado com a função que ele exercia e deveria exercer, para não atender os meninos, nas suas necessidades, que eram o que: as práticas... esportivas, seja na natação, seja no campo de futebol, ...eles escondiam... porra... bola... Levavam... (...)Sentei com o K.... Nós sentamos... Tudo foi sempre resolvido, em equipe. Precisava centralizar esse trabalho. Não adiantava você cobrar de alguém. Você tinha que ter um núcleo que coordenasse esse trabalho. Então, o CRAE, ele surge nessa necessidade. Ele surge no bojo da... confusão no bojo do caos. Alguém tem que tomar pé disso aí. E o K., na época, sub-diretor, sacou isso daí. A gente precisa fazer um setor, que vai centralizar e coordenar... (...)Nós montamos um... Dentro de um cubículo, ...num quartinho,...onde a gente guardava todo os materiais esportivos: sunga que eles nunca tiveram, em tempo algum... Conseguimos ter sunga pra todos os adolescentes, para estarem dentro da piscina, Bola de futebol... jogos educativos, E... o mais importante: que as visitas, as mães, ou seja, os responsáveis que traziam seus... pertences para entregar pros seus filhos, fossem, de fato, entregues, que até isso sumia. Então, o CRAE é que centralizou todo esse trabalho. Da redistribuição... do chamado... sabonetes, desodorantes... é... pentes, toalhas e por aí a fora, que o sistema deveria suprir e não supria.]

É preciso identificar que no exercício de práticas consideradas de disciplinarização existem níveis distintos de compreensão do sistema. Alguns acreditam que o sistema realmente corrige comportamentos, outros nem elaboram teorias a respeito do sentido do sistema para os adolescentes. Isso significa que se poderiam definir níveis de adesão às práticas perversas do sistema. O mesmo agente que é capaz de utilizar a força em situações de contenção é capaz de passar horas em conversa com os adolescentes e ser respeitado por eles dentro do sistema. Essas relações imbricadas têm uma lógica própria. Tal como ocorre com os meninos, os funcionários adquirem prestígio ou rejeição institucional a partir da trajetória profissional

que constroem e da diversidade de locais pelos quais já passaram durante os anos de profissão.

O desaparecimento de pertences, que é característica muito presente nas instituições de internação, é condenado pela maioria dos profissionais, independentemente da corrente ideológica que possuam.

Essa é uma forma de expressar a punição: através da impossibilidade de preservar pertences de uso pessoal; mas também pode ser uma forma de enfrentamento à direção da unidade, pois significa a incompetência da chefia em garantir que seus subordinados respeitem regras institucionais mínimas. Seja em função da punição do adolescente, seja em função do enfrentamento à chefia, tal estratégia é mais uma forma de estimular a perda de laços de pertencimento e conseqüentemente de laços afetivos, já que os objetos de uso pessoal, trazidos pela família, são a materialização do afeto possível diante da conjuntura existente.

[E a gente conseguiu fazer um trabalho diferenciado. Quando o K. coloca que a Escola João Luís Alves, ela instaura... Não quero aqui ser... É tão... Como é que é? ...perfeccionista, mas instaura um novo patamar... dentro... da proposta sócio-educativa do DEGASE. (...)Sentava com a direção... com segmentos de técnicos... até com o pessoal da... prestadora de serviços, terceirizados. Nós tínhamos o entendimento que o atendimento, ele passava por uma ação integral. Não passa só pelo atendimento técnico e pelo atendimento dos... dos agentes educacionais ou de disciplina. Atendimento integral. Todos eram educadores. Todos tinham que ser encarados enquanto educadores. E a gente consegue dar um salto de qualidade na João Luís Alves e começa a implementar um outro tipo de trabalho. Que não era... para querer ser melhor do que ninguém... que não era percebido ou implementado nas outras unidades. Fomos chamados de... “mamães”, fomos chamados de... “paternalista”, somos chamados de... “adular bandidos” ...mas a gente não esmoreceu nesse trabalho. Eu acho que a ida... do K. para Direção Geral... é conseqüência desse trabalho. É conseqüência dessas atitudes. É conseqüência... desse movimento, ...para frente. Respeitar os direitos humanos e de humanizar as unidades do DEGASE].

A ida de K. para a Direção Geral foi descrita por ele como um processo paulatino de aproximação com os grupos políticos partidários que na época estavam no poder..

[A única exigência que eu fiz para assumir a Direção Geral do DEGASE. Primeiro: que nós tivéssemos o apoio que fosse possível do Governo do estado, que fôssemos prioridade. E isso foi nos conferido num encontro... que nós tivemos nos dias... 16 e 17 de maio... em Friburgo, em que todos os Secretários, todos os diretores das autarquias do Estado, participaram com a governadora Benedita da Silva. Então, ela pediu prioridade para o DEGASE e

para o DESIPE, por causa das condições sub-humanas, que as pessoas viviam dentro desses dois... departamentos do Estado. E outra coisa: foi que eu pudesse escolher a minha equipe que ia trabalhar, diretamente, comigo. (...)Cada um desses membros dessa nossa equipe. Cada um desses coordenadores, eles tiveram total autonomia, dentro dos seus departamentos, para montarem as suas equipes e desenvolverem o trabalho].

Esta fala mostra que, a despeito da necessidade de formação coerente na função a ser exercida, o cargo é eminentemente político. A sua introdução no grupo político foi essencial para sua ascensão à Direção. Parece que sua aproximação do staff político o autorizou a montar sua própria equipe, o habilitou para o cargo.

[...]E... e nesse processo de.. humanização(...)de um departamento, ele se torna... assim... um vulto muito maior... as responsabilidades são muito maiores e... o jogo de interesses é maior, ainda. Nós... chegamos e encontramos: Primeiro: um departamento sem recursos... para suprir as necessidades básicas, Seriam... Que seriam: a alimentação, ...o vestuário, o material de higiene. Nós entendemos o seguinte: o DEGASE... ele é parte de todo um sistema... de atendimento... ao adolescente. E nós temos que arrumar. Nós temos que estabelecer... um sistema... de proteção para esses adolescentes, que estão aqui. Com quem nós iríamos... é... buscar esse... esse sistema de proteção? É... Com a Defensoria Pública... ou... membros do Ministério Público... Com o próprio Judiciário. Em algumas Comarcas nós conseguimos esse diálogo. Muito bom... com alguns... juízes... Nós tínhamos reuniões... periódicas... com o Ministério Público. A Defensoria, a gente tinha uma ligação direta... permanente. E... com a sociedade civil, organizada. Nesse período, eu não deixei de participar de nenhuma reunião no Conselho Estadual. Por que? O Conselho Estadual discutia a questão do DEGASE. Não só do DEGASE, mas de todo o sistema sócio-educativo. E enquanto isso... a gente foi se organizando internamente para que .. os funcionários pudessem, também... .. opinar... sobre que DEGASE... e... que departamento, nós poderíamos construir juntos. Nós vivemos um período crítico, por que? Devido a... uma campanha política que estava em andamento.]

A mudança de foco na gestão do Departamento fica evidente quando são observadas as práticas empregadas por K., quando explicam como foi organizada a articulação entre os diversos órgãos envolvidos na política de atendimento. É importante ainda considerar que K. era um remanescente do grupo treinado para os CRIAMs e, por isso, esse momento pode ser entendido como uma retomada de poder do grupo progressista. Contudo, esse processo é iniciado a partir das articulações políticas com os diversos segmentos vai ser atravessado por outros elementos, conforme explica K.:

[Algumas pessoas esqueceram... que nós tínhamos um trabalho a cumprir e trouxeram a luta política pra dentro do Departamento. E aí... E aí nós podemos... Nós podemos ver... a face mais cruel... de um sistema... que é o preconceito racial. Devido ao fato de nós termos pessoas negras... na direção e na coordenação do DEGASE... nós sofremos todo o tipo de ataque, inclusive com... cartas anônimas... faxes anônimos].

Tal como o sistema socioeducativo não suportou lidar com a diferença no que se refere ao atendimento aos meninos, ele não foi capaz de suportar também as modificações decorrentes da alteração da correlação de forças.

Nesse sentido é importante notar que tal processo foi atravessado por dois componentes: a situação de K. perante o grupo dominante que ainda estava presente no Departamento, apesar de ter sido afastado das posições de comando, e seu reconhecimento perante o corpo de agentes do DEGASE.

Quando trato da primeira questão, é importante considerar que, se K. tinha traçado uma trajetória política paralela à sua ascensão ao cargo, ele não deixava de ser agente educacional do Departamento, por isso sofria as resistências relativas a sua condição profissional, apesar de ter sido projetado pela política partidária a assumir a referida função. Internamente K. não era unanimidade, ele era um contratado, treinado para atuar no projeto CRIAM, que se tornou funcionário público. Era apoiado por parte de seus pares que atuavam com ele na EJLA. Outros grupos coexistiam naquele mesmo espaço e estavam descontentes com sua forma de administrar. Em face disso, K. era duplamente discriminado, por seus pares e por seus antigos superiores.

Quando K. trata do preconceito, na realidade, está explicando a forma como ele consegue entender o processo que se dá e que vai ser manifestado a partir do argumento racial. Todavia, compreendo que os episódios narrados possuem mais complexidade, são acima de tudo resistência ao processo já descrito.

[(...) É ... argumento... como principal argumento dessas cartas, que nós não tínhamos capacidade para estarmos aonde nós estávamos... pelo fato de nós sermos negros. (pausa) E... Na verdade é assim... é... Nós sabíamos que iríamos sofrer algum tipo de discriminação, mas não... não... esperávamos que a coisa baixasse a um nível tão... sabe? Fosse um nível tão baixo. Ao ponto de... colocar... acusações sobre nossas famílias, nossas vidas particulares... Mentiras mesmo. Comprovadas. Porque todo mundo que... quisesse... averiguar aquilo ali. As pessoas que nos conheciam, sabiam que era mentira. E aqueles que não nos conheciam e que quisesse investigar aquilo ali,

chegariam a conclusão que eram... mentirosas aquelas acusações. E nós convivemos..Nós consideramos a face mais cruel... desse sistema... mais covarde desse sistema... que são os contratos].

Um dos componentes que vai também interferir nesta disputa de projetos políticos é a antiga rixa entre concursados e contratados.

A indicação para a Direção do Departamento era uma escolha político- partidária e, assim sendo, era preenchida por pessoas que não faziam parte do quadro do DEGASE e, com raras exceções, eram completamente dissociadas da política de atendimento. Com a posse de K. esse quadro mudou, pois ele era oriundo do grupo de concursados e, por conseguinte, trazia seus interesses mais próximos aos do seu grupo de origem. Neste sentido, K. faz observações pertinentes a respeito da condição de trabalho do profissional terceirizado no sistema.

[É... Eu fui uma pessoa que tive um contrato. Só que o meu contrato, assim como... o seu (*faz referência a entrevistadora que também já passou pela situação de contratada, na mesma época que ele*), ...em determinada época, era um contrato... é... digno... Um contrato... é... honesto, um contrato humano. Um contrato que dava... Um contrato de trabalho, em que o profissional, ... estava colocando a sua mão-de-obra à disposição de um sistema... Estava sendo remunerado com todas as garantias... trabalhistas. E esse contrato... que existe, hoje, no DEGASE, isso não garante nada para ninguém que trabalhe. E as pessoas se agarram... a esses contratos com unhas e dentes... como se fosse a última coisa do mundo.]

Em seu discurso, K. avalia que a condição do contratado teve uma piora significativa em relação ao que ocorria no período em que ele vivenciou tal situação (início dos anos Noventa). Na sua fala, ele conta que naquela época se sujeitava a condições precárias e às vezes eticamente condenáveis para garantir o trabalho.

O que muda em relação aos contratados? Analisando a situação desde a seleção dos profissionais para os CRIAMs, existia uma expectativa, por parte desses profissionais, de incorporação à estrutura pública na condição de estáveis.

A Constituição de 1988 e a proibição de incorporação de celetistas ao quadro de estatutários extinguiu o sonho. Com a realização do concurso público em 1994, o grupo começou a se esfacelar e se sujeitar às precárias condições de trabalho. A proposta neoliberal também já estava sendo incorporada à estrutura pública, e a manutenção de terceirizados era rentável para as relações estabelecidas entre os órgãos

governamentais e privados. Assim, a perpetuação dos trezentos contratados foi uma forma de conseguir manter um grupo seletivo e dependente, que tinha pouca capacidade de argumentação e negociação. Entretanto, diferentemente do que ocorria em 1994, não existiam ilusões de incorporação à estrutura funcional. A forma de participação foi o assujeitamento. Pode-se ainda dizer que os profissionais contratados tinham a noção de que, na disputa das poucas vagas de concurso público, oferecidas pelo DEGASE¹⁰⁸, estavam em condição desfavorável em relação aos demais. Afinal, sua forma de introdução no quadro de funcionários não passou pela seleção da competência técnica, mas, na maioria das vezes, pelas relações político partidárias que possuíam. Assim, diferente do que ocorria no início da estruturação do DEGASE, as relações político partidárias deslocaram-se do espaço dos CRIAMs para definir as relações de trabalho de todo o Departamento.

Era como se o sistema tivesse esse desdobramento, em relação aos funcionários, da mesma forma que tem com os meninos, já que os contratados são o segmento mais vulnerável de todo quadro funcional.

[Porque... é... Que eu tenha conhecimento... é que... dito pelo próprio é... Coronel E., quando assumiu o DEGASE... nos seis meses que ele ficou no DEGASE e... no início de 1999, é que... quando ele chegou... ele encontrou... trinta contratos em branco... vagas. Quando ele saiu, ele deixou trinta contratos em branco. Para quê? Para que o diretor que viesse, pelo menos, pudesse colocar um... 10%... das pessoas... da sua confiança, dentro desse número. Quando nós assumimos, nós não encontramos nenhum contrato em branco. E nós encontramos, sim... pessoas... é... funcionárias que não compareciam, que não trabalhavam e... recebiam. Filhos de políticos... Filhos, genros, noras de políticos que... principalmente, do interior, que não... trabalhavam, sobrecarregavam as pessoas que estavam dentro do sistema e que recebiam por isso. Nós, primeiro, fizemos o seguinte: todas essas pessoas que entraram a partir de janeiro, nós chamamos para dizer: -“ Olha. Vocês entraram num momento... em que... o governo está... que está saindo sabiam que não iam permanecer”.Então... essas pessoas... seriam as primeiras pessoas que seriam desligadas, naturalmente. Não iríamos desligar pessoas que tinham 10, 15, 20 anos, a não ser as pessoas que, comprovadamente, estavam envolvidas em... situações irregulares. Essas, sim.. (...)Quem conhece um que foi mandado embora pode pensar que... esse um foi multiplicado por cem, mas não. Foram trinta pessoas... desligadas. E... esse processo de desligamento, dessas trinta pessoas, pelo menos entraram umas quinze pessoas, que já tinham sido saídas do DEGASE, injustamente, em épocas passadas.]

¹⁰⁸ O Departamento não realiza concurso público desde 1998.

Além da questão da submissão do contratado em face da precariedade de sua condição de trabalhador, ficava evidenciado o uso do dinheiro público como forma de apadrinhamento e de clientelismo.

Em vista do que foi apresentado, é importante mostrar que o grupo teve um resultado bastante rico, se for considerado o curto espaço de tempo de permanência no poder, conforme explica K.:

[Até então o DEGASE vivia... é... nas rebarbas do DESIPE. Por estar... estarmos na mesma Secretaria, a prioridade sempre seria o sistema penitenciário e, não, o sistema sócio-educativo. E pela primeira vez... Pela primeira vez, foi elaborado um orçamento próprio pro DEGASE. Pro sistema sócio-educativo. É... Nós sabemos... que o ano passado não foi colocado em prática todo o orçamento que foi solicitado e que foi aprovado na Assembléia Legislativa. Nós sabemos disso. Parte do orçamento ficou perdido lá nos meandros da administração pública. Mas isso, também abriu um caminho pra que não deixasse mais de ser feito a dotação orçamentária pro DEGASE. (...) Então, todas as vezes eles vão lá no quadro do orçamento do Estado, o DEGASE, o órgão com orçamento próprio. (...) Só que isso é uma luta de todo ano. Essa é uma luta incessante. Todas as gestões que tiverem lá, elas vão ter que ir lá pra Assembléia Legislativa, vão ter que estar junto com o Secretário, junto com a administração central da Secretaria, buscando essa dotação orçamentária. Então, essa questão do orçamento, a gente encaminhou, de forma que ela se tornasse algo permanente dentro da planilha do Estado.]

A proposta de trabalho construída pelo grupo de K. foi constituída de 17 itens, onde foram incorporados alguns projetos de períodos anteriores, reformas de unidades, construção de outras:

- Obras emergenciais do Complexo da Administração Central;
- Aquisição de bens permanentes, material de consumo e contratação de profissionais;
- Reforma das 17 unidades do Projeto Criad;
- Construção de 4 Criads, assim distribuídos: 1 na Zona Norte, 1 na Zona Oeste, 1 na Zona Portuária e 1 agrícola;
- Construção de 4 CAIs, assim distribuídos: 1 na Região norte Fluminense, na Região do Médio Paraíba, 1 em Niterói e 1 na Baixada Fluminense;
- Informatização do DEGASE com a aquisição de Hardwares e Softwares (proc. E0614214/2001);

- Aquisição de viaturas: 30 kombis, 3 utilitários Sprinter, 1 ônibus, 1 reboque com prancha e 1 caminhão baú;
- Construção de uma unidade hospitalar com 25 leitos;
- Descentralização do programa de atenção a usuários de drogas;
- Construção de unidade para atendimento a medida de liberdade assistida na Zona Oeste;
- Reforma da João Luis Alves - recuperação do espaço para atendimento socioeducativo (proc. E-06/15.861/2000);
- Reforma Cível, elétrica e hidráulica na estrutura (proc. E – 06/15.768/2000);
- Manutenção do sistema socioeducativo;
- Reforma do CAI Belford Roxo (proc. E-06/14.473/2001);
- Aquisição de 4 grupos geradores;
- Capacitação profissional de todas as categorias profissionais do DEGASE através da Escola Socioeducativa;
- Aquisição de bens permanentes.

O documento que divulgava a síntese das metas e prioridades orçamentárias totalizava um valor de R\$ 31.078.162,00 para o ano de 2003 e foi amplamente divulgado para todos os profissionais do Departamento, sem, contudo, ser executado na maioria dos itens elencados.

Após as eleições, com a derrota do grupo vinculado ao Partido dos Trabalhadores, o Diretor anterior a gestão de K. retornou ao poder e aconteceram os famosos “castigos geográficos”. Isso significa dizer que quase todos aqueles que tiveram destaque durante a administração de K. foram deslocados de suas lotações e transferidos para locais distantes de suas residências, independente do bom ou mau trabalho que realizavam. Essa prática é extremamente comum e é a forma como o Departamento disciplina os concursados. Considerando que eles não podem ser retirados do sistema como os contratados, são transferidos para locais distantes, já que o Departamento tem abrangência estadual. Por causa do baixo salário, o funcionário muitas vezes acaba por se submeter a abusos de poder, porque a

transferência significa a impossibilidade de trabalhar em virtude das distâncias a serem percorridas sem qualquer ajuda de custo para o deslocamento. Os funcionários são tratados tal como os meninos, e disciplinados pela punição:

[É inconcebível que você tenha uma pessoa da direção, da concepção do K., que milita no Movimento dos Meninos e Meninas de Rua, antes do nascedouro do DEGASE. Está jogado... Não é nem pelo ostracismo, não, mas está jogado... num... CRIAM .. Eu acho que ele pode dar... respostas. Ele pode atender, ele pode... melhorar, dignificar, ele pode beneficiar muito, numa outra posição. Não é afastando o funcionário, porque... estatutário é funcionário público, não é contratado. Porque se fosse contratado estava no olho da rua. Então, eu acho que é um erro, é um erro crasso. Não é dessa direção, não. Das direções, outros segmentos... em passar o trator em cima daquele que tem consciência. Passar o trator em cima daquele que tem trabalho; passar o trator em cima daquele que é respeitado. É anular o outro].

Conforme F. aponta, a idéia do castigo geográfico é essa: o sistema é eminentemente punitivo com aqueles que saem de sua lógica e traz a idéia de silenciar o outro, para ter certeza de que o grupo não poderá se reunir, que cada um dos membros que participou daquela “insubordinação” deverá estar longe o suficiente dos outros, de modo que o sistema não venha a sofrer novos golpes.

3.5.PERDAS E GANHOS:

3.5.1. As pessoas :

A trajetória do DEGASE, construída a partir de depoimentos de funcionários, buscou trazer subsídios para entender a lógica perversa de construção de uma estrutura que é punitiva interna e externamente. A situação dos funcionários nos diversos anos de sua existência pode ilustrar as dificuldades de permanência dos profissionais em tamanha adversidade. Para demonstrar esse processo foi construída uma tabela com base nos dados coletados no Departamento, que expressa a forma de alocação de pessoal, desde o concurso de 1994 até o ano de 2002.

O DEGASE, desde a sua fundação teve apenas três concursos: o primeiro foi realizado em 1994, para a contratação de profissionais dos três níveis de escolarização;

depois houve o concurso para agentes de disciplina em 1998 e no mesmo ano o concurso para professores das escolas existentes nas unidades de internação.

Durante o período de duração do primeiro concurso ocorreu a chamada inicial dos profissionais, no mesmo ano de sua realização e outra em 1998, época de expirar sua validade. O concurso para agentes de disciplina teve inúmeros problemas para efetivar sua homologação em virtude de habilidades específicas que constavam no edital, as quais o próprio Departamento não conseguia efetivar. Além disso, havia uma resistência de grupos do Governo do Estado em garantir a chamada dos profissionais, já que isso iria romper com a permanência dos agentes contratados.

Em virtude do ocorrido, diversos candidatos entraram na Justiça a fim de assegurar seus direitos, sendo convocados por determinação judicial, e no ano de 2002 foi chamado um grande número de candidatos aprovados.

O terceiro concurso foi o menos tumultuado e concorrido em face da especificidade da atuação. Entretanto, foi o mais polêmico por conta da situação salarial que resultou. Os professores foram selecionados para atuar especificamente nas escolas do Departamento, e, portanto, recebiam uma gratificação específica por sua lotação. Todavia, por serem professores, têm um piso mínimo, que foi definido para todo profissional de educação do estado do Rio. Essa combinação de gratificação com piso salarial gerou salários até dez vezes maiores do que os recebidos pela maior parte dos profissionais do Departamento, e criando uma disputa judicial pela equiparação dos pedagogos à condição dos professores.

Após esse panorama, é de meu interesse apontar quantos profissionais concursados foram alocados no DEGASE e quanto foram perdidos durante esses anos. Além disso, o gráfico possibilita identificar quais foram as principais categorias que abandonaram o sistema.

Observando o gráfico, é possível verificar que o sistema possui poucos profissionais concursados que estejam na área da informática e na sistematização de dados estatísticos. Tal situação inviabiliza o monitoramento e acompanhamento das atividades realizadas de maneira satisfatória. Quanto aos profissionais das outras áreas, se observa que somente as categorias assistente social, pedagogo e psicólogo possuem um maior número de funcionários. Isso deve estar relacionado à

necessidade de existir técnicos para a execução de relatórios de reavaliação de medida socioeducativa. As demais carreiras, e principalmente aquelas que são fundamentais para a realização de um trabalho socioeducativo, possuem pouquíssimos profissionais em relação às necessidades das 29 unidades existentes no sistema.

Situação Funcional - Nível Superior							
Cargos	Vagas do concurso em 1994	Profissionais empossados do concurso em 1994	Convocados até janeiro de 1998	Desligados até janeiro de 1998	Convocados em setembro de 1998 do concurso de 1994	Concurso ¹⁰⁹ de professores em 1998	Total de vagas ocupadas em 2002
Anal. de sistemas	1	1	2	1			1
Assistente social	20	18	31	11	70		61
Estatístico	1	1	1				1
Nutricionista	1	1	1		2		1
Musicoterapeuta	4	4	5	1			4
Odontólogo	2	2	3	1	5		5
Pedagogo	7	7	7		50		43
Psicólogo	8	8	8		50		45
Médico – Clínico Geral	11	9	19	8	10		7
Médico - Psiquiatra	6	6	8	2	3		9
Professor – Educação Física	6	4	7	1	8		11
Professor Artes Cênicas	2	2	2			3	2
Professor Artes Plásticas	2	2	2				2
Professor Música	2	2	2				2
Prof. Ciências						3	1
Professor Educação Musical						3	1
Prof. Geografia						3	2
Professor História						3	2
Prof. Inglês						4	1
Professor Matemática						3	2
Prof. Português						4	3
Total	73	67	98	25	198	26	206

Fonte: DEGASE

Com análise dos gráficos abaixo fica evidente a perda de funcionários nos últimos anos, principalmente nas vagas relativas a agentes educacionais e de disciplina¹¹⁰. Os cargos destinados às funções administrativas também tiveram pouca

¹⁰⁹ Neste ano foi realizado concurso para preenchimento de vagas nas escolas públicas existentes nas unidades de internação, professor I e II. Entretanto, vale ressaltar que desde 1994 existiam professores da rede pública de ensino que atuavam nas referidas unidades, totalizando um grupo de 16 docentes (10 Professor I e 6 Professor II).

¹¹⁰ Quanto a esses últimos, não foi possível precisar o número de agentes de disciplina que foi convocado e que solicitou desligamento entre os anos de 1998 e 2002. Todavia, pode-se dar a informação de que já foram convocadas para o cargo 791 pessoas e, até o ano 1º semestre de 2004, o DEGASE possuía 471 agentes em exercício.

reposição. Isso acarreta a acumulação de tarefas, tendo em vista que a demanda aumentou em proporção superior ao número de profissionais.

Situação Funcional – Nível Médio							
Cargos	Vagas do concurso em 1994	Profissionais empossados do concurso de 1994	Convocados até janeiro de 1998	Desligados até janeiro de 1998	Convocados em setembro de 1998 do concurso de 1994	Vagas do concurso professores e agentes de disciplina em 1998	Total de vagas ocupadas em 2002
Agente administrativo	30	28	42	12	32		49
Agente educacional Masculino	118	95	221	103			106
Agente educacional feminino	32	25	60	28			31
Agente de disciplina masculino						450	403
Agente de disciplina Feminino						50	47
Artífice - Alvenaria e Pintura	1	1	1				1
Artífice – Artes Gráficas	2	2	2				2
Artífice – Cabel./ Manicure	1	1	1				1
Artífice – Carpint./ Marcenaria	1	1	2	1			1
Artífice Costura/Confecção	1	1	1				1
Artífice Eletric./Telecom	1	1	1				1
Artífice – Inst.Hidraulicas	1		1	1			
Artífice -Jardinagem	1	1	1				1
Artífice Mec. de autos	2	2	2				2
Artífice Serv.de Garagem	2	2	2				2
Artífice Esp.Cerâmica	1		3	2			1
Artífice Esp. Cestaria	1	1	1				1
Aux. de Enfermagem	6	5	10	4	20		22
Datilógrafo	20	16	29	9			14
Professor II						21	15
Téc. De Contabilidade	1	1	1				
Téc. Proc. de Dados	1		1				1
Total	223	183	382	160	52	521	702

Fonte:DEGASE

Tratando ainda da observação do quadro de agentes de disciplina vale ressaltar que a procura pelo emprego de agente de disciplina ou educacional não é uma tarefa relacionada à aptidão; significa antes a falta de opção por outro trabalho, por meio do qual seja possível igual remuneração associada à estabilidade financeira. O ingresso nessa área não se dá por formação profissional específica, pois basta ter escolaridade média, saber dirigir veículos. A oferta de vagas é, na maioria das vezes, grande.

Não existe no DEGASE carreira, trajetória que exija conhecimento mais específico da função. O processo de formação de um agente, conforme foi possível verificar a partir dos discursos dos entrevistados, se dá a partir da prática cotidiana, já que a instituição oferece pouca capacitação. Entretanto, à medida que o trabalho apresenta peculiaridades que exigem do profissional a análise de conflitos éticos e enfrentamentos na área da violência, as demandas pessoais tornam-se maiores do que as exigências institucionais, o que o leva ao abandono da tarefa e conseqüentemente a procura de outras. Ainda relativo aos profissionais de nível médio, é interessante observar a inexistência da reposição de profissionais destinados às oficinas profissionalizantes.

Daqueles que foram selecionados em 1994, poucos continuam exercendo a função para o qual foram habilitados. A lógica do sistema e a desvalorização do processo educativo fazem com que os profissionais se despreguem dos meninos e comecem a atuar no sistema, exercendo atividades de manutenção da estrutura física do DEGASE, como forma de dar conta da falta de investimento do poder público na política.

O último gráfico montado diz respeito aos profissionais de nível elementar e a partir dele é possível fazer as seguintes considerações:

Situação Funcional – Nível Elementar					
Cargos	Vagas do concurso em 1994	Profissionais empossados do concurso de 1994	Convocados até janeiro de 1998	Desligados até janeiro de 1998	Total de vagas ocupadas em 2002
Aux. de Serviços Gerais	34	32	40	6	33
Cozinheiro	12	11	13	1	11
Motorista	14	14	16	2	14
Telefonista	2	2	2		2
Total	62	59	71	9	60

Fonte:DEGASE

No que tange aos profissionais de nível elementar, observam-se duas situações que apontam para a precarização da utilização da mão-de-obra concursada: a substituição destes por outros terceirizados nas atividades elementares e a relocação dos funcionários públicos dessas categorias para outras atividades, distintas daquelas para que foram selecionados. Quanto a essa última situação, ela pode ser considerada como resultante do aumento do desemprego, que também se reflete nas instituições

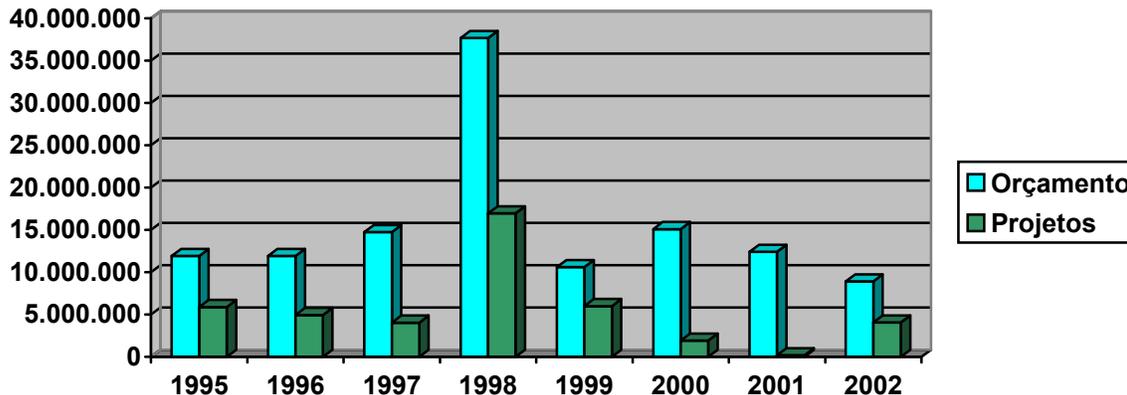
públicas. É o assujeitamento ao trabalho inferior à escolaridade que possui como forma de adquirir estabilidade de emprego. No desempenho cotidiano da função, ocorridos problemas de adaptação (em função da falta de familiaridade com o trabalho exigido), a alternativa mais utilizada pelos os gestores acaba sendo o desvio de função, como forma de adequar o funcionário ao órgão e de suprir as ausências relativas a falta de mão-de-obra.

A acumulação de atividades por parte de outros segmentos pode ser exemplificada com o caso do agente de disciplina que, na habilitação para o concurso, já devia comprovar que era motorista e assumir essa função, retirando a necessidade do Departamento de compor o quadro funcional com profissionais que exercessem especificamente a função de motorista de viaturas.

3.5.2. Os orçamentos:

Considerando todas as questões relativas ao DEGASE nos anos de 1994 a 2002, gostaria de apresentar um gráfico que pode ilustrar o potencial de investimento do poder público na referida política. A idéia inicial era trabalhar com o orçamento elaborado para a área e estabelecer uma comparação entre receita e despesas. Todavia, isso não foi possível, haja vista não existir uma sistematização dos referidos dados¹¹¹ por parte do DEGASE. As diversas mudanças da vinculação do Departamento às Secretarias de Estado aumentaram a desorganização das informações sobre o sistema socioeducativo, não havendo um responsável a ser nomeado pelo o assunto. Entretanto, deve ser considerado que o fato de durante anos o DEGASE ter permanecido atrelado ao DESIPE foi um elemento limitador das ações financeiras e políticas relacionadas ao Órgão. Em outras palavras, muito do que foi orçado para o Departamento foi remanejado para o DESIPE, que já era mais estruturado e menos sujeito às disputas políticas.

¹¹¹ Durante a pesquisa foram feitas visitas à Secretaria de Justiça, ao Conselho Estadual dos Direitos da Infância e da Juventude ao Tribunal de Contas do Estado, e não foi possível obter essa informação.



(Fonte: Quadro de Detalhamento de Despesas do estado do Rio de Janeiro /1995-2002)

Com o auxílio do gráfico pode-se perceber que as verbas orçadas não acompanharam os planejamentos técnicos. Apesar dos projetos destinarem um determinado valor para o DEGASE, na prática, a quantia utilizada pelo órgão era infinitamente menor. Nos anos de 1995 a 1997 observa-se um ligeiro aumento no valor destinado ao sistema socioeducativo. Todavia, deve-se notar que o mesmo não ocorre com as quantias destinadas aos projetos, tendo em vista que é possível observar um decréscimo que se dá quase na mesma proporção do referido aumento no orçamento. Se for considerado que no ano de 1998 obteve-se um aumento significativo nos valores destinados ao sistema, é importante lembrar que tal quantia já vinha sendo negociada com o DEGASE desde 1995, e, mesmo assim, dos valores reservados no orçamento para o setor, uma grande parte foi perdida, conforme explicou Dr. Judá Jessé em seu depoimento.

Após aquele ano pode ser verificada uma importante perda, tanto nas quantias destinadas ao custeio da política, quanto especificamente aos projetos desenvolvidos por ela. De modo que seja possível compreender como o orçamento se materializa em programas, será apresentado um gráfico que expressa a dotação orçamentária atualizada¹¹² e como a receita do ano de 2002 foi utilizada:

¹¹² Esta tabela é diferente do que foi apresentado no orçamento inicial e serve de parâmetro para o quantitativo que será executado no decorrer do ano.

Programas	Dotação Atual	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado	Paga
0001 - Desenvolvimento de Recursos Humanos	890.367,00	537.435,00	30.136,00	30.136,00	15.068,00
0002 - Gestão Administrativa	1.730.735.477,90	1.627.000.575,00	1.511.144.077,89	1.483.108.822,70	1.349.424.453,99
013 - Despoluição da Baía de Guanabara	246	-	-	-	-
0026 - Reintegração Social do Presidiário	1.925.714,79	1.908.375,00	1.874.495,94	1.866.933,26	1.865.933,26
0045 - Assist.Sócio-Educat./Pedag.p/Adolesc.Infratores	8.908.075,00	8.022.228,26	5.840.241,03	3.953.495,26	3.716.231,55
0055 - Prevenção e Combate ao Crime	21.516.293,00	20.727.353,38	20.727.352,64	20.727.352,64	20.727.352,64
0062 - Construção e Reforma de Unid.da Seg.Pública	59.932.106,00	47.373.950,78	42.108.897,51	34.454.558,25	27.619.512,21
0076 - Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania	2.132.895,00	1.860.671,00	1.859.511,73	1.815.688,21	1.702.103,05
0088 - Expansão e Aperfeiçoam.do Sist.Penal	28.362.613,21	26.544.676,70	25.569.771,67	18.934.532,74	11.994.642,16
0126 - Moderniz.e Reaparelh.dos Órgãos de Seg. Pública	217.644.602,00	198.675.735,60	163.288.516,30	155.260.263,88	138.288.333,77
0138 - Ampliação e Aprimoram.das Ações de Def. Civil	22.613.714,00	17.957.493,00	11.961.992,59	11.420.429,58	11.402.669,58
0140 - Previdência Pública Estadual	913.958.521,00	901.447.593,00	901.053.903,56	901.053.021,68	840.134.614,73
0167 - Serv.Habilit., Reg., Licenc.e Emplac.de Veículos	157.955.666,00	148.676.883,00	148.364.897,48	141.698.413,94	140.784.758,45
0180 - Promoção Social	80.398,00	37.680,00	32.347,13	25.520,81	21.191,81
Total da Função	3.166.656.688,90	3.000.770.649,72	2.833.856.141,47	2.774.349.168,95	2.547.696.865,20

(Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2002)

Da verba de R\$ 10.954.710,00 orçados para o Departamento, R\$3.561.570,00 foram destinados à assistência sócio-educativa e pedagógica para adolescentes infratores, R\$ 979.494,00 para o apoio à profissionalização de adolescentes infratores e R\$ 6.323.646,00 à administração e à manutenção do DEGASE. Entretanto, quando se trata de observar os reais investimentos atingidos, deve-se considerar que somente a verba de assistência foi apresentada, ficando os demais investimentos diluídos ou desconsiderados pelo gestor da época. Isto significa dizer que, do orçamento inicial, somente R\$ 8.908.075,00 da dotação orçamentária que foram considerados para aquele ano e apenas R\$ 3.716.231,55 foram efetivamente gastos com a referida política. Ainda relativo ao gráfico, se forem comparados os gastos do DEGASE com os do DESIPE, as verbas disponíveis e executadas pelo segundo Órgão se aproximam muito mais da dotação orçamentária inicial do que as relativas ao DEGASE, o que materializa o desinteresse pela referida política por parte dos gestores.

4 QUARTO CAPÍTULO:

4.1. DEGASE E OS INDICADORES DA VULNERABILIDADE:

O sistema penal (ZAFFARONI,1991) vai abarcar as diversas instituições que atuam na contenção do usuário preferencial da política segregadora da pobreza.

No caso do adolescente, o cometimento de infração o torna temporariamente “infrator“, e essa condição só se manifesta quando ocorre sua apreensão por autoridade judiciária competente. Neste sentido, observa-se que tal conceito, o de adolescente infrator, possui duas dimensões básicas: uma de ordem jurídica e outra de ordem social. A primeira, relacionada à justificativa legal que vai identificar esse segmento, e a segunda, relativa a componentes sociais, que, combinados, formam variáveis capazes de mensurar o grau de vulnerabilidade do adolescente para o sistema.

Para subsidiar a análise feita no presente capítulo sobre a produção de sentidos da política do sistema socioeducativo, desenvolvida pelos usuários, serão retomados dados já apresentados no primeiro capítulo através de duas tabelas: a primeira, que trata de um perfil desses adolescentes a partir de dados coletados no DEGASE em 2002, e a segunda, que é um cruzamento de dados produzido no mesmo ano, em que se relaciona a reincidência no cometimento de ato infracional com a medida socioeducativa aplicada¹¹³. Esses dois gráficos, que serão depois desmembrados, facilitarão a compreensão do processo de produção de vulnerabilidades e sua materialização no sistema socioeducativo.

Após a apresentação das tabelas, serão discutidas as vulnerabilidades mais relevantes para este estudo, a partir de uma tabela de mensuração, através da qual

¹¹³ Os dados utilizados nessa pesquisa são do ano de 2000.

procuro estabelecer medidas comparativas que identifiquem, em cada variável, a proximidade ou o distanciamento da situação de vulnerabilidade.

Perfil do adolescente encaminhado para cumprimento de medida socioeducativa:

Indicadores Sociais ¹¹⁴ :	%	Informação
Faixa etária	91	16 a 18 anos
Escolaridade	36	1 ano de escolaridade
	70	Repetência escolar
Área de Moradia	50	Favelas urbanizadas
Família	80	Criados por seus pais
Ocupação	33	Trabalha
Drogas	90	Usuário
Raça	75	Afrodescendentes

(Núcleo Biopsicossocial, 2002)

Conforme é possível observar, a maior parte dos adolescentes (91%) está concentrada na faixa etária entre 16 a 18 anos, ou seja, no final da adolescência. No que diz respeito à escolaridade, 36% estudaram até a 1ª. série e os índices de reprovação do grupo analisado são de cerca de 70%, o que expressa a dificuldade de permanência destes adolescentes na escola regular.

Quanto à área de moradia, 50% deles vivem em favelas urbanizadas, apontando assim para a presença de elementos oriundos dos segmentos mais pobres da população. Ainda relativo às características dessa população, 75% são afrodescendentes e 80% foram criado por seus pais. No que diz respeito à ocupação, 33% dos adolescentes entrevistados trabalham. Quanto à presença de entorpecentes no cotidiano desses adolescentes, 90% relatam que fazem ou já fizeram uso de drogas. Todas as questões apresentadas nesse perfil vão reafirmar o processo seletivo de escolha da população usuária do sistema socioeducativo.

No caso da segunda tabela, que trata do cruzamento de dados sobre o sistema, é possível verificar as diferenciações entre as medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes que estão no sistema pela primeira vez e aqueles que reincidem no cumprimento da medida aplicada.

¹¹⁴ O universo pesquisado era de 1.041 adolescentes durante o período de outubro de 2001 a agosto de 2002.

Reincidência X Medida Socioeducativa

Adolescentes	Abrigo	Acautelamento	Advertência	Aguardando medida	Matricula escolar	Reversão	Remissão	Tratamento médico
Reincidentes	16 - 0,5	7 - 0,2	26 - 0,6	1 - 0,03	2 - 0,06	38 - 1,1	22 - 0,64	1 - 0,03
N Reincidentes	23 - 0,6	6 - 0,1	60 - 1,9			58 - 1,7	163 - 4,78	2 - 0,06
Total	39 - 1,1	13 - 0,39	86 - 2,52	1 - 0,03	2 - 0,06	96 - 2,81	185 - 5,42	3 - 0,09

Adolescentes	Improcedente	Internação Psiquiátrica	Internação	Internação provisória	Liberdade Assistida	Semiliberdade	Prestação de serviços	Entrega ao responsável
Reincidentes	1 - 0,03	2 - 0,06	205 - 6,01	705 - 20,67	75 - 2,20	206 - 6,04		20 - 0,59
N Reincidentes	2 - 0,06		135 - 3,96	999 - 29,29	241 - 7,07	286 - 8,38	1 - 0,03	108 - 3,17
Total	3 - 0,09	2 - 0,06	340 - 9,97	1704 - 49,96	316 - 9,27	492 - 14,42	1 - 0,03	128 - 3,76

Fonte: Moreira (2002)

Nota-se a existência de um núcleo bem marcado no número de adolescentes encaminhados à medida de internação provisória e à internação, principalmente quando se trata de verificar o número de novos casos na internação provisória e o número de reincidentes na internação. É assim que a criminalização da pobreza e a realimentação do sistema se materializam no sistema socioeducativo.

Com base ainda na última tabela, serão analisadas a reincidência e o cometimento de ato infracional como indicadores sociais a serem utilizados para mensurar o universo estudado.

Reincidência X Medida Socioeducativa

Adolescentes	Reversão	Acautelamento	Advertência	Aguardando medida	Remissão	Medidas Protetivas
Reincidentes	38 - 1,1	7 - 0,2	26 - 0,6	1 - 0,03	22 - 0,64	41 - 1,24
N Reincidentes	58 - 1,7	6 - 0,1	60 - 1,9		163 - 4,78	133 - 3,83
Total	96 - 2,81	13 - 0,39	86 - 2,52	1 - 0,03	185 - 5,42	174 - 5,07

Adolescentes	Improcedente	Prestação de serviços	Internação	Internação provisória	Liberdade Assistida	Semiliberdade
Reincidentes	1 - 0,03		205 - 6,01	705 - 20,67	75 - 2,20	206 - 6,04
N Reincidentes	2 - 0,06	1 - 0,03	135 - 3,96	999 - 29,29	241 - 7,07	286 - 8,38
Total	3 - 0,09	1 - 0,03	340 - 9,97	1704 - 49,96	316 - 9,27	492 - 14,42

Fonte: Moreira (2002)

Observando a tabela, verifica-se que, apesar do sistema ter como elemento fundamental para inserção de adolescentes o cometimento de ato infracional, cerca de 5% dos apreendidos não serão reconhecidos como tal. Nem todos os adolescentes apreendidos serão submetidos à medida socioeducativa, seja por ausência de provas, seja pela sua condição não estar configurada na legislação de forma que seja possível o cumprimento de medida. Isso significa que a captura de novos indivíduos para a realimentação do sistema é de tal ordem que, inicialmente apreende até mesmo adolescentes que não preenchem os critérios básicos: o cometimento de ato infracional.

Em vista dessa questão, serão construídos outros três gráficos que demonstram este aspecto com mais evidência.

Reincidência X Medida Socioeducativa				
Adolescentes	Internação	Internação provisória	Outras medidas	Total
Reincidentes	205-6,01	705-20,67	417-26,84	1327-38,86
N Reincidentes	135-3,96	999-29,29	950-27,85	2084-61,1
Total	340-9,97	1704-49,96	1367-40,07	3411-100

Fonte:Moreira (2002)

Se as tabelas forem desmembradas e verificadas apenas as medidas de internação provisória e de internação, se observará que as mesmas são utilizadas em mais de 50% dos adolescentes encaminhados ao sistema socioeducativo.

Reincidência X Medida Socioeducativa			
Adolescentes	Internação	Total	Percentual
Reincidentes	205-6,01	1327-38,86	15,45%
N Reincidentes	135-3,96	2084-61,1	6,47%
Total	340-9,97	3411-100	

Fonte:Moreira (2002)

Fazendo um recorte mais específico em relação à medida de internação, observa-se que esses adolescentes vão constituir 15,4% do total de reincidentes do sistema, o que é um dado significativo, pois aponta para o processo de permanência de um segmento específico na internação.

Reincidência X Medida Socioeducativa

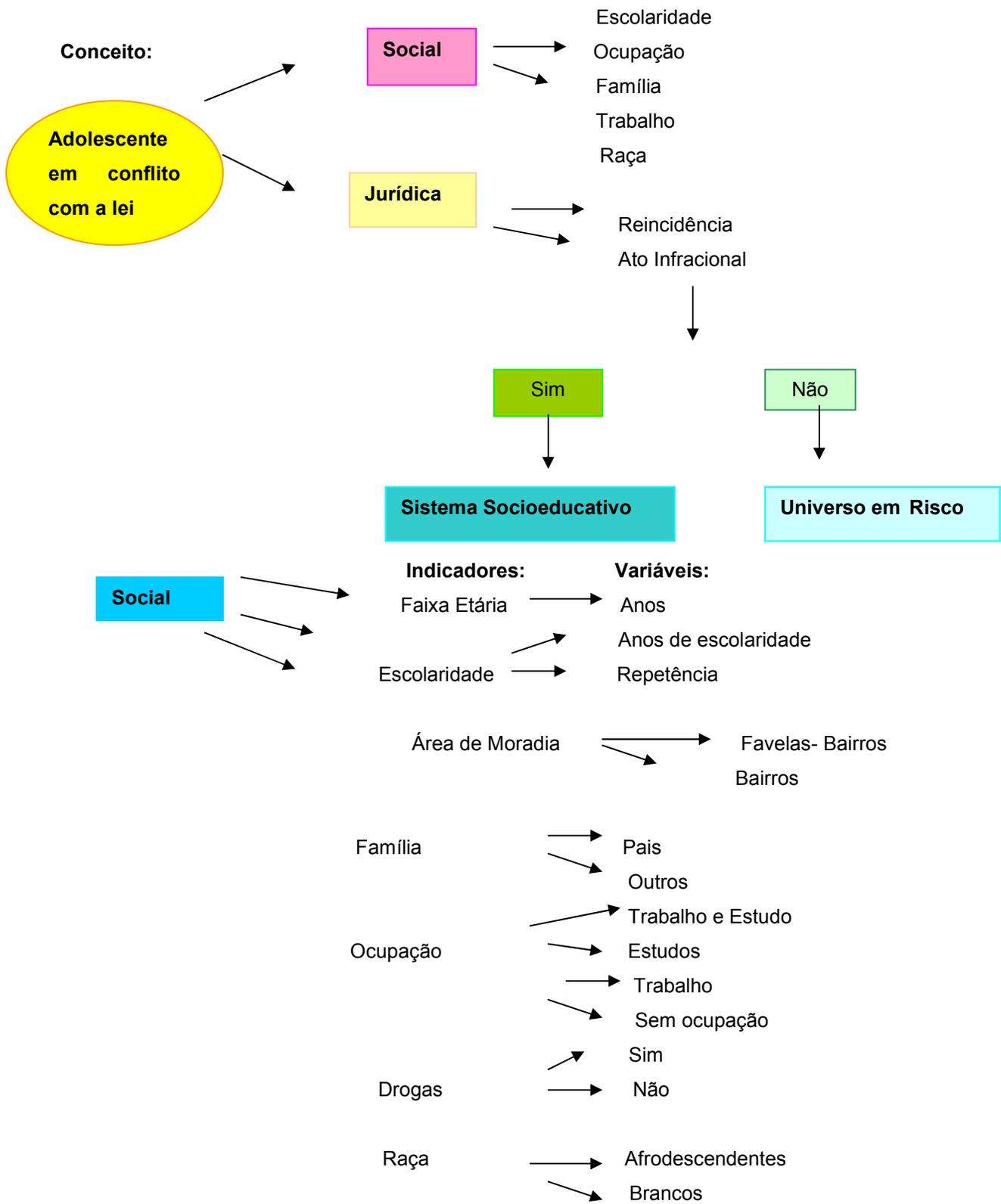
Adolescentes	Internação Provisória	Total	Percentual
Reincidentes	705-20,67	1327-38,86	53,12%
N Reincidentes	999-29,29	2084-61,1	47,93%
Total	1704-49,96	3411-100	

Fonte: Moreira (2002)

Utilizando o mesmo processo no caso da internação provisória, verifica-se que os reincidentes são cerca de 53% dos adolescentes submetidos a medidas socioeducativas no DEGASE. Essa tabela complementa a anterior, pois trata do processo de realimentação do sistema por novos elementos que, pelo menos provisoriamente, transitam no sistema.

Em vista dessa exposição será apresentado um gráfico que tenta apontar as dimensões e indicadores sociais possíveis para o conceito “adolescente em conflito com a lei”. Observa-se que esse conceito tem duas dimensões básicas, que são a social e a jurídica. Assim sendo, existe uma condição fundamental para que o termo em questão exista: a ocorrência de ato infracional. O que é chamado de “Universo em risco” trata-se do espaço por onde circulam adolescentes que cometeram, ou não, atos infracionais e que podem, ou não, ser apreendidos. À medida que ocorreu a apreensão pelo cometimento do ato, cumpriu-se o primeiro critério para a penetração no sistema socioeducativo, iniciando assim, a partir das duas dimensões já apontadas, a escolha dos indicadores que pudessem expressar melhor os adolescentes envolvidos nessa política.

Dimensões:  **Indicadores:**
Faixa Etária



Considerando a metodologia utilizada na pesquisa, pelo qual se quer analisar as vulnerabilidades do usuário do sistema, podem ser feitas algumas observações quanto aos indicadores sociais. Assim, nas tabelas abaixo, se acrescentará um valor a cada variável que o indicador poderá expressar, apontando de que maneira pode haver o aumento de vulnerabilidade dos adolescentes ao sistema.

A proposta é identificar graus de vulnerabilidade através de indicadores sociais e das variáveis que serão utilizadas para a medição dos dados obtidos em entrevistas realizadas com os adolescentes do DEGASE, utilizando como contraponto o perfil dos mesmos.

No que diz respeito à dimensão social do conceito “adolescente em conflito com a lei”, pode-se verificar os seguintes indicadores: faixa etária, escolaridade, área de moradia, família, ocupação, drogas e raça.

1. Faixa Etária:

12 a 14 anos	14 a 16 anos	16 a 18 anos
1	2	3

Observando a tabela que trata do perfil dos adolescentes do sistema, verifica-se que a faixa etária de maior incidência de adolescentes acautelados (91%) está localizada entre 16 e 18 anos. Isso significa dizer que, quanto maior for a idade, mais ele estará vulnerável ao sistema.

2. Escolaridade: Anos estudados

7 anos em diante	5 a 7 anos	3 a 5 anos	1 a 2 anos	Nunca estudou
1	2	3	4	5

Retomando a tabela relativa ao perfil dos adolescentes atendidos, na qual fica descrito que 36% dos adolescentes possuem apenas um ano de escolaridade, entende-se que quanto mais anos de estudo o adolescente tiver, menor a chance de ser vulnerável ao sistema.

2.1. Repetência escolar :

1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
1	2	3	4

Observando que 70% dos adolescentes do sistema já repetiram o ano escolar, pode-se deduzir que quanto menos o adolescente repetir o ano, menor a chance dele ser vulnerável ao sistema.

3.Área de Moradia:

Bairros	Favela ou Favelas Bairros
1	2

Verificando que, dentro do perfil dos adolescentes atendidos (vide pág.113), 50% residem em favelas urbanizadas, pode-se concluir que morar em favelas ou em favelas urbanizadas aumenta a vulnerabilidade do adolescente, em função da violência existente nessas comunidades.

4. Família:

Pais	Outros
1	2

Muito embora no perfil seja apresentado que a maioria dos adolescentes foi criado por seus pais, os dados por si só não mensuram as questões familiares existentes, a quebra de laços de pertencimento, violência doméstica, situações de negligência e abandono, presentes no contexto familiar. Assim, para efeitos do gráfico, trabalho com a dedução de que quanto mais a criação é delegada a outros membros da família, diferentes de seus pais, maior é a vulnerabilidade do adolescente.

5.Ocupação:

Escola	Trabalho e escola	Trabalho	Sem ocupação
1	2	3	4

Neste trabalho de pesquisa será considerada ocupação a atividade que o adolescente desenvolve no seu cotidiano, seja ele trabalho ou escola. Quanto mais afastado estiver da escola, maior a situação de vulnerabilidade.

6.Drogas:

Não	Sim
1	2

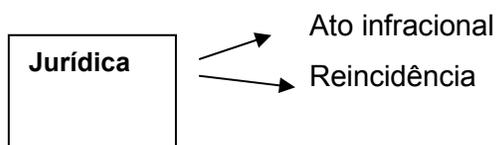
Retomando a utilização do perfil e utilizando a informação de que 90% dos adolescentes fazem ou já fizeram uso de drogas, entendo que tal uso aumenta a vulnerabilidade do adolescente.

7.Raça:

Branços	Afrodescendentes
1	2

Observando que, nos dados apurados pelo DEGASE 75% dos adolescentes têm afrodescendência, pode-se dizer que esse fator aumenta a situação de vulnerabilidade

Considerando a dimensão jurídica, o mesmo processo pode ser feito. São observados os indicadores ato infracional e reincidência, para mensurar a vulnerabilidade dos adolescentes.



1. Reincidência :

1 vez	2 vezes	3 vezes	4 vezes	5 vezes ou mais
1	2	3	4	5

Observando o outro gráfico, verificava-se que existe um número bastante elevado de reincidentes circulando no DEGASE. Assim, quanto mais entradas no sistema socioeducativo o adolescente tiver, mais aumenta o risco dele ficar vulnerável a retornar.

2. Ato infracional:

Não	Sim
1	2

O cometimento de ato infracional aumenta a probabilidade do adolescente ser inserido no sistema socioeducativo, assim, quanto mais atos ele comete, mais chance tem de ser apreendido. Em face do perfil socioeconômico que está implícito nos dados apresentados, parece que a definição da medida aplicada pode estar relacionada ao nível sócio econômico do adolescente envolvido.

4.2. A ENTRADA NA ESCOLA JOÃO LUIS ALVES: O CONTEXTO ENUNCIATIVO:

Com base na identificação dos elementos que considero relevantes com relação à captura de usuários para o sistema a partir de suas vulnerabilidades, quero fazer uma rápida descrição da unidade onde foram realizadas as entrevistas.

A metodologia aplicada a fim de obter tais resultados foi construída da seguinte maneira: inicialmente as entrevistas foram realizadas, através de questionários, com 20% dos adolescentes atendidos na Escola João Luís Alves, a respeito de suas histórias de vida, e, destes, foram feitas sete entrevistas semi estruturadas sobre suas vidas institucionais.

A Escola João Luís Alves é uma referência no sistema pela imponência de sua estrutura e pelas histórias que mantém a respeito da política de internação. É uma unidade que está vinculada a diversas narrativas de violência, de tortura, de contenção e morte, como forma de assegurar o cumprimento da ordem.

Após a reforma do ano de 1998, a EJLA sofreu uma reorganização estrutural que acabou por interferir na sua lógica institucional. Dito de outro modo, à medida que a unidade foi dividida em quatro módulos para atender a proposta do “Projeto de Excelência” (vide capítulo III), com o objetivo de proporcionar um diferencial técnico, a unidade se transformou em quatro mini unidades. Esse funcionamento se dá com uma certa autonomia entre um módulo e outro - apesar de estarem utilizando o mesmo espaço, cada um possui equipe técnica, acesso às visitas, alojamentos e atividades realizadas em horários distintos.

Muito embora a EJLA estivesse impregnada da incoerente disciplina que rege todo o sistema dito socioeducativo, algo foi quebrado. O processo idealizado por Judá Jessé e mantido por K¹¹⁵., deu frutos, apesar dos percalços já apresentados no seu discurso.

A unidade em questão é diferente daquela em que trabalhei no ano de 1997, que possuía uma superlotação de 400 internos. Em 2004, na ocasião em que fiz as entrevistas com os meninos para esta dissertação, tive a surpresa de encontrar uma estrutura que atendia 76 adolescentes. Todos estudavam, tinham atividades diárias, usufruíam a piscina, tinham atendimento técnico. O prédio necessita de reformas, mas ainda existe uma qualidade, um diferencial que se destaca aos olhos dos estranhos.

É possível até pensar que tudo mudou, mas é importante observar a realidade para além do aparente e entender as relações de poder que atravessam o funcionamento institucional.

Tive a oportunidade de perceber que o processo de emudecimento¹¹⁶, ao qual as outras técnicas haviam feito referência durante as primeiras entrevistas, reproduz-se por todo o sistema, tendo isso ficado bastante evidente nos contatos que tive com aquela equipe. Em outras palavras, a unidade funciona apresentando melhorias na

¹¹⁵ Diretor da referida unidade, que veio a ser posteriormente Diretor Geral do DEGASE. Sua entrevista foi apresentada no 3º capítulo dessa dissertação.

¹¹⁶ Que muitas vezes parece mais uma tática de enfrentamento.

qualidade de atendimento, não sendo isso, porém, capaz de impedir a existência de uma sofisticada violência, do excessivo controle, dos diversos componentes de uma instituição de aprisionamento. Estes elementos influenciavam os profissionais, que percebiam, no silêncio institucional, uma violência simbólica, de aparência tão sutil que talvez passasse despercebida de olhares pouco atentos. Os jovens eram receptivos ao contato, mas até a receptividade era algo pouco natural, era obrigatória. A instituição não havia rompido com a violência, apenas refinou os métodos de expressá-la. Todavia, ainda deve ser ressaltado que é possível verificar, observando os diálogos travados com os meninos, que as referências mais significativas de violação de direitos são direcionadas ao CTR e ao Instituto Padre Severino. A Escola João Luís Alves traz uma diferenciação significativa de graduação dessa violência explícita, que é um dado relevante de alteração do sistema.

Diferente do que ocorreu durante o processo de autorização das entrevistas, tive uma excelente recepção por parte dos funcionários da unidade, incluindo aqueles que ocupavam cargos de chefia. Não existiram problemas quanto ao acesso aos meninos. Expliquei a proposta à equipe técnica e solicitei que pudessem ser selecionados todos os adolescentes reincidentes que estivessem cumprindo medida de internação. Do grupo selecionado (18 adolescentes) conversei com cada um deles em particular, expliquei a proposta e solicitei autorização para aplicar o questionário. Destes, apenas um estava na sua primeira passagem pelo DEGASE; os demais já haviam passado por outras internações. Dos adolescentes reincidentes, quatro não quiseram participar da atividade. E assim pude ter uma amostragem de 20% do grupo total de internos que totalizou 14 adolescentes.

Durante a coleta de dados realizada na Escola João Luís Alves no mês de abril de 2004, estavam internados 76 adolescentes. Do grupo de 14 entrevistados, sete adolescentes com mais tempo de permanência no sistema foram escolhidos para participar das entrevistas que serão apresentadas na análise de discurso.

O questionário tinha por objetivo traçar um perfil recente dos adolescentes reincidentes que seriam entrevistados.

Universo pesquisado	Adolescentes de 1^a passagem	Reincidentes	Total
Entrevistados	1	14	15
Não entrevistados	57	4	61
Total	58	18	76

A EJLA atualmente atende adolescentes do município do Rio de Janeiro e do interior do estado. A definição dos critérios de permanência de um adolescente na instituição passa pela ausência de equipamentos físicos no interior do estado que possibilitem sua permanência em estabelecimentos mais próximos de seus familiares. Por outro lado, conforme já foi constatado desde o período em que foi concebido o “Projeto de Excelência”, não existe demanda para a criação de unidades de internação no interior, conforme as que existem na capital.

O problema consiste no fato da Lei exigir que o sistema socioeducativo mantenha estruturas de atendimento descentralizadas. Todavia, o argumento utilizado é sempre o mesmo: a existência de poucos casos no interior do estado. Assim, parece que a contradição entre a exigência da garantia de direitos, materializada na lei, e as requisições institucionais permanece cada vez mais afastada de solução. Aqueles destinados à internação continuam fadados a permanecer afastados por meses de suas famílias, e, a cada internação, suas chances de retorno comunitário ficam mais diminuídas.

Em face do que foi exposto, apresento o questionário realizado com os adolescentes onde já fica evidenciada a questão básica tratada durante este capítulo: a criminalização da pobreza.

O questionário foi dividido em cinco blocos de perguntas que trabalham desde dados etários até sua avaliação a respeito do sistema socioeducativo.

O primeiro bloco consta da identificação que contém os sub-itens: faixa etária, área de moradia, raça e documentação existente.

O segundo trata da situação escolar que contempla os sub-ítens: escolaridade, motivos, período do afastamento escolar e encaminhamento ao setor de psicologia por orientação escolar.

O terceiro bloco de perguntas diz respeito à situação sócio-familiar e tem como sub-itens as seguintes questões: responsabilidade pela criação do adolescente, família

de origem, familiares envolvidos com a criminalidade, existência de violência familiar e alcoolismo entre familiares.

O quarto bloco trata da família atual e tem como sub-itens: organização da família atual, local de moradia, atuação profissional do responsável, experiência que o adolescente teve de trabalho e motivação para se manter trabalhando.

O quinto e último bloco está relacionado com a situação sócio institucional, e os sub-itens são: a passagem por abrigos, período de institucionalização, situação de saúde e assistência institucional, uso de medicação controlada e conhecimento da utilidade do medicamento, situação atual do adolescente no DEGASE e percepção do sistema.

O preenchimento das informações levou em consideração somente as respostas que o adolescente prestava, independentemente da opinião do pesquisador e de pesquisa para comprovação dos dados nos prontuários.

4.3. OS QUESTIONÁRIOS E AS VULNERABILIDADES:

1) Identificação:

Idade	
13	1
14	2
15	6
16	2
17	2
18 ou mais	1
Total	14

Conforme é possível verificar a faixa etária de maior incidência fica em torno dos 15 anos de idade.

Área de Moradia	N °
Município do Rio de Janeiro	6
Outros Municípios	8
Total	14

A EJLA concentra grande parte do grupo de reincidentes oriundo de outros municípios, por isso o número considerável de adolescentes de outras comarcas. Esse

procedimento mantém os adolescentes do interior sob a responsabilidade da Comarca da Capital (Rio de Janeiro) durante o cumprimento da medida de internação, do contrário, eles deveriam ser encaminhados para o CAI- Baixada (Belford Roxo), unidade responsável pelo atendimento dos adolescentes do interior.

Raça	N °
Brancos	2
Afro descendentes	11
Índios	1
Total	14

Dos 14 entrevistados, 12 deles não se auto-reconhecem como brancos.

Documentos	Registro de Nascimento	Registro Geral	CPF	Carteira de Trabalho
N ° Total	14	3	1	1

Observando os dados coletados, fica mais uma vez exposta a vulnerabilidade do grupamento, já que, apesar de todos possuírem registro civil, apenas três deles têm registro geral de identidade e 1 possui CPF e um a carteira de trabalho.

2) Situação Escolar:

Escolaridade	N °
Analfabeto	1
Alfabetização	0
1 ^a . série	1
2 ^a . série	2
3 ^a . série	3
4 ^a . série	3
5 ^a . série	0
6 ^a . série	4
Total	14

A maior parte dos entrevistados tem grau de escolaridade concentrado até a quarta série do ensino fundamental.

No período de apreensão estava estudando/ Período de Afastamento escolar		Até um ano	Até dois anos	Até três anos	Até quatro anos	Até cinco anos	Total
Não		2	5	0	1	3	11
Sim	3						3
Total		3	2	5	0	1	3
							14

Quanto à questão escolar, na sua maioria, os adolescentes já estavam afastados da escola há até dois anos, no período em que foram apreendidos.

Motivos de afastamento escolar	Nº
Desinteresse	2
Vontade de ficar nas ruas	4
Envolvimento com atos infracionais	3
Trabalho	1
Influência de amigos	1
Total	11

Vale observar que dos adolescentes que se encontravam afastados da escola, os motivos do afastamento eram os mais diversos: desinteresse escolar, trabalho, envolvimento com atos infracionais. Entretanto, a vontade de permanecer nas ruas foi uma das respostas preponderantes nessa questão.

Encaminhamento ao setor de psicologia por orientação da escolar		Não lembra	Não foi porque não se considerava maluco	Até um mês	Até dois meses	Até três meses	Total
Sim/ Tempo de frequência		1	1	2	1	2	7
Não		7					7
Total		7	1	2	1	2	14

Um dado bastante interessante é o número de adolescentes que foram encaminhados ao setor de psicologia, por orientação escolar, durante o período em

que permaneceram na escola, devendo ser ressaltado que a maior parte não conseguiu dar prosseguimento ao tratamento por mais de três meses.

3) Situação Sócio-familiar:

Família de origem:	Apenas o pai biológico	Apenas a mãe biológica	Pais vivos	Pais falecidos	Total
Total	0	5	8	1	14

Criação feita por:	Pais	Mãe	Pai/Mãe e padrasto/ madrasta	Avós	Total
Total	6	2	2	4	14

A maior parte dos adolescentes entrevistados foi criada pelos pais, que estão vivos e presentes nas suas vidas.

Familiares envolvidos com a criminalidade ¹¹⁷	Pai	Mãe	Irmãos	Tios	Primos	Total
Sim	0	0	3	2	1	6
Não	8					8
Total	8	0	3	2	1	14

Ao tratar de relacionar a infração dos adolescentes com a existência de familiares envolvidos na criminalidade, verifica-se que a maioria não possui esta experiência e, quando ocorrem esses casos, são situações ligadas aos irmãos. Tal dado pode ser relacionado à não existência de uma trajetória familiar de criminalidade, violência ou mesmo de uso de drogas ilícitas.

¹¹⁷ Foram colocados apenas os parentes que estão vivos, muito embora se entenda que o culto sobre aqueles que já estão falecidos é muito significativo.

Violência familiar		Pai	Mãe	Avós	Outros	Total
Sim		3	0	1	0	4
Não	10					10
Total	10	3	0	1	0	14

Na questão relativa a uso de drogas lícitas, os entrevistados, quando fizeram referência, o fizeram ao álcool. Observa-se também que a maioria deles não vivenciou histórias desta natureza.

Alcoolismo entre os familiares		Avós	Irmão	Pai	Mãe	Padrasto	Total
Sim		1	1	2	1	1	6
Não	8						8
Total	8	1	1	2	1	1	14

Quando se trata de violência familiar, a maior parte dos entrevistados relata não ter sofrido experiências desse tipo pela pessoa responsável por sua criação.

4) Família Atual:

Família Atual	Um dos pais biológicos	Pais biológicos	Outro familiar	Sozinho	Companheira e filhos	Total
	5	3	2	2	2	14

A maioria dos adolescentes, quando tratam de suas famílias atuais, refere-se aos seus pais.

Local de moradia	Própria	Alugada	Rua	Total
Alto grau de violência	3	2		5
Violência Mediana	4	1		5
Baixo grau de violência	2	1	1	4
Total	9	4	1	14

Quando tratam de sua área de moradia, esclarecem que suas residências são, maioria, em áreas de risco. Durante a entrevista, na mensuração do grau de violência

de uma comunidade para os adolescentes, foi significativo o número de entrevistados que enfatizaram morar em áreas com baixo grau de violência, relatando que tiroteios, invasões policiais e assassinatos existem em todo lugar - o que pode apontar a banalização do fenômeno para os meninos.

Experiência de Trabalho		Mecânica de autos	Serviços*	Construção Civil	Ambulante	Total
Sim		1	5	1	4	11
Não	3					3
Total	3	1	5	1	4	14

*Engraxate, Lava jato, Salão de Beleza, Refrigeração , Cobrador de Kombi

Ao se tratar de identificar as profissões de seus responsáveis verifica-se que são, em grande parte, ligadas ao setor de serviços, desempenhando tarefas de baixa qualificação e remuneração.

Atuação profissional do responsável	Indústria	Aposentado	Serviços	Sem trabalho fixo	Desempregado	Total
Mãe			6		1	7
Pai	1	2	2			5
Companheira				1		1
Total	1	2	8	1	1	14

Observando as atividades profissionais dos responsáveis e comparando-as com as dos adolescentes, verifica-se que os dois grupamentos partem de experiências muito próximas e os próprios adolescentes acabam por ter semelhantes ofícios aos dos seus responsáveis quando buscam o mercado de trabalho.

Motivação do trabalho	Custear suas despesas	Sobrevivência nas ruas	Auxílio à família	Afastar-se da criminalidade	Total
Total	6	2	1	2	11

Uma informação que chama atenção é que a necessidade de trabalho está prioritariamente relacionada ao custeio de suas despesas pessoais, e não de auxílio à renda familiar.

5) Situação Sócio institucional:

Passagem em Abrigo/ Tempo de Institucionalização		Evasão logo após o encaminhamento	Até uma semana	Até um mês	Total
Sim		1	1	3	5
Não		9			9
Total		9	1	3	14

Quando se trata de avaliar a vida institucional dos adolescentes atendidos, é interessante notar que a maioria não possuía vida institucional anterior às apreensões e, dos que foram encaminhados a abrigos, nenhum permaneceu por mais de um mês. Tal questão é extremamente significativa, uma vez que desconstrói a idéia, tão presente no sistema e na sociedade em geral, de que as unidades socioeducativas são repletas de adolescentes que tiveram uma trajetória institucional iniciada em uma infância desprotegida.

Situação de Saúde/Assistência de Saúde		Satisfatória	Insatisfatória	Total
Problemas Visuais			1	1
Ortopédicos		1		1
DSTs		1		1
Dermatológicos		5	1	6
Boa		5		5
Total		5	2	14

No que diz respeito às condições de saúde, grande parte dos entrevistados não considera seu estado geral bom e possui problemas dermatológicos. Tal informação pode estar relacionada às baixas condições de higiene do DEGASE, já amplamente divulgadas junto à mídia.

Usa Medicação Controlada/ Conhece o uso	Para manter-se calmo	Para dormir	Disritmia	Total
Sim	2	2	1	5
Não	9			9
Total	9	2	1	14

É interessante observar que os adolescentes, em grande parte, desconhecem o tipo de medicação que estão utilizando. Os que conhecem os remédios informam que estavam medicados com componentes químicos que interferem no comportamento de forma a mantê-los mais calmos e fazê-los dormir, o que pode ser um dado significativo, expressando a medicação como componente auxiliar na garantia da disciplina.

Situação Atual no Degase/ Percepção do Sistema	Ressocialização do adolescente	Não ressocialização do adolescente	Total
Duas entradas	2	2	4
Três entradas	2	1	3
Quatro entradas		2	2
Cinco entradas	2		2
Seis entradas	1	1	2
Mais de dez entradas	1		1
Total	8	6	14

Dos adolescentes entrevistados, a maioria acredita na ressocialização.

Percepção do sistema	Disciplina e tratamento	É um processo individual de transformação	Não identifica o motivo	Total
Ressocialização	5	2	1	8

Ao fazer o cruzamento entre o número dos que acreditam na ressocialização e o número de entradas que os adolescentes possuem no sistema, verifica-se que, quanto mais entradas possuem, mais eles acreditam na ressocialização.

Percepção do sistema	A internação piora as pessoas	É uma escolha individual	Total
Sem Ressocialização	3	3	6

Finalizando a apresentação de dados dos questionários, é relevante afirmar que a ressocialização ainda é um conceito importante no sistema socioeducativo, devendo ser observado que ele vem acompanhado da idéia de disciplina, tratamento e da capacidade do sistema transformar os indivíduos.

4.4. AS ENTREVISTAS: AO ENCONTRO DOS MENINOS.

Considerando que o perfil até agora construído revela parte do contexto enunciativo, será apresentada uma análise dos sentidos produzidos pelos adolescentes que participaram das entrevistas realizadas na EJLA.

As entrevistas realizadas no contexto institucional já apontam a relação texto/contexto na produção de sentidos. Todavia, em virtude da diversidade de possibilidades que o ser humano tem de burlar os processos de assujeitamento, a palavra continua a se constituir como uma forma de enfrentamento da desigualdade e expressão da riqueza das práticas socialmente produzidas.

O discurso é polifônico, e é através dele que aparecem as diversas vozes que percorrem as vidas dos adolescentes, inclusive a voz do DEGASE no seu controle institucional. Através da fala do menino aparecem o “menor”, o adolescente, o usurpador, o assujeitado, o revoltado, que refletem os diversos lugares dos meninos. Nesse sentido, o signo é polifônico, múltiplo, contraditório e ambivalente. Em face desses lugares, a instituição é percebida como um espaço também contraditório e ambivalente, tornando-se o lugar do mais profundo desamor e ausência de justiça para alguns, sendo ao mesmo tempo o único espaço da proteção para outros, conforme vai ser possível verificar ao longo das falas.

Nesta fase do trabalho busco analisar os resultados das entrevistas a partir de sete eixos que foram organizados com base no que considerei relevante no diálogo que com eles estabeleci. Tentarei construir a análise a partir dos sentidos que os entrevistados expressam sobre:

1. os caminhos que levam a instituição;
2. os caminhos dentro da instituição;
3. vida na instituição: cotidiano;
4. de volta a instituição;
5. situações positivas da internação;
6. momentos negativos na instituição;
7. o sentido do sistema.

É preciso considerar que o discurso dirigiu-se a um interlocutor e se organiza dentro de um horizonte social determinado, variando de acordo com o contexto que organiza as relações sociais destes interlocutores e as relações ideológicas e políticas que são dominantes. Neste sentido, cabe destacar que os entrevistados movimentaram-se em um contexto enunciativo que traz a marca de seus destinatários reais e supostos. Nas entrevistas, observei o quanto os lugares enunciativos foram sendo tecidos no próprio contexto da enunciação e trouxeram o lugar desse contexto nas vozes que identifiquei como a voz do assujeitado, do “menor”, do revoltado, do usurpador, da rua, da instituição e tantas outras que aparecem nos diálogos. Vozes que se misturam e tornam o discurso polivalente, múltiplo e contraditório.

Este trecho da pesquisa é diferente do capítulo anterior, que era o lugar da proximidade, em função da minha própria história como assistente social do DEGASE. A apresentação das entrevistas com os meninos é o lugar do diferendo, da total falta de aproximação com o entrevistado, marcada pela diferença de contexto em que estamos mergulhados.

4.4.1 Os caminhos que levam à instituição:

No primeiro bloco, a entrevista focaliza as questões que aparecem na ocasião da apreensão, ou seja, o que para os meninos provoca seu processo de captura pelo sistema socioeducativo. Neste sentido, é de meu interesse entender quais são as

questões presentes relacionadas ao processo de apreensão que são significativas no discurso.

Quanto a esse primeiro eixo, é importante ressaltar que os meninos, quando mencionam as suas vidas fora da instituição, fazem referência à rua e a classificam como “boa”, “normal”. A rua é que está relacionada ao lugar de pertencimento, proteção e normalidade. Quando se trata do menino explicar os motivos que o levaram à entrada no sistema, ele aponta a ruptura de laços familiares, violência doméstica e o ato infracional:

[O que você acha que lhe levou a entrar no sistema sócio-educativo? *Foi assim; que minha avó me batia, aí eu saí para rua. Com quem você vivia na época que foi apreendido? E aí fui morar na casa da minha mãe. E aí fui dar um rolê na minha rua, aí roubei e rodei. Saí da casa da minha avó aí acabei rodando.* Você já roubava há muito tempo? *Já.* Você tinha que idade quando começou a roubar? *Não me lembro não!]*

Deve-se, contudo, atentar para o modo como os meninos fazem alusão à vida na rua:

[Com quem você vivia na época que foi apreendido? *É... vivia tranqüilo.* Aonde? *Na rua.* Como era sua vida? *Era tranqüila e calma.]*

Em face dessa forma de viver, tão diferenciada da lógica societária vigente, o menino faz o seguinte comentário, quando perguntado a respeito de sua vida fora da instituição:

[*Minha vida na rua? É? Normal! O que é normal para você? O que é normal? Como assim? Eu queria que você me descrevesse? Como era sua vida? Minha vida era normal num sentido, num outro sentido era anormal. Era anormal? Hum, hum...]*

Outro elemento que aparece na fala dos meninos sobre os motivos que os levaram a entrar no sistema e que pode ser ressaltado é o interesse pelas roupas ditas de marca, que as famílias não têm condição de custear:

[Sabe, as condições financeiras do meu pai e da minha mãe... Tipo, como, meu pai é separado da minha mãe. Tipo, como, meu pai arrumou uma esposa agora tem tipo quatro filhos. Minha mãe também trabalha e recebe tanto...Tipo eu queria andar arrumadinho, queria andar com roupa de marca. Meu pai não podia me dar isso e nessa vida eu podia comprar o que eu queria.]

[Deixa eu ver...O que eu acho que me levou? O que eu acho que me levou foi eu entrar na vida que eu esco... Aceitei, né?]

É também importante destacar que a lógica do sistema é compreendida pelo menino na sua íntegra. Primeiro ele apresenta em seu discurso que a inserção na “vida infracional” é algo natural, quase que uma escolha, um processo “normal”. Na mesma fala, ele ainda identifica que esse processo é de aceitação da sua criminalização.

4.4.2 Caminhos dentro da Instituição:

O segundo bloco trata dos sentidos atribuídos ao momento da entrada no sistema. Meu objetivo é identificar quais sentimentos ficaram guardados por aqueles adolescentes nessa experiência e de que forma eles emergem no discurso. A instituição, que deveria ser o espaço de proteção de direitos e garantias processuais, (segundo o que versa o Estatuto), de acordo com a fala dos meninos revela-se como um lugar da violação de direitos e de ausência de ações sócio pedagógicas.

A vulnerabilidade social, que potencializa a captura dos meninos pelo sistema, na ocasião da apreensão, vai se materializar em cada história individual.

[Quando foi a primeira vez que veio para o Degase? A primeira vez foi no CTR. Você lembra o que sentiu na ocasião? Medo.]

[Era inverno ou verão? *Não sei não, mas fazia muito frio porque nós acabamos de tomar banho e fomos para a contenção. Como era a contenção? Era a grade, uma chapa de ferro e lá dentro só tinha uma comarca¹¹⁸. E lá dava para ver a luz do sol? Faz silêncio. Era claro ou escuro? Não dá pra ver a luz do sol não! Mas não tem lâmpada? Não!]*

[Você lembra o que sentiu na ocasião? *Sentia angústia. . Você foi para que Unidade? CTR. Por que você sentiu angústia? Porque fiquei no massacre de ficar no alojamento. Comer, beber e dormir dentro do alojamento. Um fedor...]*

[Como foi tratado? *Tratado como um animal.*]

Nesse sentido, o discurso do menino é marcado pelo medo, pela angústia, pela falta de palavras que tenham tradutibilidade para os sentimentos que experimentou durante o ocorrido:

[Você lembra o que sentiu na ocasião? *Fiquei paralisado, pensando um negócio. Nem sei o que falar...]*

Assim, se a rua é referência de uma vida “normal” e “tranquila”, a instituição é o lugar do “massacre”, do “fedor”. É o rompimento com o mundo exterior. Os meninos, muitas vezes, perdem a noção de tempo, como é possível verificar nas falas apresentadas.

Esse processo da entrada institucional, tão significativo, é também pontuado por um duplo “rito de passagem”, que vai marcar a vida desses meninos. O primeiro (que é eminentemente interno) é a passagem do espaço da rua para o desconhecido lugar da privação de liberdade. O segundo (que é social) trata da alteração da condição de menino para a de “o infrator”. Se o primeiro rito corresponde a um processo de sofrimento individual, o segundo possibilita a inclusão do menino em um grupo seletivo de prestígio social, em face do cometimento da infração.

Observe que as falas tratam do impacto da primeira apreensão. Nesse sentido, os meninos falam do inevitável: da violência sofrida já na triagem. O discurso dos

¹¹⁸ Comarca significa cama.

meninos sugere a existência de uma graduação nas formas de violência explícitas no sistema. Ao que parece, as unidades de permanência provisória, como a triagem e a internação provisória, são mais violentas do que a internação propriamente dita. Tal situação pode estar relacionada ao período de permanência do menino. Quanto mais tempo o menino fica na instituição, mais refinado é o processo de assujeitamento que ele sofre, necessitando, portanto, de menos ações de violência explícita.

É interessante também notar as falas dos meninos quando tratam de descrever as formas de tratamento sofridas, o que pode significar uma forma de subjugação. Ora, quem se arrepende considera-se culpado de algo, e por isso se submete ao castigo.

[Hum... Pensei só em arrependimento. Depois que se arrependeu já era tarde demais].

A maior parte dos relatos deste bloco trata dos maus tratos, identificando que o signo “violência” se traveste de disciplina no sistema socioeducativo.

[Como foi tratado? Tratado como um animal. Existe alguém em especial que você lembre? Sr. O. do IPS. Por quê? Por causa de que ele não me batia, conversava comigo...]

[Como assim? Lá apanhava todo dia! Existe alguém em especial que você lembre? Uma pessoa legal, assim? Ou ruim. Ou boa ou ruim que você lembre. Tem. Quem? O Seu? Era um agente? Não precisa dar nomes! Era boa? Ruim? Ruim demais...Várias coisas más que ele fez, não tem como esquecer, não. Tinha alguém...Tsc, tsc, só as técnicas mesmo para conversar que era bom.]

[Como foi tratado? O tratamento foi... Foi um tratamento dos outros menor infrator. Um tratamento rígido.(Seus olhos ficam fixos).]

[Quando eu fui pro Padre? Minha mãe ficou tranqüilona, primeiro fiquei um tempão na rua, depois é eu rodei. Minha mãe já sabia e eu já sabia, também que eu ia ser preso.]

Mais uma vez a criminalização da pobreza e a certeza da captura pelo sistema aparecem na fala dos meninos. Quando o adolescente diz que tinha convicção de que seria apreendido e que sua mãe compartilhava deste sentimento esta fala representa a certeza de que ele é um cliente preferencial para o sistema. Essas questões me remetem a uma outra : o reconhecimento do menino como “o infrator“ talvez seja a única forma possível de não assujeitamento ao sistema.

O discurso é dirigido e, dessa forma, o espaço institucional, que é tão tenso, faz com que o menino selecione o que é suportável falar, associando seu diálogo com o entrevistador ao que vai ser enviado em um relatório de reavaliação de medida socioeducativa. Observe a diferença entre a fala sobre a instituição e a fala sobre o espaço da rua:

[Você se lembra? *Não, não lembro não, tia. Aqui é a primeira vez.* Não, aqui no DEGASE? Não, não me lembro não. Você não se lembra da 1ª vez que você foi preso? *(Acena com a cabeça que não.)* Quando você esteve no Padre? *Lembro foi em 2002.* E no CTR você já esteve lá? *(Acena com a cabeça que sim.)* Você lembra?*(Acena com a cabeça que não.)* Isso vai para o relatório? Lembra o que conversamos sobre a pesquisa. Este material é para a entrevista. *(Sorri.)* Como foi a 1ª vez no Padre, já que você não se lembra do CTR? Como foi lá? *Foi ruim demais.]*

Assim, se o diálogo tende a ser uma coleta de dados para encaminhamento da Justiça, a seleção do que deve ser dito é fundamental, haja vista que os meninos sabem o que pode e o que não pode ser revelado para o técnico.

4.4.3 Vida na instituição: cotidiano

Este bloco apresenta uma análise sobre o discurso produzido pelos internos com relação ao cotidiano institucional. Concentra as falas a respeito desse cotidiano. Conforme o que já foi analisado a respeito da política de atendimento a adolescentes em conflito com a lei nos capítulos anteriores, as ações construídas para esse

segmento estão muito aquém do que deveria nortear um processo socioeducativo. O cotidiano apresentado pelos meninos é marcado pela ociosidade, isolamento e pelo sofrimento:

[Quais são suas atividades na Instituição? *Não tinha atividade nenhuma. Só sofrimento. Rebelião. (Passa as mãos pelo rosto nervosamente) Perdi dois irmãos (faz referência aos amigos mortos)...]*

[*Ficava lá trancado, fiquei na tranca três dias. Depois fui para o alojamento. Quando cheguei ganhei L.A¹¹⁹. Aí fiquei lá uns quatro dias na tranca, aí depois quando tava para ir embora me botaram para o alojamento, aí minha vó chegou lá. O que fazia o dia inteiro? Tomava café lá, almoçava lá, ficava lá o dia inteiro. Aí eles coloca lá uma garrafa para nós fazer as necessidades que dá pra fazer na garrafa... Só abria pra fazer cocô? É.]*

Nestes discursos fica evidenciada, novamente, a violência travestida de disciplina. O adolescente é guardado e é mantido de forma que preserve o sistema de interferências. A ociosidade, que aparece reiteradamente nos diálogos travados com os meninos, é uma forma de violência simbólica que significa o castigo.

[Quais são suas atividades na Instituição? *Futebol. Você está falando de que lugar? Do CTR. Só futebol? Só.]*

[*E só liberava para quadra e aí a gente jogava "ping pong". Isso foi aonde? No Padre?(Acena a cabeça positivamente).]*

Entretanto, como o espaço é contraditório e ambivalente, apesar desse processo de enclausuramento, os meninos possuem nas suas falas, situações positivas das quais se recordam, apesar da adversidade do espaço institucional.

Muito embora tenha sido destacado no bloco anterior o rompimento com o mundo exterior a partir da apreensão, é importante considerar que os meninos têm acesso aos seus familiares nas visitas, nas cartas recebidas e nos atendimentos

¹¹⁹ Medida socioeducativa de liberdade assistida.

técnicos. Assim, se existe uma ruptura com a liberdade, os laços de pertencimento permanecem nas suas falas sobre a saudade que possuem das mães, companheiras, filhos, amigos:

[Do que sente falta aqui dentro, além da liberdade? *Ah, da minha família.*]

[*Da minha mãe, só.*]

[*É... Sinto falta da minha namorada, da minha mãe, do meu pai, de comer comida de casa. Sinto falta de muita coisa.*]

Observe que na próxima citação o menino começa a falar na terceira pessoa, como se estivesse falando de outro e não dele mesmo. É o outro que está sentindo saudades, e não ele, porque o espaço da instituição não contempla essas relações de afeto:

[*É minha liberdade e fora isso, um lugar como esse não se põe as pessoas de quem eu sinto falta. Esse lugar não é pra mim. As pessoas que **você** sente falta são: o meu filho e a mãe dele e um colega meu que morreu que era para mim como um irmão.*]

A fala do menino expressa a compreensão do que é o sistema socioeducativo para ele. Percebe e expressa que a instituição não deve ser considerada um local de atendimento de suas necessidades e sim de sua punição, por isso não é legítimo para seus entes queridos, nem para ele próprio.

Outro componente existente no cotidiano da instituição e que se faz presente nos diálogos são as cartas. Elas também são uma forma de garantir os laços de pertencimento com o mundo de fora. Apesar do pouco contato com os familiares, os meninos encontram formas de conservar seus sentimentos por seus parentes que estão na vida exterior à instituição:

[Quando você fica triste o que faz? *Tento ocupar minha mente fazendo alguma coisa, escrevo alguma coisa, pego e leio uma carta (Recebida dos parentes).*
Do que sente falta aqui dentro, além da liberdade? *É... Sinto falta da minha*

namorada, da minha mãe, do meu pai, de comer comida de casa. Sinto falta de muita coisa.]

Das vidas que levavam nas ruas e nas comunidades, trazem as músicas, que não deixam de ser uma forma de garantir a presença de suas histórias pessoais na realidade institucional:

[Quais são suas atividades na Instituição? Pra distrair a mente? Pode ser. Nenhuma, era ficar parado no tempo...Nossa atividade era ficar cantando apologia ao crime.]

Dentro da impessoalidade institucional, quis trazer, dos diálogos construídos, a experiência dos adolescentes com relação aos aniversários. O sistema não é o lugar para expressões de afeto dessa natureza, e as comemorações de datas marcantes acabam ficando limitadas às possibilidades pessoais e financeiras dos funcionários, que nem sempre não estão disponíveis para a garantia dessa “regalia”:

[Você passou algum aniversário na instituição? (Acena a cabeça positivamente). Passei uns dois e está arriscado a passar outro. Como foi? Tem que ficar tranquilo.]

[Só aqui. Como foi? Pô, fiquei como... Fiquei bolado sim de passar o aniversário na cadeia.]

[Acena com a cabeça positivamente. Como foi? Ah, foi ruim..]

A aceitação do castigo passa também pela negação das situações de expressão de afeto mais pessoais, como os aniversários. Quando o menino diz:

[Quem está nessa vida não pode ligar pra isso não. Quem tá porque agora eu não estou não. Mas já tive. Passei Natal, Ano Novo, Dias das Mães, Páscoa e tudo que a senhora imaginar preso.]

Nessas condições, ele aceita a condição de assujeitado como forma de sobrevivência no sistema socioeducativo.

As falas dos meninos trazem sentimentos de aceitação da perda dos laços de identidade e outros relacionados à revolta. Entretanto, o signo “aniversário” na instituição, quando é construído de forma positiva, pode se tornar uma lembrança significativa:

[Diga-me algo que tenha sido bom para você que aconteceu durante alguma das internações pelas quais passou? *Boa. Só quando eu tava no ESE mesmo, que as próprias professoras fizeram meu aniversário. Lá mesmo. E como foi? Ganhei bolo, umas caixas de bombom, uma porção de presente, mesmo.*]

O endurecimento provocado pela instituição não impede que o menino encontre seus mecanismos de suportar suas tristezas e busque formas de garantir seu olhar para o mundo externo:

[Quando eu fico triste eu vou pra janela ficar olhando a Ponte Rio-Niterói, esperando a Audiência. É difícil eu ficar triste. Eu desabafo muito. É difícil eu ficar triste. O dia mesmo de ficar triste é só domingo, o dia que vê a mãe ir embora, a gente fica triste. (Olha para sala dos técnicos e reclama da falta de atendimento.)]

Além dos diversos elementos já apontados nesse cotidiano institucional, quero destacar nas falas a presença da ambigüidade entre o lugar do bandido e o do menino, muito presentes nos discursos. Se a rigidez institucional provoca o fortalecimento do menino, que vira bandido à força, é por ser menino que ele dribla a instituição e ainda sonha, se entristece com a vida, externa suas saudades e aceita o castigo, por vezes, com passividade. O menino e o bandido habitam esse adolescente.

[O que foi mais difícil de suportar durante os períodos de internação? *Ah, nenhuma também, não. Sempre tirei minha cadeia tranqüilo.*]

[Como era o contato entre vocês e os funcionários? *Bom, nós conversa com o funcionários, eles dá conselhos pra nós sair dessa vida. Até brinca com nós.*]

4.4.4 De volta a instituição:

Este quarto bloco dedica-se a registrar a situação de reinternação do menino na unidade. Nessa situação quero observar quais são os signos que reaparecem nas falas trazidas pelos meninos. É interessante destacar que seus diálogos têm uma lógica diferenciada daquela trazida na primeira internação. O rito de passagem se deu, e, além disso, o menino precisa estabelecer mecanismos de sobrevivência para se fortalecer nesse espaço, que é marcado por todas as contradições das quais já tratei. O menino cede o lugar ao bandido:

[Depois da 1ª entrada como foi voltar para sistema? *Ah, roubando. Sim, mas o que você sentiu? Não senti, fui roubar, rodei e vim para aqui dentro.*]

Diferentemente das queixas iniciais, é importante notar que nesta etapa eles pouco falam sobre a violência física, seja porque ela deve ser mascarada dentro da lógica perversa, seja porque já está banalizada e faz parte da “normalidade” institucional:

[Você sofreu violência física em alguma das vezes que veio para o Degase? *Balança a cabeça positivamente.* (T. F. Idade: 16 anos)]

[Você sofreu violência física em alguma das vezes que veio para o Degase? *Como assim? Apanhou? (Acena a cabeça positivamente)* (R. F. Idade: 15 anos)]

[Você sofreu violência física em alguma das vezes que veio para o Degase? *Hum, hum (Risos). Isso é normal.* (M. S. Idade: 15 anos)]

[Você sofreu violência física em alguma das vezes que veio para o Degase? *(Acena negativamente)* Em nenhum lugar do DEGASE? (Continua acenando que não) (D.S. Idade: 13 anos)]

Com relação às apreensões, os meninos falam de seu conformismo diante do retorno institucional. Entretanto, é uma aceitação permeada por revolta, por passar pelo mesmo processo de enclausuramento. Os sentimentos apresentam-se misturados e, muitas vezes na mesma fala em que o menino trata da aceitação da lógica do sistema, ele verbaliza sua revolta e se mostra como “o infrator” que deve ser temido porque está repleto de ódio. É o menino e o bandido, misturados.

[Ah, foi péssimo. Tava de saco cheio de aturar muita coisa chata. Ah, eu senti: Tô voltando de novo aqui. Senti alguma coisa...Não! Não senti, não! Só pensava em voltar pra mesma enhaca, pro mesmo lugar...A que você atribui seu retorno ao Degase? De ódio. Tava com ódio.]

Tal percepção o menino foi tomando ao longo da entrevista; primeiro ele assume que não possui envolvimento com a situação a que está sendo submetido e depois expressa toda sua dor pelo retorno institucional.

[Só fiquei bolado, mas depois fiquei mais tranquilo porque tinha uns menor que eu já conhecia.]

[Foi uma tristeza. Ah, por causa de que fica lá... É tudo a mesma coisa. A que você atribui seu retorno ao Degase? Continuei nessa vida;]

[Minhas entradas todas eu sempre fiquei triste, agoniado, mas conformado, que tinha que me conformar...A que você atribui seu retorno ao Degase? Porque tava como... Tipo com os olhos vendados. Se tivesse assim com a mente aberta eu não voltaria pra nenhuma unidade. Falta de conselho não foi! Isso foi uma burrice da minha parte. Eu como um adolescente com a minha mente avançada para a minha idade, eu não soube usar ela pra esses momentos. Eu aqui dentro parei pra pensar sobre. Agora, estou aqui com a vida definitiva pra quando eu sair daqui.]

Nessa última fala o menino expressa que está impregnado pelas “verdades” do sistema, mostrando realmente acreditar que estar ou não ingressando no sistema socioeducativo é apenas uma escolha pessoal. Deste modo, mais uma vez o sistema

assume para o menino significados diferentes e conflitantes, tendo em vista que ele identifica a situação de aprisionamento como uma oportunidade para reavaliar sua vida, desfocando o DEGASE de seu conteúdo disciplinador e destacando apenas o da proteção.

4.4.5 Situações positivas da internação:

Este quinto bloco destina-se à compreensão de situações do cotidiano institucional que possam ser consideradas positivas para o adolescente. Todavia, é importante destacar as diferenciações de rotina nas diversas instituições. É possível identificar nas falas dos meninos que as unidades de internação são mais favorecidas em termos de atividade e cursos do que as de curta permanência. Nas primeiras, parece existir uma preocupação em preencher o cotidiano com as atividades ditas socioeducativas. Mesmo que o resultado dessa ação seja precário, os meninos conseguem vislumbrar em meio à adversidade elementos positivos como os jogos, os cursos e a escola.

[Diga-me algo que tenha sido bom para você que aconteceu durante alguma das internações pelas quais passou? *Ah, estudar, jogar um futebol, fazer um curso...*]

[*Só aqui mesmo!(fazendo referência a EJLA) Coisa boa? Ah... Eu fazia o curso de informática, tem várias atividades (aperta os braços como se estivesse com frio.)*]

Outro dado que também é digno de nota é a percepção dos meninos sobre o sistema socioeducativo como espaço de proteção. A fala abaixo aponta novamente para a situação de enclausuramento como uma forma de garantir a vida e a reflexão sobre caminhos a serem percorridos.

[*Momento bom... Foi na minha segunda entrada que foi um momento que se eu não tivesse entrado os caras teriam me pegado e estaria morto e não estaria dando esta entrevista. E outro momento bom é agora que eu estou*

pensando umas coisas boas para minha vida, que eu estou fazendo uns cursos, coisa tão difícil na rua.]

Este é o adolescente inclinado a iniciar um processo de repensar sua vida mesmo que às avessas: a partir da ruptura com o mundo externo. Neste sentido, as falas dos meninos contribuem para que seja valorizado todo o processo de assistência socioeducativa, tendo sido visto que, independente dos destinos individuais e da possibilidade de retorno ao DEGASE, dos meninos entrevistados, os que foram submetidos à situação de internação, em algum momento, puderam ter acesso a algum tipo de proteção invertida. É o acesso a cuidados que não teriam, se estivessem nas ruas. É a ambigüidade institucional que fortalece o bandido pela violação de direitos, mas que proporciona, em certas ocasiões, o acesso a outros direitos, os quais ele não poderia usufruir em face de sua vulnerabilidade social.

4.4.6 Momentos negativos na instituição:

Meu objetivo neste bloco é identificar como os meninos percebem os momentos negativos mais marcantes da internação. Quando tentam apontar o que de pior marca o espaço institucional, acabam por falar do que nos blocos anteriores consideraram a “normalidade” da instituição. Aliás, o signo “normalidade”, nesses discursos, teve diversos sentidos: a rua, a tranqüilidade, a violência, a rigidez institucional, a violação de direitos, entre outros.

Os meninos também falam de uma eterna espera pela liberdade, que não deixa de ser outro rito de passagem, que proporciona ao menino ter novamente acesso ao mundo exterior. Novamente faz-se presente a ambigüidade no discurso construído, pois a mesma instituição que institucionaliza e rompe com a sua liberdade, lhe proporciona a proteção da vida, conforme o adolescente analisa:

[É... é chegar a hora da liberdade mesmo. Os meses, os dias, isso é insuportável. Mas fora isso é tranqüilidade. Mas é melhor do que passar um mês lá fora ou até menos de um e já poderia estar morto. Porque desde que eu entrei pra hierarquia, muitos já não estão vivos. Dá pra contar nos dedos... E até o dono já morreu.]

Dentre os elementos a serem destacados nos diálogos, deve-se apontar a rebelião, que aparece aqui como um ato orquestrado, uma decisão coletiva que vai proporcionar a alguns o benefício da “liberdade”:

[...Nós faz a rebelião e depois quem consegue ir embora...E depois já era. Me explica melhor? Nós faz a rebelião, depois quem não consegue ir embora fica e toma porrada!]

[Rebelião, agitação. Lá nós era 30 contra 222. Lá, que você está falando, era o ESE? (Acena a cabeça que sim). Por que vocês eram 30? Porque nós era Terceiro e eles era Comando.]

Alguns dos meninos, em suas falas, têm a rebelião como situação de relevância na rotina institucional, devendo ser observado que os enfrentamentos ali ocorridos não são apenas entre funcionários e internos, mas entre os internos de facções rivais. Parece que estas disputas assemelham-se ao que ocorre fora da instituição, ou seja, a rebelião é um processo interno de ajuste de procedimentos e externo porque reflete as disputas já existentes na sociedade.

4.4.7 O sentido do sistema:

Neste último bloco os meninos explicitam os sentidos produzidos sobre o sistema socioeducativo. Conforme já foi analisado quando foi apresentada a discussão a respeito da criminalização da pobreza, os adolescentes das comunidades pobres vêm sendo submetidos historicamente a situações de institucionalização como forma de atendimento a suas demandas. Esse processo vai se materializar nos discursos em que eles apontam como compreendem as instituições de atendimento. Desta forma, verifica-se que o castigo e a punição aparecem como elementos constitutivos do sistema. Além destes, o sistema, para os meninos, adquire o sentido de ressocialização, sendo enfatizada sua capacidade institucional de modificação dos indivíduos:

[Na sua opinião para que serve o sistema? *Para nós paga o que nós fez!* (T. F. Idade: 16 anos)]

[*Pra mim só serve prá deixar nego preso, pra mais nada serve.* (W. J. Idade: 17 anos)]

[*Para botar os menores infrator!* (R. F. Idade: 15 anos)]

[*Como assim? Qual é a utilidade dele? Pra prender os menor infrator.* (A. F. Idade: 15 anos)]

[*O sistema serve pra abrir a mente dos adolescentes, mostrar a vida que eles têm, mostrar as oportunidades que eles fecharam. Uma oportunidade pra sua família e pra si próprio.* (M. S. Idade: 15 anos)}]

[Na sua opinião para que serve o sistema? *Pra que? É? Pra tentar mudar a vida da pessoa!* (D.S. Idade: 13 anos)]

Nas falas dos meninos, o signo “sistema” se apresenta de modo diverso, ora assume o sentido da punição simples, ora o da “ressocialização”, ou ainda o de local para educação de adolescentes. O assujeitamento dos meninos ao sistema parece fazer parte da normalidade, da regra. A instituição é útil para mantê-los presos. Todavia, para alguns, esse assujeitamento já se dá em outra graduação: é benéfico, é educativo para quem sofre, é mais refinado, tem o poder de modificar não só eles próprios, mas também suas famílias, como se essas também não soubessem a forma correta de cuidá-los. Além disso, também merece destaque a concepção do sistema como única forma de modificação para alguns meninos, tal como um deles diz:

[*Pra que serve? (Ri) Serve para educar, refletir sobre as nossas vidas. Tipo colégio interno, se não aprender aqui, não se aprende mais.* (J.S. Idade: 15 anos)]

Com base nos diversos blocos em que foram divididos os diálogos, pode-se dizer que, antes da apreensão, os meninos partem de uma realidade completamente diversa da lógica do sistema - é o diferendo. Entretanto, à medida que a instituição atua de maneira “civilizatória”, muitos deles vão assumindo as concepções do senso comum e acreditando que necessitam da instituição para serem educados por ela e não reincidirem. Esse poder civilizatório está na instituição e se desdobra nas práticas profissionais do sistema, servindo ao disciplinamento do menino, mas também ao do funcionário.

Em vista dessas observações quero encerrar essa dissertação apontando algumas considerações sobre a configuração assumida pelo sistema nos anos estudados e de que maneira entendo que tal formato interferiu no processo de trabalho dos profissionais do DEGASE.

5 CONCLUSÃO:

A configuração adotada pelo sistema socioeducativo no Rio de Janeiro está fortemente marcada pela Reforma do Estado implementada na década de Noventa. Com o fim de compreender a processualidade do DEGASE, foram organizados dois eixos norteadores da análise: o primeiro, que destacou como a Reforma do Estado se manifestou na formação do sistema e os rebatimentos que tal mecanismo promoveu no processo de trabalho dos funcionários do Departamento, e o segundo, está relacionado à produção de sentidos que os adolescentes atendidos vão construir sobre o sistema no contexto da referida Reforma.

Os dois eixos são conduzidos pela compreensão da lógica ambígua e contraditória da política de atendimento que legalmente atua na proteção de direitos e institucionalmente, a partir da violação destes.

Considerando a situação da infância e juventude no Brasil na década de Noventa, é possível identificar que, apesar dos dados apontarem para uma melhoria nas condições de existência dos adolescentes brasileiros, o acesso a direitos está diretamente ligado à questão econômica, ficando os mais pobres com o oferecimento de serviços de baixa qualidade e mais vulneráveis a situações de violência.

Muito embora o contexto democrático e, por conseguinte, a legislação venham favorecendo a proteção de direitos da infância e da juventude, as formas utilizadas pelo Estado para intervir nessa questão, ainda estão voltadas para o aprisionamento e criminalização dos mais pobres. Essa estratégia estatal, que é reconhecida socialmente e institucionalmente, vem, na última década, sendo incorporada às orientações neoliberais, e, nesse sentido, apresenta-se de duas maneiras: a interferência na precária estrutura de proteção social, a partir de uma lógica eminentemente conservadora, voltada para a penalização daqueles que dependem da Assistência e, a baixa capacidade estatal de inclusão das demandas sociopolíticas de alguns segmentos da sociedade civil (em particular, os adolescentes em conflito com a lei).

A exigência de reforma da estrutura governamental, ocorrida na referida década, era necessária a fim de ampliar os espaços de gestão pública em uma

perspectiva democrática. Entretanto, o processo de descentralização tornou-se um mecanismo de despolitização das políticas sociais e de fragmentação das forças progressistas na participação do controle social. Observando ainda o período, ficou evidenciado o arrefecimento da desigualdade social, o que não impediu a introdução de diversos atores no espaço público.

O desmonte da referida estrutura de proteção está ligado também a valores e a signos relacionados à incapacidade do Estado de administrar sozinho as políticas públicas e a premente necessidade do governo de estruturar a abertura econômica para o mercado internacional. Tal processo ocasionou uma configuração singular ao que se teria como descentralização e desconcentração de poder, onde os estados e municípios não conseguiram obter sua autonomia do Governo Federal e ainda tiveram que assumir parte dos encargos que até então eram de responsabilidade da União.

Quanto aos desdobramentos desse desmonte nas políticas sociais, as mesmas foram significativamente prejudicadas pelo Estado, a fim de beneficiar o capital. Nessa lógica, a condução política ficou voltada para a desinstitucionalização de direitos, a fim de deslocar a questão para a esfera privada, criando ainda uma hierarquização no acesso ao atendimento, diferenciando aqueles que podiam comprar serviços no mercado daqueles que eram usuários dos serviços da Assistência. Assim, em face da reestruturação produtiva, a política de encarceramento, articulada às situações de vulnerabilidade, presentes na realidade brasileira, tem sido uma forma de enfrentamento da pobreza, e também uma estratégia de lucro para o capital, que investe na indústria da segurança através da produção e da contenção da criminalidade. Esse processo contribui para a perpetuação da desigualdade e da violência.

Com base nessas questões observa-se que a política construída pelo Poder Público tem cumprido com perfeição sua função de perpetuação da desigualdade, a partir da naturalização e legitimação da violência empregada na captura e na contenção de adolescentes em situação de privação de liberdade.

A configuração assumida pela política nacional de atendimento a adolescentes em conflito com a lei, nos últimos anos, foi marcada por alguns elementos a serem destacados: a perda orçamentária, a presença significativa de projetos de perspectiva

tradicional, o desconhecimento dos estados e municípios quanto às suas responsabilidades e a baixa capacidade destes adolescentes de incorporarem suas demandas à política.

Quando se trata de analisar o processo de estadualização do atendimento verifica-se que a política de atendimento tem construído formas variadas de implementá-la, de acordo com os interesses e prioridades locais, o que produziu por parte do poder público a construção de iniciativas ainda muito empobrecidas, se consideradas as exigências sociais e constitucionais. Todavia, esse processo também pode ter sido provocado pela pouca capacidade dos organismos de controle social interferirem na ação do Poder Executivo no trato da questão, que, muitas vezes, acaba por obedecer à lógica reinante da ressocialização.

No que diz respeito ao segundo eixo do trabalho (a análise dos discursos dos profissionais do sistema, de outros que já atuaram no Departamento e dos meninos), esse pode auxiliar a identificação dos principais elementos presentes na configuração do DEGASE até o ano de 2002.

Com base nas entrevistas, foi possível compreender que as primeiras iniciativas referem-se ainda ao período da FUNABEM, em 1986, quando os técnicos de planejamento do referido órgão organizaram o que deveria ser a descentralização do atendimento a menores nesse Estado. Ainda vinculado ao Código de Menores, legislação vigente na época, o Programa articulava as diversas iniciativas do Governo Federal com aquelas construídas a nível local. Nesse sentido, era objetivo da proposta de trabalho garantir um atendimento a adolescentes em situação de risco social próximo às comunidades.

O Programa era fortemente influenciado pelos referenciais democráticos, que vinham sendo retomados em função da reabertura política. Das diversas ações idealizadas pelo referido grupo, sua maior conquista foi o Projeto CRIAM, com suas dezesseis unidades espalhadas pelo estado. Essa foi uma iniciativa pioneira em atender adolescentes em conflito com a lei em meio aberto.

O processo de implementação desse projeto passou pela contratação de equipe selecionada e treinada especialmente para tal tarefa, havendo a preocupação por parte da FUNABEM em não inserir nos CRIAMs profissionais que já possuísem memória

técnica a respeito da política de atendimento, o que possibilitou ao projeto ter características bem peculiares na condução das ações propostas. Assim, a forma de inserção da referida equipe vai ser um dos elementos impeditivos e, ao mesmo tempo de facilitação, do que na atualidade se constitui o DEGASE.

A falta de definição de contratação dos profissionais (em face da ausência de concurso público), associada a uma baixa capacidade de articulação com o poder local formaram as condições ideais para a existência de um projeto de grandes proporções no estado, no que se refere à qualidade e amplitude de atendimento, mas profundamente fragilizado no potencial de negociação política.

As situações produzidas em função da alocação de pessoal tiveram desdobramentos significativos quando se trata de analisar o processo de organização da estadualização do sistema, que se inicia nos mesmos padrões já adotados na época de criação do CRIAM. Tendo o Governo Federal esgotado sua capacidade de interferência nas ações locais, o Estado do Rio de Janeiro assumiu o atendimento direto ao adolescente, utilizando parte dos funcionários dos CRIAMS, outros profissionais contratados e uma pequena parte de concursados. Os primeiros foram introduzidos nas escolas de internação como forma de trazer a metodologia empregada nos CRIAMs para o restante do sistema. Todavia, tal iniciativa não possuía sustentação política, uma vez que foram os contratados, que eram a maioria, aqueles que assumiram o atendimento no DEGASE. Alguns deles já atuavam desde o período da FUNABEM e outros foram sendo disciplinados por vários profissionais da área da contenção, que na ocasião da ocupação estadual foram incorporados pelo sistema, a fim de garantir a manutenção da ordem.

O grupo de concursados foi introduzido no Departamento em uma situação de subordinação aos contratados e paulatinamente foi se agrupando de acordo com seus projetos sócio políticos, o que resultou em uma disputa acirrada entre os concursados e contratados, que vem sendo travada no decorrer desses anos.

No período inicial de assunção do sistema pelo Governo do Estado ocorreu um hipovalorização do potencial disciplinador e punitivo da política anteriormente empregada. Nesse sentido, o grupo gestor avaliou precocemente que o sistema poderia incorporar a metodologia democrática dos CRIAMs e romper com a lógica da violência.

Uma vez que isso não ocorreu, esses profissionais foram afastados dos setores de planejamento e o Departamento passou sucessivamente por administrações de caráter eminentemente político partidário.

O sistema, foi duplamente penalizado no que diz respeito a sua gestão, uma vez que passou a ser sofrer as influências da política neoliberal no espaço governamental, sendo submetido a poucos recursos e baixíssimos investimentos em infraestrutura, que, com o passar dos anos, resultou no sucateamento da estrutura deixada pela FUNABEM. Por outro lado, o DEGASE lidava com a invisibilidade própria do segmento que confinava em suas unidades e continuava a ser rejeitado institucionalmente e socialmente.

Nos três períodos estudados sobre o sistema, merecem destaque os projetos técnicos construídos. Todavia, foi nos anos de 1997 e 1998, quando o Departamento passou pela administração do Dr. Judá Jessé, que foi possível a implantação de algumas mudanças significativas.

No que diz respeito à referida administração, é relevante a explicitação do caráter punitivo do sistema e a elaboração de estratégias de atuação que puderam se contrapor ao que estava estabelecido em termos de atendimento. Muito embora as iniciativas construídas tivessem pouco poder de interferência na lógica do sistema, vale considerar que as modificações ocorridas na estrutura da EJLA e as diversas investidas na área de capacitação técnica, promovidas a partir do convênio com a UERJ, garantiram uma alteração nas relações interpessoais e profissionais do Departamento.

À medida que o Departamento foi incorporando mais profissionais concursados, que reivindicavam reconhecimento profissional, outros espaços de luta foram sendo construídos, tal como a ampliação da capacidade associativa e sindical dos funcionários. Apesar da fragilidade da articulação, os concursados estabeleceram canais de articulação extra-institucionais, capazes de interferir, mesmo que precariamente, nos espaços de discussão da política de atendimento. Isso significa que, muito embora a lógica do sistema continuasse baseada na disciplina e punição, o contexto possibilitava alterações de forças e rearranjos políticos dos atores envolvidos no sistema.

Contudo, essas modificações na correlação de forças eram bastante limitadas, isso pode ser identificado quando se analisa a assunção da Direção Geral por funcionários do grupo de apoio e agentes educacionais, ocorrida no ano de 2002. Apesar da indicação também ser de orientação político partidária, a situação de confronto ocorreu de maneira bastante explícita. Foi atravessada pela condição política do gestor frente aos grupos divergentes, ainda presentes no Departamento (apesar de terem sido afastados das posições de comando) e pela falta de reconhecimento desses profissionais perante o corpo de agentes do DEGASE.

As disputas de poder entre contratados e concursados, técnicos e agentes, estão presentes em grande parte dos discursos. Observa-se que tal enfrentamento de grupos explicita a fragilidade dos funcionários quando se analisa o processo de trabalho. Deve-se ainda ressaltar que o DEGASE, desde seu surgimento, está influenciado pelo viés conservador, pois, desde a implantação, seu funcionamento ficou sujeito a atuação de profissionais terceirizados, o que ilustra os desdobramentos da Contra Reforma nas políticas sociais. Além disso, é importante apontar que as falas dos entrevistados não tratavam apenas das mazelas dos profissionais, mas articulavam as semelhanças entre a condição do funcionário e a do menino.

O sistema, na garantia da disciplina e da punição, enquadra a todos, independente da condição de contrato da mão-de-obra. O medo da punição e dos confrontos é comum a todos, sendo incorporado às diversas instâncias de atuação do Departamento.

Na análise dos discursos dos meninos, a lógica perversa do sistema ficou também evidenciada, devendo ser destacada a gradação do uso da violência nas diversas unidades. Tal questão sugere a prevalência da violência explícita nos locais em que a permanência do menino é curta, não havendo tempo de apreender os mecanismos de assujeitamento à disciplina. É relevante apontar que nos discursos dos meninos, tais unidades são identificadas não somente pelo uso da força, mas também pela falta de infraestrutura, higiene e ociosidade. Tais características também podem estar relacionadas à construção de um rito de passagem onde os adolescentes devem sofrer o impacto institucional para depois estarem mais “dóceis”, a fim de percorrer suas trajetórias pelo DEGASE. Por sua vez, os funcionários também são obrigados a

conviver cotidianamente nos espaços de permanente tensão, sujeira e ociosidade. A suportação dessa rotina e o assujeitamento dos meninos   lógica institucional são são possíveis a partir do endurecimento emocional dos profissionais, que se torna uma estratégia de trabalho em locais de excessiva disciplina. Nas demais unidades, ocorre um refinamento desse processo, que   intercalado a atividades do tipo socioeducativo. Apesar de ter funcionamento precário, estas conseguem proporcionar aos meninos constru es subjetivas positivas a respeito do período de permanência institucional.

O sistema vai se constituir num espaço de permanente contradi o, onde a garantia de direitos está constantemente disputando espaço com a viola o destes. Nesse processo, a institui o adquire contornos de puni o, mas também de prote o, assujeitando o menino por não vislumbrar outra forma de garantir assistência. O propósito do sistema   por vezes tão camuflado que, em diversas falas, os meninos acreditam que o mecanismo ao qual são submetidos irá proporcionar a melhoria individual e a possibilidade de inser o social na condi o de cidadão.

No Rio de Janeiro, o sistema socioeducativo não conseguiu estabelecer uma política de descentraliza o territorial do atendimento: cresceu e se especializou no sentido de atender às diversas peculiaridades da medida socioeducativa, contudo continuou concentrado no município do Rio de Janeiro.

De acordo com as situa es de urgência, o DEGASE foi adquirindo outros espaços, que são reforçavam a centralidade anterior a 1993, data de sua cria o. Durante aqueles anos de funcionamento, os orçamentos relativos ao órgão por diversas vezes indicavam, no planejamento, a existência de verba federal para a constru o de novas unidades. Todavia, a concentra o de esforços do Governo no DESIPE¹²⁰, que durante anos, junto com o DEGASE, esteve vinculado   Secretaria de Estado de Justiça, ocasionou o abandono do sistema socioeducativo. Afinal, o sistema prisional mant m 18.000 presos, enquanto o DEGASE, no máximo 750 adolescentes em priva o de liberdade.

Na análise do processo de descentraliza o, tão discutido nas diversas gestões desta política social, ficou evidenciado que este se deu de maneira muito aquém de suas possibilidades. As questões que comprometeram tal proposta são muitas: a

¹²⁰ Atualmente SEAP (Secretaria Estadual de Assuntos Penitenciários)

configuração assumida pelos projetos em virtude da falta de investimento, a forma de alocação da mão-de-obra e os contornos predominantemente urbanos da população usuária, que dificultaram o processo de desconcentração das ações do Rio de Janeiro para os demais municípios do estado.

Desse modo, penso que a finalização deste trabalho passa pela forma como a descentralização foi construída e pelos desdobramentos internos que a formatação adotada provocou no DEGASE. Neste sentido, a questão fundamental está relacionada à competência do sistema socioeducativo. Essa lógica do sistema, que é o motor propulsor de sua realimentação, vai se materializar em diversos aspectos:

- a disciplinarização dos adolescentes;
- a disciplinarização do processo de trabalho pela precarização das relações trabalhistas, que se dá através dos contratos temporários;
- a vulnerabilidade do processo de trabalho em face da possibilidade de controle político partidário e não político ideológico;
- a fragmentação dos grupos e a baixa qualidade de inserção nos movimentos sindicais.

A disciplinarização é linha condutora do sistema e, nesse sentido, o assujeitamento, tanto dos profissionais quanto dos meninos, vai se dar pelo viés da vulnerabilidade. A dos meninos é social, mas a dos funcionários está relacionada ao processo de trabalho ao qual estão inseridos.

O funcionário e o menino muitas vezes se assemelham, seja nos discursos, seja no medo. As punições também marcam os funcionários, tal como os meninos. Quanto mais os primeiros são penalizados, mais adquirem prestígio social em seu grupo; quanto mais são transferidos, mais o sistema teme sua permanência, pois, com o tempo, não existem lugares seguros para manter seu silêncio. Para ser respeitado, o funcionário deve transgredir as regras de disciplina construídas com base no assujeitamento, na punição e na violência.

O profissional pode ser disciplinado pela condição de trabalhador temporário e reiteradamente ameaçado de demissão. Na condição de concursado, ele pode

passar pelo mesmo processo, em face dos mecanismos de punição internos, que utilizam o castigo geográfico e a perda de cargos comissionados. Ambos comprometem a capacidade de organização e a provocação do gestor para a incorporação de velhas e novas demandas trabalhistas.

A via de enfrentamento das mazelas da instituição pelo profissional está bem definida. Está relacionada à compreensão do sistema e à organização de estratégias que ultrapassem o velho conflito entre as necessidades profissionais e as requisições institucionais. Todavia, quais são as possibilidades de enfrentamento do menino? Continuo com a minha pergunta inicial: o que fazer com os meninos que ninguém quer? Durante grande parte da dissertação trato da internação como um componente prejudicial a qualquer possibilidade de retorno comunitário e, com base nas entrevistas, ficou visível o movimento de aproximação com a figura do “bandido” e da naturalização da violência que o menino constrói à medida que ele reincide no sistema.

A institucionalização provoca um rito de passagem, que traz como desdobramento possível a assunção da figura do “bandido” como forma de conseguir reconhecimento social. São a ociosidade, a violência, o medo e as “verdades” institucionais, atuando sob esse menino que não possui outros parâmetros de cidadania. Assim, a intervenção com “os meninos que ninguém quer” pode iniciar-se com a compreensão do sistema e na explicitação dos mecanismos de produção da violência institucional. Dessa forma, pode ser que eles tenham instrumentos para reconhecer os mecanismos de seleção e de realimentação do sistema e, em que medida os meninos são utilizados pelo mercado na composição desse processo. Uma vez que o menino entende qual é a sua participação no sistema, é possível pensar na desconstrução dessa lógica, que precisa ser desmontada interna e externamente.

Em função de todas as questões trazidas nesse estudo, creio que me resta pensar se consegui chegar a Ártemis, Górgona ou Dionísio no meu processo de aproximação de meu objeto de estudo. Para meu espanto, agora que encerro este trabalho, acredito que passei pelas três figuras no decorrer da pesquisa. Quando pude entrevistar meus colegas, aproveitei-me da familiaridade e também usufruí o que me era estranho, para estabelecer com eles uma alteridade. Isso foi relativamente fácil,

pois entre nós os níveis de distanciamento eram curtos, meu deslocamento era pequeno.

Com os meninos era Górgona, tal o meu espanto com relação ao que era dito por eles e o deles sobre as perguntas feitas. Era o diferendo. Na análise quis ser Ártemis, pois tentava traduzir a minha moda suas falas. Era tentar entender o intraduzível e utilizar o tão conhecido poder civilizatório para domá-los nas suas palavras. Por fim, com a fundamental ajuda de minha orientadora, pude retomar Dionísio e me acho plena, pois percorri os diversos espaços. E chego ao fim dessa jornada, acreditando que consegui, a meu modo, fazer o papel de hóspede e de anfitrião (AMORIM, 2000), pois recebi o acolhimento do outro nos diversos momentos da viagem. Tarefa cumprida!

Celeste Anunciata

6 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

ALMEIDA, M. H. T. de. *Federalismo e políticas sociais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.º 28 (ano10), São Paulo: Anpocs, 1995.

AMORIM, Marília. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: MUSA, 2001.

ARRETCHE, M. *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

ASSIS, S. G., **MINAYO**, M. C. S. e **CONSTANTINO**, P. *Cumprindo Medida Sócioeducativa de Privação de Liberdade: perspectiva de jovens do Rio de Janeiro e seus familiares*. Rio de Janeiro: Claves/ENSP/FIOCRUZ, IPEA, novembro de 2002.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BAZÍLIO, Luiz C. *Avaliando a Implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente*. In: Social em Questão. Volume 6 _ Número 6, Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social (Semestral), 2001.

_____. *Política pública de atendimento à criança e ao adolescente: uma experiência de cooperação no estado do Rio de Janeiro*. In: *Jovens em conflito com a lei: a contribuição da universidade ao sistema socioeducativo* / Coord. Leila Maria Torraca de Brito – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

BARROS, Ricardo, Henriques, R.e Mendonça, R. *Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável*. V. 15, n. 42, São Paulo: RBCS, 2000;

BATISTA, Nilo. *Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro*. 8^a ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BATISTA, Vera Malaguti, *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, Freitas Bastos, 1998.

BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BEHRING, Elaine R. *A Contra-Reforma do Estado no Brasil*. Tese (doutorado em Serviço Social), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

BOURDIEU, P. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*, São Paulo: Papirus, 1996.

BRANDÃO, A. A. *Conceitos e coisas: Robert Castel, a “desfiliação” e a pobreza urbana no Brasil*. Revista *Emancipação*, n° 1, Ponta Grossa: Editora UEPG, 2002.

BRASIL. *Direitos Humanos, 1995-2002: políticas públicas de promoção de proteção*. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*, Lei 8.069/90, Ministério da Justiça, Brasília:1990.

_____. Tribunal de Contas da União. *Avaliação do TCU sobre o Programa Reinserção social do Adolescente em Conflito com a Lei*. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas do Governo, 2004.

BURKE, Peter. *Unidade e variedade na história cultural*, variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CEDCA. *Documento Final sobre Medidas Sócio-educativas*. Produzido pelo Grupo de Trabalho sobre Medida sócio-educativa. Rio de Janeiro, Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro. Material digitado, 2002.

CASTANHA, Neide. *O orçamento CRIANÇA: Peça chave para dar consequência prática ao princípio da prioridade absoluta*. In: *Boletim da Criança e do Adolescente*, n° 10, Brasília: UNICEF/ INESC, 2001.

CASTEL, Robert. *As armadilhas da Exclusão*. In: **WANDERLEY, L. Eduardo e BELFIORE – WANDERLEY, M.** *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo: EDUC, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CHARTIER, Roger. *Textos, impressos e leituras. A história cultural: entre práticas e representações sociais*. Rio de Janeiro/ Lisboa: Ed. Bertrand Brasil/Difel, 1990.

COHN, Amélia. *Gastos sociais e políticas sociais nos anos 90: A persistência do padrão histórico de proteção social brasileiro*. XXIV Encontro anual da ANPOCS, 2000.

COIMBRA, Cecília M. B. *Discursos sobre Segurança Pública e Produção de Subjetividades: A Violência Urbana e Alguns de seus Efeitos*. Trabalho de Pós-Doutorado, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

COSTA, A.C. Gomes da *Um histórico do atendimento socioeducativo aos adolescentes autores de Ato Infracional no Brasil: Mediação entre Conceitual e o Operacional*. In: **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**, *Políticas públicas e estratégias de atendimento socioeducativo em conflito com a lei*. Departamento da Criança e do Adolescente, Brasília: Ministério, 1998.

COSTA, Sueli Gomes. *Pau para toda obra: subsídios para o estudo do processo de subordinação do trabalho* (Brasil século XVI ao XIX). Niterói, UFF, ICHF, Depto de História, Tese (mestrado em História), 1988.

CRUZ NETO, Otávio e outros. *Nem Soldados Nem Inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*: Editora Fiocruz, 2001.

DCAIPEA. *Mapeamento Nacional da Situação das Unidades de Execução de Medida Sócio-educativa e Privação de Liberdade ao Adolescente em Conflito com a Lei*, Brasília: Unicef, 2002.

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

FERREIRA, Elizabeth F. X. *As entrevistas: Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. *Assistência na Previdência Social – Uma política marginal*. In: SPOSATI, Aldaíza O. (org) *Os direitos (dos desassistidos) sociais*. 2ª. ed, São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Políticas Sociales y Ciudadanía*. Banco Interamericano de Desarrollo, INDES, mimeo, 1999.

_____. *Qual Política? Que Social?* Reflexões Analíticas Sobre América Latina. Trabalho apresentado no Seminário “perspectivas de la política social em América Latina”, promovido pelo INDES - Instituto Interamericano para el Desarrollo Social do Banco Interamericano de Desarrollo, Washington, Abril de 2002.

FIOCRUZ. *Avaliação do Convênio Programa Pró-Adolescente Ações Socioeducativas*. Cooperação Técnica UERJ/DEGASE, Rio de Janeiro: CLAVES/ ENSP, 1999.

FIORI, José. Luís. *O Estado brasileiro do futuro: descentralização ou desintegração*. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1992.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO E COHEN, (1988) Apud VIANA, Ana Luiza. *Abordagens metodológicas em políticas públicas*. In: Revista de Administração Pública, n ° 24 (4), Fundação Getúlio Vargas, 1995.

GONÇALVES, Reinaldo. *Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira.* In: **LESBAUPIN, Ivo.** *O desmonte da Nação: balanço do Governo FHC.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Avaliação Biopsicossocial de adolescentes em conflito com a lei no DEGASE – Departamento Geral de ações socioeducativas.* Rio de Janeiro: Superintendência de Saúde, 2002.

_____. *Estrutura Básica com o reordenamento do sistema: metas iniciais de atendimento.* Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, 1992.

_____. *Fundamentação político-filosófico-metodológica a ser implantada no DEGASE.* Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça e Interior/DEGASE, 1996.

_____. *Linhas programáticas e diretrizes gerais para estruturação do sistema de ação sócio-educativa.* Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Justiça/DEGASE, 1993.

_____. *Minuta da mensagem e do projeto de lei para criação dos cargos efetivos para o DEGASE e para autorização legislativa da contratação por tempo determinado das equipes dos CRIAMs.* Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, 1992.

_____. *Projeto Excelência.* Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça e Interior/DEGASE, 1998.

_____. *Proposta orçamentária 2003.* Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Direitos Humanos/DEGASE, 2002.

_____. *Relatório das observações e sugestões feitas pelo DEGASE em relação ao projeto de arquitetura do conjunto destinado ao Plantão Interinstitucional.* Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça e Interior/DEGASE, 1998.

_____. *Quadro de detalhamento de despesas.* Rio de Janeiro: Secretaria de Fazenda, anos 1995 a 2002.

_____. *Valores autorizados, empenhados e liquidados em 2002.* Despesas por funções e programas. Secretaria de Estado de Fazenda. Disponível em gov.rj.gov.br.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90.* IPEA, Textos para Discussão n° 807, 2001.

IAMAMOTO, M. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.* Ensaios Críticos. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, M. & CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.* Um esboço de uma interpretação historio-metodológica. 4ª ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1985.

IBGE. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.* Brasília: IBGE, 2003.

INESC. *A execução de 2002 e a previsão para 2003.* Boletim da Criança e do Adolescente, n.º 14, Brasília: UNICEF/ INESC, 2002.

LAGO, Luciana C. *As desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempos de crise.* Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

LEITE, L. C. *A magia dos invencíveis: os meninos de rua na Escola Tia Ciata.* Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

LESBAUPIN, Ivo. *Neoliberalismo, Regressão da democracia e cidadania limitada.* Atualidade em debate, jan-fev. – Caderno 39, Rio de Janeiro: Ibrades, 1996.

_____. *O desmonte da Nação: balanço do Governo FHC.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial.* São Paulo: Hucitec, 2ª., 1990.

MATTOSO, Jorge. *Produção e emprego: renascer das cinzas.* In: **LESBAUPIN,** Ivo. *O desmonte da Nação: balanço do Governo FHC.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MINAYO, M. C.S. & **RAMOS,** E.R.(org.) *Violência sob o Olhar da Saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, *IV Conferencia Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.* Brasília: CONANDA, 2001.

_____. *Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei.* Brasília: Governo Federal, 2002.

_____. *Relatório de 2001-2002.* Brasília: Governo Federal, 2002.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Descentralização do sistema de atendimento a menores no estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Coordenadoria de Comunicação Social, 1986.

MISSE, Michel, *As Ligações Perigosas: mercado informal ilegal, Narcotráfico e Violência no Rio.* In: *Educação e Contemporaneidade - Qualificação e Informalidade,* n.2, 1997.

MOREIRA, Celeste.A. B. *A Produção da Infração: uma análise do perfil de adolescentes infratores atendidos no Estado do Rio de Janeiro.* Monografia de Especialização. ESS/UFF. Rio de Janeiro: 2002.

NEDER, Gizlene. *Violência e Cidadania.* Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1994.

NETO, José Paulo. *FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras*. In: **LESBAUPIN**, Ivo. *O desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NEVES, Lucia M. W. *Educação: um caminhar para o mesmo lugar*. In: **LESBAUPIN**, Ivo. *O desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NUNES, D. G. *Da Roda À Creche: proteção e reconhecimento social da infância de 0 a 6*. Tese (doutorado em Educação), Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Educação, 2000.

PAOLI, M. C. & **TELLES**, V. *Direitos Sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo*. In: **DAGNINO**, E. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

QUIROGA, C. *A invasão positivista no Marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.

REDE Interagencial de Informações para a saúde. *Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações*, Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002.

RIO DE JANEIRO (Estado). Mensagem n.º 58/2002, de 30 de setembro de 2002. Dispõe sobre plano de cargos, carreiras e salários e estruturação do quadro permanente de pessoal da Secretaria de Estado de Direitos Humanos no âmbito do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Poder Executivo, n.º 186, Parte II, 01/10/2002.

_____. Decreto de 26.01.1993. Criação do Departamento Geral de Ação Socioeducativa - DEGASE. *Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Poder Executivo, n.º 17, Parte I, 27.01.1993, pg. 04.

_____. Decreto de 20.07.1998. Dispõe sobre a nomenclatura dos cargos previstos na Lei 2.399, de 11.05.1995 e na Lei 2.998, de 01.07.1998 e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Poder Executivo, n.º 132, Parte I, 21/07/2002, pg.2.

_____. Decreto de 01.02.2002. Nomeação dos habilitados a ocupação dos respectivos cargos na classe inicial – Permanente do DEGASE, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário. *Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Poder Executivo, n.º 4, Parte I, 4/02/2002, pg.27.

SINGER, Paul. *A raiz do desastre social: a política econômica da FHC*. In: *O desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

TELLES, Vera. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: USP, Curso de Pós- Graduação em Sociologia, Ed.34, 2001.

THOMPSON, E. P. *Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial*. Costumes em comum, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum*. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. *Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. V.1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

UNICEF. *A voz dos adolescentes*. Brasília: Unicef-Brasil/ Ibge, 2002.

_____. *Indicadores sobre crianças e adolescentes*. Brasília: Unicef-Brasil/ IBGE, 2001.

_____. *Situação da adolescência brasileira*. Brasília: Unicef-Brasil, 2002.

VIANNA, M. L. T. Wernneck. *As armas secretas que abateram a seguridade social*. In: **LESBAUPIN**, Ivo. *O desmonte da Nação: balanço do Governo FHC*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. *A Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Revan, 2^a. ed.2000.

WACQUANT, L. *O retorno do recalcado – Violência urbana, “raça” e dualização em três sociedades avançadas*. n.º 24, Ano 9, In: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: fevereiro de 1994.

_____. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Coleção Pensamento Criminológico. Rio Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

WIEVIORKA, Michel. *O novo paradigma da violência*. Volume 9, Tempo Social - In: *Revista de Sociologia da USP*, São Paulo: 1997.

ZAFFARONI, E. Raúl. *A criminologia como instrumento de intervenção na realidade*. In: 1º FÓRUM DE DEBATES SOBRE O PROCESSO DE PRISIONIZAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO, Escola de Serviço Penitenciário do Rio Grande do Sul e Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre: PUC/RS, 21/24/03/1990.

_____. *Em busca das penas perdidas: a perda legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

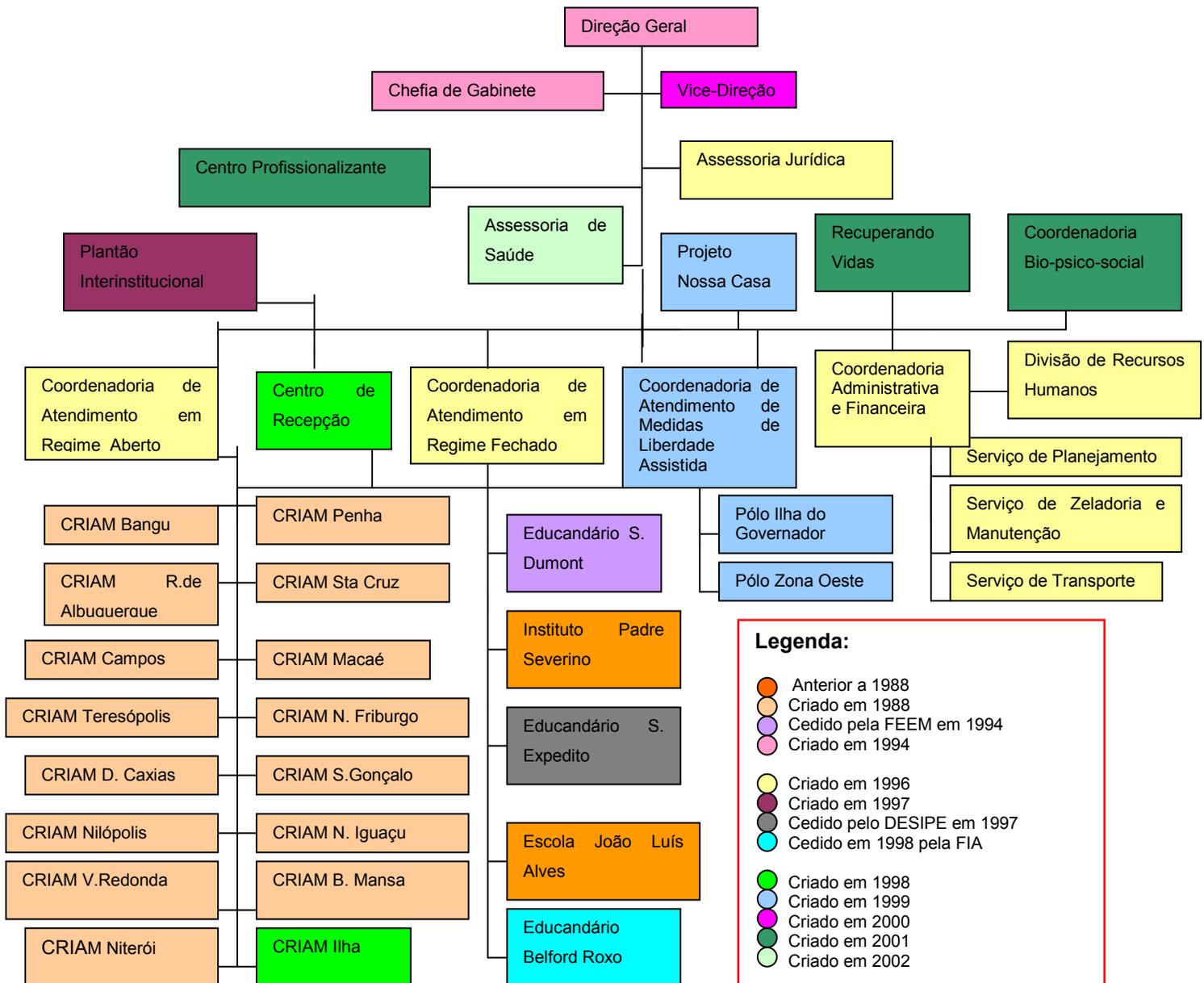
ZALUAR, Alba. *A globalização do crime e os limites da explicação local*. In: **VELHO**, Gilberto & **ALVITO**, M. *Cidadania e Violência*, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

_____. *Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas*. Instituto de Medicina Social-UERJ, Rio de Janeiro: mimeo, 1997.

_____. *Moradia* – Segregação, Desigualdade e Sustentabilidade Urbana – Rio Estudos n ° 13, Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

7 APÊNDICE:

7.1 O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO:



7.1 AS ENTREVISTAS COM OS MENINOS:

- 1) T. F. Idade: 16 anos Data de nascimento: 13/03/88.
1. O que você acha que lhe levou a entrar no sistema sócio-educativo? *Foi assim; que minha avó me batia, aí eu saí para rua.*
 2. Com quem você vivia na época que foi apreendido? *E aí fui morar na casa da minha mãe. E aí fui dar um rolé na minha rua, aí roubei e rodei. Saí da casa da minha avó aí acabei rodando. Você já roubava há muito tempo? Já. Você tinha que idade quando começou a roubar? Não me lembro não!*
 3. Como sua família reagiu na ocasião de sua apreensão? *Minha avó chorou. Minha mãe não fico sabendo, não. Por que? Por causa que minha avó não falou nada para ela, não.*
 4. Eles lhe visitavam na Instituição? *Sim. Quem? Minha avó.*
 5. Quando foi a primeira vez que veio para o Degase? *A primeira vez foi no CTR. Você lembra o que sentiu na ocasião? Medo.*
 6. Como foi tratado? *Me trataram mais ou menos. Eu entrei lá, me revistaram, me botaram na contenção. Aí deixaram nós lá. Estava com outros meninos? Uns quatro...Cinco. Nós ficamos lá. Deram uma garrafa d'água para nós, deram uns pães, deram uma garrafa de Nescau, um colchão e dois cobertores. Pra todo mundo? Para os cinco! Era inverno ou verão? Não sei não, mas fazia muito frio porque nós acabamos de tomar banho e fomos para a contenção. Como era a contenção? *Era a grade, uma chapa de ferro e lá dentro só tinha uma comarca¹²¹. E lá dava para ver a luz do sol? Faz silêncio. Era claro ou escuro? Não dá pra ver a luz do sol não! Mas não tem lâmpada? Não! Existe alguém em especial que você lembre? Sr. D. Porque? Te tratou bem ou mal? Porque me tratou bem. O que ele fez em especial? Ele não falava igual aos outros. Me tratava na moral. Ele me avisava o jeito de levar o ritmo ali (CTR) para mim não criar problema, para mim não apanhar.**

¹²¹ Comarca significa cama.

7. Quais são suas atividades na Instituição?*Ficava lá trancado, fiquei na tranca três dias. Depois fui para o alojamento. Quando cheguei ganhei L.A¹²².Aí fiquei lá uns quatro dias na tranca, aí depois quando tava para ir embora me botaram para o alojamento, aí minha vó chegou lá. O que fazia o dia inteiro? Tomava café lá, almoçava lá, ficava lá o dia inteiro. Aí eles coloca lá uma garrafa para nós fazer as necessidades que dá pra fazer na garrafa... Só abria pra fazer cocô? É*
8. Quando fica doente quem cuidava de você? *A médica. Nós pedia remédio e a médica dava o remédio. Não tinha o que tem lá agora, tipo um posto de saúde.*
9. Você passou algum aniversário na instituição? *Só aqui.Como foi?Pô, fiquei como... Fiquei bolado sim de passar o aniversário na cadeia.*
- 10.Quando você fica triste o que faz?*Fico quieto na minha, sento na comarca e fico pensando na vida.*
- 11.Do que sente falta aqui dentro, além da liberdade? *Da minha mãe, só.*
- 12.Depois da 1ª entrada como foi voltar para sistema?*Só fiquei bolado, mas depois fiquei mais tranqüilo porque tinha uns menor que eu já conhecia.*
- 13.A que você atribui seu retorno ao Degase?*Ah, porque tava roubando (diz bem baixinho).*
- 14.Você sofreu violência física em alguma das vezes que veio para o Degase?*Balança a cabeça positivamente.*
- 15.Como é a relação entre você e os outros adolescentes?*Tranqüila.*
- 16.Como era o contato entre vocês e os funcionários?*É, nós conversa com eles, pede para eles o que é necessário e é só (Dá uma formalidade ao tom de voz).*
- 17.Como você dorme no seu alojamento? Descreva-me o seu espaço? *Tem uma cama lá de cimento. Tem colchão, lençol e cobertor.*
- 18.Diga-me algo que tenha sido bom para você que aconteceu durante alguma das internações pelas quais passou?*Foi lá no Padre. Nós fomos pro Maracanãzinho. E por que foi bom? Por causa que lá (IPS) é o maior massacre e lá nós vimos Claudinho e Bochecha...Claudinho e Bochecha, não! Só o Bochecha!*
- 19.O que foi mais difícil de suportar durante os períodos de internação? *A rebelião. Por que? Por causa de que é... Nós faz a rebelião e depois quem consegue ir*

¹²² Medida socioeducativa de liberdade assistida

embora...E depois já era. Me explica melhor? Nós faz a rebelião, depois quem não consegue ir embora fica e toma porrada!

20. Na sua opinião para que serve o sistema? *Para nós paga o que nós fez!*

2) R. F. Idade: 15 anos

Data de nascimento: 09/03/88.

1. O que você acha que lhe levou a entrar no sistema sócio-educativo? *O roubo. O que te levou a roubar? Eu saí de casa. E por que você saiu de casa? Por causa que minha avó tem problemas. Que tipo de problemas? Do tipo... É que ela não tem como sustentar três pessoas dentro de casa.*

2. Com quem você vivia na época que foi apreendido? *É... vivia tranquilo. Aonde? Na rua. Como era sua vida? Era tranquila e calma.*

3. Como sua família reagiu na ocasião de sua apreensão? *Nada. Eles souberam? Souberam.*

4. Eles lhe visitavam na Instituição? *Não. Por que? Não sei.*

5. Quando foi a primeira vez que veio para o Degase? *Em 1999. Você lembra o que sentiu na ocasião? Sentia angustia. Você foi para que Unidade? CTR. Por que você sentiu angustia? Porque fiquei no massacre de ficar no alojamento. Comer, beber e dormir dentro do alojamento. Um fedor...*

6. Como foi tratado? *Tratado como um animal* Existe alguém em especial que você lembre? *Sr. O. do IPS. Por que? Por causa de que ele não me batia, conversava comigo...*

7. Quais são suas atividades na Instituição? *Futebol. Você está falando de que lugar? Do CTR. Só futebol? Só.*

8. Quando fica doente quem cuidava de você? *A enfermeira.*

9. Você passou algum aniversário na instituição? *Acena com a cabeça positivamente. Como foi? Ah, foi ruim...*

10. Quando você fica triste o que faz? *Ah... Deito e vou dormir, ou então leio a Bíblia.*

11. Do que sente falta aqui dentro, além da liberdade? *Ah, da minha família.*

12. Depois da 1ª entrada como foi voltar para sistema? *Foi uma tristeza. Ah, por causa de que fica lá... É tudo a mesma coisa.*

13. A que você atribui seu retorno ao Degase? *Continuei nessa vida.*
14. Você sofreu violência física em alguma das vezes que veio para o Degase? *Como assim? Apanhou? (Acena a cabeça positivamente).*
15. Como é a relação entre você e os outros adolescentes? *Ah, normal.*
16. Como era o contato entre vocês e os funcionários? *É só chamar que ele vem.*
17. Como você dorme no seu alojamento? *Tranquilo* Descreva-me o seu espaço? *Ah, duas salas dessa daqui (apontando para a sala de entrevista que media cerca de 6 m²) e seis camas.*
18. Diga-me algo que tenha sido bom para você que aconteceu durante alguma das internações pelas quais passou? *Ah, estudar, jogar um futebol, fazer um curso...*
19. O que foi mais difícil de suportar durante os períodos de internação? *Como assim? Você já passou por alguma situação que tenha sido difícil de suportar em todas estas internações? Não!!*
20. Na sua opinião para que serve o sistema? *Para botar os menores infrator!*

3) M. S. Idade: 15 anos Data de nascimento: 27/05/88.

1. O que você acha que lhe levou a entrar no sistema sócio-educativo? *O que eu acho que me levou? Deixa eu ver... O que eu acho que me levou? O que eu acho que me levou foi eu entrar na vida que eu esco... Aceitei, né?*
2. Com quem você vivia na época que foi apreendido? *Minha vida na rua? É? Normal! O que é normal para você? O que é normal? Como assim? Eu queria que você me descrevesse? Como era sua vida? Minha vida era normal num sentido, num outro sentido era anormal. Era anormal? Hum, hum...*
3. Como sua família reagiu na ocasião de sua apreensão? *Minha família reagiu normalmente, já sabia que eu era da vida mesmo. Ou isso ou a morte.*
4. Eles lhe visitavam na Instituição? *No convívio da rua? Não precisou eles me visitarem, eles vinham para saber onde que eu tava porque minhas entradas era tudo de L.A. Eles só ficavam esperando pra assinar.*
5. Quando foi a primeira vez que veio para o Degase? *2001 ou 2002. Minha primeira passagem foi para o CTR e depois fui para o Padre (IPS). Você lembra o que sentiu na ocasião? A primeira coisa que eu senti foi agonia. Por que?*

Porque uma pessoa que nunca foi presa nunca vai se sentir bem em um lugar isolado.

6. Como foi tratado? *O tratamento foi... Foi um tratamento dos outros menor infrator. Um tratamento rígido. (Seus olhos ficam fixos) Existe alguém em especial que você lembre? Não ninguém em especial (Fica sério).*
7. Quais são suas atividades na Instituição? *Pra distrair a mente? Pode ser. Nenhuma, era ficar parado no tempo... Nossa atividade era ficar cantando apologia ao crime.*
8. Quando fica doente quem cuida de você? *Minha avó. Eu estou dizendo aqui. Ninguém. Só ajuda se estiver morrendo. Por exemplo: eu não estou muito bem...*
9. Você passou algum aniversário na instituição? *Não. Esse vai ser a primeira vez. Vou passar agora.*
10. Quando você fica triste o que faz? *Fumo um cigarro... E penso nas oportunidades que tive na vida e ainda tenho.*
11. Do que sente falta aqui dentro, além da liberdade? *É minha liberdade e fora isso um lugar como esse não se põe as pessoas de quem eu sinto falta. Esse lugar não é pra mim. As pessoas que você sente falta são: o meu filho e a mãe dele e um colega meu que morreu que era para mim como um irmão.*
12. Depois da 1ª entrada como foi voltar para sistema? *Minhas entradas todas eu sempre fiquei triste, agoniado, mas conformado, que tinha que me conformar...*
13. A que você atribui seu retorno ao Degase? *Porque tava como... Tipo com os olhos vendados. Se tivesse assim com a mente aberta eu não voltaria pra nenhuma unidade. Falta de conselho não foi! Isso foi uma burrice da minha parte. Eu como um adolescente com a minha mente avançada para a minha idade, eu não soube usar ela pra esses momentos. Eu aqui dentro parei pra pensar sobre. Agora, estou aqui com a vida definitiva pra quando eu sair daqui.*
14. Você sofreu violência física em alguma das vezes que veio para o Degase? *Hum, hum (Risos). Isso é normal.*
15. Como é a relação entre você e os outros adolescentes? *Tranquilidade total. Dá pra fazer amizade? E muita! O que não falta é adolescente pra fazer amizade.*

16. Como era o contato entre vocês e os funcionários? *Um contato normal como qualquer outro cidadão. Nem todos, mas alguns são assim... Assim como? Alguns dão atenção, outros não. Alguns é mais de conversa, é um papo sadio (começa a dar tapas na parede olhar em direção ao basculante que fica no alto da parede, como se a conversa o tivesse incomodando).*
17. Como você dorme no seu alojamento? *Normal. À vontade. O que não falta é tempo pra dormir. Tranqüilidade total. Os colegas respeitam o sono. Ninguém abusa de ninguém, nem fisicamente nem verbalmente. E o tamanho? Pode ser. Um quadrado. Pega uma sala dessas aí e pega a metade. Digamos que tenha uns sete metros... Uns 6,5m...(Ficou pensando).*
18. Diga-me algo que tenha sido bom para você que aconteceu durante alguma das internações pelas quais passou? *Momento bom... Foi na minha segunda entrada que foi um momento que se eu não tivesse entrado os caras teriam me pegado e estaria morto e não estaria dando esta entrevista. E outro momento bom é agora que eu estou pensando umas coisas boas para minha vida, que eu estou fazendo uns cursos, coisa tão difícil na rua.*
19. O que foi mais difícil de suportar durante os períodos de internação? *É... é chegar a hora da liberdade mesmo. Os meses, os dias, isso é insuportável. Mas fora isso é tranqüilidade. Mas é melhor do que passar um mês lá fora ou até menos de um e já poderia estar morto. Porque desde que eu entrei pra hierarquia, muitos já não estão vivos. Dá pra contar nos dedos... E até o dono já morreu.*
20. Na sua opinião para que serve o sistema? *O sistema serve pra abrir a mente dos adolescentes, mostrar a vida que eles têm, mostrar as oportunidades que eles fecharam. Uma oportunidade pra sua família e pra si próprio.*

4) J.S. Idade: 15anos Data de nascimento: 25/07/88.

1. O que você acha que lhe levou a entrar no sistema sócio-educativo? *O motivo, tipo de... Sabe, as condições financeiras do meu pai e da minha mãe... Tipo como meu pai é separado da minha mãe. Tipo, como meu pai arrumou uma esposa agora tem tipo quatro filhos. Minha mãe também trabalha e recebe tanto... Tipo*

eu queria andar arrumadinho, queria andar com roupa de marca. Meu pai não podia me dar isso e nessa vida eu podia comprar o que eu queria.

2. Com quem você vivia na época que foi apreendido?*Normal apesar de levar uma vida essa vida errada. Como era sua vida?Tava levando a vida.*
3. Como sua família reagiu na ocasião de sua apreensão?*Fico muito deprimido. Fico tipo assim... Nem sei. Fico muito triste.*
4. Eles lhe visitavam na Instituição?*Visitavam (Chega a cadeira em que está sentado mais perto de mim) Isso, se aproxime!*
5. Quando foi a primeira vez que veio para o Degase? *Foi em 2003. No primeiro dia de Carnaval..(faz barulhos como se lamentasse o ocorrido).Você lembra o que sentiu na ocasião?Fiquei paralisado, pesando um negócio. Nem sei o que falar...*
6. Como foi tratado? *Quando eu cheguei no sistema? Foi tranquilo, mas teve um dia lá que os garotos lá dentro fizeram uma “merda” e os caras bateram muito. Quebraram os caras. Isso já tem um tempo legal. Tava até me esquecendo disso. Existe alguém em especial que você lembre?Tinha uma senhora do Padre que foi muito bacana, morava lá na comunidade. Foi muito gente comigo. Tipo pegava um cigarro e levava lá dentro pra mim...*
7. Quais são suas atividades na Instituição? *E só liberava para quadra e aí a gente jogava “ping pong”. Isso foi aonde? No Padre?(Acena a cabeça positivamente).*
8. Quando fica doente quem cuidava de você?*Em casa? Não aqui! Aqui, na enfermaria, né?*
9. Você passou algum aniversário na instituição? *(Para, pensa). Não.*
10. Quando você fica triste o que faz?*Tento ocupar minha mente fazendo alguma coisa, escrevo alguma coisa, pego e leio uma carta (Recebida dos parentes).*
11. Do que sente falta aqui dentro, além da liberdade?*É... Sinto falta da minha namorada, da minha mãe, do meu pai, de comer comida de casa. Sinto falta de muita coisa.*
12. Depois da 1^a entrada como foi voltar para sistema?*Ah, foi péssimo. Tava de saco cheio de aturar muita coisa chata. Ah, eu senti: Tô voltando de novo aqui. Senti alguma coisa...Não! Não senti, não! Só pensava em voltar pra mesma enhaca, pro mesmo lugar...*

13. A que você atribui seu retorno ao Degase? *De ódio. Tava com ódio.*
14. Você sofreu violência física em alguma das vezes que veio para o Degase? *Aqui? (Fala preocupada) Desses funcionários aqui? Qualquer lugar do sistema? Já. Só no Padre mesmo.*
15. Como é a relação entre você e os outros adolescentes? *É meio confusão. Tem vezes que dá pra levar. Mas enche o saco todo dia a mesma coisa, as mesmas caras. Enche o saco. A mesma caozada.*
16. Como era o contato entre vocês e os funcionários? *Ah! O funcionário é bom! Ninguém tem problemas com os funcionários, não. Não arrumam problema, não.*
17. Como você dorme no seu alojamento? *Como assim? Meu alojamento é limpo. Ninguém (lá) gosta de sujeira. Acabou esse negócio. Ninguém mete a mão em nada de ninguém. Descreva-me o seu espaço? É tranquilo.*
18. Diga-me algo que tenha sido bom para você que aconteceu durante alguma das internações pelas quais passou? *Como assim? Me explica de novo? Lá fora ou aqui dentro? Aqui dentro. Um passeio que foi no final do ano no Maracanãzinho. Eu fui com a minha tia. Ela ficou emocionada, me abraçou. Foi bom? (Acena positivamente com a cabeça pensativo, parece estar longe e não percebe o meu olhar).*
19. O que foi mais difícil de suportar durante os períodos de internação? *Nada!*
20. Na sua opinião para que serve o sistema? *Pra que serve? (Ri) Serve para educar, refletir sobre as nossas vidas. Tipo colégio interno, se não aprender aqui, não se aprende mais.*

5) A. F. Idade: 15 anos Data de nascimento: 19/04/88

1. O que você acha que lhe levou a entrar no sistema sócio-educativo? *Como assim? (Me olha espantado). Sei lá... Porque eu fui roubar... E esse negócio... O que aconteceu na sua vida que te fez parar aqui? Sei lá várias coisas. O que, por exemplo? Revolta, revolta...*
2. Com quem você vivia na época que foi apreendido? *Era boa. Como era sua vida? Eu vivia pelo roubo.*

3. Como sua família reagiu na ocasião de sua apreensão? *Ela ficou triste, ficou me dando vários conselhos que foi pra eu sair dessa vida, que essa vida não era pra mim. Depois daquele dia nunca mais foi a mesma coisa (a vida)*
4. Eles lhe visitavam na Instituição? *Visitavam.*
5. Quando foi a primeira vez que veio para o Degase?(Tem o olhar perdido) Você se lembra? *Não, não lembro não, tia. Aqui é a primeira vez. Não aqui no DEGASE? Não, não me lembro não. Você não se lembra da 1ª vez que você foi preso? (Acena com a cabeça que não.) Quando você esteve no Padre? Lembro foi em 2002. E no CTR você já esteve lá? (Acena com a cabeça que sim.) Você lembra?(Acena com a cabeça que não.) Isso vai para o relatório? Lembra o que conversamos sobre a pesquisa. Este material é para a entrevista. (Sorri.) Como foi a 1ª vez no Padre, já que você não se lembra do CTR? Como foi lá? *Foi ruim demais.**
6. Como foi tratado? *Como assim? Lá apanhava todo dia! Existe alguém em especial que você lembre? Uma pessoa legal, assim? Ou ruim. Ou boa ou ruim que você lembre. Tem. Quem? O Seu? Era um agente? Não precisa dar nomes! Era boa? Ruim? *Ruim demais...Várias coisas más que ele fez, não tem como esquecer, não. Tinha alguém...Tsc, tsc, só as técnicas mesmo para conversar que era bom.**
7. Quais são suas atividades na Instituição? *Demorava muito pra jogar bola, era muito difícil.*
8. Quando fica doente quem cuidava de você? *No Padre eu não fiquei doente. E em outra unidade você já ficou?Só aqui! E quem cuidava de você? O funcionário e a enfermeira.*
9. Você passou algum aniversário na instituição? *Vou passar agora.*
10. Quando você fica triste o que faz? *Faço nada. (Ri.) Fico quieto no meu canto.*
11. Do que sente falta aqui dentro, além da liberdade? *(Ri) Da minha família, do meu filho e do menor que eu conheço lá.*
12. Depois da 1ª entrada como foi voltar para sistema? *Senti mal. Pensei na minha família e na 1ª vez que ela tinha falado comigo. É só isso.*

4. Quando foi a primeira vez que você foi apreendido? *Ah, foi com onze anos. E a primeira vez que você foi internado? A 1ª vez foi aqui. Você lembra o que sentiu na ocasião?(Acena com a cabeça negativamente) Como foi que você chegou? Não aconteceu nada, cheguei e subi pro módulo.*
5. Como foi tratado? *Fui tratado bem. Existe alguém em especial que você lembre?(Acena negativamente com a cabeça).*
6. Quais eram as suas atividades na Instituição?*Futebol. Só?Só isso mesmo.*
7. Quando fica doente quem cuidava de você?*Aonde? Internado. Eu nunca fiquei doente (Olha sério para mim).*
8. Você passou algum aniversário na instituição? *Ruim. Como? Ruim, pó, eu tava passando preso.*
9. Quando você fica triste o que faz?*Ah, deito e vou dormir.*
10. Do que sente falta aqui dentro, além da liberdade? *Da minha mãe.*
11. Depois da 1ª entrada como foi voltar para sistema?*Ah, roubando. Sim, mas o que você sentiu? Não senti, fui roubar, rodei e vim para aqui dentro.*
12. A que você atribui seu retorno ao Degase?*Não sei. Já parou pra pensar nisso? (Fica sério, não me olha.)*
13. Você sofreu violência física em alguma das vezes que veio para o Degase?*(Acena negativamente) Em nenhum lugar do DEGASE? (Continua acenando que não)*
14. Como é a relação entre você e os outros adolescentes?*Tranqüilo. Dá pra fazer amizade? Tranqüilão.*
15. Como era o contato entre vocês e os funcionários?*Tranqüilo também.*
16. Como você dorme no seu alojamento?*Na comarca. Descreva-me o seu espaço? É grande. E tem o que lá? Tem cama!*
17. Diga-me algo que tenha sido bom para você que aconteceu durante alguma das internações pelas quais passou?*Nada.*
18. O que foi mais difícil de suportar durante os períodos de internação? *Ah, nenhuma também, não. Sempre tirei minha cadeia tranqüilo.*
19. Na sua opinião para que serve o sistema?*Pra que? É? Pra tentar mudar a vida da pessoa!*

7)W. J. Idade: 17 anos Data de nascimento:03/11/86

1. O que você acha que lhe levou a entrar no sistema sócio-educativo?*Mau companhia.*
2. Com quem você vivia na época que foi apreendido? *Andava com uns menor. Mas você morava com eles? Não vivia com minha mãe. Como era sua vida? Minha vida era boa!*
3. Como sua família reagiu na ocasião de sua apreensão? *Só minha só, só tenho minha mãe só. Pai eu tenho, mas não tenho ao mesmo tempo. Mas ela te visitava? Minha mãe? Minha me visita direto, nunca faltou a uma visita, não!*
4. Quando foi a primeira vez que veio para o Degase? *Quando eu fui pro Padre? Minha mãe ficou tranqüilona. Primeiro fiquei um tempão na rua, depois é eu rodei. Minha mãe já sabia e eu já sabia, também que eu ia ser preso. Pro DEGASE? Acho que foi em 1999. Você lembra o que sentiu na ocasião? Hum... Pensei só em arrependimento. Depois que se arrependeu já era tarde demais.*
5. Como foi tratado? *Fui tratado bem. Existe alguém em especial que você lembre? Cadeia... Cadeia não tem ninguém especial não!*
6. Quais são suas atividades na Instituição?*Não tinha atividade nenhuma. Só sofrimento. Rebelião. (Passa as mãos pelo rosto nervosamente) Perdi dois irmãos....*
7. Quando fica doente quem cuidava de você?*Graças a Deus nunca aconteceu isso comigo, não. Cadeia ficou doente acabou. Ninguém ajuda, não. Até funcionários, ninguém ajuda. Tem que levantar e agir. Estou doído pra ir embora da cadeia (Fala como se resmungasse). Só me liberaram pra passar o Natal na rua e depois me panharam de novo.*
8. Você passou algum aniversário na instituição? *(Acena a cabeça positivamente). Passei uns dois e está arriscado a passar outro. Como foi? Tem que ficar tranqüilo. Quem está nessa vida não pode ligar pra isso não. Quem ta porque agora eu não estou não. Mas já tive. Passei Natal, Ano Novo, Dias das Mães, Páscoa e tudo que a senhor imaginar preso.*
9. Quando você fica triste o que faz?*Quando eu fico triste eu vou pra janela ficar olhando a Ponte Rio-Niterói, esperando a Audiência. É difícil eu ficar triste. Eu*

desabafo muito. É difícil eu ficar triste. O dia mesmo de ficar triste é só domingo, o dia que vê a mãe ir embora, a gente fica triste. (Olha para sala dos técnicos e reclama da falta de atendimento.)

10. *Do que sente falta aqui dentro, além da liberdade? Sinto falta de tudo, de jogar uma bola com os amigos, de um baile, de um pagode. Sexta feira agora tem o Belo (cantor) no Tamoio (Clube no município de São Gonçalo), tô aqui preso. A senhora mora em Niterói, mesmo? Não, moro em Maricá, conhece? (Acena que sim, começa a falar de lugares que diz serem em Maricá, mas que eu nunca ouvi falar. Faço silêncio e ouço, já que não quero parecer constrangida pela insistência das perguntas.) Fui lá uma vez só!*
11. *Depois da 1ª entrada como foi voltar para sistema? Era tranqüilão. Igual nego fala que cadeia é o maior massacre. Não é nada disso não. Pó, imagina eu ir embora daqui há três meses. Tô há 2 meses já. Saí 30 de outubro... O ônibus pra Maricá é quatro reais, não é? Não sei, mas depois a gente fala sobre Maricá. (O adolescente chama a técnica que está passando na porta da sala e pede para ser atendido, queixa-se de abandono, que não saberá o dia de Audiência. A técnica explica sobre a lógica do técnico de referência. Esclarece que já haviam conversado W. pergunta insistentemente como se fosse “negligenciado”.*
12. *A que você atribui seu retorno ao Degase? Voltei porque não estava escaldado de trabalhar. A mente estava poluída pelo tráfico... Que o tráfico é só ilusão! Agora que fiz meu filho, agora que fiz meu filho, agora não quero ficar nessa vida do crime, não.*
13. *Você sofreu violência física em alguma das vezes que veio para o Degase? Preso? (Mostra marca no alto da cabeça.) O que é? Madeirada. Mas também sou um menor que quando estou na minha razão não me deixo abaixar não. Vou até o final... Eu sei lá que é essa tal de M.? (Começa a resmungar a respeito da nova técnica de referência).*
14. *Como é a relação entre você e os outros adolescentes? Agora não tô falando quase com nenhum deles, não. Na cadeia um quer ser melhor do que o outro...*
15. *Como era o contato entre vocês e os funcionários? Funcionários. O nosso direito, que nós tem, ele dá.*

16. Como você dorme no seu alojamento? *Tranquilão... Com um olho no padre e outro na missa.*
17. Diga-me algo que tenha sido bom para você que aconteceu durante alguma das internações pelas quais passou? *Boa. Só quando eu tava no ESE mesmo, que as próprias professoras fizeram meu aniversário. Lá mesmo. E como foi? Ganhei bolo, umas caixas de bombom, uma porção de presente, mesmo.*
18. O que foi mais difícil de suportar durante os períodos de internação? *Humm... Rebelião, agitação. Lá nos era 30 contra 222. Lá, que você está falando, era o ESE? (Acena a cabeça que sim). Por que vocês eram 30? Porque nós era Terceiro e eles era Comando.*
19. Na sua opinião para que serve o sistema? *Pra mim só serve prá deixar nego preso, pra mais nada serve.*

8. ANEXOS:

8.1. ESCOLA SANTOS DUMONT



8.2. INSTITUTO PADRE SEVERINO:



8.3.ESCOLA JOÃO LUÍS ALVES



8.4.CENTRO DE TRIAGEM E RECEPÇÃO:



Anexo II - Dormitórios.



Anexo II - Pátio interno e ala da administração.